

RODRIGO DAVI ALMEIDA

**AS POSIÇÕES POLÍTICAS DE JEAN-PAUL SARTRE E O
TERCEIRO MUNDO (1947-1979)**

ASSIS

2010

RODRIGO DAVI ALMEIDA

**AS POSIÇÕES POLÍTICAS DE JEAN-PAUL SARTRE E O
TERCEIRO MUNDO (1947-1979)**

**Tese apresentada à Faculdade de
Ciências e Letras de Assis – UNESP
– Universidade Estadual Paulista
para a obtenção do título de Doutor
em História. Área de
Conhecimento: História e
Sociedade**

**Orientador: Dr. Carlos Eduardo
Jordão Machado**

ASSIS

2010

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Biblioteca da F.C.L. – Assis – UNESP

A447p	Almeida, Rodrigo Davi As posições políticas de Jean-Paul Sartre e o Terceiro Mundo (1947-1979) / Rodrigo Davi Almeida. Assis, 2010. 261 f. Tese de Doutorado – Faculdade de Ciências e Letras de Assis – Universidade Estadual Paulista. Orientador: Carlos Eduardo Jordão Machado 1. Sartre, Jean-Paul, 1905-1980. 2. Áreas subdesenvolvidas. 3. Argélia - História - Revolução, 1954-1962. 4. Cuba - História - Revolução, 1959. 5. Vietnã - História - Revolução, 1946-1975. I. Título.
	CDD 194 965 972.91 959.7043

TERMO DE APROVAÇÃO

Nome do Autor: Rodrigo Davi Almeida

Título da Tese: “As posições políticas de Jean-Paul Sartre e o Terceiro Mundo (1947-1979)”

Presidente da Banca e Orientador:

Prof. Dr. Carlos Eduardo Jordão Machado Instituição: UNESP-Assis/SP

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Carlos Alberto Sampaio Barbosa Instituição: UNESP-Assis/SP

Prof^ª. Dra. Célia Reis Camargo Instituição: UNESP-Assis/SP

Prof^ª. Dra. Isabel Maria Loureiro Instituição: UNICAMP

Prof. Dr. Miguel Vedda Instituição: Facultad de
Filosofia y Letras – UBA –
Consejo Nacional de
Investigaciones Científicas e
Técnicas (Conicet)

Aprovado em 26/02/2010

Dedico esta Tese
à minha família: Aparecida Guidotti Almeida (minha mãe), André Luiz de
Almeida (meu irmão), Helena Araújo Lúcio Almeida (minha vida), Vicente
de Paula Almeida (meu pai), aos meus irmãos, Adilson José de Almeida,
Karen Hevlin de Almeida, Vicente de Paula Almeida Jr; a Aduino Guidotti
(meu tio), à Cláudia de Carvalho Cosmo (meu amor) e

às *posições políticas revolucionárias* de SARTRE.

AGRADECIMENTOS

Ao Carlos Eduardo Jordão Machado, que desde a minha graduação tem sido importante como professor, orientador e amigo;

Aos professores titulares da Banca Examinadora: Célia Reis Camargo, Carlos Alberto Sampaio Barbosa, Isabel Maria Loureiro e Miguel Vedda, que contribuíram criticamente à Tese e aos professores suplentes: José Luis Bendicho Beired, Marcos Tadeu Del Roio e Paulo Eduardo Arantes;

Aos professores Michael Löwy e Vicente de Paula Almeida Jr., pelo apoio teórico-metodológico;

Aos colegas de pós-graduação: Fausto Douglas, Daisy Camargo, Edvaldo Corrêa Sotana, Gustavo da Encarnação, Bruno Muneratto, Iury Cavlak e Fábio Ruela de Oliveira, que me incentivaram e apoiaram;

Aos amigos e companheiros de sempre: André Luiz de Almeida, Márcio Ruela de Oliveira e Cláudia de Carvalho Cosmo, Cândido Moreira Rodrigues e o Carlinhos;

Aos funcionários das Bibliotecas dos *campi* da UNESP de Assis, de Marília, de São José do Rio Preto, da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP e da *Bibliothèque nationale de France* – site François Mitterrand/Paris, pela presteza de seus serviços e pela paciência;

Aos apoios financeiros de André Luiz de Almeida, da Demanda Social CAPES e da FAPESP, sem os quais a pesquisa teria sido impossível.

“Nós chamamos povo, se se trata de luta, aos 600 mil cubanos que estão sem trabalho desejando ganhar o pão honradamente sem ter que emigrar de sua pátria em busca de sustento; a 500 mil operários do campo que moram em cabanas miseráveis, que trabalham quatro meses e passam fome o resto do ano compartilhando com seus filhos a miséria, que não têm um palmo de terra para semear e cuja existência deveria despertar a compaixão se não houvesse tantos corações de pedra; aos 400 mil operários industriais e braçais cujos retiros estão desfalcados, cujas conquistas lhes estão sendo arrebatadas, cujas casas são infernais, cujos salários passam das mãos do patrão para as do algoz, cujo futuro é o rebaixamento e o despojamento, cuja vida é o trabalho perene e cujo descanso é o caixão; aos 100 mil agricultores pequenos que vivem e morrem trabalhando uma terra que não é a sua, contemplando-a sempre tristemente (...) para morrer sem chegar a possuí-la, que têm que pagar por suas parcelas como servos feudais, uma parte de seus produtos, que não podem amá-la, nem melhorá-la, nem embelezá-la, plantar um cedro ou uma laranjeira porque ignoram em que dia virá um oficial de justiça com a guarda rural para expulsá-los; aos 30 mil professores tão abnegados, tão sacrificados e necessários para o destino das futuras gerações e que são tão maltratados e tão mal pagos; aos 20 mil pequenos comerciantes, cobertos de dívidas, arruinados pela crise e assoberbados por uma praga de funcionários venais; aos 10 mil profissionais jovens: médicos, engenheiros, advogados, veterinários, pedagogos, dentistas, farmacêuticos, jornalistas, pintores, escultores etc., que saem da escola com seus títulos, desejosos de luta e cheios de esperança para encontrar-se em um túnel sem saída, todas as portas fechadas, surdas ao clamor e à súplica. Este é o povo, o que sofre todas as desgraças e é, portanto, capaz de lutar com toda a coragem. A este povo, cujos caminhos e angústias estão cheios de enganos e falsas promessas, não vamos dizer: ‘te vamos dar’, mas ‘aqui tens, luta agora com todas tuas forças para que sejam tuas a *liberdade* e a *felicidade*...” FIDEL CASTRO. ***A História me absolverá*** (1953). [Apud BRUIT, 1988, p. 70-71, os grifos em itálico são meus].

RESUMO

TÍTULO: AS POSIÇÕES POLÍTICAS DE JEAN-PAUL SARTRE E O TERCEIRO MUNDO (1947-1979)

Trata-se de uma investigação sobre as posições políticas de Jean-Paul Sartre relacionadas ao Terceiro Mundo, entre 1947 e 1979. A investigação tem dois objetivos fundamentais: estabelecer as relações possíveis entre o contexto histórico – o mundo pós-guerra, as guerras de descolonização, a emergência dos países do Terceiro Mundo e o cenário político-intelectual francês – e a trajetória de Sartre; e analisar, por meio das fontes documentais, os problemas que o Terceiro Mundo – a Guerra da Argélia (1954-1962), a Revolução Cubana (1959) e a Guerra do Vietnã (1946-1975) – colocam às posições políticas de Sartre.

PALAVRAS-CHAVE: Jean-Paul Sartre; posições políticas; Terceiro Mundo; Guerra da Argélia (1954-1962); Revolução Cubana (1959); Guerra do Vietnã (1946-1975).

ABSTRACT

TITLE: JEAN-PAUL SARTRE'S POLITICAL POSITIONS AND THE THIRD WORLD (1947-1979)

This study investigates Jean-Paul Sartre's political positions and their relationship with the Third World, between 1947 and 1979. Generally speaking, this research aims to establish a possible link between the historical context – the postwar world, the descolonization wars, the rising of third world countries, the French political and intellectual setting – and Sartre's trajectory. More accurately, this investigation, above all, aims to analyse by means of documental sources, the problems that the Third World – The Algeria War (1954-1962), the Cuban Revolution (1959) and the Vietnam War (1946-1975) – bring forward to Sartre's political positions.

KEYWORDS: Jean-Paul Sartre; political positions; Third World; The Algeria War (1954-1962); the Cuban Revolution (1959); the Vietnam War (1946-1975).

SUMÁRIO

13 Introdução

PARTE I – AS POSIÇÕES POLÍTICAS DE JEAN-PAUL SARTRE E O TERCEIRO-MUNDO (1947-1979)

Capítulo 1: A emergência do Terceiro Mundo nas (pre)ocupações políticas de Sartre

32 Introdução

33 1. A expansão capitalista, o imperialismo colonialista e o imperialismo neocolonialista

42 2. O processo geral de descolonização

48 3. As origens político-ideológicas do Terceiro Mundo e do *terceiro mundismo*

54 4. A emergência do Terceiro Mundo nas (pre)ocupações políticas de Sartre

58 5. O “problema negro” nos Estados Unidos da América

60 6. A emergência do problema colonial em Sartre

61 7. O problema da Negritude

69 8. As posições políticas de Sartre sobre o *apartheid* na África do Sul

73 9. A América Latina e as posições políticas de Sartre

Capítulo 2: As posições políticas de Sartre sobre a Guerra da Argélia (1954-1962)

81 Introdução

83 1. O problema da unidade do Terceiro Mundo: o campesinato e o futuro da revolução socialista argelina

87 2. A dialética do colonialismo

95 3. A violência do colonialismo: o racismo e a tortura

106 4. A “constelação gaullista” e os caminhos da fascização na França

111 5. Os problemas da (des)unidade da esquerda e da não “solidariedade de interesses” entre o operariado francês e os colonizados argelinos

117 6. A juventude, a esquerda e o destino da “Revolução Argelina”

Capítulo 3: As posições políticas de Sartre sobre a Revolução Cubana (1959)

122 Introdução

125 1. “A ilha do sonho se converte em ilha diabética”: o subdesenvolvimento de Cuba sob o domínio “semi-colonialista” norte-americano

131 2. As funções do exército e da ditadura de Batista e o mérito histórico de Castro

134 3. “A liberdade cubana exaspera o país da liberdade”

137 4. A “incompetência competente”: a juventude no poder e os problemas do dirigismo e do centralismo revolucionários

142 5. As conquistas da Reforma Agrária

145 6. A “ideologia selvagem” e a ideologia revolucionária cubanas

148 7. O problema da liberdade

157 8. “O caso Padilla” e a ruptura de Sartre com o regime de Fidel Castro

Capítulo 4: As posições políticas de Sartre sobre a Guerra do Vietnã (1946-1975)

161 Introdução

162 1. A “máquina infernal” francesa e a Guerra da Indochina (1946-1954)

166 2. A definição do imperialismo neocolonialista e a natureza da Guerra do Vietnã (1960-1975)

173 3. As atividades ético-jurídicas do Tribunal Russell e a inscrição da moralidade no código da política

182 4. O Tribunal Russell e o problema da sua legitimidade

188 5. A definição de intelectual e o “novo intelectual” fundido às massas

194 6. As últimas posições políticas de Sartre sobre o Vietnã

197 Conclusão

PARTE II – DOCUMENTAÇÃO

Bibliografia geral

- 202 • Textos diversos
- 208 • Periódicos franceses (1945 – 2006)

Catálogo das Fontes Documentais – Textos de Sartre

222 Apresentação

Seção I

- 227 • Textos diversos
- 228 • Compilações (1944-1976)

Seção II

- 235 • Textos políticos (1947-1979)

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa de Doutorado que investiga as posições políticas de Jean-Paul Sartre relacionadas ao Terceiro Mundo entre 1947 e 1979 é, necessariamente, um *desdobramento* da minha Dissertação de Mestrado, defendida em 2002.

À Dissertação de Mestrado foram acrescentados uma *Entrevista com o filósofo Bento Prado Jr.*, uma tradução do texto de Sartre sobre a ditadura no Brasil – *O povo brasileiro sob o fogo cruzado dos burgueses* –, um *Arquivo fotográfico* sobre a visita de Sartre ao Brasil e a Cuba em 1960 e, finalmente, um *Prefácio* gentilmente elaborado por Michael Löwy, todos publicados no meu livro: *Sartre no Brasil: expectativas e repercussões*.¹

A Dissertação de Mestrado intitulada “Sartre no Brasil: expectativas e repercussões” analisa a visita de Sartre e o seu impacto em 1960, no meio intelectual brasileiro, no contexto das expectativas de revolução social, compartilhadas pela intelectualidade de esquerda. Somente a partir da emergência do Terceiro Mundo nas (pre)ocupações políticas de Sartre e a partir da elaboração do seu conceito de engajamento, no contexto histórico francês do pós-guerra, a sua visita torna-se possível.

A experiência de Sartre, enquanto prisioneiro dos nazistas, na França Ocupada, o faz refletir sobre seu próprio sistema filosófico e a assumir novas posições políticas a respeito de sua condição de intelectual: “a guerra que fez explodir os quadros envelhecidos de nosso pensamento. A guerra, a ocupação, a resistência, os anos que se seguiram”.² Livre, participa das ações clandestinas da Resistência fundando, com diversos intelectuais, grupos contra o regime colaboracionista de Vichy. Em 1941 Sartre funda o *Socialisme et Liberté* (1941) que fracassa em pouco tempo.

¹ ALMEIDA, Rodrigo Davi. *Sartre no Brasil: expectativas e repercussões*. São Paulo: Editora UNESP, 2009. A entrevista bem como a tradução, por mim realizadas, foram publicadas, inicialmente, em MACHADO, Carlos E. J. (Ed.). *Memória e vida social*. Assis: Gráfica da UNESP de Assis/SP, v.2, n.2, maio de 2002.

² SARTRE, 1966b, p.22.

Muito embora o Partido Comunista Francês tenha sido a maior organização da Resistência, Sartre não se filia, mas com ele mantém uma intensa e conflitante interlocução.

No contexto das guerras de descolonização emergem os países do Terceiro Mundo. Sartre escreve diversos artigos em que empreende uma crítica incisiva ao imperialismo colonialista francês e denuncia as atrocidades da guerra e a exploração da população colonizada pelos colonizadores. Assume, no seu entendimento, uma responsabilidade enquanto intelectual face à sua situação histórica concreta. A divulgação dos textos fica por conta, em parte, da revista fundada (em 1945) e dirigida por Sartre *Les Temps Modernes* que existe até hoje e por diversos outros jornais e revistas.

A seu modo, Sartre se engaja na “causa *terceiro mundista*”, passa a distribuir panfletos pelas ruas de Paris, assina manifestos (um dos mais polêmicos é o famoso *Manifesto dos 121*), prefacia livros de intelectuais como o do martiniquense e psiquiatra Frantz Fanon “Os condenados da terra”, do tunisiano Albert Memmi “Retrato do colonizado precedido pelo retrato do colonizador”, escreve sobre o pensamento político do revolucionário congolês Patrice Lumumba, enfim. Sartre ainda exorta a população francesa a dizer “não” ao Referendo de De Gaulle sobre o direito à autodeterminação dos argelinos, preside o *Tribunal Russell* que julga os crimes de guerra norte-americanos no Vietnã, etc. Paralelamente a essas atividades, continua a publicar críticas literárias, dar entrevistas, a escrever ensaios políticos que abordam o problema do marxismo, do Partido Comunista Francês e do stalinismo.

No Brasil, em 1960, participa de uma entrevista na extinta TV Excelsior, promove debates e ministra conferências. No interior paulista, Sartre trata de filosofia com intelectuais na *Conferência de Araraquara* (1960) – em que expõe seu estudo recente sobre a crítica do marxismo e a necessidade da sua revitalização pelo existencialismo – e, na mesma data, fala sobre estética na Universidade Mackenzie. No momento, porém, Sartre prefere debater com sindicalistas, posseiros, jornalistas, artistas e

estudantes a respeito da Revolução Cubana (1959) e da Guerra da Argélia (1954-1962).

Apesar de ter permanecido no Brasil por quase quatro meses, não publica nenhum artigo ou ensaio sobre o país a não ser curtas entrevistas registradas pelos jornais nacionais e locais. Ao Brasil não retorna, contrariando as promessas que havia feito. Mesmo assim, a revista *Les Temps Modernes* dedica um número especial sobre o Brasil em 1967, com textos escritos por intelectuais brasileiros. Somente em 1970, Sartre publica seu primeiro e único texto sobre o Brasil, em solidariedade às vítimas da tortura do regime militar.

Na Dissertação de Mestrado, defendo *o significado político* da visita de Sartre ao Brasil em 1960 uma vez que ele se propôs a divulgar a Revolução Cubana e a Guerra da Argélia entre o público brasileiro, para arregimentar apoio aos movimentos anti-imperialistas. Estudo como as conjunturas internacional e brasileira, com a efervescência cultural e política dos “anos JK”, engendram uma atmosfera propícia à sensibilização do público intelectual brasileiro a respeito das propostas políticas de Sartre. Estudo ainda como alguns intelectuais defendem (e esperam) a revolução no Brasil e como outros apenas pensam em saídas mais ou menos “progressistas”, nos quadros da própria política nacional-desenvolvimentista vigente, para a superação do subdesenvolvimento.

A repercussão da visita de Sartre nos jornais brasileiros (*Folha de São Paulo*, *Última Hora*, *O Estado de São Paulo* e muitos outros) e nas revistas especializadas (*Tempo Brasileiro*, *Civilização Brasileira*) de grande prestígio entre a intelectualidade ou não (*Revista Manchete*) foi grande. As matérias indicam que a intelectualidade avalia favorável ou desfavoravelmente as propostas filosóficas, literárias e políticas de Sartre. Dificilmente, portanto, o público se mantém indiferente perante as posições de Sartre tanto em relação ao engajamento do escritor e da literatura, cuja necessidade ele afirma desde a publicação de *Que é a literatura?* (1947), como em relação ao seu apoio e defesa da Revolução Cubana e da Argélia.

Enfim, mostro como a recepção de Sartre no meio intelectual brasileiro foi intensa e sua influência marcante na trajetória de artistas, filósofos, sociólogos e dramaturgos, como José Celso Martinnez Correa, Bento Prado Jr. que foi “sartreano” e que tive a oportunidade de entrevistar, Antônio Cândido, Fernando Henrique Cardoso e Jorge Amado, por exemplo.

Na Tese, a pesquisa empírica também foi o *fio condutor de trabalho*. Investiguei os jornais e periódicos franceses dos acervos brasileiro e francês (da *Bibliothèque nationale de France* – site François Mitterrand – de Paris) como etapa fundamental para a consecução dos objetivos propostos.

O levantamento, a coleta, a seleção e a organização das fontes documentais, isto é, “o trabalho de classificação”, permitiu a “ordenação racional que escolhe e tria” as fontes rumo à sua “progressiva inteligibilidade”.³ Em seguida à observação e à crítica históricas⁴, analisei o material organizado – os textos políticos de Sartre relacionados ao Terceiro Mundo. Um “Catálogo das Fontes Documentais” sobre os textos de Sartre foi elaborado. No catálogo constam os jornais e revistas comentados bem como os títulos dos escritos políticos de Sartre compilados. Contudo, a análise dos escritos políticos de Sartre ficou circunscrita, sobretudo, aos relacionados ao Terceiro Mundo.

De acordo com Marc Bloch a *compreensão* é o objetivo da *análise histórica*. Ela consiste em dar uma coerência, um plano, uma racionalidade, ou, uma unidade ao pensamento em meio à diversidade dos fatos humanos. Isto é de grande relevância no estudo das posições políticas de Sartre que estão sujeitas às “reviravoltas” do tipo: apoio/crítica a Fidel Castro; confraternização/distanciamento do Partido Comunista Francês etc. O processo também engloba o “problema fundamental da nomenclatura”⁵ que consiste em investigar a utilização de determinados conceitos, no seu contexto, a fim de evitar o anacronismo.

³ BLOCH, 2001, p. 128.

⁴ No sentido em que Bloch a emprega como passagem pela prova de veracidade que indica a proveniência das fontes.

⁵ BLOCH, op.cit., p. 135.

Por outro lado, deve-se lançar mão de “uma linguagem apropriada capaz de desenhar com precisão os contornos dos fatos, embora conservando a flexibilidade necessária para se adaptar progressivamente às descobertas”.⁶

Algumas questões preliminares que animaram a pesquisa e que procuro responder são: de que modo o conceito-chave da filosofia existencial de Sartre, a liberdade, figura ao lado do engajamento do intelectual, na sua situação histórica concreta, sobretudo, já na sua “fase marxista”? Como relacionar o engajamento político de Sartre aos problemas colocados pelo Terceiro Mundo e situá-los na sua complexa trajetória? Há uma relação efetiva entre a adesão de Sartre ao marxismo “como filosofia insuperável” e suas posições políticas sobre o Terceiro Mundo? Qual a contribuição específica de Sartre à crítica do colonialismo? Que tipo de interlocução Sartre trava com os intelectuais do Terceiro Mundo? É possível uma ação revolucionária fora do Partido Comunista como quer Sartre? Sartre tornou-se o “novo intelectual” fundido às massas? Em suma, qual o “lugar” e a importância do Terceiro Mundo na trajetória de Sartre? E, inversamente, qual a contribuição das posições políticas de Sartre para a luta de libertação revolucionária do Terceiro Mundo?

Muito embora Sartre tenha se voltado à “questão israelo-árabe”, a partir de meados da década de 60, este tema exigiria um estudo mais específico, assim como sobre o tema do marxismo e do comunismo. Evidentemente, que as considerações necessárias serão feitas, mas não constituirão a preocupação central, a não ser quando lançarem luz sobre a proposta estabelecida.

A pesquisa está, portanto, delimitada à investigação da série de problemas que o Terceiro Mundo – a Guerra da Argélia (1954-1962), a Revolução Cubana (1959) e a Guerra do Vietnã (1946-1975) – coloca às posições políticas de Sartre. No entanto, o recorte cronológico estabelecido parte do ano de 1947 e se encerra em 1979, datas, respectivamente, do

⁶ E continua Bloch: sem que historiador se torne “obcecado, na ordem documentária, pelos relatos e, na dos fatos, pelo do acontecimento”. (BLOCH, 2001, p. 135).

primeiro texto político e da última posição política de Sartre sobre o Terceiro Mundo. O primeiro texto político de Sartre sobre o Terceiro Mundo se refere à apresentação de Sartre da revista *Présence Africaine*: “Présence Noire”, em 1947, e o último é a assinatura de uma petição sobre as liberdades na Argentina: “Signature de la pétition: ‘Pour les libertés en Argentine’”, publicado no *Le Monde*, em 1978. No entanto, considero uma última posição política de Sartre sobre o Vietnã relacionada aos “boat-peoples” em 1979.

Para a consecução dos objetivos globais propostos, parto de uma hipótese geral de trabalho: há uma *conexão tangível* entre o contexto histórico – o mundo do pós-guerra, as guerras de descolonização e a emergência dos países do Terceiro Mundo, o cenário político-intelectual francês – e a trajetória de Sartre. Na realidade, a elucidação dessa *conexão* entre a História e trajetória de Sartre é chave para o desenvolvimento da pesquisa.

Isto exige considerar um problema importante, como o faz o historiador francês Jean Chesneaux: “Em que momento, em que circunstâncias se faz a súbita adequação entre a atividade de um indivíduo e a corrente profunda da história? Em que momento e através de que mecanismos ela desaparece?”⁷ O filósofo húngaro István Mészáros, na mesma esteira, indaga: por que em determinado momento de sua trajetória Sartre passa a ter “um vivo interesse pelo mundo da política, especialmente no Terceiro Mundo”⁸?

O possível caminho para a resposta se relaciona à *compreensão* e *explicação*⁹ da evolução das posições políticas de Sartre

⁷ CHESNEAUX, 1995, p. 156.

⁸ MÉSZÁROS, 1991, p. 98.

⁹ Para Lucien Goldmann, “a compreensão é a evidenciação de uma estrutura significativa imanente ao objeto estudado (...). A explicação é simplesmente a inserção dessa estrutura, enquanto elemento constitutivo e funcional, em uma estrutura imediatamente globalizante, que o pesquisador não explora, no entanto, de maneira detalhada, mas somente na medida em que isso é necessário para tornar inteligível a gênese da obra que ele está estudando.” In: GOLDMANN, Lucien. **Marxisme et sciences humaines**, p. 66, grifos do autor, *apud* LÖWY, Michael e NAÏR, Sami. **Lucien Goldmann, ou a dialética da totalidade**, 2008, p. 27). Löwy e Naïr ainda explicam que “na análise, a compreensão é uma primeira etapa que dá conta da constituição interna da estrutura, ela é *imanente*. É uma interpretação. Em compensação, a explicação é *externa* à interpretação. É

tendo em vista o seu “fundamento histórico e social”,¹⁰ como afirma Lucien Goldmann e, novamente, como também afirma István Mészáros, ao escrever: “não se pode *compreender* adequadamente a relação entre um escritor e sua época sem levar em conta, plenamente, o impacto dos eventos históricos e das transformações sociais, mesmo que se deva fazer as necessárias ressalvas, por um lado, quanto às superposições existentes e, por outro, quanto às constantes ‘mudanças capilares’ que são primordialmente determinadas pela lógica interna do tema escolhido”.¹¹

Tendo em vista a hipótese geral de trabalho, estabeleci algumas hipóteses mais específicas, que procuro desenvolver ao longo dos capítulos da Tese:

1. Certos acontecimentos da história do Terceiro Mundo – a Guerra da Argélia, a Revolução Cubana e a Guerra do Vietnã – *radicalizam* as posições políticas de Sartre. A partir da série dos novos problemas engendrados pelas emergências histórica e político-ideológica do Terceiro Mundo nas (pre)ocupações de Sartre é que ele passa a desenvolver análises políticas (de uma atualidade impressionante) acerca dos problemas do colonialismo, da tortura, do racismo, da corrupção, da ideologia revolucionária, do socialismo e da definição de intelectual e de sua função social.

2. As análises políticas de Sartre sobre o Terceiro Mundo são *tributárias* do marxismo e do seu método correspondente, o dialético. Portanto, não são e nem poderiam ser tributárias de sua filosofia da liberdade e do seu correspondente método fenomenológico. Sob “o impacto da História”, Sartre se propõe a novas tarefas políticas o que exige novas questões à realidade e, conseqüentemente, um método adequado à interpretação e resolução dessas tarefas, portanto, no horizonte do

extrínseca. Recorre ao contexto histórico, social e cultural que envolve a estrutura. É o lugar a que deve se remeter constantemente o procedimento compreensivo.” (LÖWY; NAÏR, loc.cit.).

¹⁰ GOLDMANN, Lucien. **Structures mentales et création culturelle**, 1970, grifos do autor, p. 219, *apud*, LÖWY; NAÏR, 2008, p. 82-83.

¹¹ MÉSZÁROS, 1991, p. 89, grifos meus.

marxismo enquanto “filosofia insuperável”, como ele pensa. No entanto, em algumas questões pontuais, como na análise da resistência à tortura, suas concepções “existencialistas” permanecem.

3. As posições políticas de Sartre sobre o Terceiro Mundo expressam a necessidade de *intervenção* que, historicamente, certos intelectuais sentem em relação aos embates concretos com os homens das sociedades em que vivem. Sartre participa com os operários, os imigrantes, os intelectuais, os comunistas, os estudantes, na França e em vários países, de debates, conferências, assinatura de manifestos, petições, tribunais populares, passeatas, *meetings* contra as guerras coloniais, contra o genocídio e a tortura dos colonizados.

A intervenção de Sartre se dá diretamente, seja nas portas das fábricas, nos debates organizados na *Mutualité*, na *Sorbonne*, na rua, nos comitês dos trabalhadores, ou na direção de jornais que “dão a palavra ao povo” (*La Parole au Peuple* e *La Cause du Peuple*). Isto é, ela não é mediada por nenhuma instituição política, o que não exclui o seu “necessário e impossível” diálogo com os comunistas. A exceção são as atividades por ele desenvolvidas no Tribunal Russell.

O tipo de intervenção levada a cabo por Sartre tem claramente um caráter “didático” em que a exposição de suas idéias são mais claras, mais objetivas e visam “convencer” as massas (o proletariado, a pequena burguesia), ao contrário, por exemplo, de seus textos filosóficos e/ou políticos sobre o marxismo. Isso não quer dizer que suas análises sejam superficiais ou levianas e nem que desconsiderem a complexidade e as contradições da realidade;

4. Nessa esteira, Sartre (com Fanon, Lumumba e muitos outros) foi o *divulgador* do *terceiro mundismo*. Podemos encontrar, pelo menos em dois autores, a mesma afirmação. Em Michel Contat que resume o prefácio de Sartre ao livro de Fanon “Os condenados da terra” ao escrever: “Seu prefácio (...) é um dos textos mais violentos que ele

escreveu. Nele se encontra a formulação mais radical e literariamente a mais eficaz de uma posição que ele tinha tomado desde 1959, a da solidariedade política e prática com os combatentes argelinos. Esta posição é aqui generalizada ao conjunto das lutas dos países subdesenvolvidos e pode-se dizer que, por sua grande repercussão, o prefácio de Sartre e o texto de Fanon contribuíram para a criação, na França, do *terceiro mundismo* da juventude intelectual revolucionária”.¹² E, também, no texto do filósofo Paulo Arantes onde assegura: “Sartre visitaria o Brasil, na condição de principal ideólogo das promessas de redenção pelo Terceiro Mundo”¹³;

5. E, por fim, pode-se dizer que Sartre foi um *intelectual revolucionário*, engajado na *transformação* da sociedade capitalista, um partidário radical da revolução socialista que instaurasse, efetivamente, a liberdade entre os homens. Portanto, Sartre se inclui na tradição dos intelectuais revolucionários de Marx a Lukács.

De acordo com a tese do historiador catalão Joseph Fontana segundo a qual: “Desde os começos, nas manifestações mais primárias e elementares, a História tem tido sempre uma função social – geralmente a de legitimar a ordem estabelecida”¹⁴ e, também, conforme a tese de Jean Chesneaux: “O passado e o conhecimento histórico podem funcionar a serviço do conservadorismo social ou das lutas populares”,¹⁵ temos a pertinência da hipótese apresentada. Sobretudo, porque Sartre se dedicou à luta pela libertação dos países colonizados e ao apoio às revoluções do Terceiro Mundo: Argélia, Cuba e Vietnã.

Para o desenvolvimento das hipóteses levantadas lanço mão de um procedimento apropriado que leva em conta as seguintes categorias metodológicas: a *historicidade*, a *totalidade* e a *contradição*, no que se

¹² CONTAT; RYBALKA, 1970, p. 361.

¹³ ARANTES, 1994, p.29.

¹⁴ FONTANA, 1998, p. 15.

¹⁵ CHESNEAUX, 1995, p. 24.

refere à análise das posições políticas de Sartre relacionadas ao Terceiro Mundo.

De acordo com Michael Löwy, a categoria metodológica da *historicidade* implica a “afirmação da historicidade de todas as instituições, estruturas, leis e formas de vida social (...) uma concepção para a qual todos os produtos da vida social são historicamente limitados.” Por sua vez, a categoria metodológica da *totalidade* “não significa um estudo da totalidade da realidade, o que seria impossível, uma vez que a totalidade da realidade é sempre infinita, inesgotável (...) significa a percepção da realidade social como um todo orgânico, estruturado, no qual não se pode entender um elemento, um aspecto, uma dimensão, sem perder a sua relação com o conjunto” e, por fim, a categoria metodológica da *contradição*, que “sempre é uma análise das contradições internas da realidade”.¹⁶

Concretamente, será levada em conta a história do capitalismo, no geral, e a sua etapa imperialista colonialista, em particular. Isto é, o imperialismo “clássico” enquanto momento transitório do capitalismo cujas origens remontam à explosão da Segunda Revolução Industrial e cujos resultados são a formação de um mercado verdadeiramente mundial que integra, inexoravelmente, todos os países à lógica da exploração capitalista industrial, ao mesmo tempo em que engendram as contradições sócio-econômicas, multiplicando as distâncias entre os países industrializados e os não industrializados. Daí resultam os fenômenos da colonização e com ela, da dependência e do subdesenvolvimento econômicos.

Os países não industrializados que, no movimento geral de descolonização, ao longo das décadas de 1940, 1950, 1960 e até 1970 (o Vietnã) emergem como os denominados países do Terceiro Mundo, colocam uma série de novos problemas sócio-econômicos, políticos e

¹⁶ Todas as citações são de Michael Löwy como se apresentam em ***Ideologias e Ciência Social***, 2006, p. 15-17.

culturais à história do século XX, tanto nos planos interno (nacional), quanto externo (mundial).

Em relação a Sartre, as suas posições políticas sobre o Terceiro Mundo devem ser vistas, por um lado, como um momento particular e, por outro, inseridas no quadro mais amplo de sua própria trajetória. Ainda que esta seja uma exigência que se impõe à adequada consideração do “objeto”, não demanda, contudo, um estudo ou uma interpretação original, exclusiva, de minha parte. Para tanto, é suficiente lançar mão de uma literatura a respeito (as biografias sobre Sartre, as suas entrevistas, os diversos estudos marxistas e não marxistas sobre sua obra) para destacar seja o modo como o seu engajamento político se relaciona à sua trajetória, quanto para demarcar o espaço efetivo que suas preocupações e posições políticas sobre o Terceiro Mundo ocupam, efetivamente, nela.

Basicamente, a literatura (marxista) sobre a obra de Sartre parte do princípio da *unidade contraditória* na trajetória de Sartre, dada pela sua concepção (e busca) da *liberdade*, porém, sua concepção (e busca) da *liberdade* sofre mutações significativas ao longo da História, a ponto de contradizer a sua concepção (e busca) inicial da liberdade. A análise filosófica que Sartre sustenta sobre a resistência à tortura, à época da Guerra da Argélia, é tipicamente “existencialista”. Para Sartre, a delação ou não do supliciado, mediante os castigos corporais impostos pelo carrasco, depende da livre escolha (relacionada ao projeto original) feita pelo indivíduo.

No entanto, as definições e as posições políticas de Sartre sobre o colonialismo, sobre as origens (econômicas) do racismo e, inclusive, da tortura, colocam entre parênteses a sua filosofia da liberdade. Em um primeiro momento, a liberdade é definida por Sartre no plano teórico-filosófico, qual seja, do ponto de vista ontológico, portanto, de modo “a-histórico”, conseqüentemente, abstrato e no nível estritamente individual. Sob o “impacto da História” e tendo em vista a

assunção do marxismo como “filosofia insuperável”,¹⁷ Sartre passa a considerar a liberdade no plano concreto e coletivo, isto é, no âmbito da luta de classes. O proletariado europeu e os colonizados do Terceiro Mundo devem, por sofrerem a exploração capitalista, reconhecer sua solidariedade de interesses e lutar juntos para a destruição da sociedade capitalista, via revolução, e na edificação da sociedade socialista, a única condição para a efetivação do “reino da liberdade”.

A *nova condição* para a realização da liberdade entre os homens será, para Sartre, uma questão de “condicionamento pelas proteínas”, como diz numa entrevista a Jacques-Alain Miller. A entrevista, de 1960, explicita a posição que Sartre assume e pela qual lutará até o fim de sua vida:

em nome de dois princípios que vêm juntos: primeiro, ninguém pode ser livre se todo mundo não o é; segundo, eu lutarei pela melhoria do nível de vida e das condições de trabalho. A liberdade, não é metafísica, mas prática, é condicionada pelas proteínas. A vida será humana a partir do dia em que todo mundo puder comer e saciar sua fome e todo homem poderá exercer um ofício nas condições que lhe convém. Eu lutarei não somente por um nível de vida melhor, mas também pelas condições de vida democráticas para cada um, pela libertação de todos os explorados, de todos os oprimidos.¹⁸

Mas qual a importância deste estudo?

Pelo fato desta pesquisa ser um *desdobramento* da Dissertação de Mestrado e uma investigação sobre as posições políticas de Sartre relacionadas ao Terceiro Mundo, isto já a justifica. Podemos, contudo, apresentar outros motivos igualmente relevantes. Não há estudos que contemplem o tema proposto. Muito embora possamos afirmar que Sartre está entre os pensadores mais estudados do século XX, a maioria dos

¹⁷ Isso não significa que Sartre pouparia o marxismo de suas críticas. Muito pelo contrário. Justamente por considerá-lo “como filosofia insuperável” é que Sartre pensava em fornecer-lhe o máximo de vitalidade já que, segundo ele, se degenerava em dogmatismo como prova o stalinismo e a própria concepção de dialética da natureza cara ao marxismo. Pelo menos em três textos podemos encontrar as discussões: em **Materialismo e revolução** (1946), de forma mais sistemática na monumental **Crítica da razão dialética** (1960) e, em meados da década de 1960, no debate realizado entre Sartre e diversos intelectuais comunistas na *Mutualité: **Marxismo e existencialismo: controvérsias sobre a dialética*** (1966).

¹⁸ SARTRE, J.-P. “Entretien avec Sartre”. Interview par Jacques-Alain Miller. **Les Cahiers Libres de la Jeunesse**, n.1, 15 fév. 1960, *apud* CONTAT; RYBALKA, 1970, p. 353.

estudos realizados se relacionam às suas obras filosófica e literária, seguida pelos estudos dos cientistas sociais, na maioria sociólogos e, em menor proporção, historiadores que tratam de certos aspectos políticos da obra de Sartre, sobretudo, relacionados ao comunismo.¹⁹

Sem dúvida, a revista fundada e dirigida por Sartre em 1945 – *Les Temps Modernes* – é o observatório mais privilegiado para o acompanhamento da produção intelectual mundial sobre os mais variados problemas da história do século XX, particularmente, sobre o Terceiro Mundo, tanto em seus aspectos culturais, políticos, como nos econômicos e sociais. Diversos autores com variadas matizes político-ideológicas de esquerda como Jean Chesneaux, Michael Löwy, Daniel Guérin, Fidel Castro, Mostefa Lacheraf, Régis Debray, etc. escreveram para a revista.

Há pelo menos três bons estudos sobre a revista *Les Temps Modernes*. O livro de Michel-Antoine Burnier “Os existencialistas e a política”, originalmente, uma Dissertação de Mestrado apresentada ao Instituto de Estudos Políticos de Paris em 1963, versa sobre as posições políticas dos existencialistas que se reúnem em torno da equipe da revista *Les Temps Modernes*. O autor foca suas considerações sobre as posições de Maurice Merleau-Ponty e em maior grau, Jean-Paul Sartre, com brevíssimas referências ao Terceiro Mundo. O trabalho de Ana Boschetti: “*Sartre e Les Temps Modernes: une entreprise intellectuelle*” e a Dissertação de Mestrado de Florence Pillot: “*Aux origines du tiers mondisme: l’évolution de la revue Les Temps Modernes sur les questions coloniales*”.

O único trabalho sobre Sartre e o Terceiro Mundo é o da tunisiana Nouredinne Lamouchi: “*Sartre et le Tiers Monde: rhétorique d’un discours anticolonialiste*”.²⁰ Como o subtítulo indica, trata-se, essencialmente, de uma análise do discurso. Apesar do levantamento de periódicos realizado por Nouredinne (parte apoiada em *Les écrits de*

¹⁹ O que pode ser facilmente constatado pelo acompanhamento da produção bibliográfica mundial sobre a obra de Sartre. Vide os dados dessa produção no site www.jpsartre.org e no livro de Michel Contat e Michel Rybalka. **Sartre: bibliographie 1980-1992**. Paris: CNRS Éditions, 1993. Cabe mencionar a existência de pelo menos uma revista francesa, editada em Paris, especializada na obra de Sartre: **Études Sartriennes: Cahiers de Sémiotique Textuelle**.

²⁰ Originalmente uma Tese de Doutorado em Letras, defendido na Université Paris VII e depois publicado em 1996, pela Editora parisiense L’Harmattan.

Sartre), sua análise restringe-se a pouquíssimos textos políticos de Sartre sobre a Argélia e, mais, sobre a África negra e o problema do racismo. Nourredine privilegia o texto de Sartre *Orfeu negro* e toda a interlocução do filósofo com Frantz Fanon e o seu *Condenados da terra* e em menor grau Patrice Lumumba (mas tendo apenas como referência o próprio texto de Sartre sobre *O pensamento político de Patrice Lumumba*) e, por fim, Albert Memmi e seu *Retrato do colonizado precedido pelo retrato do colonizador*. Em duas partes a autora divide o seu livro: “O itinerário político de Sartre” e a “Retórica política de Sartre”, que, por sua vez, subdividem-se em várias seções e capítulos. Na primeira parte, Lamouchi apresenta as “fases” da trajetória de Sartre: a do “apolitismo” e “anticolonialismo humanista (1934-1950)”, a “do realismo político ao radicalismo anticolonialista (1950-1960)” e, por fim, a do “*terceiro mundismo* sartriano (1960-1975)”. Na segunda parte, dedica-se exclusivamente à análise do discurso de Sartre sobre o Terceiro Mundo.

Não podemos deixar de mencionar ainda os importantes estudos sobre o engajamento dos intelectuais em perspectiva histórica. Aliás, os historiadores vêm se preocupando cada vez mais com a temática, apesar de não terem tradição no estudo, ao contrário dos sociólogos. Atesta-nos as publicações realizadas na França a partir da década de 1990 e os eventos e obras lançadas a partir do ano 2000, no Brasil.²¹

Na França, há pelo menos três bons estudos realizados por Jean François Sirinelli “*Les intellectuels en France: de l’affaire Dreyfus à nous jours*” (este, em parceria com Pascal Ory), *Intellectuels et passions françaises: manifestes et pétitions au XXe siècle* e *Deux intellectuels dans le*

²¹ Como se vê, a pesquisa parte de um problema atual, isto é, o papel dos intelectuais face aos embates concretos em sua sociedade. Esse procedimento poderia muito bem alinhar-se, por um lado, ao “método regressivo” de Marc Bloch, que, segundo Le Goff, constitui o seu “legado essencial”, mas cuja “herança tem sido até agora muito insuficientemente recolhida e explorada” (LE GOFF, J. “Prefácio”. In: BLOCH, 2001, p. 25) e, por outro lado, assemelhar-se ao “método progressivo-regressivo” de Sartre, de acordo com Jameson. Este método, para Jameson, deve partir do presente, após ter trabalhado analiticamente, “em direção ao que deve ter sido o significado e o valor dos atos passados, para no momento de sua representação, recriá-los, sinteticamente, no pensamento, de tal forma que justiça seja feita a sua original riqueza e complexidade”. In: JAMESON, 1985, p. 174.

siècle: Sartre et Aron e um por Benoît Denis: “*Littérature et engagement – de Pascal à Sartre*”, com tradução em português e publicação brasileira.

Na sociedade brasileira, os debates entre e sobre os intelectuais têm ganhado importância também a partir da década de 1990, sobretudo, após a eleição à presidência do sociólogo Fernando Henrique Cardoso e, em seguida, pela vitória histórica de Luis Inácio Lula da Silva. A eleição de Lula à Presidência da República conduziu alguns intelectuais “ao poder”, como foi o caso do cientista político Marco Aurélio Garcia à assessoria do presidente, levou outros ao desligamento do Partido dos Trabalhadores (o sociólogo Francisco de Oliveira) e outros, ainda, condenou ao “ostracismo do silêncio” (a filósofa Marilena Chauí), após o escândalo do “mensalão”.

Em meados do 2000, duas excelentes obras compilam textos de diversos autores com matizes político-ideológicas variadas, sobre a relação dos intelectuais e a sociedade. São elas: “*Combates e utopias: os intelectuais num mundo em crise*”, organizado por Dênis de Moraes, e “*O Silêncio dos Intelectuais*”, organizado por Adauto Novaes. Trata-se, na verdade, do resultado do seminário homônimo também idealizado por Adauto Novaes e realizado, em 2005, simultaneamente, no Rio de Janeiro, Belo Horizonte, São Paulo e Brasília.

Enfim, cabe mencionar a produção acadêmica brasileira dos últimos anos sobre Sartre. Boa parte dessa produção são da USP e pertencem à área de Filosofia. São os trabalhos de Camila Salles Gonçalves, de Cristina Diniz Mendonça, o livro organizado por Igor Alves da Silva, o de Franklin Leopoldo e Silva, dois trabalhos da UNICAMP, ambos de Luís Contadori Romano, um da UFSCar, o de Luciano Donizetti da Silva e o livro de Deise Quintiliano.²²

²² Respectivamente: ***Historicidade, psicanálise e desilusão na obra de Jean-Paul Sartre*** (FFLCH/USP, 1991, Tese de Doutorado), ***O mito da resistência: experiência histórica e forma filosófica em Sartre: uma interpretação de L'Être et le Néant*** (FFLCH/USP, 2001, Tese de Doutorado), ***O drama da existência: estudos sobre o pensamento de Sartre*** (São Paulo: Humanitas, FFLCH/USP, 2003), ***Ética e literatura em Sartre: ensaios introdutórios*** (São Paulo: Editora UNESP, 2004), ***A passagem de Sartre e Simone de Beauvoir pelo Brasil em 1960*** (Campinas/SP: IEL/UNICAMP, 2000, Tese de Doutorado) e ***A vertigem do sentido na obra de Jean-Paul Sartre*** (Campinas, IEL/UNICAMP, 1992, Dissertação de Mestrado), ***Existencialismo e***

Mas por quê escassos estudos sobre as posições políticas de Sartre sobre o Terceiro Mundo? Será que a indagação de Marc Ferro também não nos dá a resposta?: “não é sintomático que nas grandes obras de reflexão sobre a memória ou sobre o passado – da França – nunca se fale das sociedades coloniais? Será uma omissão, um ato falho ou um tabu?”²³ A argumentação de Annie Cohen-Solal, no mesmo sentido, constata a interdição, entre os franceses, do tema do colonialismo. Ela afirma: Sartre “ficou ainda mais desvalorizado na França (...) a imagem dele é terrível (...) porque atacou elementos bem específicos da sociedade francesa (...) o colonialismo, a colaboração, a tortura durante a Guerra da Argélia. São coisas que os franceses não querem ouvir, ao contrário das pessoas dos outros países (...). Sartre era um professor revolucionário”.²⁴

Estudar as posições políticas de Sartre não seria anacrônico se considerarmos seu engajamento e as questões por ele suscitadas ou os acontecimentos aos quais ele se reporta como já datados e, portanto, superados? Ora, sua filosofia também não seria datada? Não seria própria de uma época que colocava suas próprias questões e que, hoje, também estariam superadas? Não seria anacrônico querer tomar suas posições políticas como norte para a reflexão ou mesmo a tentativa de resolução de situações que exigiriam a formulação de outros questionamentos e outras respostas, atualmente?

Por certo, o ofício do historiador não pode deixar de considerar a *historicidade* do engajamento de Sartre. Mas igualmente no mesmo ofício deve perceber que algumas situações postas ao longo das décadas de 1950, 1960 e 1970, no contexto das lutas de descolonização e da emergência do Terceiro Mundo, ainda repercutem com graves e sérias conseqüências ao mundo europeu e, sobretudo, aos colonizados.

marxismo: a filosofia de Sartre entre a liberdade e a História (UFSCar/SP, 2006, Tese de Doutorado) e **Sartre: philia e autobiografia** (Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2005).

²³ Em sua **História das Colonizações, das conquistas às independências - séculos XII a XX**, p.13.

²⁴ Na ocasião de sua entrevista para a **Folha de São Paulo** em agosto de 2005, quando lançava, no Brasil, outra biografia sobre Sartre.

A nova *Lei de Imigração*, aprovada pelo Parlamento Europeu em junho de 2008, que criminaliza a imigração ilegal, impondo-lhe severas penalidades, a despeito da crítica que engendrou tanto por parte de grupos de defesa dos Direitos Humanos como pelo Secretário-Geral da Organização dos Estados Americanos (OEA) está programada para entrar em vigor em 2010. A nova medida (que intenta solucionar o problema) parece confirmar, não obstante, que a história da colonização em seus resultados mais perniciosos à comunidade europeia e a do Terceiro Mundo insiste em nos interpelar. Devemos reconhecer a *historicidade* dos fatos do passado, mas também reconhecer quando alguns deles, sobretudo em *seus resultados* ou em *seus desdobramentos*, permanecem entre nós. Desse modo, podemos evitar o anacronismo ou a “ressurreição dos mortos”. Eis a importância da História, enquanto ciência que nos permite explicar o presente em seus aspectos econômico-sociais e políticos (que afetam a muitos) tendo em vista a análise do passado para possibilitar uma – necessária – (re)projeção do futuro.²⁵

Nessa esteira reportar à conferência de Sartre para o debate a respeito da publicação do livro “Os trabalhadores africanos na França”²⁶ é de uma impressionante atualidade. Um dos aspectos do livro destacado por Sartre reside na precariedade da situação do trabalhador imigrante africano que não é reconhecido legalmente pelo governo francês. No entanto, este mesmo governo sabe da existência desses imigrantes – daí o mito da clandestinidade – que contribui para a economia francesa. Como os imigrantes ilegais são, em sua grande maioria, homens adultos, o Estado não arcou com as despesas de sua infância e não arcará com as despesas de sua velhice, quando não mais forem “produtivos”. São eles também que realizam os piores trabalhos manuais, desprezados pelos franceses e, por fim, não são integrados culturalmente na sociedade, seja

²⁵ Como propõe Joseph Fontana em *História: análise do passado e projeto social*, 1998.

²⁶ SARTRE, Jean-Paul. *El Tercer Mundo comienza el los subúrbios*. In: _____. **Escritos Políticos 3**, 1987. Intervenção oral no curso de um debate organizado pela UGIS em 1970.

pela língua,²⁷ em que se prefere que não a aprendam efetivamente para que não se comuniquem com seus “camaradas franceses” e para que não se forme uma “elite”, “porque ‘se não há elite, não há problemas’, como diziam no Congo Belga”,²⁸ seja pelo racismo. Por fim, toda essa situação os expõe, permanentemente, ao risco de expulsão pela mínima infração.

Ora, as comemorações francesas do Primeiro de Maio em Paris, em 2008, são marcadas justamente pela manifestação dos imigrados africanos, sobretudo, dos negros (será que algo mudou na sua condição, a não ser pelo enrijecimento da política de imigração aos ilegais, passados trinta e nove anos daquela situação denunciada por Sartre?) que reivindicam a sua “regularização” e sua integração efetiva à sociedade francesa. Importante mencionar que as notícias dos jornais destacaram que as gerações intelectuais veteranas do Maio de 1968 ali estavam presentes para apoiar a manifestação.

Porém, no Brasil, no mesmo Primeiro de Maio, as comemorações se dão de uma forma um tanto distinta das comemorações francesas. Nada de protestos por parte dos trabalhadores, como se vivêssemos “no melhor dos mundos possíveis”, como ironiza Voltaire em *Cândido ou o otimista*. A Central Única dos Trabalhadores (CUT) e a Força Sindical organizam uma grande festa de música sertaneja onde foram sorteados carros e casas aos participantes!

Diante do quadro, retomar Sartre e suas propostas a respeito da importância e da responsabilidade dos intelectuais talvez seja oportuno, aliás, o que vêm fazendo as publicações e os ciclos de debates entre a intelectualidade brasileira, como vimos. Logo, o estudo proposto sobre as posições políticas de Sartre relacionadas ao Terceiro Mundo

²⁷ Posso comprovar pessoalmente o fato. Em minha viagem de pesquisa a Paris em 2008, conversei com um jovem proveniente do Oeste da África que trabalhava num típico *auberge de la jeunesse* realizando serviços gerais. Perguntei a ele quanto tempo fazia que estava em Paris e me respondeu que há 5 anos. O francês dele era muito ruim tendo em vista o tempo de sua estada. Também perguntei se ele conhecia o Museu do *Louvre* e a resposta foi negativa, mesmo sabendo que pelo menos um domingo de cada mês a entrada é gratuita.

²⁸ SARTRE, J.-P. *El Tercer Mundo comienza el los subúrbios*. In: _____. **Escritos Políticos** **3**, 1987, p. 35.

muito provavelmente pode lançar luz sobre diversas questões da ordem do dia, rejeitando, veementemente, a tagarelice da “tese pós-moderna” que proclama apocalipticamente o “fim da história”.

PARTE I – AS POSIÇÕES POLÍTICAS DE JEAN-PAUL SARTRE E O TERCEIRO-MUNDO (1947-1979)

Julguei sempre que as idéias se desenham nas coisas e que já estão no homem, quando ele as desperta e as exprime para explicitar sua situação.²⁹

CAPÍTULO 1

A EMERGÊNCIA DO TERCEIRO MUNDO NAS (PRE)OCUPAÇÕES POLÍTICAS DE SARTRE

Introdução

Para apresentar a emergência do Terceiro Mundo nas (pre)ocupações políticas de Sartre é preciso, antes, contextualizar historicamente o processo de descolonização e as origens do que denominou-se, nos anos 1950, 1960 e 1970, países do Terceiro Mundo. Já que para Sartre “o curso dos acontecimentos muda os homens”³⁰ notaremos a *radicalização* das suas posições políticas, tendo em vista a Guerra da Argélia, a Revolução Cubana e a Guerra do Vietnã. A característica fundamental das posições políticas de Sartre sobre o Terceiro Mundo é que são tributárias do marxismo e de seu respectivo método dialético.

²⁹ SARTRE, J.-P. “Prefácio ao ‘Retrato do colonizado, precedido pelo retrato do colonizador’”. In: _____. **Colonialismo e neocolonialismo. (Situações V)**, 1968, p. 43.

³⁰ SARTRE, J.-P. “Sartre responde”, **Le Nouvel Observateur**, 8 avr. 1965, In: **Escritos Políticos 2. Sobre el colonialismo**, 1987, p. 137.

1. A expansão capitalista, o imperialismo colonialista e o imperialismo neocolonialista

O processo de expansão do capitalismo industrial europeu que cria o mercado mundial resulta no imperialismo³¹ colonialista que surge no último quartel do século XIX e estende-se, sob outras formas, pelos séculos XX e XXI. Sua formação está diretamente ligada à grande crise do estágio capitalista de livre-concorrência, isto é, à Grande Depressão de 1870. Para resolver a crise de superprodução de 1870, os países industriais europeus necessitam de um “*vasto esforço de exportação*”, daí “a luta pela dilatação de seus espaços de acumulação e reprodução”³² e da emergência do capital monopolista. Sartre afirma que o capitalismo em escala mundial pôde evitar ou atenuar numerosas crises, pelo menos no tempo do colonialismo clássico, graças ao deslocamento de investimentos e à existência de seus mercados coloniais.³³

Muito embora o imperialismo seja resultado de um mesmo processo histórico, isto é, do processo de expansão do capitalismo que cria o mercado mundial,³⁴ apresenta, ao longo dos séculos supracitados,

³¹ A origem da expressão “imperialismo”, em sua acepção moderna, “passou a fazer parte do vocabulário político e jornalístico nos anos 1890, no decorrer das discussões sobre a conquista colonial”. (HOBSBAWM, 1989, p.92).

³² MELLO, 2001, p. 124-125. José Flávio Saraiva corrobora a assertiva de Mello ao dizer que “a crescente competição, gerada pela renovação tecnológica e pelo aumento da capacidade produtiva, começou a produzir certas características críticas, como o alto nível de excedentes produtivos e uma forte concentração de capital. O aumento crescente da atividade capitalista não encontrava respaldo na circulação e no consumo interno na Europa. Assim, qualquer solução da crise teria de ultrapassar as fronteiras européias e iniciar um movimento migratório de capital em direção a outras áreas. Implícitos na exportação de capitais estava o deslocamento de mercadorias européias e a busca de matérias primas baratas. Foi esta a porta de entrada da África no mundo contemporâneo: a espoliação por um projeto expansionista da Europa”. (SARAIVA, 1987, p. 27).

³³ SARTRE, J.-P. ‘Entretien avec Sartre’. *Voie Communiste*, n.20, fev. 1961.

³⁴ Para François Chesnais, “a teoria do imperialismo desenvolvida no início do século (XX) é a pedra angular da teoria da mundialização do capital. Ela fundamenta a análise da mundialização em termos de totalidade sistêmica mundial, diferenciada e fortemente hierarquizada, ao mesmo tempo, combinando relações econômicas e relações políticas,

diferentes determinações.³⁵ A expansão capitalista não é produto de uma inevitabilidade histórica, mas, necessidade imanente do sistema capitalista. O mercado mundial, resultado desse tipo de expansão, é imposto pelos países industrializados aos não industrializados. Constitui-se, portanto, por uma relação de força, de dominação. Em outras palavras, este mercado mundial é criado por meio da dominação colonial. Esse tipo de dominação adquire formas diferentes ao longo do processo: inicialmente, uma dominação colonial que vigora entre 1875 e 1914, em seguida, uma dominação neocolonial de 1914 a 1973 e, desta última data até os dias atuais, o que muitos autores denominam o “novo imperialismo”.³⁶

A importância e a vantagem de se trabalhar com o conceito de imperialismo, segundo Michael Löwy, consiste no fato de que, graças a ele, “o marxismo é capaz de evitar as armadilhas do falso universalismo eurocêntrico (ou ‘ocidental’), que pretende se impor em todos os países do mundo (particularmente naqueles da periferia) sob o disfarce de ‘civilização’, a dominação do moderno modo de vida burguês/industrial, propriedade privada, economia de mercado, expansão econômica ilimitada, produtivismo, utilitarismo, individualismo possessivo e

relações entre os Estados e também entre classes. Na base desta totalidade encontra-se o que Marx chamava de ‘o mercado mundial’” (CHESNAIS, 2007, p. 52).

³⁵ Seria interessante desenvolver e explicar como essas diferentes determinações ocorrem. No entanto, isso fugiria muito aos objetivos deste capítulo. Na “Bibliografia Geral” discrimino alguns dos principais textos que trabalham com a questão, vide, por exemplo, os textos de François Chesnais e de Atílio Boron, Gregory Albo, Aijaz Ahmad, David Harvey e Atílio Boron, todos no livro organizado por Leo Panitch e Colin Leys (2004) e Samir Amin no livro organizado por Atílio Boron (2004). Excelentes sínteses podem ser encontradas nos livros de José Paulo Netto (2004) e de Alex Fiúza Mello (2001) sobre a questão.

³⁶ Não há um consenso em relação à utilização do termo “novo imperialismo”. Ele é utilizado por David Harvey em “O novo imperialismo: acumulação por espoliação” e também por Gregory Albo em “A velha e nova economia do capitalismo” que também utiliza o termo “imperialismo contemporâneo”. (In: PANITCH; LEYS, 2006). Outros preferem utilizar apenas “imperialismo contemporâneo”, como Samir Amin em “Geopolítica do imperialismo contemporâneo” e Leo Panitch e Sam Gindin em “Capitalismo global e império norte-americano” (ibid.) e, finalmente, Atílio Boron que prefere a expressão “imperialismo atual” em “Hegemonia e imperialismo no sistema internacional” (BORON, 2004). Há um consenso em caracterizar o “novo imperialismo” como a fase da “mundialização financeira do capital” cuja centralidade política e econômica é exercida pelos EUA e pelos mercados financeiros da Europa (Inglaterra e Alemanha) e Japão.

racionalidade instrumental”.³⁷ Veremos como Sartre critica o suposto universalismo burguês no que concerne ao colonialismo francês, no Capítulo 2.

O imperialismo colonialista (1875-1914) é a expansão em nível mundial das relações capitalistas de produção aos países afro-asiáticos que se tornam colônias das principais potências industriais européias. Trata-se de um sistema institucionalizado de dominação política, de exploração econômica e de sujeição cultural de um Estado, a “periferia” do sistema, a colônia, sobre outro, o “centro” do sistema, a “metrópole”. De qualquer modo as sociedades afro-asiáticas se integram ao mercado mundial (governado por preços mundiais), mas, não de forma simétrica,³⁸ pois, os termos de troca se estabelecem mediante uma relação desigual de forças entre os países industrializados e os não industrializados.

Toda a vida social dos países da “periferia” está obrigada a se organizar em função das necessidades industriais dos países capitalistas e permanece, portanto, limitada a essa satisfação.³⁹ As colônias são impedidas de desenvolverem suas indústrias o que as condena ao subdesenvolvimento e à dependência econômica, em suma, ao impedimento da acumulação interna de riquezas que poderiam ser investidas na industrialização. Daí as características fundamentais de suas economias: economia agrícola, exportadora, complementar (ou seja, a economia colonial como mera extensão da economia capitalista), especializada, monocultora e latifundiária (no esquema da *plantation*). Os países colonizados estão sempre “atrasados”, “subdesenvolvidos”,

³⁷ LÖWY, Michael. “Nacionalismo e nova ordem mundial”. In: NOVAES, 2003, p. 277.

³⁸ Gonzáles utiliza o termo “vinculação”. Segundo o mesmo autor, a vinculação entre países capitalistas avançados e zonas subordinadas (pelo controle direto e/ou indireto) recebeu vários nomes: relação entre capital e meio não capitalista (Rosa Luxemburgo); políticas financeiras da fase monopolista do capital no momento da repartição do mundo (Lênin); imperialismo colonialista ou questão colonial (para quem estuda o papel e significado das nações surgidas durante a ascensão do capitalismo) e desenvolvimento desigual e combinado (em que as formas modernas de produção combinam-se com formas atrasadas de produção) (Trótsky). (GONZÁLES, 1984, p. 20-22).

³⁹ De acordo com Leticia Canêdo, “a máquina administrativa de domínio e exploração colocou a mão-de-obra colonial a serviço da nação colonizadora para construir pontes, ferrovias, estradas, canais e portos para escoamento dos minérios e outros produtos para o embarque sem nenhum cuidado com as necessidades da população local”. (CANÊDO, 1988, p. 9).

“dependentes”⁴⁰ em relação ao centro dinâmico industrial capitalista “avançado”, “desenvolvido”.

Esse período histórico fica conhecido como a “era dos impérios” (no célebre livro de Hobsbawm), isto é, o momento de constituição da maioria dos grandes impérios coloniais europeus (sobretudo inglês, francês, alemão e belga) nos continentes africano e asiático e inaugura, de acordo com o mesmo autor, o maior fato histórico do século XIX: a economia global única, isto é, uma rede de transações econômicas, de comunicações e movimento de bens e de dinheiro e de pessoas. Esse fato não era novo, mas é acelerado durante o período. As exportações européias são quadruplicadas, as navegações mercantis duplicadas e a rede ferroviária quintuplicada. Os impérios e seus imperadores são antigos, mas o imperialismo é novíssimo.⁴¹

O processo de aceleração da economia global única resulta da necessidade de desenvolvimento tecnológico da Segunda Revolução Industrial e da sociedade do momento. A indústria européia passa a exigir a obtenção de matérias-primas (petróleo, borracha, estanho, cobre, etc.) e a população, produtos alimentícios – açúcar, chá, café, cacau, frutas, etc., das colônias. Eis porque as *plantations* – as grandes propriedades rurais – os comerciantes e financistas metropolitanos constituem os pilares das economias imperiais, de acordo com Hobsbawm. Esses fatos transformaram os países afro-asiáticos em produtores especializados fornecedores de matérias-primas que complementam a economia metropolitana. Mas, o imperialismo, além de fenômeno econômico e político, constitui-se também como fenômeno cultural: a conquista do globo pelas imagens, idéias e aspirações do Ocidente, a “ocidentalização” do mundo.⁴²

O imperialismo neocolonialista (de 1914 a 1973) é a expansão em nível mundial das relações capitalistas de produção (na sua fase

⁴⁰ Uma intensa discussão a respeito da adequação ou não dos conceitos “subdesenvolvimento” e “dependência” à realidade dos países que passam a ser denominados de Terceiro Mundo realiza-se em meados dos 1960 e 1970. O texto de Gonzáles **O que é subdesenvolvimento** (1984) pode servir de boa introdução ao tema.

⁴¹ HOBBSAWM, 1989, passim.

⁴² Ibid.

monopolista) aos países afro-asiáticos e latino-americanos que se tornam “neocolônias” das principais potências industriais européias e, sobretudo, dos Estados Unidos da América. Trata-se de um sistema informal de colonização que mantém sob dependência econômica as ex-colônias que proclamaram sua independência política.

Os Estados Unidos da América, em fins do século XIX, desenvolvem o imperialismo neocolonialista em relação à América Latina, isto é, um imperialismo sem a constituição de colônias no sentido próprio do termo, mas com a ingerência política e a dominação econômica dos países que adquiriram a “independência”. A “vocação imperialista” norte-americana j a estava delineada desde a elabora o da Doutrina Monroe em 1823, mas tem a oportunidade de se concretizar, em Cuba, com a Emenda Platt (1902). Na realidade, os Estados Unidos colocam em prática duas políticas imperialistas contraditórias: na Ásia, a política de ‘portas abertas’ em que todas as potências têm os mesmos direitos de participa o comercial e financeira e a Doutrina Monroe, que, exclusivamente, estabelece a “América para os americanos”.⁴³

Finalmente, o terceiro estágio do imperialismo, o “novo imperialismo” (a partir de 1973 até os dias atuais)   a expansão do capitalismo financeiro em nível mundial, ou a “mundializa o financeira do capital”, essencialmente, estabelecidos e dominados pelos Estados Unidos, a Europa (sobretudo a Alemanha) e o Japão, mas cujo centro hegemônico   exercido pelos Estados Unidos. Esse capitalismo financeiro “continua a ter no centro da sua dinâmica o protagonismo dos monopólios”.⁴⁴

A expansão capitalista, na “era dos impérios”, que cria o mercado mundial, apresenta, contraditoriamente, um duplo processo. Por um lado, engendra a ruptura da ordem e do equilíbrio das sociedades tradicionais pela distor o de sua economia.⁴⁵ A principal responsável pela distor o da economia tradicional   a introdu o da propriedade

⁴³ BRUIT, 1987, p. 47.

⁴⁴ NETTO; BRAZ, 2004, p. 171-172. Certos autores, como Aijaz Ahmad em **O imperialismo do nosso tempo**, inclusive, afirmam que não há “triade imperial”, mas apenas uma única potência imperialista contemporânea, os Estados Unidos da América.

⁴⁵ CHALIAND, 1977.

privada da terra pela expropriação da propriedade coletiva camponesa (estatal, familiar ou tribal), desestruturando completamente as sociedades tradicionais que conhecem o êxodo rural e a intensa urbanização com o conseqüente elevado crescimento demográfico e o surgimento de um proletariado industrial ou agrícola, até então, inexistentes.⁴⁶ O resultado final desse processo é o subdesenvolvimento⁴⁷ e a dependência econômica e, no plano psico-cultural, podemos apontar ainda, o complexo de inferioridade e o racismo.⁴⁸ O problema do elevado crescimento demográfico, dentre outros, torna-se bastante grave. Isso pode ser confirmado tanto pela importância que Sartre dá ao fenômeno quanto por estudiosos como Chaliand e, mais recentemente, por Eric Hobsbawm. Ambos afirmam que nenhum estudo sobre o Terceiro Mundo pode prescindir da consideração sobre a “explosão demográfica”.

Por outro lado, a expansão capitalista, nos planos social e político-ideológico, engendra elementos modernizadores que têm papel fundamental no processo de descolonização. No plano social, o principal elemento modernizador é a formação de uma nova classe social: a pequena burguesia (administrativa, intelectual e militar). No plano ideológico, o desenvolvimento do nacionalismo e do marxismo,⁴⁹ ideologias predominantes na maioria dos movimentos de libertação colonial e, no plano político, o aparecimento de formas parlamentares e republicanas

⁴⁶ CHALIAND, 1977.

⁴⁷ De acordo com Fontana: “Havia duas versões distintas dessa mesma prospectiva. Uma delas, a que supunha que o desenvolvimento se produziria no marco de uma economia capitalista, formulou-se no chamado “ponto quarto” do discurso sobre o estado da União do presidente Truman, de janeiro de 1949. Nele, se apresentava um programa para proporcionar aos países subdesenvolvidos – e convém assinalar que esta parece ser a primeira vez que surge tal denominação para designar os países economicamente atrasados – ajuda técnica, de modo que, com a colaboração dos meios de negócios e do capital privado dos países adiantados e, em primeiro lugar, dos próprios Estados Unidos, pudessem, não só obter mais alimentos e melhorar o seu nível de vida, como também, diz literalmente, “aumentar em grande medida a sua atividade industrial”. FONTANA, 1998, p. 269. Portanto, “a superação do subdesenvolvimento, da crise econômica e da fome generalizada não poderá realizar-se sem um reordenamento estrutural dentro desses Estados”. (SARAIVA, 1987, p. 2), o que Sartre já afirmava em meados dos anos 50.

⁴⁸ O racismo é traço estrutural do colonialismo. (FERRO, 2004, p. 30).

⁴⁹ CHALIAND, 1977, passim. Contudo, não podemos superestimar o papel do marxismo como ideologia revolucionária, a não ser no Vietnã, em Cuba a partir de 1961, e nos países da África de colonização portuguesa como Angola e Moçambique. Hobsbawm (1989) inclusive defende que os partidos comunistas não se tornaram força nos movimentos de libertação nacional e na América Latina as grandes forças de mudança política foram os políticos civis e os exércitos.

ainda que teoricamente democráticas. Mas, indubitavelmente, o nacionalismo é o principal elemento da unidade dos movimentos de libertação nacional afro-asiáticos.

O processo da dominação colonial (econômica) se efetiva, pelo menos, de duas formas: pela dominação militar e pela dominação política. Ambas contam com o apoio e a participação das camadas dirigentes tradicionais na administração colonial, que varia dependendo do país colonizador. A administração francesa é direta, os autóctones assumem postos subalternos na administração, e a inglesa, indireta, os autóctones exercem papéis importantes na administração. De qualquer maneira, o Estado⁵⁰ exerce um papel central na proteção dos interesses das classes dirigentes coloniais. Sua intervenção ocorre por meio de arrecadação de impostos *per capita* ou casa, pela expropriação de terras (Sartre destaca o fato), pela expropriação da força de trabalho, pela educação ocidentalizada e pela tutela da ação missionária e civilizacional. O Estado responsabiliza-se “pelo estabelecimento de estruturas econômicas novas e busca integrar a economia colonial à economia metropolitana e todo o processo capitalista mundial”. Ele impõe relações capitalistas, desenvolvendo classes sociais locais intermediárias e necessárias à penetração capitalista, com características repressiva e autoritária, que inclusive foram preservadas nos Estados que adquirem a sua independência política.⁵¹

Os Estados europeus constituem-se como o principal agente da colonização, “quando a abertura de novos mercados em outros continentes impôs ações de maior risco e, principalmente, maior custo”, por isso, “tornaram-se parceiros do grande capital, como patrocinadores,

⁵⁰ Com Gregory Albo, podemos afirmar que o mercado mundial objetiva a valorização do capital. Esse “mercado se concretiza de formas diferentes em unidades localizadas em estados onde se materializa o poder de classe e a produção do valor. Não pode haver acumulação de capital ou imperialismo sem estados, ou sem desenvolvimento desigual e relações de dominação entre estados no mercado mundial” (ALBO, G. “A velha e a nova econômica do imperialismo”. In: PANITCH; LEYS, 2004, p. 130). Portanto, continua Albo, o “estado-nação é uma institucionalização historicamente específica das relações de classe e mediador do conjunto mais amplo de relações de acumulação diferenciada estabelecido pelo mercado mundial”. (Ibid., p. 132). Alex Fiúza Mello complementa: “as imbricações orgânicas entre burguesia e estado que de forma transparente ficavam realçadas através do imperialismo (...) costuram seu conceito”. (MELLO, 2001, p. 130).

⁵¹ SARAIVA, 1987, p.2.

organizadores e conquistadores, mandando seus exércitos sempre que necessário para defender e ocupar, além de formalizarem a partilha desses espaços por intermédio de acordos diplomáticos”.⁵² O maior acordo diplomático entre os Estados europeus da época em questão, a Conferência realizada em Berlim entre 1884 e 1885, regula a livre navegação nos rios Congo e Níger e a ocupação das terras no litoral. De fato ela acabou por estabelecer a divisão territorial afro-asiática entre as potências européias industriais do século XIX que estabelecia, grosso modo, que toda nova extensão territorial deveria ser comunicada às outras nações e que as anexações somente seriam reconhecidas mediante a ocupação efetiva. O acordo diplomático, no entanto, não impediu as rivalidades entre essas potências que partilham entre si a África e a Ásia.⁵³ Grosso modo, essas rivalidades inter-imperialistas engendram as duas grandes guerras mundiais do século XX.⁵⁴

A França é uma das protagonistas na corrida colonial.⁵⁵ A França chega a possuir quatro grandes regiões coloniais, três na África e uma na Ásia, sem contar as suas colônias americanas do século XVII (Haiti, Guadalupe, Martinica, Santa Lúcia, Tobago, a Guiana Francesa e a Louisiana). Na África, coloniza as seguintes regiões: no Maghreb (África do Norte), a Argélia em 1830, a Tunísia em 1882 e o Marrocos em 1912; na África Ocidental, o Senegal, Gâmbia, Guiné, Costa do Marfim, Alto

⁵² BARBOSA, Elaine S. “A Conferência de Berlim (1884-1885)”. In: MAGNOLI, D. **História da Paz**, 2008b, p. 154.

⁵³ Segundo Hobsbawm (1989) a expressão mais espetacular da divisão do planeta em fortes e fracos, avançados e atrasados em que $\frac{1}{4}$ do globo estava dividido entre alguns países europeus.

⁵⁴ Para David Harvey “a competição internacional se intensifica crescentemente à medida que surgem múltiplos centros dinâmicos de acumulação de capital que competem no cenário mundial, num contexto de fortes correntes de sobreacumulação (falta de oportunidades para atividades lucrativas). Como nem todos podem ter sucesso no longo prazo, ou os mais fracos sucumbem e caem em sérias crises de desvalorização, ou estouram confrontações geopolíticas expressas através de guerras comerciais, monetárias ou inclusive militares (do tipo que produziu duas guerras mundiais entre as potências capitalistas no século XX).” (HARVEY, David. “O ‘novo’ imperialismo: acumulação por espoliação”. In: PANITCH; LEYS, 2004, p. 101.)

⁵⁵ Hobsbawm (1989) explica que “a ofensiva colonial parece ter sido inversamente proporcional ao dinamismo econômico dos países metropolitanos para compensar sua inferioridade econômica e política em relação aos seus rivais – e no caso da França, a sua inferioridade demográfica e militar – exceto a Compagnie Française de L’Afrique Occidentale, a maioria das novas colônias efetivas atraiu pouco capital e seus resultados econômicos foram decepcionantes”.

Volta, Togo e Daomei (hoje Benin); na África Central, Gabão, Congo, Camarões e República-Centro Africana e Madagascar. Indubitavelmente, a Argélia constitui-se na mais importante colônia francesa.

O interesse francês na Argélia consiste em explorar suas planícies férteis, que foram destinadas à viticultura e à pecuária. A Tunísia torna-se protetorado em 1883 e devido à sua posição geográfica, define a estratégia política colonial francesa no Mediterrâneo e a segurança da Argélia. O Marrocos torna-se protetorado em 1912 e seu controle tem importância do ponto de vista estratégico-político devido à sua localização próxima ao estreito de Gibraltar, além de ser o vizinho da parte ocidental da Argélia que abriga os movimentos de insurreição contra o colonialismo francês.⁵⁶ Sartre define o protetorado como uma “livre associação”,

um país cuidando de suas instituições, se governando, se administrando com seus órgãos próprios sob o simples controle de uma potência européia, que lhe substitui na sua representação exterior e toma geralmente a administração de seu Exército e de suas Finanças e o dirige em seu desenvolvimento econômico.⁵⁷

Em outras palavras, são estados reconhecidos juridicamente embora dependentes da metrópole. Já a África Ocidental e a África Central são conquistadas em 1880. Da África Ocidental podemos destacar a produção de azeite para uso industrial (Costa do Ouro) e amendoim (Senegal e Gâmbia) e da África Central, a produção de algodão, em Ubangui-Chari (República Centro Africana).

Na Ásia, a França coloniza a península da Indochina entre 1862 e 1893. O Camboja, Laos e os três reinos vietnamitas, o Tonquim (ao norte), Anã (ao centro) e Cochinchina (ao sul). O principal interesse

⁵⁶ BRUIT, 1987.

⁵⁷ SARTRE, J.-P. “Préface”. In: TODD, Olivier, 1973b, p. 7. De acordo com Jean Canale, “todos os colonizados são súditos franceses, portanto, não cidadãos. Não votam, estão sujeitos à autoridade dos governadores gerais. O indigenato regulamentava o estatuto dos súditos. A administração local européia pode aplicar penas de prisão e multas aos súditos por simples decisão administrativa, sem julgamento”. Enquanto súditos, “estão sujeitos a trabalhos obrigatórios alguns dias por ano e a pagar impostos”. SURET-CANALE, Jean. “África negra sob colonização francesa”. In: PERRAULT, 2005, p. 228.

comercial francês na região consiste na extração da borracha e nas plantações de arroz, chá e café.

2. O processo geral de descolonização

Em linhas gerais, o principal resultado da Segunda Guerra Mundial é o enfraquecimento (econômico-financeiro), das potências industriais imperialistas (Inglaterra, França, Bélgica e Alemanha) e o início do processo de descolonização a partir de 1947 (com a independência da Índia) que culmina, mais tarde, em 1955, com a emergência dos países que se constituem como o Terceiro Mundo⁵⁸ (Índia, Argélia, Vietnã, Cuba, Indonésia, etc.).

Na realidade, o enfraquecimento econômico-financeiro das potências imperialistas ocorre com a Crise de 1929 (um dos principais fatores que atuam na eclosão da Segunda Guerra Mundial) e se agrava com a guerra. A Grande Depressão de 1929-1933 é, portanto, "um marco milenar na história do anti-imperialismo e dos movimentos de libertação do Terceiro Mundo".⁵⁹

O processo geral de descolonização obtém o apoio, direto e/ou indireto dos Estados Unidos que emergem como a nova potência econômica e militar no período pós-guerra. Seu apoio chega mesmo a ser decisivo em algumas guerras de libertação nacional, como aconteceu com

⁵⁸ É evidente a dificuldade das Ciências Humanas (a História e a Sociologia) em estabelecer um conceito que substitua a categoria "Terceiro Mundo". Atualmente se prefere utilizar países do "Norte" e do "Sul", como o faz Michael Löwy em "Nacionalismo e nova ordem mundial. (In: NOVAES, 2003, passim). Ainda se fala em "países em desenvolvimento", "países emergentes", "países não-europeus", "países atrasados" ou até em "países novos". Sigo, no entanto, à falta de um conceito, com a categoria político-ideológica Terceiro Mundo, como o fazem a maior parte dos historiadores, Jean Chesnaux, Joseph Fontana, Eric Hobsbawm etc.

⁵⁹ HOBBSAWM, 1995, p.202. Olatunji complementa a informação de Hobsbawm ao afirmar que a crise de 1929 limitou "os recursos que permitiam aos regimes coloniais viver sem subvenções da metrópole. A tendência geral foi reduzir as despesas de serviços e de infra-estruturas que beneficiassem os colonizados, congelando as oportunidades de trabalho sem considerações pelo impacto social do desemprego. (...) as exações que empobreciam as colônias tornaram-se mais pesadas com o aumento dos impostos e com o uso freqüente de trabalho barato e forçado, numa situação em que os agricultores recebiam cada vez menos por suas matérias-primas e pagavam cada vez mais caro pelas manufaturas importadas da Europa". OLATUNJI, B. "A política e o nacionalismo africanos (1919-1935)". In: UNESCO. **História Geral da África**, 1982, volume VII, p. 587.

Cuba que se liberta do jugo espanhol. Devemos entender esse apoio como uma tentativa de estabelecimento de uma estratégia global entre os países imperialistas, orquestrada pelos Estados Unidos, a fim de “evitar a sobreacumulação que havia castigado a década de 30”. A estratégia consistiu em “compartilhar os benefícios da intensificação de um capitalismo integrado nas regiões centrais”, daí a “insistência na descolonização e no ‘desenvolvimentismo’ como um objetivo generalizado para o resto do mundo”.⁶⁰ Ainda assim, não podemos afirmar que o processo de descolonização aconteceu de maneira homogênea, tendo em vista as características específicas das sociedades colonizadas conjugadas com o interesse imperialista de cada país colonizador.⁶¹

A transição pacífica⁶² para a libertação ocorre na maior parte da África de colonização francesa, como a Tunísia e o Marrocos. Porém, o processo de descolonização nem sempre acontece de maneira pacífica ou controlada pela metrópole. A luta pela libertação engendra guerras violentas, na Indochina, na Argélia, na África Portuguesa e no Vietnã. A Guerra da Argélia, por exemplo, tem suas “raízes profundas nas condições paupérrimas dos colonizados”,⁶³ amplamente mostrado por Sartre, como veremos no capítulo seguinte.

Da parte das colônias, diversos elementos contribuem para o processo de descolonização. No plano social, a pequena burguesia urbana se torna o centro da oposição à dominação colonial. Isto porque ela conhece os métodos de dominação, a traição e a corrupção da classe

⁶⁰ As citações são de HARVEY, David. “O ‘novo’ imperialismo: acumulação por espoliação”. In: PANITCH; LEYS, 2004, p. 112. Aijaz Ahmad defende a mesma linha de raciocínio ao afirmar “a descolonização como condição necessária para o surgimento de um império globalmente integrado sob o domínio dos Estados Unidos da América”. In: PANITCH; LEYS, 2004, p. 75.

⁶¹ AHMAD, Aijaz. “Imperialismo do nosso tempo”. In: PANITCH; LEYS, 2004, p. 75.

⁶² A “transição pacífica” para a independência ocorreu sob a égide da lei quadro de 23 de junho de 1957 que estimulava a introdução de uma descentralização administrativa nas colônias pela ampliação do sufrágio universal e africanização dos administradores coloniais. Essa estratégia contribuiu para a destruição de associações combativas como as federações da África Ocidental Francesa e África Equatorial Francesa e a balcanização dos movimentos dessa região. A consequência natural desse processo são Estados sem poderes reais e em permanente competição entre si”, como foi o caso dos governos de Léopold Segnhor no Senegal e Boigny na Costa do Marfim. (SARAIVA, 1987, p. 35). Em março de 1956 a França reconhece a independência do Marrocos que se tornaria efetiva cinco meses depois. (SARTRE, J-P. “Préface”. In: TODD, Olivier, 1973b, p. 7.

⁶³ SARAIVA, 1987.

dirigente tradicional e sente e percebe “com maior acuidade e consciência o fenômeno colonial”.⁶⁴ O centro da sua oposição, necessariamente, é o aparelho de Estado onde se integram certos elementos da pequena burguesia, com destaque para os intelectuais.

O movimento de descolonização torna-se possível pela aliança da classe pequeno-burguesa com as massas populares, sobretudo, camponesas. A pequena burguesia, que controla o aparelho de Estado pelo exército ou pelo partido único, pode romper completamente com o capitalismo, como em Cuba e no Vietnã, ou pode desenvolver em seu proveito o modo de produção capitalista. Neste caso, para Sartre, a pequena burguesia assume o papel da antiga burguesia compradora e coloca a soberania nacional a serviço do grande capital.

A fraqueza ou a força da pequena burguesia, a ausência ou a presença de laços entre elas e as massas camponesas e, ainda, a maior ou a menor intervenção direta dos países capitalistas industriais no processo de descolonização, determinam, grosso modo, a sorte dos movimentos de libertação colonial.⁶⁵ Assim, países que iniciam lutas anti-imperialistas, como a Argélia, mesmo com a obtenção de sua “independência”, continuam adstritos ao imperialismo, na sua versão neocolonialista. Esses países implantam regimes nacionalistas de tendências estatizantes, anti-colonialistas e anti-imperialistas, porém, preocupados em evitar transformações reais nas sociedades.⁶⁶

Não por acaso o centro da oposição colonial parte do aparelho de Estado. Nele se integra um dos agentes-chave para a resistência e organização do movimento de libertação nacional: a juventude intelectual

⁶⁴ CHALIAND, 1977.

⁶⁵ CHALIAND, 1977.

⁶⁶ Cuja “camada técnico-burocrática no poder propôs a restauração da dignidade nacional e a promoção do progresso e da modernização, isto é, do desenvolvimento, mas foi incapaz de levar adiante as duas coisas. Não houve modificações na estrutura fundiária colonial que continua a atender as exigências dos países industrializados”, daí a característica fundamental do neocolonialismo: “fortalecimento de uma camada dirigente cujos interesses estão associados aos do capitalismo ocidental”. (CANÊDO, 1988, p. 71). Albert-Paul Lentin, com a mesma idéia afirma: “a situação na África em 1965: dotados de independências nominais, a maior parte dos países da África anglófona e francófona continuam ligados às metrópoles pelos múltiplos laços econômicos e políticos do neocolonialismo”. LENTIN, A-P. “De Bandung a Havana”. In: SANTIAGO, 1977, p. 53.

pequeno-burguesa. Os jovens intelectuais, em sua maioria, educados com a cultura e a língua do colonizador percebem que as classes dirigentes tradicionais não dão respostas às graves crises sócio-econômicas, como as contradições no meio rural produzidas pela introdução do capitalismo.⁶⁷ Cabe destacar que muitos dos jovens intelectuais revolucionários do Terceiro Mundo estudaram na Europa ou pelo menos “na sua cultura”: Ferhat Abbas, Nehru, Ho Chi Minh, Fidel Castro, Patrice Lumumba, Frantz Fanon e Amílcar Cabral são exemplos notáveis.

A juventude intelectual desempenha papel de grande relevância nos movimentos de libertação nacional, como a organização dos congressos, dos jornais e das associações pan-africanistas. Uma das organizações, a OUA (Organização da Unidade Africana) em 1963, tem a “intenção de promover a cooperação e defesa entre países membros”.⁶⁸ Eis porque Sartre atribui uma importância fundamental à atuação da juventude nos movimentos revolucionários, sobretudo, na Revolução Cubana (Capítulo 3). Sartre inclusive afirma que, na França, apenas os jovens podem ser considerados como de esquerda (Capítulo 2).

Nos planos político e ideológico, o nacionalismo, indubitavelmente, é “a ideologia central dos países colonizados”, assim como “o tema da nação também é chave para compreender os fundamentos que conformam o conceito e a práxis do Terceiro Mundo”.⁶⁹ No entanto, as origens do nacionalismo remontam, pelo menos na Ásia, à Primeira Guerra e faz progressos consideráveis após a Segunda Guerra na África.⁷⁰

Sartre nos explica, em maiores detalhes, a trajetória do nacionalismo, que considera um elemento revolucionário:

⁶⁷ Para Hobsbawm (1989), “a contradição entre o governo das classes dirigentes metropolitanas em seus impérios e seus próprios povos tornou-se insolúvel. Na metrópole: política democrática eleitoral. Nos impérios coloniais a autocracia”.

⁶⁸ OLATUNJI, B. “A política e o nacionalismo africanos” (1919-1935). In: UNESCO. **História Geral da África**, 1982, Volume VII, p. 587.

⁶⁹ VIGEVANI, 1990.

⁷⁰ Leticia Canêdo afirma que “depois da Primeira Guerra as próprias potências européias encorajaram os movimentos nacionalistas em territórios coloniais a fim de causar embaraços a seus inimigos”. (CANÊDO, 1988, p. 35).

o atual fortalecimento dos movimentos nacionais se explica por duas razões evidentes. Em primeiro lugar, a revolução atômica. (...) Com a arma atômica (...) o centralismo da guerra fria se exerce desde Moscou e Washington sobre nações e não já sobre províncias. Na medida em que essas nações se preocupam em pertencer a um ou outro bloco, outras nações menores que se pretendia integradas voltam a tomar consciência de sua identidade. A segunda razão, ligada à primeira, se deve ao encontro no processo de descolonização desenvolvido em três continentes depois da última guerra mundial.⁷¹

A juventude, com suas organizações,⁷² participa ativamente no movimento nacionalista anti-colonial, servindo como verdadeira catalisadora do movimento. Os “partidos políticos e as organizações da juventude eram correias de transmissão para as aspirações do nacionalismo africano”.⁷³ Nesse processo, desempenha importância fundamental a imprensa, por dois motivos. Primeiro porque as armas forjadas entre as duas guerras para atacar o sistema colonial como as revoltas e as rebeliões tornam-se mais raras, dando lugar à emigração dos descontentes, greves, boicotes e, segundo, porque “o lento desenvolvimento de uma *intelligentsia* propiciava a audiência e a clientela que sustentavam um número cada vez maior de jornais e revistas”⁷⁴ que divulga amplamente as propostas das organizações políticas e sociais, bem como publica petições, livros e panfletos. Por sua vez, os sindicatos e os movimentos operários tornam-se os agentes da luta contra o sistema colonial após a Segunda Guerra Mundial e “os nacionalistas africanos foram encorajados por movimentos ideológicos internacionais como a Internacional Comunista (Komintern) leninista e anti-imperialista”.⁷⁵

⁷¹ SARTRE, J.-P. “Prefácio”. Inicialmente em HALIMI, Gisele. **O processo de Burgos**. Paris: Gallimard, 1971. In: _____. **Escritos políticos 2**, 1987, p. 239.

⁷² Dentre elas, os Movimentos *Jeunes Gabonais* e *Jeunes Tunisiens*, “os grupos étnicos, as associações de ex-alunos e outros movimentos dedicados à conquista das liberdades civis e dos direitos do homem cumpriram papel insubstituível em todas as colônias, independentemente de sua situação constitucional. Essas organizações constituíam uma força política e social incalculável, em particular nas regiões onde as atividades políticas declaradas eram proibidas dada a natureza repressiva da dominação colonial”. OLATUNJI, B. “A política e o nacionalismo africanos” (1919-1935). In: UNESCO. **História Geral da África**, 1982, volume VII, p. 582-583.

⁷³ Ibid., p. 582.

⁷⁴ Ibid., p. 583-4.

⁷⁵ Ibid., p. 581. A autora Leticia Canêdo ainda acrescenta que “entre 1919-1939 as forças que se opunham ao colonialismo se fortaleceram com o êxito da Revolução Russa. O

Os nacionalismos africanos também devem ser “considerados pan-africanistas e não nacionalistas em sentido europeu”, ou seja, sua base é a “consciência racial” e não são “exclusivamente elitista e urbano”.⁷⁶ Sendo assim, o pan-africanismo “teve um papel determinante na emancipação dos povos do continente negro: foi por excelência a ideologia da descolonização na África negra, sobretudo britânica”.⁷⁷

No geral, o resultado do processo de descolonização, no entanto, não é muito animador, posto que, consensualmente entre os estudiosos, admite-se que “a descolonização limitou-se a uma troca de soberanias”,⁷⁸ isto é, “os tipos de vínculos econômicos sobreviveram, perpetuando a antiga dependência sob outra forma e em benefício das novas ‘burguesias’ locais”.⁷⁹ Na realidade, a única saída da dependência econômica e do subdesenvolvimento, na era do imperialismo (neo)colonialista, é a revolução camponesa, como sustenta Leo Panitch: “efetivamente, nas economias agrárias das antigas grandes colônias, a revolução camponesa era a única via para sair da dependência imperialista. A falta de tal revolução foi decisiva para o fracasso do projeto nacional burguês, a conseqüente aceitação dos ditames imperialistas e a formação de regimes neoliberais por parte das burguesias nacionais”.⁸⁰ De fato, é o que Sartre procura mostrar e divulgar em relação às lutas de libertação do Terceiro Mundo. Para Sartre, o intelectual pode engajar-se politicamente e contribuir para a luta de libertação do Terceiro Mundo, apoiando “todos os movimentos das classes exploradas por todos os meios à sua disposição”,⁸¹ afinal,

Partido Bolchevique foi o primeiro a pronunciar o direito de autodeterminação dos povos com condenação a toda e qualquer anexação territorial. O Komintern (assembléia periódica dos representantes dos Partidos Comunistas Internacionais) se comprometeu a partir de 1919 auxiliar as lutas revolucionárias nos países colonizados. A força da influência da Revolução Russa nas colônias assentava-se na sua preocupação ética de justiça social, de igualdade entre os homens”. (CANÊDO, 1988, p. 36).

⁷⁶ OLATUNJI, B. op.cit., p. 576-578.

⁷⁷ FERRO, 1996, p. 295.

⁷⁸ Ibid., p. 38.

⁷⁹ Ibid., p. 38.

⁸⁰ AHMAD, Aijaz. “Imperialismo do nosso tempo”. In: PANITCH; LEYS, 2004, p. 88.

⁸¹ SARTRE, J.-P. “Interview - Jean-Paul Sartre et les problèmes de notre temps”. In: _____. **Cahiers Bernard-Lazare**, n. 4, 1966.

o grande fato histórico do mundo nos últimos 20 anos é a luta do Terceiro Mundo por sua libertação: os impérios coloniais desmoronaram e em seu lugar nações soberanas se afirmaram ou têm continuado uma antiga e tradicional independência, quebrada pela colonização.⁸²

3. As origens político-ideológicas do Terceiro Mundo e do *terceiro mundismo*

As origens do Terceiro Mundo e do *terceiro mundismo* são de ordem histórica e político-ideológica. Vimos como, historicamente, as origens dos países do Terceiro Mundo remontam ao processo geral de descolonização.

Apesar das especificidades de cada país do Terceiro Mundo, eles apresentam algumas características comuns: ausência de reforma agrária sistemática; aumento da distância entre ricos e pobres (daí a enorme desigualdade sócio-econômica); explosão demográfica; regimes militares; busca de desenvolvimento econômico/industrialização. Na realidade, a preocupação com a independência econômica (o “desenvolvimento”) faz os países do Terceiro Mundo elaborar políticas de ajuste estrutural para obter a “ajuda econômica” dos países desenvolvidos, por meios de empréstimos junto a instituições financeiras como o FMI e Banco Mundial.⁸³ No entanto, a distorção da economia, responsável pelo subdesenvolvimento e a dependência econômica, a preponderância das estruturas agrícolas coloniais de produção (agro-exportação, latifúndio e monocultura) e o crescimento demográfico elevado impossibilitam a industrialização, e conseqüentemente, o desenvolvimento de suas economias. No nível do desenvolvimento das forças produtivas e não no da miséria, reside a diferença fundamental entre esse países. Isso explica, por exemplo, o que faz com que a Índia, muito embora tendo um nível mais elevado das forças produtivas, seja, no entanto, mais miserável

⁸² SARTRE, J.-P. “Discours inaugural”. In: **TRIBUNAL RUSSELL**, Paris, Gallimard, 1967, p. 169.

⁸³ HOBBSAWM, 1995, p. 395.

que a Tanzânia, com menor desenvolvimento das forças produtivas que o país hinduísta.⁸⁴

Um dos grandes problemas dos Estados independentes politicamente consiste nos índices altíssimos de crescimento demográfico, o que leva, por exemplo, Hobsbawm a utilizar a expressão “explosão demográfica” para descrever a gravidade da situação. Isto coloca problemas práticos: o aumento do nível de pobreza, alargando a distância entre países ricos e pobres e/ou avançados e atrasados. Esta distância, por sua vez, está diretamente relacionada à ausência de reforma agrária sistemática, o caso dos países da América Latina. Hobsbawm afirma que, no período pós-guerra, metade do mundo passa pela reforma agrária, inclusive a Argélia e o Egito e em outros países chega mesmo a ser imposta, pelos Estados Unidos, ao Japão e à Coreia do Sul. Não se trata de benevolência ou consciência humanitária dos norte-americanos, mas sim de uma estratégia global de contenção da expansão da influência da União Soviética em direção ao mundo asiático.⁸⁵

Evidentemente, a utilização do conceito Terceiro Mundo para designar um arco bastante amplo de países é problemática, afinal, como aponta Hobsbawm, o conceito não pode englobar os estados árabes com PNB de 13 mil dólares *per capita* e nem a Coreia do Sul e os Tigres Asiáticos industrializados. No entanto, há uma identidade político-ideológica dos países que passam a se denominar Terceiro Mundo.

A origem política dos países do Terceiro Mundo⁸⁶ remonta à Conferência de Bandung, em 1955, que coloca uma série de novos problemas: do ponto de vista da política internacional, o “neutralismo” e/ou o “não alinhamento” que intenta, na prática, constituir-se numa “terceira força” alternativa ao bloco capitalista – o “Primeiro Mundo” (sob a liderança dos Estados Unidos) e ao bloco socialista – o “Segundo Mundo” (sob a liderança da União Soviética) e, do ponto de vista ideológico, o

⁸⁴ CHALIAND, 1977, p. 8-9.

⁸⁵ HOBSEBAM, 1995.

⁸⁶ Na realidade, o termo Terceiro Mundo foi cunhado pela primeira vez em comparação com os três estados do Antigo Regime da França por Alfred Sauvy e Georges Balandier somente um ano mais tarde, em 1956.

terceiro mundismo como expectativa e afirmação da necessidade da revolução social tricontinental.

Em 1955, em Bandung, na Indonésia, alguns países afro-asiáticos “independentes” decidem realizar um conferência que estabelece uma estratégia de intervenção no processo de descolonização em curso de outros países. A estratégia escolhida, sintetizada em alguns pontos fundamentais, prevê: “respeito pela soberania e integridade territorial dos Estados; igualdade de povos e nações; não intervenção nos negócios internos dos Estados; não utilização de dispositivos de defesa que sirvam aos interesses particulares das grandes potências; promoção dos interesses comuns e da cooperação; respeito pela justiça internacional; ajuda à independência de outros países”. Na prática, os princípios eleitos pela Conferência de Bandung lançam “as bases de uma institucionalização efetiva da idéia de Terceiro Mundo”, sobretudo, porque introduzem “a idéia de neutralismo que comporta a idéia de anti-colonialismo e anti-imperialismo”.⁸⁷

Não obstante, o período entre a Conferência de Bandung realizada em 1955 e a Conferência Tricontinental de Havana em 1966 consiste no momento de “ascenso da unidade e da luta do Terceiro Mundo face à dominação”⁸⁸ colonial. Por um lado, efetivamente, Bandung “acelerou as lutas de libertação nacional que em dez anos subverteram o mapa político do mundo”,⁸⁹ mas, por outro, seus limites ficam claros ao longo daqueles mesmos anos. Isto porque em Bandung fala-se de “desenvolvimento econômico e de libertação mas não das transformações radicais herdadas do colonialismo que apenas elas podem dar a uma libertação nacional seu final e seu desenvolvimento. Revolucionária, a

⁸⁷ VIGEVANI, 1990. Continua o autor “a busca da identidade nacional transforma-se na busca de elaboração de projeto nacional e modernização”.

⁸⁸ SANTIAGO, 1977, p. 9. Por sua vez, Marc Ferro situa a emergência do Terceiro Mundo, a partir das disputas imperialistas em torno de Suez, cuja “conseqüência real (...) foi o surgimento de um Terceiro Mundo”, sobretudo, porque “os participantes de Bandung dispunham de poucos meios afora a ameaça de passarem a um campo ou outro (capitalista ou socialista)”. (FERRO, 1996, p. 366).

⁸⁹ LENTIN, A-P. “De Bandung a Havana”. In: SANTIAGO, 1977, p. 41.

conferência não o foi no plano internacional”.⁹⁰ O ministro argelino M’Hamed Yazid, em 1965, explica os motivos:

a consciência que o mundo inteiro tomava (...) de um conflito nuclear explica a unanimidade que espontaneamente se deu, no primeiro Bandung sobre as palavras de ordem de coexistência pacífica e de cooperação internacional tanto quanto sobre as palavras de ordem de independência, autodeterminação e de liquidação do colonialismo e do racismo. (...) o ‘idealismo’ de Bandung, a consciência dos participantes de representarem uma comunidade unida por uma mesma luta, e as esperanças colocadas pelos povos nessa primeira conferência (...) permitiu relegar a segundo plano os debates ideológicos e isso explica – nos textos adotados por unanimidade – a falta de qualquer exame global da situação internacional, de qualquer definição teórica do afro-asiatismo, de qualquer análise profunda do imperialismo, do colonialismo e do neocolonialismo.⁹¹

Diante disso, podemos concluir, com Lentin, que “a única idéia força da conferência finalmente foi uma idéia falsa: a de um não alinhamento”.⁹²

Após a conferência, outras, no mesmo espírito de Bandung, são realizadas, como a “Conferência de Solidariedade dos Povos da África e da Ásia”, no Cairo, em 1957. Trata-se de “uma adaptação e interpretação do espírito de Bandung num sentido mais radical”.⁹³ A Conferência do Cairo teve o mérito de criar outro organismo: a Organização de Solidariedade dos Povos da África e da Ásia (OSPAA), agrupando representantes dos governos dos países independentes e representantes dos movimentos de emancipação daqueles dois continentes, a partir da qual são criados os “Comitês Nacionais de Solidariedade”, estabelecidos em cada país membro ao mesmo tempo em que outros “comitês de apoio” são formados em diversos países europeus (como Iugoslávia, Alemanha Democrática, Bulgária, Romênia e países simpatizantes).⁹⁴

Como essas “tendências unitárias” são tomadas como perigosas pelas potências imperialistas, sua estratégia contra-ofensiva

⁹⁰ Ibid., p. 41.

⁹¹ De acordo com o ministro argelino M’Hamed Yazid em 1965, apud LENTIN, A-P. “De Bandung a Havana”. In: SANTIAGO, 1977, p. 40.

⁹² LENTIN, A-P. “De Bandung a Havana”. In: SANTIAGO, 1977, p. 41.

⁹³ Ibid., p. 43.

⁹⁴ Ibid., p. 43.

“consistirá em conceder a seus parceiros africanos uma soberania política” que situe as novas independências no “quadro territorial mais restrito possível, de forma a manter, no seio dos conjuntos regionais, uma fragmentação econômica e um despedaçamento administrativo que lhes permitam entravar as trocas comerciais ‘horizontais’ e conservar seu quase monopólio das vendas e compras em cada um dos territórios dessa forma ‘balcanizados’”.⁹⁵ Eis porque, a partir de 1960, acontece em todo o continente africano e em Madagascar a avalanche das “soberanias outorgadas”: Togo em 27/04/1960, República Malgaxe em 26/06/1960, Camarões em 01/07/1960, Daomei em 01/08/1960, Alto Volta em 05/08/1960, República Centro Africana em 13/08/1960; Congo Brazzaville em 15/08/1960, Gabão em 17/08/1960, Senegal em 20/08/1960 e Mauritânia em 28/11/1960.⁹⁶

O que prevaleceu, portanto, foi a pulverização territorial e política e a independência nominal dos países do Terceiro Mundo. Daí a insistência de Lumumba e de Sartre na importância da unidade africana, a única que poderia combater o imperialismo. O mérito histórico de Fidel Castro consiste, nesse sentido, em compreender “de imediato que a sobrevivência da Revolução Cubana depende da força (do) movimento latino-americano (...) e do poder do movimento revolucionário do Terceiro Mundo. É a ele que se deve o mérito histórico de trabalhar de maneira eficaz para a junção decisiva dessas duas solidariedades nascentes, afro-asiática e latino-americana. No início de 1960 ele lança pela primeira vez a idéia de uma grande conferência do Terceiro Mundo em Havana”.⁹⁷ Sartre julga decisiva a divulgação da Revolução Cubana, seja no próprio continente americano (principalmente, como faz no Brasil) e mesmo no continente europeu, em particular na França, sempre com o propósito de arregimentar apoio ao movimento revolucionário cubano.

⁹⁵ Ibid., p. 44.

⁹⁶ Ibid., p. 43. A mesma estratégia foi adotada pela Inglaterra em relação às independências latino-americanas do século XIX: dividir para dominar mais facilmente. As independências da Guiné, de Gana e da Tunísia e de Gana, ocorreram antes, em, respectivamente, 1954, 1957 e em 1959.

⁹⁷ Ibid., p. 44. Apenas México, Panamá e Venezuela ousam responder favoravelmente.

Diante do exposto, devemos entender o Terceiro Mundo como “uma categoria política ampla que engloba situações diferentes e antagônicas”,⁹⁸ mas cuja idéia central se expressa na tentativa de constituição de uma “terceira-força” aos blocos capitalista e comunista.

Por fim, do ponto de vista ideológico, o *terceiro mundismo* tem origem na afirmação da necessidade e na expectativa da revolução tricontinental (afro-asiática e latino-americana)⁹⁹ contra o imperialismo. A crença de que o mundo seria emancipado pela libertação dos países “periféricos” do jugo dos “países-núcleo” toma conta das (pre)ocupações políticas de Sartre. A partir disso ele convence-se de que “o pensamento concreto deve nascer da práxis e voltar-se sobre ela para iluminá-lo”.¹⁰⁰ Na verdade, Sartre desenvolve o raciocínio desde 1960, na ocasião da Revolução Cubana, na análise da relação entre ideologia e revolução. Aliás, “nenhuma revolução poderia ter sido mais bem projetada para atrair a esquerda no hemisfério ocidental e dos países desenvolvidos, no fim de uma década de conservadorismo global”.¹⁰¹

Ao longo de todo esse período, toda uma geração de intelectuais de esquerda espera a revolução social, pois “precisava de algo mais que legislação de seguridade social e salários reais crescentes.

⁹⁸ VIGEVANI, 1990.

⁹⁹ Para Chaliand, o *terceiro mundismo* não passou de um mito da revolução tricontinental. Chaliand analisa o fracasso da revolução terceiro mundista tendo em vista os equívocos teóricos dos seus intelectuais, ou seja, da teoria revolucionária, bem como as insuficiências dos partidos comunistas em se infiltrar e receber apoio das massas e mesmo na conformação dos partidos comunistas à ordem vigente. No entanto, a meu ver, Chaliand minimiza, chegando a subestimar a força de outros elementos “objetivos” externos como a ingerência dos Estados Unidos da América nos assuntos do Terceiro Mundo e internos como os obstáculos políticos e militares (im)postos pelas próprias elites coloniais. Os mitos revolucionários, segundo Chaliand, se referem ao equívoco, por parte dos revolucionários, de se pensar que a burocracia pode ser evitada, de que o proletariado foi traído, de que os trabalhadores imigrados constituiriam a vanguarda revolucionária, pela superestimação do socialismo pelos líderes guerrilheiros e pela idéia compartilhada de que a revolução socialista era iminente nos três continentes. Todas essas foram as ilusões revolucionárias das quais, inclusive, Chaliand afirma ter compartilhado. Precisamente em relação a esse último ponto, devemos discordar de Chaliand. Ora, pensar que a revolução tricontinental era iminente, naquele determinado momento histórico não era uma ilusão. Ela era factível para toda uma geração de revolucionários e para todos aqueles que compartilhavam daquelas expectativas. Sartre era um deles. Só uma análise *a posteriori*, logo, anacrônica, é que permitiria uma afirmação do tipo, o que não invalida a maior parte das considerações de Chaliand, inclusive, as utilizadas neste trabalho.

¹⁰⁰ SARTRE, 1966b, p.23.

¹⁰¹ HOBBSAWM, 1995, p.427.

[Afinal] o Terceiro Mundo podia preservar seus ideais, ao mesmo tempo em que se constitui como pilar central de esperança e fé dos que ainda acreditavam na revolução social”.¹⁰² Expectativa iniciada em Bandung, em meio à Guerra da Argélia, reforçada pela Revolução Cubana que atualiza a idéia da revolução tricontinental e tornada factível com a Guerra do Vietnã.

4. A emergência do “Terceiro Mundo” nas (pre)ocupações políticas de Sartre

A emergência do “Terceiro Mundo” nas (pre)ocupações políticas de Sartre é o resultado da *radicalização* de suas posições políticas. Suas posições políticas devem ser explicadas tendo-se em vista, por um lado, o malogro da revolução socialista na própria Europa (em parte responsável pela própria estratégia stalinista de contenção e da consolidação da revolução socialista “num só país” e da subsunção dos partidos comunistas europeus a Moscou) e, por outro lado, o novo horizonte histórico revolucionário delineado pela emergência do Terceiro Mundo, a partir da Guerra da Argélia, da Revolução Cubana e da Guerra do Vietnã. E devem ser compreendidas, levando-se em conta o seu diálogo (“necessário e impossível”) com os comunistas e a adoção do método (marxista) dialético na análise da realidade social.

Sartre, nessa esteira, expressa que

o balanço das forças, no entanto, permanecia favorável provisoriamente ao Ocidente: donde, neste momento histórico, a revolução tornava-se impossível na Europa; nem Churchill, nem Roosevelt, nem finalmente, Stálin a teriam tolerado (...). Hoje, tudo se faz claro: a história era uma só para a terra inteira; advinha daí esta contradição, à época indecifrável, de que a luta de classes cedia lugar a conflitos entre nações – portanto, a guerras adiadas. Hoje em dia o Terceiro Mundo nos aclara; em 1945, não podíamos nem compreender a metamorfose nem tampouco admiti-la. Em resumo, estávamos cegos.¹⁰³

¹⁰² HOBSBAWM, 1995, p.424.

¹⁰³ SARTRE, J.-P. “Merleau-Ponty vivo (I)”. In: _____. *Revista Tempo Brasileiro*, n.2, dezembro de 1962.

Evidentemente, a *radicalização* das posições políticas de Sartre não é “operada da noite para o dia”, mas resultado de um processo (lento talvez) que se aprofunda desde a Segunda Guerra Mundial. Nesse sentido, e como sugere o fragmento, é preciso ponderar um pouco os termos da asserção de Sartre, segundo a qual “foi a guerra que fez explodir os quadros envelhecidos de nosso pensamento”.¹⁰⁴ A experiência histórica proporcionada pela guerra é decisiva para a evolução das posições políticas de Sartre, porém, outros acontecimentos também contribuem de maneira indelével para esse processo de radicalização, como a Guerra da Indochina (cujas posições políticas de Sartre remontam a 1953 – data do texto “La machine infernal”), a Guerra da Argélia (cuja primeira manifestação de Sartre ocorre em 1956, com “O colonialismo é um sistema”. Neste momento Sartre já está com 50 anos de idade!), a Revolução Cubana (seus primeiros textos são de 1960) e a Guerra do Vietnã (cujas primeiras posições políticas são de 1965). Isso apenas para ficarmos restritos ao quadro histórico referente ao Terceiro Mundo, a “segunda zona da Revolução Mundial”,¹⁰⁵ como afirma Hobsbawm.

A emergência do Terceiro Mundo concretiza para Sartre a almejada “terceira-força”, tanto em relação ao socialismo soviético como ao capitalismo norte-americano. Isto permite pensarmos, portanto, seu posicionamento político de acordo com a luta de libertação do Terceiro Mundo como *desdobramento e continuidade* do seu conceito de engajamento elaborado no cenário político-intelectual francês no período do pós-guerra.¹⁰⁶

¹⁰⁴ SARTRE, 1966b, p.22.

¹⁰⁵ A segunda “onda” inaugurou-se com o Terceiro Mundo, zona mundial de revolução (1944-1962), sendo toda a esquerda (em sentido lato, que inclui desde liberais humanitários aos social-democratas) favorável a ele. Hobsbawm afirma que o mundo passou por três “ondas revolucionárias”, que inauguram a “era da Revolução Mundial”. A primeira grande “onda” foi deflagrada pela Revolução Russa (1917) e seu fim foi decretado pela “desintegração do movimento internacional comunista em Moscou”. Movimento este abalado em dois momentos, primeiramente, em 1956, com o massacre da Insurreição da Hungria e o segundo abalo, definitivo, em 1968, com o massacre da Insurreição da Tchecoslováquia. Ambos enterram o internacionalismo operário, de acordo com Hobsbawm. Por fim, o Movimento de Maio de 1968 “dá o último suspiro da Revolução Mundial”. (Cf. HOBBSAWM, 1995, especialmente, as partes 2 e 3, respectivamente, “A era de ouro” e “O desmoronamento”).

¹⁰⁶ Cf. ALMEIDA, 2009, Capítulo 1.

Sartre pensa que a unidade do Terceiro Mundo está em curso “tanto depois como antes da independência de todos os colonizados sob o comando da classe camponesa”.¹⁰⁷ E não está sozinho quando encontra em Frantz Fanon¹⁰⁸ o mesmo raciocínio segundo o qual os africanos, os asiáticos, e os latino-americanos devem realizar todos juntos e por toda parte o socialismo revolucionário. De outra forma, os colonizados seriam derrotados, um a um.

Em relação à África, Sartre afirma que a única maneira de evitar a intervenção estrangeira é a unidade dos objetivos, isto é, a luta pelo “fim dos bombardeios no Vietnã e a abertura de negociações diretas com os *vietcongs* no quadro dos acordos de Genebra”, isto é, o futuro da África depende da vitória do Vietnã e da derrota dos Estados Unidos, pois, “o que está em jogo no Vietnã, não é nada menos que a dominação do mundo pelos Estados Unidos”.¹⁰⁹

Sartre condena as guerras da Argélia e do Vietnã, de um mesmo ponto de vista moral, pois a “guerra suja” revela a “crueldade inumana” que os ricos fazem aos pobres.¹¹⁰ Apesar de serem “guerras sujas”, Sartre não tem dúvida, suas origens são econômicas. Para que tenha resultado efetivo, a condenação moral das guerras deve ser feita pelas massas. Daí a importância da *intervenção* do intelectual na *difusão* das atrocidades das guerras, do genocídio, da tortura e do racismo junto às massas para obter seu apoio contra a guerra. Todas essas

¹⁰⁷ SARTRE, J.-P. “Prefácio aos ‘Os malditos da terra de Frantz Fanon’”. In:____. **Colonialismo e neocolonialismo. (Situações V)**, 1968, p. 140.

¹⁰⁸ Para Gonzáles, “Fanon antecipava a emergência de uma burguesia nacional que tinha diante de si dois caminhos: trair sua essência burguesa aceitando o ‘capital’ do povo; se afirmar como burguesia subdesenvolvida (que foi o que se percebeu com os países novos saídos das guerras de libertação). O surgimento de uma burguesia administrativa e intermediária (herdeira burocrática das lutas anticoloniais) colocava pela primeira vez – nos países africanos – a existência de um subdesenvolvimento usufruído pelas classes favorecidas pelo controle do novo Estado. Fanon fustigava: “nas colônias, a realidade econômica é a realidade burguesa estrangeira”. Gonzáles afirma que a obra de Fanon mal dissimulava as evocações sartreanas e era leitura obrigatória para militantes terceiro-mundistas na década de 60. A descolonização (**Os condenados da terra**) é fenômeno que acontece antes de tudo na consciência do colonizado. Este ponto de partida na consciência ativa do colonizado, que violenta a realidade, reconhecendo-a como opressora, eis sua dívida com Sartre.

¹⁰⁹ SARTRE, J.-P. “Interview - Jean-Paul Sartre et les problèmes de notre temps”. In:____. **Cahiers Bernard-Lazare**, n. 4, 1966.

¹¹⁰ SARTRE, J.-P. “Au Proche-Orient: M. Jean-Paul Sartre fait au Caire l'éloge du président Nasser”. **Le Monde**, 15 mars 1967, p.9.

características do engajamento do intelectual têm um objetivo político muito preciso: a *transformação* da sociedade capitalista pela revolução e a instauração do regime socialista que realizaria o “reino da liberdade”, como veremos.

O “Terceiro Mundo” emerge nas (pre)ocupações políticas de Sartre, de modo indireto, em 1945, quando se dedica à análise da situação do negro nos Estados Unidos da América. O problema colonial também emerge, a Sartre, de modo indireto pelo problema da negritude, a partir de 1948.

De fato, a emergência do “Terceiro Mundo” nas (pre)ocupações políticas de Sartre é precedida pela sua “descoberta” do marxismo, cujo método será por ele utilizado na investigação dos problemas coloniais. A sua análise da Negritude já explicita essa tentativa, ainda que problemática. Por outro lado, a aplicação desse método de análise em “O colonialismo é um sistema” (1956) obtém sucesso. Eis o sentido da epígrafe deste capítulo, em que Sartre afirma: “Julguei sempre que as idéias se desenham nas coisas e que já estão no homem, quando ele as desperta e as exprime para explicitar sua situação”.¹¹¹

A primeira posição política tomada por Sartre sobre Cuba é a sua reportagem de 1960 e a última, em 1971, para romper, segundo ele, com o regime de Fidel, mas não com o socialismo cubano, em particular, nem com o socialismo, em geral. Sobre o Vietnã Sartre tem posições que se estendem mais pelo tempo e tomam mais tempo de suas atividades (do que as que se referem a Cuba). A atividade fundamental de Sartre em relação à Guerra do Vietnã, sem dúvida, consiste nos trabalhos realizados pelo Tribunal Russell. Sobre a Argélia, evidentemente, Sartre tem inúmeras posições e textos políticos.

¹¹¹ SARTRE, J.-P. “Prefácio ao ‘Retrato do colonizado, precedido pelo retrato do colonizador’”. In: _____. **Colonialismo e neocolonialismo. (Situações V)**, 1968, p. 43.

5. O “problema negro” nos Estados Unidos da América

Sartre se (pre)ocupa politicamente com a situação dos negros desde 1945 quando publica uma série de reportagens sobre os negros norte-americanos. A partir de 1947 elabora sua “teoria da Negritude” e em 1966 define o *apartheid* tendo em vista a situação dos negros sul-africanos e de diversos imigrantes; finalmente, seu último posicionamento político, novamente sobre a situação dos negros norte-americanos, data de 1968. Vejamos.

O “Terceiro Mundo” emerge indiretamente nas preocupações políticas de Sartre quando observa a situação vivida pelo negro nos Estados Unidos. As (pre)ocupações e posições políticas de Sartre sobre essa situação podem ser reconstituídas, essencialmente, pelas suas reportagens publicadas no imediato pós-guerra, em 1945, e em maio de 1968, pelo seu comício realizado, em Paris, na *Mutualité*.

As reportagens sobre os Estados Unidos foram “encomendadas” pela revista *Combat* dirigida por Albert Camus e pelo jornal *Le Figaro*, em 1945. Sartre viaja e permanece quatro meses, pela primeira vez, nos Estados Unidos. Os títulos de suas reportagens são: “Seuls quelques Noirs, ici, ont le temps de rêver”,¹¹² “Deux grandes organisations groupent aux USA un tiers des travailleurs: l’AFL avec 5.800.000, le CIO avec 5 200 000”¹¹³ e “Retour des États-Unis. Ce que j’ai appris du problème noir”.¹¹⁴ Nesta última reportagem, Sartre já tem uma posição política definida a respeito do problema negro e ela se refere à questão econômica, mais especificamente, à questão de classe:

o problema negro não é nem problema político e nem cultural; os negros pertencem ao proletariado americano e sua causa é a mesma da dos operários brancos (...). Parece que só havia uma solução ao problema negro – e ela não está próxima: quando o proletariado americano – negro e branco – tiver reconhecido a identidade de seus interesses face a classe patronal, os negros lutarão com os operários e a igualdade com eles pelo

¹¹² In: CONTAT; RYBALKA, 1970, p. 121.

¹¹³ Ibid., p. 122.

¹¹⁴ Ibid., p. 123.

reconhecimento de seus direitos. (...) Todo progresso, na América, depende, no fundo, da evolução da classe operária.¹¹⁵

Pelo fragmento percebemos a proposta de Sartre: a necessidade da unidade de interesses do proletariado americano negro e branco. O problema da unidade será, a partir de então, um tema recorrente nas análises e posições políticas de Sartre tanto sobre a esquerda européia (dividida, enfraquecida e impossibilitada de levar adiante um projeto revolucionário comum) como sobre a importância da “unidade de interesses” entre o proletariado europeu, em particular, o francês, em relação à luta do colonizado do Terceiro Mundo, em particular, do argelino.

Em 1946, Sartre volta a se posicionar sobre o problema negro nos Estados Unidos por meio de sua peça “A prostituta respeitosa”, cuja trama se desenrola nesse país. Devemos observar, no entanto, como a análise do problema racial do colonizado em geral e do negro, especificamente, se modificam conforme o curso dos acontecimentos históricos. Em 1968, na sua análise da situação vivida pelos negros nos Estados Unidos, Sartre assume uma posição política radical ao *propor* a luta armada como único método para a resolução do conflito racial nos EUA.¹¹⁶ Isto porque Sartre reconhece que “a integração é impossível”.¹¹⁷ Paradoxalmente, Sartre defende a posição diante de quase 2 mil pessoas no decorrer de um encontro a favor do “Poder Negro” organizado na *Mutualité* pelo Comitê Francês de Apoio ao Comitê de Coordenação dos Estudantes Não-Violentos (SNCC)!¹¹⁸

À época do comício de Sartre, estava em curso a Guerra do Vietnã. Nesse sentido é que devemos entender a proposta de Sartre a respeito da “unidade de luta do Terceiro Mundo”. Ou seja, a unidade a ser realizada entre os negros dos Estados Unidos e os vietnamitas, pois, para

¹¹⁵ Ibid., p. 123.

¹¹⁶ Marc Ferro afirma que Léopold Senghor chegou à mesma conclusão em relação à África, pois, ele “enxergou claramente que, sem violência, a África não chegaria a lugar nenhum”. (FERRO, 1996, p. 298).

¹¹⁷ SARTRE, J.-P. “De la Mutualité – Meeting en faveur du ‘Pouvoir Noir’”. *Le Monde*, 2 mai, 1968.

¹¹⁸ Ibid.

Sartre, tanto os negros norte-americanos (que fazem parte do Terceiro Mundo – “é uma fração do ‘Terceiro Mundo’ que os americanos introduziram em seu país”)¹¹⁹ quanto os vietnamitas são agredidos pelo mesmo opressor: “é o mesmo agressor que oprime trinta milhões de vietnamitas e 20 milhões de Negros nos EUA”.¹²⁰

6. A emergência do problema colonial em Sartre

No texto “Présence Noire” (1947), Sartre apresenta a revista *Présence Africaine*, fundada na mesma data, editada e publicada em Paris por Alioune Diop. Sartre, ao lado de Albert Camus, André Gide, Michel Leiris, entre outros, faz parte do “comitê de patrocínio”. A revista *Présence Africaine* “funcionou como um centro intelectual promotor de idéias e programas para a libertação de ex-colônias francesas”.¹²¹ A teoria do humanismo africano, o pan-negrismo ou o pan-africanismo e a Negritude (sua herdeira) “perpassaram os diversos congressos internacionais, os incipientes movimentos de independência (que) adquiriram uma maior organicidade”.¹²²

Na apresentação, Sartre destaca a presença dos negros (senegaleses e congolezes) nas universidades de Paris que sofrem as dificuldades de acesso ao ensino superior. No entanto, Sartre afirma que os negros são tomados “por iguais”, por isso, a França é considerada “como a pátria da liberdade”. A boa acolhida aos imigrantes negros na “pátria da liberdade” parece ser, para Sartre, um dever, uma espécie de política compensatória às violências por eles sofridas com o colonialismo, como indica o fragmento: “cada mão aberta que damos aqui a um negro faz desaparecer todas as violências que nós cometemos lá (na África)”.¹²³

¹¹⁹ Ibid.

¹²⁰ Ibid. No mesmo comício, Sartre inclusive questiona: “Eu me pergunto se esse outro Vietnã reclamado por Che Guevara não está nascendo nos próprios EUA”.

¹²¹ SARAIVA, 1987, p. 10.

¹²² Ibid., p. 10.

¹²³ SARTRE, J.-P. “Présence Noire”. In: *Présence Africaine*, 1947, p. 28.

Pela saudação à revista fica claro que o Terceiro Mundo, para Sartre, emerge com o problema da violência colonial sofrida pelos negros africanos. Nessa esteira, Sartre deseja que a revista fundada e dirigida por negros – a *Présence Africaine*,

pinte um quadro imparcial da condição dos negros no Congo e no Senegal, sem que haja a necessidade de colocar aí a cólera ou a revolta: a verdade somente. Isso bastará para que nós recebamos no rosto o suspiro tórrido da África, o odor picante da opressão e da miséria.¹²⁴

Em 1948, Sartre já (re)pensa sua concepção de liberdade no contexto das lutas anti-colonialistas do Terceiro Mundo, posicionando-se politicamente a favor dos marroquinos e de sua independência, num encontro na *Maison de la Chimie*, em Paris, em que defende:

enquanto não pudermos dizer: ‘Nenhum homem sobre a terra é oprimido’, nós não poderemos mesmo conceber o que é ser livre. (...) É lutando a vosso lado contra a classe e as instituições que vos oprimem que nós chegaremos a nos libertar.¹²⁵

Como se vê, ser livre pressupõe a liberdade de todos os homens. O ano de 1948 também é um marco, pois Sartre passa a se dedicar ao problema da Negritude em seu *Orfeu negro*.¹²⁶

7. O problema da Negritude

Historicamente, a teoria da Negritude remonta aos anos 1930 e pode ser vista como um desdobramento da teoria do pan-africanismo. A fase pan-negrista ou pan-africana inicia-se no século XIX e caracteriza-se

¹²⁴ Ibid., p. 29.

¹²⁵ SARTRE, J.-P. “Ceux qui vous oppriment, nous oppriment por le même raison”. **La Gauche**, n.8, novembre de 1948. In: CONTAT; RYBALKA, 1970, p. 203.

¹²⁶ Albert Franklin, anos mais tarde, afirma que “o termo Negritude aparece pela primeira vez nas obras de uma jovem geração de poetas negros de língua francesa cujos representantes mais conhecidos são Léopold Sedar Senghor e Aimé Césaire. Mas a Negritude nos parece tomar realmente o corpo de uma teoria com o estudo de Jean-Paul Sartre, estudo intitulado ‘Orfeu negro’ e publicado no prefácio à “Antologia da poesia Negra e Malgache’ de Senghor”. FRANKLIN, Albert. “Réflexions sur “Orphée Noir”. **Présence Africaine**. Paris, n.13, 1952. *La Négritude: réalité ou mystification?*, p. 289.

“pela sua tônica política e pela insistência filosófica da volta às origens”.¹²⁷ Essa volta às origens “seria a retomada da raiz cultural negra, tão deturpada pelo projeto hegemônico colonial e que deveria ser resgatada a partir de um instrumento político: a luta de libertação contra a dominação estrangeira”.¹²⁸ Curiosamente, o movimento pan-negrista ou pan-africanista teve sua origem não na África, mas na América do Norte, nos Estados Unidos. Dos Estados Unidos partiu para o Haiti, seguindo para a Europa. Da Europa expandiu-se “pela África e se confundiu, posteriormente, com os próprios movimentos de independência africanos”.¹²⁹

Em 1948, Sartre publica “Orfeu negro”¹³⁰ um ensaio em chave dialética mas que, contraditoriamente, coexiste com análises “existencial-fenomenológicas”. Em muitas passagens, Sartre utiliza o método dialético que revela a necessidade de dialogar com o marxismo, necessidade surgida desde o pós-guerra, ainda que a utilização do método seja feita de modo, às vezes, excessivamente esquemático, rígido.

Para Sartre, pela poesia o negro toma consciência de sua situação. Eis porque a sua poesia é necessariamente revolucionária. O negro recorre à “linguagem poética para falar de seus sofrimentos, de suas cóleras ou do orgulho que tem de si próprio”.¹³¹ Em seu ensaio *Orfeu Negro*, Sartre analisa a poesia negra que julga ser a maior expressão – da contradição – que o negro sofre.

¹²⁷ SARAIVA, 1987, p.8

¹²⁸ Ibid., p.8. Saraiva continua: o líder revolucionário Amílcar Cabral criticou a Negritude, justamente, pelo fato de que “esse retorno só poderia ser conseqüente quando, além de um envolvimento e compromisso na luta de independência, ele fosse capaz de encontrar uma identificação total com as aspirações das massas”, e, para J.-P. Ndiaye (1971) a “negritude é a negação da luta de classes”. (Apud: CERVELLO, Mariella V. “A negritude: uma forma de racismo herdada da colonização francesa? Reflexões sobre a ideologia negro-africana na Mauritânia”. In: FERRO, 2004, p. 839).

¹²⁹ Saraiva complementa: “O negro americano buscava uma frente de emancipação em base essencialmente racial e unindo a África à América”. (1987, p. 9).

¹³⁰ De acordo com Contat, “o texto soberbo e inspirado deveria ser lido pelos que pretendem que Sartre não entende nada de poesia. Depois de declarar que a ‘poesia negra de língua francesa é única grande poesia revolucionária’, Sartre faz o elogio da negritude e, tomando, sobretudo, o exemplo de Aimé Césaire, mostra como, uma vez ao menos, o mais autêntico projeto revolucionário e a poesia mais pura emanam da mesma fonte” (CONTAT; RYBALKA, 1970, p. 187).

¹³¹ SARTRE, J.-P. **Reflexões sobre o racismo: Reflexões sobre a questão judaica e Orfeu negro**, 1965b.

Sartre afirma que na poesia do negro se encontram os temas e as contradições recorrentes e comuns que são a fonte de sua reflexão e contestação: “o exílio, a escravidão, o par África-Europa e a grande divisão maniqueísta do mundo em negro e branco”.¹³² Continua Sartre: “este exílio ancestral dos corpos figura outro exílio: a alma negra é uma África da qual o preto está exilado no meio dos frios *buildings* da cultura e da técnica brancas”.¹³³ Eis que surgem, na poesia, “o tema do retorno ao país e o da volta aos infernos resplendentes da alma. Trata-se de uma busca, de um despojamento sistemático e de uma ascese que acompanha um esforço contínuo de aprofundamento”.¹³⁴ Daí Sartre designar como órfica a poesia negra, em referência à mitologia grega em que “esta incansável descida do negro dentro de si mesmo me lembra Orfeu indo reclamar Eurídice a Plutão (...) o poeta negro atinge mais seguramente a grande poesia coletiva: falando apenas de si, fala por todos os negros”.¹³⁵ O poeta negro, lançando mão da língua do colonizador, opressor, acaba por realizar o movimento inverso de destruição dessa própria língua que se volta contra o próprio opressor.

Como Sartre define a Negritude? A Negritude se define justamente “contra a Europa e a colonização”.¹³⁶ Sartre elabora uma interpretação filosófica – heideggeriana e bergsoniana – do conceito de Negritude, como podemos observar no fragmento. A Negritude

não é um estado, nem um conjunto definido de vícios e virtudes, de qualidades intelectuais e morais, porém, certa atitude afetiva com respeito ao mundo (...) é o ser-no-mundo do negro (...) é ato, muito mais que uma disposição (...) é uma paciência (...) a ação do negro é antes de tudo ação sobre si.¹³⁷ (...) Será ela necessidade ou liberdade? (...) Será um dado de fato ou um valor? O objeto de uma intuição empírica ou de um conceito moral? (...) Será uma explicação sistemática da alma negra ou um arquétipo platônico de que é possível se aproximar indefinidamente sem nunca atingi-lo? (...) a Negritude é um reflexo de ser e de dever-ser; ela nos constitui e nós a constituímos: juramento e paixão, ao mesmo tempo. Mas há

¹³² Ibid., p. 101.

¹³³ Ibid., p. 101.

¹³⁴ Ibid., p. 102.

¹³⁵ Ibid., p. 102.

¹³⁶ Ibid., p. 111.

¹³⁷ Ibid., p. 116.

algo mais grave: o negro, afirmamos, cria para si um racismo anti-racista.¹³⁸

O que une os negros, para Sartre, “separados pelas línguas, pela política e pela história de seus colonizadores”¹³⁹ é a memória coletiva, e depois, no contexto da descolonização, a ideologia pan-africana. Sartre “unifica” os negros de toda a África pelo critério exclusivo da raça, um “racismo anti-racista” e, por sua vez, o colonialismo quando deporta os negros confere a unidade aos negros na sua nova terra.

Desta vez, numa abordagem dialética, mas que ao mesmo tempo remete a uma temática tipicamente existencialista, Sartre prescreve um futuro para o negro, assim como para o proletariado:

a contribuição do negro para a evolução da humanidade, já não é um sabor, um gosto, um ritmo, uma autenticidade, um ramallete de instintos primitivos: é uma empresa datada, uma paciente construção, um futuro (...) é em sua missão que ele baseia seu direito à vida; e esta missão, como a do proletariado, lhe vem de sua situação histórica: por ter sofrido, mais do que qualquer outro, a exploração capitalista, adquiriu, mais do que os outros, o sentido da revolta e o amor à liberdade. E, por ser o mais oprimido persegue necessariamente a libertação de todos, quando trabalha por sua própria liberdade.¹⁴⁰

Sartre não pensa, sozinho, que o negro tenha uma missão histórica. Uma missão histórica, tal qual Marx reserva, no entanto, apenas ao proletariado. Ele compartilha das idéias de Aimé Césaire, poeta negro, para quem “o ‘branco’ simboliza o capital como o Negro o trabalho (...) Através dos homens de pele negra, de sua raça, ele canta a luta do proletariado mundial”.¹⁴¹ E não coincidentemente, ressalta Sartre que “os bardos mais ardentes da Negritude são ao mesmo tempo militantes marxistas”.¹⁴² Sartre quer entrelaçar a noção de raça (concreta e particular) com a de classe (universal e abstrata) para assim enquadrar, numa chave de interpretação exclusivamente dialética, o conceito de Negritude:

¹³⁸ Ibid., p. 126.

¹³⁹ Ibid., p. 122.

¹⁴⁰ Ibid., p. 124.

¹⁴¹ Ibid., p. 126.

¹⁴² Ibid., p. 126.

a Negritude aparece como o tempo fraco de uma progressão dialética: a afirmação teórica e prática da supremacia do branco constitui a tese; a posição da Negritude como valor antitético é o momento da negatividade (...) a síntese, a realização do humano numa sociedade sem raças. Assim, a Negritude é para se destruir, é passagem e não término, meio e não fim último.¹⁴³

A tomada de consciência da classe oprimida é possível pelo reconhecimento, “na ação e pela ação”, da “conjuntura objetiva do proletariado que pode definir-se através das circunstâncias da produção ou da repartição dos bens”.¹⁴⁴ Isto implica em admitir, para Sartre, que o trabalhador negro e o trabalhador branco são vítimas da mesma opressão da sociedade capitalista. A assunção dessa posição lhes revela, inicialmente, a solidariedade comum de classe, “para além dos matizes da pele”,¹⁴⁵ ou ainda, uma unidade por pertencimento de classe, mas não ainda uma unidade de luta.

Apesar do pertencimento ao proletariado e de toda situação de opressão por ele vivida, o trabalhador negro apresenta uma diferença sensível, para Sartre, em relação ao proletário branco europeu: a cor da pele, a raça. E a diferença, para Sartre, determina que a tomada da consciência de classe por parte do negro, passe, antes de tudo, pela questão da raça, pois,

o preto sofre seu jugo, como preto, título de nativo colonizado ou de africano deportado. E, posto que o oprimem em sua raça, e por causa, é de sua raça, antes de tudo, que lhe cumpre tomar consciência. (...) um judeu, branco entre os brancos, pode negar que seja judeu, declarar-se homem entre homens. O negro não pode negar que seja negro (...): ele é preto (sic).¹⁴⁶

Portanto, para Sartre, se ao nível sócio-econômico (de classe), a situação do trabalhador negro é a mesma que a do proletário branco europeu, sua diferença consiste na sua *consciência de classe*. No Congo escreve Sartre “o conflito de classes se perfilava atrás do conflito de

¹⁴³ Ibid., p. 126.

¹⁴⁴ Ibid., p. 97.

¹⁴⁵ Ibid., p. 97.

¹⁴⁶ Ibid., p. 98.

raça”.¹⁴⁷ Daí a identificação do negro com o proletário, da raça com a classe. A tomada de consciência da opressão pelo negro se dá, portanto, no âmbito da raça. O negro não pode esconder sua raça (o que o condena à autenticidade), eis porque o negro sofre o jugo, primeiramente, por sua raça, como título de nativo colonizado ou de africano deportado.¹⁴⁸

Oprimido em sua raça, é por meio dela, primeiramente, que cabe ao negro tomar consciência. Se por um lado, a consciência de classe do trabalhador europeu “tem seu eixo na natureza do lucro e da mais-valia, nas condições atuais da propriedade dos instrumentos de trabalho, em suma, nas características objetivas de sua situação”,¹⁴⁹ a consciência de raça do negro, para Sartre, centra-se na Negritude: “certa qualidade comum aos pensamentos e às condutas dos negros”.¹⁵⁰ Justamente neste ponto reside a crítica de Morán a Sartre, pois, para o sociólogo, ao mesmo tempo em que Sartre tratou de universalizar a reivindicação africana, inserindo-a em um processo de transformações históricas, do qual o marxismo possui a chave interpretativa, amputa-lhe sua pretensão de peculiaridade diluindo sua especificidade histórica.¹⁵¹

No entanto, para Sartre, a aproximação de “todos os oprimidos no mesmo combate” somente será possível se for precedido, nas colônias, pelo “momento da separação ou da negatividade”, ou o que Sartre também denomina como “racismo anti-racista”, isto é, “o único caminho capaz de levar à abolição das diferenças de raça”¹⁵² e que, por sua vez, consiste na consciência de raça supracitada, isto é, na Negritude.

Sartre engessa a realidade concreta para fazê-la encaixar nesse esquema dialético? Possivelmente. Mas devemos ter em mente o contexto em que Sartre escreve o texto: o da agonia da empresa colonial que se enrijece a tal ponto que engendra sua própria dissolução. No período do pós-guerra, com a economia européia devastada e com os

¹⁴⁷ SARTRE, J.-P. “O pensamento político de Patrice Lumumba”. In: _____. **Colonialismo e neocolonialismo. Situações V**, 1968, p. 191.

¹⁴⁸ Ibid., p. 98.

¹⁴⁹ Ibid., p. 98-99.

¹⁵⁰ Ibid., p. 98-99.

¹⁵¹ MORÁN, 1971, p. 46.

¹⁵² SARTRE, loc.cit.

gastos estratosféricos na manutenção das colônias, os países colonizados começam o processo geral de descolonização que culmina com as independências e a emergência dos países do Terceiro Mundo nas décadas de 1950, 1960 e 1970, como vimos. A partir disso devemos explicar o que escreve Sartre em 1948:

a cada época, sua poesia; em cada época as circunstâncias da história elegem uma nação, uma raça, uma classe para retomar o facho (...) e ora o ímpeto poético coincide com o ímpeto revolucionário, ora divergem. Saudemos hoje a oportunidade histórica que permitirá aos negros com tal vigor gritar o grande grito negro que os alicerces do mundo sejam abalados. (Césaire).¹⁵³

O sociólogo Fernando Morán, no entanto, nos esclarece algo mais sobre o conceito de Negritude utilizado por Sartre e pelos poetas negros parisienses. Para Morán, o que tipifica a doutrina da Negritude, enquanto fonte do pan-africanismo político é “a tensão entre a reivindicação de uma especificidade e a elaboração de uma doutrina que a reclama, em cuja constituição se empregam modos de análise e raciocínios importados da cultura do dominador”,¹⁵⁴ o que não nega Sartre.

A “doutrina” da Negritude surge em decorrência da “reivindicação frente às causas da sensação de desterro (*desposeimiento*), se delineia nos anos 1930 num grupo de escritores negros de expressão francesa estabelecidos em Paris”,¹⁵⁵ sendo, indubitavelmente “política em sua intenção e efeitos” e cuja “literatura em que se expressa é, por conseguinte, uma literatura *comprometida*”.¹⁵⁶ Para o sociólogo, ainda, a atitude de que o escritor africano é obrigado a lançar mão decorre “do vazio cultural de sua situação colonial ou pós-colonial”¹⁵⁷ e, deste modo, cria um “conjunto de valores, que postula como uma unidade de sentido africana”.¹⁵⁸ Léopold Senghor, outro grande poeta negro, formaliza e

¹⁵³ Ibid., p. 129.

¹⁵⁴ MORÁN, 1971, p. 20.

¹⁵⁵ Ibid., p. 23.

¹⁵⁶ Ibid., p. 23.

¹⁵⁷ Ibid., p. 23.

¹⁵⁸ Ibid., p. 23.

divulga o conceito que comporta os seguintes elementos: “1) uma valorização privilegiada dos elementos naturais; 2) supremacia do dinamismo natural sobre o estancamento da realidade ocidental, supertecnificada; 3) valorização dos elementos rítmicos, frente ao intelectualismo racionalista ocidental; 4) supervalorização dos instintos”.¹⁵⁹

Morán estabelece um paralelo interessante entre “a relação entre a uniformidade das formas intelectuais e das tendências políticas provocadas pelo colonialismo (à qual responde a ideologia descolonizadora) e a diversidade das culturas nacionais e tribais de base”,¹⁶⁰ dado tanto pela ideologia pan-africana quanto pela doutrina da Negritude, uma vez que o imperialismo representa “um empenho de uniformidade” justamente pela raiz predominante que “é a criação de uma economia de mercado homogeneizada em escala mundial”.¹⁶¹ Portanto, “sob o impacto da alienação colonial e racial a ideologia da *negritude* é inequivocadamente unificadora”.¹⁶²

A poesia em geral do período da Negritude é uma literatura de contestação porque convoca a ação contra o fato colonial, porque é em si mesma uma subversão contra o monopólio cultural europeu, como pensa Morán. Contudo, outra contradição desse tipo de literatura, conforme o raciocínio do autor, é que “a Negritude dos africanos desemboca em uma exaltação da vida tradicional”.¹⁶³ Não sem motivos, “o ressentimento do africano colonizado em relação à cultura européia deriva da (des)qualificação de sua cultura como inexistente ou, ao menos, como atrasada. Os conceitos de primitivo e cultura estagnada, tal qual haviam sido elaborados pela etnologia de começos do século, depreciavam o africano culturalizado”.¹⁶⁴

Como os colonizados reagem, em relação ao imperialismo cultural branco que, para Morán, tem o “fato inegável da superioridade

¹⁵⁹ Ibid., p. 42.

¹⁶⁰ Ibid., p. 27.

¹⁶¹ Ibid., p. 26.

¹⁶² Ibid., p. 26.

¹⁶³ Ibid., p. 30.

¹⁶⁴ Ibid., p. 34.

técnica, científica e cultural do europeu?”¹⁶⁵ Morán afirma que os africanos respondem “mediante um reflexo defensivo de caráter mimético, isto é, a denominada resposta ‘ritualista’ (Merton): o escravo negro abraça a religião de seus amos (sul dos EUA); (...) o intelectual se lança na conquista de diplomas e títulos nas grandes escolas européias ou americanas; o político apela à democracia”.¹⁶⁶

8. As posições políticas de Sartre sobre o *apartheid* na África do Sul

Sartre define o *apartheid*, ao mesmo tempo, como uma prática e uma teoria. A prática consiste em aplicar, por uma minoria européia de 3 milhões de habitantes, uma política que objetiva “manter em escravidão (a palavra não é muito forte) 14 milhões de habitantes de origem africana, asiática ou miscigenados”.¹⁶⁷ Para Sartre, esses habitantes são destituídos de direitos econômicos, políticos, jurídicos e culturais.

Em relação aos direitos econômicos, os sul-africanos não possuem nada, nem terras, nem qualificação profissional. Sartre levanta os seguintes dados: 75 % deles estão confinados a 12% das terras e a qualificação profissional é reservada (pela lei *reservation job*) aos brancos. Em relação aos direitos políticos, os trabalhadores não podem votar, nem se reunir ou se sindicalizar, sendo “obrigados a andar com passaporte para justificar sua presença aqui ou ali”.¹⁶⁸ Agrava o quadro o fato de que são obrigados a permanecer ao nível do tribalismo, a maneira encontrada pelo governo central para “evitar o nascimento de uma consciência nacional”.¹⁶⁹ Em relação aos direitos jurídicos, o *habeas-corpus* é suprimido aos 14 milhões de habitantes. Uma das formas de se obter mão-de-obra quase gratuita, afirma Sartre, consiste em que

¹⁶⁵ Ibid., p 35. Posição, aliás, etnocêntrica, no meu entendimento.

¹⁶⁶ Ibid., p. 36.

¹⁶⁷ SARTRE, J.-P. “Un cancer en Afrique”. *Le Christianisme social*, Année 74, n.11-12, 11 déc. 1966, Dossier Apartheid, p. 623.

¹⁶⁸ Ibid., p. 623.

¹⁶⁹ Ibid., p. 623.

todas as infrações cometidas pelos negros são crimes e frequentemente os colocam nas prisões ao mesmo tempo em que os fazem vítimas do trabalho forçado (...) 50% dos fazendeiros brancos utilizam a mão-de-obra forçada que livra os negros da polícia.¹⁷⁰

Por fim, a escolarização dos sul-africanos “é baixíssima e eles aprendem que o negro é inferior a um branco, isto é, que o negro é um sub-homem”.¹⁷¹ Toda essa prática, para Sartre, é justificada por uma teoria, isto é, “o racismo integral”:

a superioridade abstrata dos brancos sobre todas as outras raças. Essa doutrina nasce dos fatos mesmos. A necessidade de se procurar uma mão-de-obra a bom preço cujo salário tenda a zero inclui praticamente a manutenção na escravidão. E, por conseqüência, o Branco da África do Sul chama a todos de sub-homens. (...) esta ideologia não é senão o produto mesmo da economia e da prática.¹⁷²

Sartre, no entanto, observa uma contradição no sistema de *apartheid*. O *apartheid* obriga “o branco a se tratar ele mesmo como sub-homem”, inicialmente,

desenvolvendo sobre todos os planos seu racismo. Não há país onde o anti-semitismo seja mais exibido e mais rigoroso que na África do Sul. (...) (Na África do Sul) denominam (os ingleses) de judeus-ingleses. (...) Além do mais o terror se exerce contra os próprios liberais Brancos: há uma ‘lei contra o comunismo’ que permite prender qualquer um; a lei dos 180 dias que se aplica mesmo aos Brancos nos casos em que eles sejam suspeitos de se interessar pela causa dos Negros faz o terror crescer e se alimentar nos meios Brancos. Os Brancos passam seu tempo com um medo colérico dos Negros e passam seu tempo a ter medo deles mesmos. Medo que os denuncia.¹⁷³

O estado de “sub-humanidade” e de “terror” vividos pelo próprio branco se exerce também no plano cultural, rebaixando o nível intelectual da minoria branca. A cultura do Ocidente, inclusive a televisão, é vedada ao branco, a literatura é praticamente nula, o nível das escolas é baixo e a interdição da qualificação da mão-de-obra aos sul-africanos não

¹⁷⁰ Ibid., p. 624.

¹⁷¹ Ibid., p. 624.

¹⁷² Ibid., p. 625.

¹⁷³ Ibid., p. 626.

brancos engendra a penúria de quadros o que obriga a imigração de trabalhadores brancos qualificados de outros países. Para Sartre, “o princípio mesmo do racismo leva os Brancos a se tornarem, por racismo, muito inferiores aos que eles oprimem. Para eles, como para os Negros, é o inferno, com a diferença de que o inferno dos Brancos foram eles que quiseram”.¹⁷⁴

Como se vê, Sartre analisa uma situação histórico-concreta – o *apartheid* – em termos dialéticos, isto é, considerando as contradições intrínsecas à situação e as suas possibilidades de superação. Na sua análise do colonialismo francês na Argélia, desenvolve o mesmo raciocínio. Fica claro nessa análise de Sartre que o racismo não deriva, inicialmente, de uma concepção cultural, mas do resultado de uma prática necessariamente econômica do capitalismo na África do Sul, qual seja, a necessidade da acumulação de capital que escraviza 14 milhões de pessoas – dentre elas os negros – que praticamente trabalham “de graça” para a minoria branca.

Sartre caracteriza o *apartheid* como uma “praga (que) corre o risco de se tornar um câncer generalizado”. Isso porque, para ele,

há um acordo deliberado de ligações reais entre a África do Sul, Portugal e as autoridades ilegais da Rodésia do Sul e esta ligação é mais agressiva que defensiva. Muitos africânderes não escondem a idéia de um imperialismo que se estenderia sobre toda a África.¹⁷⁵

O Estado, desse modo, subvenciona econômica, política, jurídica e culturalmente a prática do *apartheid*, o que torna a questão absolutamente grave, pois tem outro resultado, que transcende as fronteiras sul-africanas. Para Sartre uma das fontes do crescimento dos fascismos europeu e norte-americano é a existência e apoio ao *apartheid* na África do Sul pelo Estado:

essa idéia (...) que um Estado forte pode praticar o *apartheid*, isto é, o racismo, até as suas mais implacáveis conseqüências, em toda a impunidade, é uma das fontes do crescimento do nazismo na Europa e nos Estados Unidos. Ela encoraja jovens movimentos

¹⁷⁴ Ibid., p. 625.

¹⁷⁵ Ibid., p. 625.

fascistas e esses movimentos fascistas, que, além de encontrarem uma base real ali, colocam no seu programa, entre os 3 ou 4 primeiros princípios, a defesa do apartheid e a defesa do governo da África do Sul.¹⁷⁶

Sartre, em seguida, discute o papel das organizações que lutam contra o *apartheid* na África do Sul. Algumas defendem a resistência não violenta, outras recorrem à ação violenta. Sartre questiona o papel da ONU, que “está muda”, apesar de ter sido fundada sobre o princípio: “eliminar todas as formas de discriminação racial”¹⁷⁷ e de ter, em 1963, embargado o comércio com a África do Sul.

Nem os Estados Unidos e muito menos a Inglaterra, que têm largos investimentos na África do Sul, querem a mudança da situação, afirma Sartre. A França tem uma posição contraditória – seus investimentos industriais duplicam entre 1961-1965 e assume, portanto, o terceiro lugar depois dos ingleses e dos Estados Unidos, sem falar do lucrativo mercado militar (de armas, aviões e helicópteros) – ao declarar que não aplica “mais que seu princípio de não ingerência nos assuntos nacionais, quando, na verdade, a venda de armas aos mestres para que eles possam continuar sua dominação sangrenta sobre os escravos é uma ingerência, um atentado contra a soberania nacional”.¹⁷⁸ Nessa esteira, Sartre questiona:

como se pode admitir, por um lado, “o governo francês que proclamou sua solidariedade para com os países do Terceiro Mundo, isto é, com as nações que fracamente adquiriram sua independência”, por outro, “se faça cúmplice do terror e dos massacres que os colonos infligem aos colonizados para impedi-los de chegar à independência?”¹⁷⁹

Passemos, agora, às considerações sobre a emergência da América Latina nas (pre)ocupações políticas de Sartre.

¹⁷⁶ Ibid., p. 627.

¹⁷⁷ Ibid., p. 627.

¹⁷⁸ Ibid., p. 628.

¹⁷⁹ Ibid., p. 629.

9. A América Latina e as posições políticas de Sartre

Sartre, em 1949, faz sua primeira visita à América Central. A maior notícia que temos dela é a longa entrevista de Sartre sobre o Haiti dada ao jornalista do *Franc-Tireur* Georges Altmann. Sartre descreve em detalhes diversos aspectos da ilha (de “beleza e de miséria”) desde os culturais (em que chama a atenção para prática do *voudou*) até sócio-econômicos e políticos.

Do ponto de vista político, Sartre destaca que o Haiti é a primeira verdadeira república negra “orgulhosa de seu passado de independência”, o primeiro país, dos colonizados pela França, a obter sua independência: “os haitianos se revoltaram outrora contra o jugo colonial, conquistaram sua liberdade em nome dos mesmos princípios de nossa revolução”.¹⁸⁰

Do ponto de vista social, Sartre tece impressões sobre o ensino secundário, ministrado pelos párocos que não são nem ruins e nem brilhantes. Destaca a avidez com o que o público haitiano se lança a tudo o que vem da França, desde jornais, livros, até as pessoas.

Do ponto de vista econômico, muito embora Sartre não utilize o conceito (que acontece somente à época da Guerra do Vietnã) destaca a atuação do “imperialismo neocolonialista” no Haiti. Afirma que, apesar de o Haiti ser uma república independente, sofre com a submissão aos “grandes capitais da América”, o que, em última instância, impede seu desenvolvimento:

como o Haiti tem necessidade de dinheiro para fazer grandes trabalhos, esta à mercê do estrangeiro. 80% das exportações giram em torno da América. No centro das Antilhas abundam riquezas, mas o Haiti é o único a passar fome. A beterraba da Europa concorre com a cana-de-açúcar. Os Haitianos gostariam de irrigar seus próprios vales para lá instalar pequenas indústrias locais. A condição que lhes colocam é que o trabalho seja efetuado unicamente por operários americanos e que sejam interrompidos se a empresa não for rentável. Lá também um povo busca desesperadamente viver, evoluir, a se desenvolver por si próprio, e é difícil.¹⁸¹

¹⁸⁰ SARTRE, J.-P. “Haiti vu par Sartre”. *Franc-Tireur*, 22 oct. 1949.

¹⁸¹ *Ibid.*, 23 oct. 1949. Nem mesmo após o terremoto que ainda vitima milhares de pessoas no Haiti, a mídia internacional lembra que a situação de absoluta miséria em

Sartre menciona que os militantes negros, socialistas, democratas ou comunistas, com os quais conversou, têm a consciência dos problemas de sua sociedade: como desenvolver sua própria produção, sua própria cultura? E também se interrogam sobre como superá-los, já que, como os haitianos dizem, segundo Sartre:

nós somos muito pobres e nos mantêm na pobreza, apesar de os intelectuais franceses e americanos nos ajudarem como podem. Nossos operários, a maior parte de nossos artesãos, nossos camponeses ganham apenas algumas *gourdes* necessárias para viver. Se nós não somos escravos como nossos irmãos de colônias, nós somos proletários explorados.¹⁸²

Como se vê, os próprios haitianos reconhecem a importância da intervenção dos intelectuais ainda que seja “como podem”.

Por fim, Sartre vê na sociedade haitiana um “aspecto revolucionário, explosivo, subversivo (...) e uma espécie de radical-socialismo negro (...) sendo fundado sobre grandes princípios e grandes ancestrais”.¹⁸³ Sartre se refere, neste último aspecto, aos “tempos heróicos” da luta pela libertação liderada por Toussant Louverture.

A partir de fins da década de 1960, Sartre toma posições políticas sobre diversos acontecimentos latino-americanos e, sobretudo, pelos crimes cometidos pelas ditaduras militares. A respeito das prisões arbitrárias realizadas em Guadalupe, podemos encontrar duas manifestações de Sartre. Devemos dizer que Guadalupe era um departamento francês do ultramar. A primeira, “Le procès des Guadeloupéens devant la Cour de Sureté”,¹⁸⁴ trata de um processo diante dos acontecimentos de maio de 1967 em Pointe-à Pitre, que, para Sartre, prova que os “guadalupeanos não têm os mesmos direitos que os Franceses”.¹⁸⁵ Afirma Sartre:

que se encontra a população haitiana é resultado de anos a fio da exploração colonial francesa.

¹⁸² Ibid., 23 oct. 1949.

¹⁸³ Ibid., 24 oct. 1949.

¹⁸⁴ SARTRE, J.-P. “Le procès des Guadeloupéens devant la Cour de Sureté”. *Le Monde*, 28 fév. 1968.

¹⁸⁵ Ibid.

o reconhecimento do direito à independência é pedido como devendo ser o resultado de um diálogo. Se o julgamento que deve intervir aqui é justo, poderá considerar que o diálogo começou. Mas se deve parar em seguida, eu me pergunto se não haveria então o risco de ver os Guadalupeanos chegando à luta armada.¹⁸⁶

Em 1969, no contexto das ditaduras militares latino-americanas, Sartre propõe a libertação dos prisioneiros no Peru: “Pérou – Message d’intellectuels français en faveur des prisonniers”.¹⁸⁷

Um pouco mais tarde, Sartre se manifesta contra a prisão e o desaparecimento do professor da Universidade de Cuyo, que foi reitor da Universidade de São Luís entre 1973 e 24 de março de 1976 (data do golpe militar argentino), numa petição endereçada “Au général Jorge Raul Videla – Président de la République Argentine”.¹⁸⁸ Em 1978, Sartre se posiciona politicamente pelas liberdades na Argentina, uma vez que:

as instituições democráticas foram suprimidas: o Parlamento dissolvido, os partidos políticos suspensos ou interditados, o poder judiciário submetido à arbitrariedade de uma junta, e tribunais militares colocados em seu lugar. A repressão atinge todos os setores da população. Os trabalhadores foram submetidos à ocupação militar das usinas; os sindicatos passaram ao controle do exército; o direito de greve foi suprimido; os dirigentes e os militantes sindicais foram presos, raptados e assassinados” (e reivindica) “o fim imediato dos raptados, dos torturados e dos assassinatos; a publicação imediata da lista completa dos prisioneiros políticos e sua libertação; a restituição dos sindicatos aos trabalhadores, o restabelecimento dos direitos constitucionais especialmente do direito de greve e outros direitos sindicais; o restabelecimento dos direitos constitucionais, especialmente, do direito de opção (direito de sair do país pelos prisioneiros sem processo); o restabelecimento das instituições democráticas e da atividade de todos os partidos políticos, sem exceção.”¹⁸⁹

Em relação ao Brasil, excetuando-se sua visita em 1960, Sartre intervém em dois momentos. A primeira intervenção, contra o agravamento da ditadura brasileira, mediante o recrudescimento da

¹⁸⁶ Ibid.

¹⁸⁷ SARTRE, J.-P. “Pérou – Message d’intellectuels français en faveur des prisonniers”. **Le Monde**, 28-29 déc. 1969.

¹⁸⁸ SARTRE, J.-P. “Au général Jorge Raul Videla – Président de la République Argentine”. **Le Monde**, 3-4 avr. 1977. Alguns dos signatários são: Beauvoir, Michel de Certeau, Júlio Cortazar, Albert Soboul e Alain Touraine.

¹⁸⁹ SARTRE, J.-P. “Pour les libertés en Argentine”. **Le Monde**, 27-28 mars 1978. Dentre os signatários estão os intelectuais Foucault, Deleuze, Beauvoir, Ernst Bloch, etc.

repressão política e sindical no Brasil, sob o governo Geisel: “Brésil - Plusieurs personnalités françaises protestent contre l’aggravation de la situation politique”.¹⁹⁰ A segunda, uma alocução de Sartre na *Mutualité* em solidariedade às vítimas da tortura sob o regime de Geisel. Sartre deixa claro, no entanto, que seu protesto não objetiva sentir pena das vítimas, mas ao contrário, “associar-se ao seu combate”.¹⁹¹

Em “Le peuple brésilien sous le fous croisé des bourgeois” (“O povo brasileiro sob o fogo cruzado dos burgueses”) Sartre afirma que a instauração da ditadura militar no Brasil pode ser o mesmo destino de muitos países europeus. Para explicar a colocação devemos ter em mente a conjuntura política dos anos 1970, marcada por vários golpes militares na América Latina. Na França, o momento é o pós-Maio de 68.

Sartre critica a posição do PCB e sua leitura equivocada da situação sócio-econômica e política do Brasil, em que fez “o jogo do patronato brasileiro durante anos”,¹⁹² o que, de certa forma, contribuiu para a instauração do regime militar em 1964. Para Sartre, o PCB sustentou que a burguesia nacionalista brasileira quis uma economia autônoma e se esforçava na oposição ao imperialismo. Por isso, a luta, para o PCB, deveria ser a luta por essa autonomia. Isso faria reaparecer os problemas de luta de classes. Em outras palavras, o PCB defendia a revolução nacional burguesa contra o imperialismo.

Para Sartre o que ocorreu foi justamente a derrota da burguesia nacionalista pelo golpe militar. Muito embora Sartre considere a existência de uma burguesia nacionalista e outra pró-imperialista, na prática, defende que havia uma só cujos interesses variavam em função da situação do momento. Para Sartre, a luta entre essas duas burguesias remonta a 1945 e o golpe militar de 1964 é o resultado dessa luta que viu em 1945 a queda de Vargas, sua volta em 1951 e seu suicídio em 1954, a tentativa, aliás fracassada, para impedir Kubitschek de tomar o poder em 1955 e em 1961 a renúncia forçada de Quadros.

¹⁹⁰ SARTRE, J.-P. “Brésil - Plusieurs personnalités françaises protestent contre l’aggravation de la situation politique”. *Le Monde*, 1 juil. 1970.

¹⁹¹ SARTRE, J.-P. “Le peuple brésilien sous le fous croisé des bourgeois”. *Témoignage chrétien*, 15 jan. 1970. In: _____. *Situations VIII: autour de 68*, 1972.

¹⁹² Ibid. Todas as citações a seguir são do mesmo texto de Sartre.

Para Sartre, “o setor nacionalista da burguesia brasileira havia tentado dominar o mercado interno substituindo os bens de consumo que se podia importar do estrangeiro pelos produzidos por suas empresas”, no entanto, o resultado dessa política foi a pauperização crescente do Brasil. O quadro se agravou ainda mais quando a burguesia nacionalista acabou por se constituir “sobre a enorme massa de desempregados, o que lhe permitia reduzir ao mínimo suas despesas de produção”. Isto também lhe possibilitava tornar-se competitiva “sem a necessidade de melhorar seus produtos, sua tecnologia, de promover a economia brasileira no seu conjunto”. Sartre afirma que a burguesia nacionalista até mesmo dizia, às vezes, que tinha intenção de fazer uma reforma agrária, mas, sua aliança com os senhores feudais¹⁹³ do Nordeste (os grandes provedores de divisas) mantinha os camponeses na miséria, sem jamais concretizar sua intenção. O resultado da política da burguesia de acordo com Sartre foi conseguir “empobrecer o país e fazer da economia brasileira uma presa fácil para o imperialismo norte-americano”.

A luta entre as duas burguesias permitiu que investimentos estrangeiros se implantassem amplamente no Brasil, em outras palavras, a dominação imperialista neocolonial norte-americana. Sartre fornece os seguintes dados: 220 milhões de dólares foram investidos entre 1946 e 1950, 743 milhões entre 1960 e 1964. Em 1961, continua, das 66 empresas dispendo de um capital superior a 1 milhão de cruzeiros, 32 eram empresas estrangeiras com 34% do capital e 19 empresas nacionais com 11% do capital. Diante da situação, o golpe foi desferido com o endosso dos Estados Unidos da América,¹⁹⁴ liquidando a burguesia nacionalista.

Sartre, em seguida, apresenta as principais medidas tomadas pelo governo militar que atendeu às exigências do capitalismo norte-

¹⁹³ Ibid., como Sartre o utiliza no original.

¹⁹⁴ Sartre descarta o motivo corriqueiro utilizado pelos militares para justificar o golpe e questiona: “Contra quem? Contra quem os soldados brasileiros são treinados? No Panamá ou nos Estados Unidos? Contra os soviéticos? Contra os chineses? Ninguém pode pensar em uma invasão do Brasil por estes ou por aqueles. Na verdade, os brasileiros confiam seus próprios soldados aos americanos para que os americanos lhes ensinem a atirar sobre o povo brasileiro” (Ibid.).

americano: redução do crédito, o que obriga as empresas nacionais a se venderem ou a se associarem ao capitalismo estrangeiro (daí a reconciliação dos dois setores da burguesia, que prova, para Sartre, que na realidade, sempre existiu apenas uma burguesia), a promulgação de um decreto de garantia aos investimentos estrangeiros que autoriza “as empresas estrangeiras a fixarem elas próprias o montante das perdas sofridas e a pedirem ao governo o reembolso dessas perdas”. O resultado: “os imperialistas e a burguesia se dedicaram à pilhagem mais completa do Brasil”.

Eis, portanto, o papel do governo militar brasileiro: manter o povo em estado de mínima resistência, organizando uma repressão constante. Sendo assim, “o exército serve cada vez menos para preparar a defesa contra um eventual agressor externo e cada vez mais para reforçar a repressão interna”. Em outras palavras, o exército defende os interesses de classe. No Brasil, à época da ditadura, e em Cuba, à época de Batista, o exército foi o “braço armado” do imperialismo norte-americano, que sustenta o sistema e ainda mantém a ordem interna “atirando sobre seu próprio povo”.

Sartre procura extrair as lições a serem aprendidas com a esquerda brasileira. O primeiro exemplo, “negativo”, pois, “antes de 1964, a esquerda contou com uma aliança do nacionalismo burguês com as forças populares para combater o imperialismo e foi traída e se enganou”, e “positivo”, depois de 1964, pois “compreendeu que o único meio de combater o imperialismo e seus aliados consistia na luta armada”. Sartre pensa, com Carlos Marighela, que era preciso prosseguir com a unificação da luta armada, não somente restrita ao Brasil, mas ela também “precisava responder ao plano global do imperialismo norte-americano por um plano global latino-americano”. Se “o inimigo é o mesmo”, ou seja, os Estados Unidos, logo “a resposta deve ser uma”. Portanto, “é preciso realizar a unificação da luta de uma América, oprimida, a do Sul, contra a outra América, opressora, a do Norte”.

Sartre ainda vê outra lição a ser aprendida com a história brasileira: “o combate heróico que os brasileiros enfrentam debaixo de

nossos olhos deve nos incitar a refletir sobre nossa própria situação. Há também entre nós uma burguesia nacionalista e há igualmente os investimentos americanos”. Sartre prossegue com uma analogia, interessante, entre os governos de De Gaulle e o de Georges Pompidou com os dois setores da burguesia brasileira: “Será que o poder gaullista por um lado, o poder pompidoniano, por outro, não se parecem com os dois setores da burguesia brasileira: um, partidário de um nacionalismo, aliás, ilusório, e o outro, favorável à entrada dos capitais americanos?” indaga Sartre. Nessa esteira, conclui que “apoiar os revolucionários brasileiros na sua luta” é também defender os próprios interesses franceses e a sua liberdade.

Como se vê, Sartre insiste no fato de que apoiar uma luta no/do Terceiro Mundo é defender os próprios interesses da França. Como isso é possível? Ao reconhecer basicamente a mesma situação econômico-social em escala mundial: o imperialismo neocolonialista norte-americano sobre o Terceiro Mundo e a influência dos Estados Unidos no controle financeiro mundial e, em particular, sobre o francês, e ao perceber a mesma função da burguesia no plano internacional.

Na realidade, para Sartre, existe uma só burguesia. O papel da burguesia nacional acaba sendo ilusório face à hegemonia imperialista norte-americana que dita as “regras do jogo capitalista” internacionalmente. Daí sua afirmação:

todos os dias, nos noticiários econômicos, podemos ler que tal ou tal empresa francesa faz o jogo da carta internacional, o que, para ser claro, quer dizer que ela se faz financiar por um banco americano; podemos ler também que tal ou tal sociedade americana "escolheu" a França no domínio da informática.¹⁹⁵

Sartre tem razão na sua assertiva, sobretudo, tendo-se em vista o que foi exposto no início do capítulo a respeito do imperialismo neocolonialista e do “novo imperialismo”. Se as “regras do jogo capitalista” são internacionais (pois emanam do interesse exclusivo do império norte-americano) elas valem, portanto, para todos os envolvidos – os países

¹⁹⁵ Ibid.

submetidos a elas, sejam os países do Terceiro Mundo, ou mesmo a França, como fica claro no texto de Sartre. Se emanam, sobretudo, do mesmo centro imperialista que determina as “regras do jogo”, logicamente, Sartre postula a necessidade de uma estratégia igualmente global de luta contra esse centro. A estratégia de luta é a unidade do objetivo, a unidade das esquerdas (em âmbito europeu e, em última instância, mundial), a unidade do proletariado (europeu) e dos colonizados do Terceiro Mundo, a unidade do proletariado negro norte-americano com os vietnamitas e, finalmente, a unidade tricontinental contra as potências imperialistas, em especial, contra os Estados Unidos.

Os resultados da unidade da luta, acompanhando o raciocínio anteriormente desenvolvido por Sartre, seriam usufruídos por todos, seja na Europa, na América, na Ásia e na África. Daí a importância da divulgação que fez Sartre e a sua exigência de apoio à Guerra da Argélia, no Brasil, e à Revolução Cubana na França e no Brasil também, e à Guerra do Vietnã que coloca em xeque a estratégia imperialista norte-americana. Nesse sentido é que devemos entender a frase de Guevara, tão insistentemente repetida por Sartre: “é preciso muitos Vietnãs”.

Voltemo-nos, nos próximos capítulos, para o estudo das posições políticas de Sartre sobre os três maiores acontecimentos históricos do Terceiro Mundo: a Guerra da Argélia (1954-1962), a Revolução Cubana (1959) e a Guerra do Vietnã (1946-1975).

*A elite revela sua verdadeira natureza: uma gang. Nossos caros valores perdem suas asas; ao vê-los de perto, não se encontrará um que não esteja manchado de sangue.*¹⁹⁶

CAPÍTULO 2

AS POSIÇÕES POLÍTICAS DE SARTRE SOBRE A GUERRA DA ARGÉLIA (1954-1962)

Introdução

Não é verdade que Sartre tenha sido um “intelectual universal” ou “intelectual total”, engajado em todos os problemas de seu tempo, ainda que tudo apontasse para isso. Seria impossível.

As posições políticas de Sartre têm como eixo fundamental o problema da liberdade em suas mais diversas manifestações e situações econômicas, sociais, políticas e culturais. Sartre visita vários países europeus, africanos, asiáticos e americanos, dos Estados Unidos ao Brasil, da Itália à Rússia, da China ao Japão, de Israel ao Egito, sempre com o propósito de defender a liberdade. No entanto, a partir do segundo período pós-guerra, o Terceiro Mundo se torna o centro das (pre)ocupações políticas de Sartre que se engaja na condenação das guerras da Argélia e do Vietnã e na defesa da Revolução Cubana contra os imperialismos francês e norte-americano.

Não há maiores considerações de Sartre sobre outros países africanos colonizados, excetuando-se a Argélia. Praticamente, a única referência feita por Sartre sobre uma região colonial não francesa consiste

¹⁹⁶ SARTRE, J.-P. “O pensamento político de Patrice Lumumba”. In: _____. **Colonialismo e neocolonialismo. (Situações V)**, 1968, p. 153.

na sua excelente análise do pensamento político de Patrice Lumumba, líder e dirigente revolucionário do Congo (belga), assassinado por um de seus correligionários.

O processo de descolonização de Marrocos não foi “traumático” e por isso não teve grandes repercussões como a Guerra da Argélia entre os franceses. Além da importante referência de Sartre, em 1948, sobre o Marrocos que mostra a nova perspectiva com que Sartre considera o problema da liberdade, como vimos no capítulo anterior, o prefácio de Sartre ao romance de Olivier Todd “Les paumés” de 1973 é o seu mais extenso texto.

Neste mesmo ano, Sartre se manifesta favoravelmente aos universitários marroquinos em Paris que viram o diretor de sua Moradia Estudantil ser demitido¹⁹⁷ e, em 1977, outras duas manifestações de Sartre dizem respeito à repressão do governo marroquino à sua população civil.¹⁹⁸ De acordo com *Le Monde*, quatro condenados à morte esperavam ser executados, militantes estavam desaparecidos, outros assassinados e dezenas de detidos condenados à prisão perpétua, além de 11 processos políticos em 6 meses. Comitês de luta contra a repressão no Marrocos são montados e convocam a solidariedade para com todos os militantes marroquinos. Os comitês também arrecadam dinheiro para auxiliar as famílias dos presos. Os apelos e as assinaturas (de Jean Chesneaux, Yves Lacoste, Gilles Deleuze e de Sartre) enviados às autoridades francesas, marroquinas e internacionais exigem, conforme a Declaração Universal dos Direitos do Homem, o respeito aos direitos democráticos, a liberdade de opinião, a libertação dos acusados ou condenados e de todos os presos políticos. Sobre outros países da África, temos a notícia, no mesmo ano de 1977, no *Le Monde*, do protesto de Sartre contra a prisão arbitrária de um famoso cantor na Nigéria.¹⁹⁹

¹⁹⁷ SARTRE, J.-P. “Le recteur a mis fin aux fonctions du directeur de la maison du Maroc”. *Le Monde*, 7 nov. 1973.

¹⁹⁸ SARTRE, J.-P. “Appel contre la repression au Maroc” e “Au Maroc – Le soleil s’arrete aux murs des prisons”. *Le Monde*, 23-24 jan. 1977.

¹⁹⁹ SARTRE, J.-P. “Appel contre l’arrestation d’un chanteur au Nigéria”. *Le Monde*, 26 mars 1977.

1. O problema da unidade do Terceiro Mundo: o campesinato e o futuro da revolução socialista argelina

A colonização francesa na Argélia remonta a 1830. A França concebe a Argélia – que se torna a sua mais lucrativa colônia, “como prolongamento da metrópole”.²⁰⁰ A história da colonização argelina estigmatiza-se por uma série de violências, isto é, de guerras necessárias para o controle do país, tendo-se em vista a resistência do povo argelino. As duas maiores repressões às insurreições de 1871 e de 1945 permitem, portanto, “os períodos de calma favorável aos negócios”.²⁰¹

Em 1954 inicia-se a Guerra da Argélia que se estende até 1962, quando, sob os auspícios de Charles De Gaulle (1890-1970), os Acordos de Évian são firmados entre Paris e Argel. Pelos acordos, a Argélia finalmente obtém sua “independência” da França e a guerra chega ao fim.

Sartre caracteriza a guerra como a expressão da luta de classes entre o campesinato, representado pelo exército da Frente de Libertação Nacional (FLN), contra a burguesia colonialista, representada pelo governo francês. O período da Guerra da Argélia – 1954 a 1962 – de acordo com Sartre é a época em que “a vontade de ser livre foi mais consciente”,²⁰² ao mesmo tempo em que ocorre “a opressão mais violenta e melhor armada”.²⁰³

1958 pode ser escolhido como um dos anos em que ocorre o recrudescimento da guerra com o “Putsch de Argel” de 13 de maio. O “putsh” é o golpe liderado por generais contrários à descolonização que ocupam a sede do governo em Argel e instalam um “Comitê de Salvação Pública” com a presidência do General Massu²⁰⁴. Os generais mostraram-se contrários à independência da Argélia porque, naquele momento, foram

²⁰⁰ FERRO, 1996, p. 149.

²⁰¹ PRÉNANT, André. “Argélia 1830-1998: dos primórdios do capitalismo colonial à empresa monopolista de recolonização ‘globalizada’”. In: PERRAULT, 2005, p. 256.

²⁰² Na realidade, Sartre retoma a mesma idéia desenvolvida em “nunca fomos tão livres sob a ocupação alemã”. SARTRE, J.-P. “A República do silêncio”. In: _____. **Situações III**, s/d., p.11.

²⁰³ SARTRE, J.-P. “Uma vitória”. **L’Express**, n.350, 6 mars 1965. In: _____. **Colonialismo e neocolonialismo. (Situações V)**, 1968, p. 69.

²⁰⁴ FERRO, 1996, p. 267.

descobertas jazidas de gás e de petróleo. Não por acaso, historiadores contemporâneos asseguram que a Guerra da Argélia pode ser considerada como “uma guerra para continuar a exploração”.²⁰⁵

Se a Argélia pode ser considerada uma das colônias mais espoliadas do mundo, sob os pontos de vista econômico e social, “o movimento nacional argelino era, até 1954, legalista e reformista”. A partir da liderança armada do movimento pela Frente de Libertação Nacional (FLN) o nacionalismo argelino radicaliza-se.²⁰⁶ Sendo assim, o nacionalismo argelino, para Sartre, “não é a simples revivência de antigas tradições, de antigas afeições: é o meio de que os Argelinos dispõem para fazer cessar sua exploração.”²⁰⁷

Nessa esteira Sartre assegura que o acontecimento mais considerável da segunda metade do século é “o despertar do nacionalismo entre os povos afro-asiáticos”.²⁰⁸ Podemos entender o uso da palavra “despertar”, por Sartre, aliás, recorrente em seus textos políticos, como tributária da sua concepção segundo a qual “as idéias se desenham nas coisas e que já estão no homem, quando ele as desperta e as exprime para explicitar sua situação”,²⁰⁹ como vimos no capítulo anterior.

O nacionalismo dos povos colonizados é visto positivamente por Sartre, pois, ele se coloca, historicamente, “no momento do conflito entre os dois blocos”, coincidindo “com a vontade de se libertar da tutela de Washington ou a de Moscou”.²¹⁰ Eis aí o aspecto político do *terceiro mundismo*, ou seja, a expectativa na constituição da “terceira-força” a ser protagonizada pelo Terceiro Mundo face aos “dois outros mundos”, idéia

²⁰⁵ PRÉNANT, André. “Argélia 1830-1998: dos primórdios do capitalismo colonial à empresa monopolista de recolonização ‘globalizada’”. In: PERRAULT, 2005, p. 264.

²⁰⁶ Leo Panitch o denomina “nacionalismo radical” (PANITCH; LEYS, 2004).

²⁰⁷ Colonialismo é sistema, p. 39.

²⁰⁸ Para André Prénant, “a partir da 1ª guerra o movimento político se organiza cada vez mais em torno de uma reivindicação nacional. É contra essa politização que a exploração colonial desde o fim do XIX impõe a legislação discriminatória, corolário da discriminação socioeconômica. In: PERRAULT, 2005, p. 257.

²⁰⁹ SARTRE, J.-P. “Prefácio ao ‘Retrato do colonizado, precedido pelo retrato do colonizador’ de Albert Memmi”. In: _____. **Colonialismo e neocolonialismo. (Situações V)**, 1968, p. 43, assim como vimos no Capítulo 2.

²¹⁰ SARTRE, J.-P. “Un entretien avec Jean-Paul Sartre: Jeunesse et Guerre D’Algérie”. Par K. S. Karol. **Vérité-Liberté - cahiers d’information sur La Guerre d’Algérie**, juil-aout 1960, n.3, p. 1.

compartilhada por toda uma geração de intelectuais e dirigentes de esquerda, dentre os quais, Sartre, como vimos.

Sartre sabe, com Lumumba, em 1961, contudo, que “o neutralismo continuará uma declaração de princípios vã, enquanto os diversos Estados do continente negro não se unirem para impô-lo”.²¹¹ Ou seja, Sartre identifica a possibilidade da unidade dos Estados Africanos pelo pan-africanismo, para ele, o legítimo portador da universalidade. A questão se complica em relação à “África branca”, muçulmana. Como conciliar as “duas Áfricas” numa mesma luta?

Sartre pensa resolver o problema ao afirmar que a unidade de luta da África e, de maneira mais ampla, a do Terceiro Mundo deve ser dada pela guerra e que, “sob a influência da Argélia, alguns compreenderam cada vez melhor o que é também a revolução socialista”.²¹² Portanto, a unidade da África e, em última instância, a do Terceiro Mundo, seriam dadas pela guerra conjunta contra o colonizador (com destaque para o protagonismo da Argélia) e, necessariamente, pela revolução socialista. Já assinalamos, no capítulo anterior, como Cuba e o Vietnã compõem o quadro, com a Argélia, das expectativas de revolução tricontinental contra o imperialismo.

Sartre tem claro consigo (e a história mostra que tinha razão) que a independência da Argélia viria somente com a violência da luta armada e não pelas negociações firmadas que acabam por frear a radicalidade do movimento. As negociações pela independência da Argélia acabaram por inscrever a sua emancipação nos marcos de um novo colonialismo. Em outras palavras, a Argélia liberta-se de uma forma de colonialismo, mas para recair em outra, com vantagem para a França que não arca mais com o ônus do colonialismo “clássico”.

Sartre, na esteira do intelectual educado na cultura francesa, Frantz Fanon, não tem dúvidas de que a heterogeneidade e a desunidade, isto é, as divisões territorial, política (em que uns “se encontram (...) escravizados”, outros “adquiriram uma falsa independência”, outros “se

²¹¹ SARTRE, J.-P. “O pensamento político de Patrice Lumumba”. In: _____. **Colonialismo e neocolonialismo. (Situações V)**, 1968, p. 204.

²¹² Ibid., p. 205.

batem para conquistar a soberania” e outros ainda “conseguiram a plena liberdade mas que vivem sob a ameaça constante de uma agressão imperialista”²¹³), sócio-econômica (“ao forjar as classes sociais”) e cultural (os racismos) dos países que formam o Terceiro Mundo resulta da história da colonialismo europeu. Não por acaso, Sartre utiliza os mesmos argumentos de Fanon segundo os quais intenta ensinar aos africanos, asiáticos e latino-americanos que a sua unidade não está feita, mas em curso. Daí a sua insistência na realização conjunta do socialismo revolucionário, o único que pode derrotar cada um dos “antigos tiranos”.²¹⁴

Assim como Fanon, Sartre afirma que a unificação dos povos do Terceiro Mundo deve partir do campesinato, não apenas por esta classe constituir-se na maioria da população, mas sobretudo, por um lado, porque o campesinato é quem mais sofre com o colonialismo, pois, “conhece a opressão sem disfarce, sofre-a muito mais com a exploração colonial que os trabalhadores das cidades”²¹⁵ (isto é, o subproletariado urbano) e, por outro lado, porque os camponeses são o “verdadeiro reservatório do Exército nacional e revolucionário”.²¹⁶

Sartre assegura, com Fanon, que a revolta dos camponeses, ao se radicalizar, se transforma em revolução. Se o campesinato triunfa,

a Revolução nacional será socialista; se se detém em seu ímpeto, se a burguesia colonizada assume o poder, o novo Estado, a despeito de uma soberania formal, permanece nas mãos dos imperialistas. (...) Assim a unidade do Terceiro Mundo não está feita: é uma empresa em curso que passa pela união, em cada país, tanto depois, como antes da independência, de todos os colonizados sob o comando da classe camponesa.²¹⁷

²¹³ E outras tribos ainda “lutam umas contra as outras por falta de poder afrontar o verdadeiro inimigo – e vocês podem contar com a política colonial para manter as rivalidades entre eles: o irmão levantando o punhal contra seu irmão, crê destruir, de uma vez por todas, a imagem destacada do aviltamento comum. SARTRE, J.-P. “Prefácio ao ‘Os Condenados da Terra’ de Frantz Fanon”. *Les Temps Modernes*, n.137-138, juil-août 1956. In:____. **Colonialismo e neocolonialismo. (Situações V)**, 1968, p. 146.

²¹⁴ SARTRE, J.-P. “Prefácio ao ‘Os Condenados da Terra’ de Frantz Fanon”. *Les Temps Modernes*, n.137-138, juil-août 1956. In:____. **Colonialismo e neocolonialismo. (Situações V)**, 1968. Sartre afirma que Fanon reclamava a unidade do continente africano “contra todas as discórdias e todos os particularismos”. *Ibid.*, p. 151.

²¹⁵ *Ibid.*, p. 140.

²¹⁶ *Ibid.*, p. 140.

²¹⁷ *Ibid.*, p. 141.

A História confirma as teses de Fanon, compartilhadas por Sartre. Podemos apontar pelo menos três revoluções cuja sorte foi decidida pelo sucesso ou pelo fracasso do campesinato em revolução. Onde ele foi vitorioso, como em Cuba e no Vietnã, engendraram-se regimes socialistas, onde ele foi derrotado, um regime neocolonialista, como na Argélia.

2. A dialética do colonialismo

Sartre explica a formação dos impérios coloniais pela necessidade de exportação de mercadorias e de capitais. O interesse das empresas coloniais, no entanto, não consiste em investir seus capitais na industrialização da Argélia, pois, a mão-de-obra abundante e barata dos argelinos cujos salários praticamente tendem a zero, poderia fazer concorrência com a indústria francesa. Ao mesmo tempo, a rentabilidade desses investimentos seria incerta, afinal, os argelinos não poderiam consumir os produtos manufaturados. O interesse colonial consiste, portanto, na exploração da agricultura (viticultura) e das matérias-primas que abasteceriam o mercado e a indústria franceses. A impossibilidade da industrialização na Argélia, imposta pelo sistema colonial a mantém, desse modo, em dependência e em subdesenvolvimento econômicos.²¹⁸

O Estado desempenha um papel fundamental no processo de colonização ao criar uma estrutura produtiva, embora concebida exclusivamente para atender as necessidades do capitalismo francês. Além disso, o investimento público compensa a ausência de financiamentos privados.²¹⁹ Em outras palavras, o Estado viabiliza a implantação, a manutenção e a conservação do sistema colonial.

²¹⁸ Sartre já emprega o conceito “subdesenvolvimento”, em 1956, no texto “O colonialismo é um sistema”. *Les Temps Modernes*, n. 123, mars/avril 1956. In: _____. **Colonialismo e neocolonialismo. (Situações V)**, 1968, p. 24.

²¹⁹ PRÉNANT, André. “Argélia 1830-1998: dos primórdios do capitalismo colonial à empresa monopolista de recolonização globalizada”. In: PERRAULT, 2005.

Em relação à implantação do sistema, o Estado assume os custos da colonização e cria “um novo poder de compra para os colonos dando-lhes terras e fazendo com que venda seus produtos agrícolas e matérias-primas aos franceses”.²²⁰ Há um consenso entre os historiadores a respeito da rentabilidade das colônias às empresas capitalistas e em relação ao déficit orçamentário arcado pelo Estado. A colonização custa muito caro ao Estado, mas, por outro lado, rende “polpudos lucros aos interesses privados da metrópole”.²²¹ Os lucros auferidos afluem para as empresas coloniais (financeiras, industriais e comerciais), como a Sociedade de Crédito Predial Colonial e de Banco, a Sociedade Marselhesa de Crédito, a Sociedade Geral dos Transportes Marítimos a Vapor e a Companhia dos Minerais de Ferro de Mokta,²²² e, também, para os bolsos dos *pieds-noirs* (os colonos franceses na Argélia). Tudo isso “sem enriquecer nem equipar a Argélia, salvo no necessário para instalar a colonização e drenar a produção”²²³ e sem trazer vantagens para o povo francês.²²⁴ Veremos, logo mais, que, sobre este último ponto, Sartre afirma o contrário, pois, tanto o operariado francês, quanto a população em geral beneficiam-se da exploração colonial, mas não como, evidentemente, a burguesia colonial.

Em relação à manutenção do sistema, o Estado monta uma infra-estrutura administrativa, impondo códigos civis e jurídicos aos colonizados: “o sistema colonial para se manter deve conservar-se cada dia mais duro, mais desumano”²²⁵ e, finalmente, em relação à conservação do sistema, preserva-o pela violência do exército que se torna a sua força policial: “os colonos não têm outro recurso senão o de manter-se pela

²²⁰ SARTRE, J.-P. “O colonialismo é um sistema”. *Les Temps Modernes*, n. 123, mars/avril 1956. In:____. **Colonialismo e neocolonialismo. (Situações V)**, 1968, p. 24-25.

²²¹ FERRO, 1996, p. 95.

²²² SARTRE, op.cit., p. 24.

²²³ PRÉNANT, André. “Argélia 1830-1998: dos primórdios do capitalismo colonial à empresa monopolista de recolonização globalizada”. In: PERRAULT, 2005, p. 255.

²²⁴ Ibid., p. 254.

²²⁵ SARTRE, J.-P. “O colonialismo é um sistema”. *Les Temps Modernes*, n. 123, mars/avril 1956. In:____. **Colonialismo e neocolonialismo. (Situações V)**, 1968, p. 37.

força. Precisam da força metropolitana do Exército francês”.²²⁶ O mesmo vale para Cuba, como veremos no capítulo seguinte.

O processo de colonização se torna violento pela imposição do “terror” pelo Estado cujo exército renova sem cessar os massacres aos colonizados. O “terror” freqüentemente assume a forma do genocídio, mas sua prática, em última instância, encontra um limite dado pelo próprio sistema colonial: o valor de mão-de-obra quase gratuita protege o colonizado contra o genocídio. Se isso não ocorre, o sistema arruína-se a si mesmo. Eis um dos motivos que determinaram, para Sartre, a derrota francesa na Guerra da Argélia, como afirma:

no momento em que ia nascer o Tribunal de Nuremberg, os franceses massacraram em Sétif setenta mil argelinos. (...) Exterminando a esse subproletariado, se arruinaram a si mesmos. Por não poder liquidar a população argelina nem poder integrá-la, os franceses perderam a guerra da Argélia.²²⁷

A introdução e imposição da propriedade privada burguesa à sociedade tribal – onde cada comunidade possuía a terra indivisa, também consiste numa forma de genocídio, aliás, uma das primeiras a ocorrer, pois destrói, para Sartre,

sistematicamente a infra-estrutura econômica do país e a terra passou rapidamente dessas tribos camponesas às mãos de mercadores de bens vindos da metrópole. De fato, a colonização (...) é um genocídio cultural: não se pode colonizar sem liquidar sistematicamente os traços particulares da sociedade indígena, impedindo ao mesmo tempo a seus membros que se integrem na metrópole e se beneficiem de suas vantagens.²²⁸

Para Sartre, os genocídios fora da Europa podem ter uma dupla origem. Alguns foram “a expressão de estruturas políticas autoritárias”²²⁹ e outros – na Argélia e sobretudo no Vietnã – “encontram sua origem nas estruturas internas das democracias capitalistas”.²³⁰

²²⁶ Ibid., p. 38.

²²⁷ SARTRE, J.-P. “O genocídio”. *Les Temps Modernes*, n. 259, dec. 1967. In:_____. **Escritos Políticos. 2. Sobre el colonialismo**, 1987, p. 191.

²²⁸ Ibid., p. 190.

²²⁹ Ibid., p.190.

²³⁰ Ibid., p. 190.

Mas como Sartre define o colonialismo? Sartre parte da definição do colonialismo enquanto sistema econômico. Isso implica em observar que “a colonização não é um conjunto de acasos, nem do resultado estatístico de milhares de empresas individuais”.²³¹ Ou seja, o colonialismo é uma empresa racional, cujas origens remontam ao Segundo Império francês em função da expansão das atividades industriais. Atua conforme os interesses e as necessidades das empresas coloniais com o objetivo claro de explorar, sistematicamente, os recursos sociais e naturais da colônia em benefício daquelas. Se o colonialismo é um sistema, uma empresa racional, um produto histórico da expansão industrial, logo não há sentido em afirmar que há colonos “bons ou maus”, como querem os próprios colonizadores. Basta simplesmente, admitir-se: há colonos.²³²

Como impactos sócio-econômicos da implantação, da manutenção e da conservação do sistema colonial podemos mencionar, em síntese: 1. A introdução da propriedade privada da terra em detrimento da propriedade coletiva da terra quebra “a ossatura da antiga sociedade tribal”²³³, suprimindo as forças de resistência e substituindo as forças coletivas por uma poeira de indivíduos. Os colonos se apropriaram das terras melhores que se localizam na planície para a viticultura deixando o deserto aos argelinos expropriados de suas terras. A França, frequentemente, utiliza as revoltas dos argelinos como pretexto para esse tipo de empreitada. Sartre afirma que na revolta de 1871 foram tomadas centenas de milhares de hectares aos argelinos. Em 1850 o domínio dos colonos era de 11500 hectares, em 1900, 1 600 000 e em 1950 de 2 703 000. Toda a produção agrícola é voltada para o mercado francês e não argelino, inclusive porque, o principal produto fabricado, o vinho, não pode ser consumido pelos muçulmanos por motivos religiosos. Como

²³¹ SARTRE, J.-P. “O colonialismo é um sistema”. *Les Temps Modernes*, n. 123, mars/avril 1956. In: _____. *Colonialismo e neocolonialismo. (Situações V)*, Tempo Brasileiro, 1968, p. 22.

²³² Essa é uma das idéias do tunisiano Albert Memmi apropriada por Sartre. “Prefácio ao ‘Os Condenados da Terra’ de Frantz Fanon”. *Les Temps Modernes*, n.137-138, juil-aout 1956. In: _____. *Colonialismo e neocolonialismo. (Situações V)*, 1968, p. 44.

²³³ SARTRE, op.cit., p. 28.

resultado, ocorre o comprometimento da produção de cereais dos argelinos que aumenta a sua fome. A pecuária também foi atingida com o processo, onde, no norte, chegou mesmo a desaparecer, restando somente no sul pré-saariano. Como corolário desse processo, a miséria, que eleva o crescimento demográfico ao triplicar a taxa de natalidade; 2. A mecanização da agricultura transforma a população argelina num imenso proletariado agrícola,²³⁴ produz o desemprego no campo e obriga os desempregados a migrarem para as cidades. Os que não obtêm emprego, imigram para a França: “os argelinos são obrigados a procurar na França os empregos que a França lhes recusa na Argélia”;²³⁵ 3. Por fim, até a cultura francesa é recusada aos argelinos: 80% são os analfabetos na Argélia, à época da guerra. Pior, nega-se aos muçulmanos o uso de sua própria língua, transformando o árabe, desde 1830, em língua estrangeira! Confisca-se a religião dos muçulmanos e deixa-lhes “as superstições mais baixas porque desunem. Os colonizadores, ainda, impuseram um código individualista e liberal para arruinar os planos e o progresso da coletividade argelina”.²³⁶

Em suma, para Sartre, os problemas engendrados pelo colonialismo francês na Argélia são de ordem econômica: como resolver o problema da fome?, social: como aumentar o número de médicos e de escolas? E, em última instância, psicológico: como resolver o complexo de inferioridade do argelino?

Sartre contesta a suposta “obra civilizatória francesa” – aliás, muito corrente nos discursos de muitos colonialistas, nos manuais escolares franceses²³⁷ e estranhamente defendida como um dos benefícios

²³⁴ SARTRE, J.-P. “O colonialismo é um sistema”. *Les Temps Modernes*, n. 123, mars/avril 1956. In: _____. **Colonialismo e neocolonialismo. (Situações V)**, Tempo Brasileiro, 1968, p. 28.

²³⁵ Ibid., p. 31.

²³⁶ Ibid., p. 33.

²³⁷ André Prénant nos informa: “até a independência da Argélia, os estudantes franceses ouviram exaltações à “obra da França”; depois de 62 são reavivadas as memórias da infra-estrutura excepcional legada pelo colonizador ao seu colonizado agora independente: estradas, vias férreas, vinhedos, saúde, escolas, etc. – sendo entendido que a Argélia nada disso teria em 1830 e que tudo lhe foi dado depois. PRÉNANT, André. “Argélia 1830-1998: dos primórdios do capitalismo colonial e empresa monopolista de recolonização ‘globalizada’”. In: PERRAULT, 2005, p. 257.

da colonização na análise revisionista do historiador Marc Ferro!²³⁸ – supostamente criada pelos colonos para atender às necessidades dos argelinos. Na verdade, Sartre esclarece que os aeroportos e portos servem apenas aos colonos e às suas exportações de mercadorias, ou então, aos felás (os camponeses) que irão “morrer de miséria e frio em Paris”.²³⁹ As estradas servem de ligação entre as grandes cidades e as propriedades européias e aos setores militarizados. Os hospitais encontram-se “a 30 ou 40 km da cidade e só eram visitados 2 vezes por ano pelo médico encarregado”.²⁴⁰

O sistema colonial, para Sartre, é histórico e contraditório. Histórico, pois, não sendo de direito divino, tem uma data para seu nascimento e uma data para seu término. Contraditório, seja por razões econômicas e/ou por razões políticas, porque se volta, em última instância, contra os próprios franceses que o iniciaram e a favor dos colonizados, que lhe darão um fim.

Do ponto de vista das razões econômicas, a super-exploração dos colonizados, cujos salários praticamente equivalem a zero, permite aos colonos comprar a baixo preço produtos alimentares ou matérias-primas e vender a preços elevados produtos manufaturados²⁴¹ – como o vinho – obtendo, desse modo, produtos com preços mais competitivos que os produzidos pela exploração simples dos operários na metrópole.²⁴² Isso, no entanto, esbarra nos próprios limites do sistema colonial. A industrialização da Argélia não pode ser levada até as últimas conseqüências sem arruinar a própria indústria francesa. Eis porque

é indispensável que cedo ou tarde ele se *arruine*: é o seu destino. Em outros termos, depois de ter servido a economia capitalista (...) e aos próprios assalariados, ele se transforma inelutavelmente em um parasita insaciável que absorve inutilmente todas as forças do

²³⁸ Cf. FERRO, 2004, “Introdução”.

²³⁹ SARTRE, J.-P. “O colonialismo é um sistema”. *Les Temps Modernes*, n. 123, mars/avril 1956. In:____. **Colonialismo e neocolonialismo. (Situações V)**, 1968, p. 32.

²⁴⁰ Ibid., p. 32.

²⁴¹ SARTRE, J.-P. “Entrevista con los escritores cubanos”. In:____. **Sartre visita Cuba**, 1960, p. 46.

²⁴² Sartre afirma: “por todo o século XIX na Inglaterra e até 1939 na França, o operariado, inconscientemente, participou da exploração dos muçulmanos e dos hindus.” SARTRE, J.-P. “L’interview de Sartre”. **Vérité-Pour: centrale de information sur le fascisme et l’Algérie**, n.9, 2 jui. 1959.

país colonizador. (...) Era absolutamente necessário que a miséria dos argelinos crescesse. Nenhuma medida tomada pela metrópole poderia impedir seu empobrecimento. Em primeiro lugar porque a super-exploração só pode se fundar lá pelo crescimento ilimitado da mão-de-obra. Em segundo lugar porque as tímidas reformas projetadas pelo governo devem ser sabotadas pelos colonos que estão lá, ou em todo caso, elas se voltam em seu proveito. Enfim, porque a industrialização da Argélia, única solução do problema econômico, não pode mesmo ser tentada sem ameaçar na França as empresas industriais de mesma natureza.²⁴³

Como mostra o fragmento, o ônus na manutenção do sistema “absorve todas as forças” da França. A guerra custa muito dinheiro ao Estado, pois, dela depende a manutenção do sistema colonial. Sartre nos fornece o seguinte dado: a guerra contra os argelinos custa, no ano de 1956, “mais de 300 bilhões, o que corresponde à totalidade dos lucros argelinos”. Ou seja, as “colônias custam mais do que produzem”.²⁴⁴

Do ponto de vista das razões políticas, o sistema colonial recusa o mesmo estatuto – “o título de homem” – ao colonizado que o do cidadão francês

(O sistema colonial) recusou a priori todos os direitos, mesmo os da democracia burguesa porque se ele desse os mesmos direitos que os da metrópole o lucro colonial desapareceria. Se lhe desse a seguridade social, as alocações familiares, os fundos de desemprego etc., eles teriam deputados em bastante número para reclamar ‘dos salários iguais para trabalhos iguais’, isso não funcionaria.²⁴⁵

Eis porque a política de assimilação francesa não passa de um mito para Sartre, inclusive, porque “ninguém jamais quis seriamente a assimilação salvo alguns muçulmanos em uma época em que eles não estavam em condições de fazer a revolução.”²⁴⁶ Como se vê, o estatuto colonial que rege o conjunto de resoluções metropolitanas com a colônia encontra algumas dificuldades insolúveis. Ele emana da França que possui instituições democráticas – burguesas – em que imperam a liberdade de imprensa, os direitos ao voto e o de livre associação. Mas o

²⁴³ SARTRE, J.-P. “O colonialismo é um sistema”. *Les Temps Modernes*, n. 123, mars/avril 1956. In: _____. *Colonialismo e neocolonialismo. (Situações V)*, 1968, p. 14.

²⁴⁴ Ibid., p. 38.

²⁴⁵ SARTRE, J.-P. “Entretien avec Jean-Paul Sartre”. *La Voie Communiste*, n. 20, fév. 1961.

²⁴⁶ Ibid.

colono não pode implementá-las, pois, admitir na colônia as mesmas instituições implicaria a adoção de um sistema democrático (ainda que burguês) que se chocaria frontalmente com a idéia e a prática do colonialismo. Não por acaso,

o colono detesta a universalidade, repulsa as instituições francesas, daí sua tendência seccionista. Os separatistas são também hiperpatriotas. Republicanos na França – já que nossas instituições lhes permitem constituir entre nós um poder político – são na Argélia fascistas que odeiam a república e que amam apaixonadamente o exército republicano.²⁴⁷

A França, ainda, engendra a “cilada do colonialismo” ao obrigar “a Metrópole a enviar franceses democratas à morte para proteger a tirania que colonos antidemocratas exercem sobre argelinos”.²⁴⁸

Em suma, a contradição do sistema se dá em dois níveis. No nível objetivo, isto é, do próprio sistema e no nível subjetivo, pois a miséria argelina “que nunca se suprimirá enquanto o colonialismo durar”²⁴⁹ engendra, como oposição necessária, uma tomada de consciência das massas, por não poder “se manter senão conservando-se cada dia mais duro, mais desumano”.²⁵⁰ Assim como Marx escreve que o capitalismo traz em seu bojo o germe de sua contradição e que a burguesia engendra seus próprios coveiros, isto é, o proletariado, os colonos “formaram eles próprios seus adversários: mostraram aos hesitantes que nenhuma solução era possível fora de uma solução de força”.²⁵¹

Para Sartre, a consciência que o colonizado toma da exploração consiste na memória da agressão, afinal, o europeu

negligencia a memória humana (...); por outro lado, há, sobretudo, o que, talvez, jamais ele tivesse sabido: tornamo-nos o que somos pela negação íntima e radical do que fizeram de nós. (...) os filhos viram espancar seus pais. (...) Mas essas agressões renovadas sem cessar, longe de levá-los a se submeterem, jogaram-nos numa

²⁴⁷ SARTRE, J.-P. “O colonialismo é um sistema”. *Les Temps Modernes*, n. 123, mars/avril 1956. In: _____. *Colonialismo e neocolonialismo. (Situações V)*, 1968, p. 37-38.

²⁴⁸ Ibid., p. 38.

²⁴⁹ Ibid., p. 34.

²⁵⁰ Ibid., p. 39.

²⁵¹ Ibid., p. 39.

contradição insuportável, a qual o europeu, mais cedo ou mais tarde pagará.²⁵²

O único “benefício” que Sartre observa no colonialismo é que “ele deve mostrar-se intransigente para durar e que ele prepara sua perda por sua intransigência”.²⁵³ Intransigência que produz, dialeticamente, a “tomada de consciência das massas”.²⁵⁴ No processo de “tomada de consciência das massas” desempenha, ainda, um papel importante, o emigrado, pois toma contato com a cultura francesa e aprende na França o que lhes escondem na Argélia: “nossa tradição revolucionária, a luta de classes, a natureza do colonialismo e, por aqui mesmo, sua verdadeira dignidade humana”.²⁵⁵ Desse modo, “aprofundando a super-exploração até formar os sub-homens, o colonialismo se volta contra si mesmo e o colonizado descobre contra os colonos sua personalidade”.²⁵⁶

Enfim, a única solução para a “cilada colonial” não é obtenção do direito ao voto, pelo argelino, num país dominado pelos colonizadores europeus, nem a “paz negociada”, mas a obtenção da independência efetiva, pela revolução, com a implantação do socialismo, os únicos capazes de superar o colonialismo.

3. A violência do colonialismo: o racismo e a tortura

Um dos principais resultados da violência do colonialismo é a sub-humanização do colonizado:

²⁵² SARTRE, J.-P. “Prefácio ao ‘Os Condenados da Terra’ de Frantz Fanon”. *Les Temps Modernes*, n.137-138, jul-aout 1956. In:____. *Colonialismo e neocolonialismo. (Situações V)*, 1968, p. 145. Pergunto-me se a Europa e também o Terceiro Mundo e, particularmente, a França e os africanos já não estão pagando por isso. Basta observar pelas ruas de Paris grandes quantidades de imigrantes desempregados ou subempregados vendendo badulaques aos turistas.

²⁵³ SARTRE, J.-P. “O colonialismo é um sistema”. *Les Temps Modernes*, n. 123, mars/avril 1956. In:____. *Colonialismo e neocolonialismo. (Situações V)*, 1968, p. 34.

²⁵⁴ Ibid., p. 39.

²⁵⁵ SARTRE, J.-P. “L’interview de Sartre”. *Vérité-Pour: centrale de information sur le fascisme et l’Algérie*, n.9, 2 jui. 1959. Grandes líderes revolucionários do Terceiro Mundo foram educados, senão na Europa, pelo menos na sua cultura: Ben Bella, Ferhat Abbas, Lumumba, Ho Chi Minh, Amílcar Cabral, Léopold Segnhor, etc.

²⁵⁶ SARTRE, J.-P. “O colonialismo é um sistema”. *Les Temps Modernes*, n. 123, mars/avril 1956. In:____. *Colonialismo e neocolonialismo. (Situações V)*, 1968, p. 39.

a violência colonial não tem somente a finalidade de impor respeito a homens escravizados, procura também desumanizá-los. Nada será poupado para liquidar-lhes as tradições, substituir-lhes as línguas pela nossa, para destruir-lhes a cultura sem dar-lhes a nossa. (...) Se ele resiste, os soldados atiram, é um homem morto; se cede, se degrada, não é mais um homem; a vergonha e o medo vão fissurando seu caráter, desintegrando sua pessoa.²⁵⁷

Muito embora a violência do colonialismo procure desumanizar o colonizado, como mostra o fragmento, na realidade, isso não acontece. O colonizado não é desumanizado, pois, “a menos que fossem homens e livres, como poderiam vender livremente sua força de trabalho?”²⁵⁸ Na realidade, ele é sub-humanizado, ou seja, “nem homem, nem animal, eis o indígena”.²⁵⁹ Para ser sub-humanizado ele tem de ser, em primeira instância, um homem livre. Essa é a tese fundamental da filosofia da liberdade de Sartre.

O racismo e a tortura sub-humanizam o colonizado. Para viabilizar a espoliação colonial, o colonizador rebaixa o argelino à condição de sub-homem e pelo mesmo motivo o racismo está inscrito no colonialismo, isto é, “nos próprios fatos, nas instituições, na natureza das trocas e da produção”.²⁶⁰ O racismo, portanto, não é consequência lógica e nem desdobramento, mas necessidade imanente do sistema. O racismo tem a função de compensar

a universalidade latente do liberalismo burguês já que todos têm os mesmos direitos, far-se-à do argelino um sub-homem: o colonialismo rejeita os direitos do homem para homens que ele submeteu pela violência, que ele conserva pela força, na miséria e na ignorância, logo, como diria Marx, em estado de “sub-humanidade”. A verdadeira razão da segregação racial, portanto, é a segregação econômica.²⁶¹

²⁵⁷ SARTRE, J.-P. “Prefácio ao ‘Os Condenados da Terra’ de Frantz Fanon”. *Les Temps Modernes*, n.137-138, jul-aout 1956. In:____. **Colonialismo e neocolonialismo. (Situações V)**, 1968, p. 143.

²⁵⁸ Ibid., p. 143.

²⁵⁹ Ibid., p. 144.

²⁶⁰ SARTRE, J.-P. “Prefácio ao ‘Retrato do colonizado precedido do retrato do colonizador’ de Albert Memmi”. *Les Temps Modernes*, n.137-138, juil-août, 1956. In:____. **Colonialismo e neocolonialismo. (Situações V)**, 1968, p. 43.

²⁶¹ SARTRE, J.-P. “Entrevista con los escritores cubanos”. In:____. **Sartre visita Cuba**, 1960, p. 46, grifos de Sartre.

O racismo, ou como chama Sartre no fragmento, “a segregação racial” é, no fundo, uma segregação econômica. Sendo assim, a única solução possível contra uma segregação (racial) que no fundo é econômica, é o fim do sistema (econômico) colonial²⁶² que o engendra. Por ser uma violência que sub-humaniza o colonizado, o racismo deve ser, portanto, combatido com violência. Na realidade, a violência do colonizado é uma (contra) violência, para Sartre. E esta (contra) violência, vale dizer, “não é um tempestade absurda, nem a ressurreição de instintos selvagens, nem muito menos efeito de ressentimento: é o próprio homem se recompondo”.²⁶³ A partir desta (contra) violência o colonizado pode, novamente, readquirir seu estatuto humano, imposto pela sua sub-humanização, pois, a violência e suas marcas

nenhuma doçura as apagará: é a violência que unicamente pode destruí-las. E o colonizado se cura da nevrose colonial, expulsando o colonizador pelas armas (...) abater um europeu é matar dois coelhos de uma só cajadada, suprimir ao mesmo tempo um opressor e um oprimido: ficam um homem morto e um homem livre.²⁶⁴

As palavras e as idéias do fragmento acima são fortes, violentas. O colonizado só pode resgatar sua humanidade pela violência das armas: “filho da violência, ele coloca nela em cada instante sua humanidade”²⁶⁵. Ou seja, o resgate da humanidade do colonizado se dá com a morte do opressor europeu. Eliminar um europeu opressor e acabar com o colonialismo, faces de um mesmo díptico, são as condições para a *liberdade* do colonizado. Por isso, para Sartre, transigir com o colonialismo é ser vítima ou algoz. Seria negar a possibilidade de supressão do sistema e, ao mesmo tempo, negar a liberdade ao colonizado.

Nessa esteira, Sartre repudia peremptoriamente os críticos da não violência:

²⁶² Ibid., p.47.

²⁶³ SARTRE, J.-P. “Prefácio ao ‘Os Condenados da Terra’ de Frantz Fanon”. **Les Temps Modernes**, n.137-138, jul-août 1956. In:____. **Colonialismo e neocolonialismo. (Situações V)**, 1968, p. 149.

²⁶⁴ Ibid., p. 149. Assim como Sartre parece ter-se curado da sua neurose antes da Segunda Guerra Mundial que almejava atingir o absoluto e a eternidade pela criação literária.

²⁶⁵ Ibid., p. 151.

os não-violentos: nem vítimas, nem algozes! Vamos! Se vocês não são vítimas, quando o Governo que vocês escolheram num plebiscito, quando o exército em que seus jovens irmãos serviram, sem hesitação nem remorso, empreenderam um “genocídio”, vocês são indubitavelmente algozes. E se vocês escolherem ser vítimas, arriscar um ou dois dias de cadeia, vocês escolheram, simplesmente, safar-se do compromisso. (...) Compreendam, finalmente, isto: se a violência tivesse começado esta tarde, se a exploração ou a opressão jamais tivessem existido sobre a terra, talvez a não-violência apregoada pudesse apaziguar a contenda. Mas se todo o regime e até mesmo os pensamentos não violentos de todos vocês são condições nascidas de uma opressão milenar, a passividade de vocês só serve para colocá-los ao lado dos opressores. Vocês sabem muito bem que somos exploradores. Vocês sabem que tiramos o ouro e os metais, depois o petróleo dos “novos continentes” e que o levamos para as velhas metrópoles. Não sem excelentes resultados: palácios, catedrais, capitais industriais; e depois quando a crise ameaçava, os mercados coloniais lá estavam para amortecê-la ou desviá-la. A Europa, empanturrada de bens, *deu direito* de humanidade a todos os seus habitantes: um homem, entre nós, quer dizer um cúmplice, visto que todos aproveitamos da exploração colonial.²⁶⁶

Como se vê, Sartre convoca todos à ação, ao “compromisso”. Somente o engajamento político garante a não cumplicidade com os opressores colonialistas. Para Sartre, o Governo e inclusive os “pensamentos não violentos” são determinados pela “opressão milenar” do imperialismo. A “opressão milenar” engendra a passividade e a passividade engendra, por sua vez, a cumplicidade que permite “safar-se do compromisso”. Ser cúmplice do imperialismo colonialista é saber ser explorador. Ser explorador é desfrutar dos “excelentes resultados do colonialismo”: a construção de cidades de ferro movidas a petróleo com seus luxuosos palácios e catedrais.

O engajamento político, portanto, consiste numa exigência e urgência históricas, requer a constante vigilância, lucidez. A menor distração implica a transigência com o colonialismo. Apenas o comprometimento político, apenas a tomada de posições políticas – radicais, violentas – podem fazer frente à violência do colonialismo, pois, “na Europa de hoje, completamente aturdida pelos golpes que lhe dão na

²⁶⁶ SARTRE, J.-P. “Prefácio ao ‘Os Condenados da Terra’ de Frantz Fanon”. *Les Temps Modernes*, n.137-138, jul-août 1956. In:____. **Colonialismo e neocolonialismo. (Situações V)**, 1968, p. 152, grifos de Sartre.

França, na Bélgica, na Inglaterra, a menor distração do pensamento é uma cumplicidade com o colonialismo”.²⁶⁷ Eis porque o papel específico do intelectual frente ao colonialismo é “ajudá-lo a morrer. Não somente na Argélia, mas em todo lugar onde ele existe”.²⁶⁸

A violência do colonialismo desmente o pretenso universalismo burguês, também expresso pela máxima: liberdade, igualdade e fraternidade. Desmente, do mesmo modo, o postulado fundamental da sociedade liberal: os homens nascem livres e iguais. Para Sartre, o humanismo burguês não passa de “um humanismo racista, pois o europeu só se pode transformar em homem fabricando escravos e monstros”²⁶⁹. Da mesma forma, a humanidade do colonizado – isto é, a sua liberdade – só se pode conquistar pela eliminação do colonizador.

O período final da Guerra da Argélia, para Sartre, revela a degradação dos valores universalistas e humanistas franceses:

eu diria que o nível mental, intelectual dos Europeus está em degradação constante, às vezes por conta da despolitização e da organização. O apolitismo faz que se obrigue a aceitar coisas que uma sociedade humanista não poderia digerir. (...) O país inteiro está bem informado das torturas, ele sabe que três carrascos que confessaram suas torturas foram absolvidos. É claro, muitos protestaram. Mas são sempre os mesmos. (...) há quatro anos se podia dizer: “As pessoas não sabem”. Agora, as pessoas sabem mas isso não mudou nada. Outrora eles tinham o benefício da dúvida. Sabendo, eles passaram a um estado inferior: há a aceitação. O nível atual é o mínimo de cultura humanista: chegou-se ao ponto crítico.²⁷⁰

Além de denunciar a degradação do nível mental e intelectual dos europeus, seja por despolitização ou por (falta) de organização, Sartre está inconformado com a passividade dos franceses face à revelação das torturas e, pior, face a confissão e a absolvição dos seus carrascos. Para Sartre, a gravidade do “apolitismo” vigente entre os Europeus consiste em

²⁶⁷ Ibid., p. 151.

²⁶⁸ SARTRE, J.-P. “O colonialismo é um sistema”. *Les Temps Modernes*, n. 123, mars/avril 1956. In:____. **Colonialismo e neocolonialismo. (Situações V)**, 1968, p. 39, grifos de Sartre.

²⁶⁹ SARTRE, J.-P. “Prefácio ao ‘Os Condenados da Terra’ de Frantz Fanon”. *Les Temps Modernes*, n.137-138, jul-aout 1956. In:____. **Colonialismo e neocolonialismo. (Situações V)**, 1968, p. 153.

²⁷⁰ SARTRE, J.-P. “Entretien – Sartre chez les étudiants”. Par Jean Naury. *L’Express*, 15 mars 1962. In: CONTAT; RYBALKA, 1970, p. 376-377.

se aceitar o que “uma sociedade humanista não poderia digerir”, isto é, a tortura. Sartre explica um pouco melhor, no fragmento abaixo, as origens da “inércia das massas” e as suas “reações brandas” em relação à luta anti-imperialista:

a inércia das massas vem do que seu problema é o das relações com as novas formas de capitalismo e que o problema da luta anti-imperialista é alguma coisa que não as toca diretamente (...). É chocante na França: as reações têm sido muito brandas, em todo lugar, mesmo entre as massas”.²⁷¹

Para Sartre, sempre a tortura será abjeta, imoral, pois, o torturador é “o homem que busca deliberadamente reduzir outros homens à abjeção”.²⁷² O problema da tortura preocupa Sartre desde a época da Ocupação e da Resistência por também ser um problema tipicamente existencialista. De acordo com Sartre, naqueles momentos históricos, a pergunta que os resistentes se faziam era: “se me torturarem, aguentarei?” Trata-se do problema fundamental da filosofia da liberdade de Sartre que, por sua vez, coloca a questão

do conhecimento mais profundo que o homem pode ter de si próprio. Porque o segredo dum homem não é o seu complexo de Édipo ou de inferioridade, é o próprio limite da sua liberdade, é o poder da resistência aos suplícios e à morte.²⁷³

Em 1957, Sartre *divulga* uma brochura em que publica diversos depoimentos sobre os “métodos de pacificação” dos franceses na Argélia.²⁷⁴ Inicialmente, ele tenta fazer a divulgação num grande jornal, mas não obtém sucesso. O faz na sua revista *Les Temps Modernes*. Isso indica, pelo menos três coisas: a gravidade do assunto, a reticência da grande imprensa em publicar certos problemas relacionados à Guerra da

²⁷¹ Ibid., p. 377.

²⁷² SARTRE, J.-P. “Compte rendu de la conference de presse du vendredi 30 mai 1958 sur les violations des droits de l’homme en Algérie”. **Témoignages et documents: sur la guerre en Algérie**, n.5, juin 1958.

²⁷³ SARTRE, J.-P. “A República do silêncio”. In:____. **Situações III**, s/d., p. 12.

²⁷⁴ A brochura intitula-se “Des reppelés témoignent” (Du Comité de Résistance Spirituelle) e foi publicada em SARTRE, J.-P. “Vocês são formidáveis”. **Les Temps Modernes**, n.135, mai 1957. In:____. **Colonialismo e neocolonialismo. (Situações V)**, 1968, p. 32.

Argélia e a necessidade de *difusão*, por parte de Sartre, dos acontecimentos da ordem do dia.²⁷⁵

Em 1958, Sartre analisa o problema da tortura²⁷⁶ sob o prisma do Exército francês. Ele afirma que os soldados, inicialmente, “não estão engajados nos corpos da elite para torturar”.²⁷⁷ Na realidade, a *situação* está na origem da tortura “que degrada os soldados”. Como se a guerra instalasse uma engrenagem que justificasse a tortura do semelhante apenas na condição de rebaixá-lo a um nível sub-humano.

Para Sartre a tortura “é a verdade da Guerra da Argélia hoje”²⁷⁸ e seu fim somente é possível com a paz. A reivindicação de Sartre pela paz pode nos parecer, hoje, elementar e óbvia, mas, naquele momento, sua posição era incomum e *revolucionária*, sobretudo, tendo-se em vista as posições dos socialistas e dos comunistas. Aliás, a propósito, Marc Ferro observa que o movimento socialista “com Bernstein na Alemanha, Vandervelde na Bélgica e Jaurès na França era partidário de uma ‘política colonial positiva’ que não fosse mais a política colonial da burguesia”.²⁷⁹ Já os comunistas franceses “adotaram posições variadas”,²⁸⁰ o que nos leva a supor que o partido não tem uma postura definida a respeito, diferentemente de Sartre, que tem uma postura clara e coerente.

Também é verdade, afirma Ferro, que “a ação dos intelectuais só se manifestou (...) depois da batalha política para resolver o problema

²⁷⁵ Ibid., p. 32.

²⁷⁶ O jornal **Vérité-Liberté** denuncia a existência de centros especializados em ensinar a tortura e afirma que diversos estudantes são torturados em Paris. Cf. **Vérité-Liberté - cahiers d'information sur la Guerre d'Algérie**, n.1, mai 1960.

²⁷⁷ SARTRE, J.-P. “Compte rendu de la conference de presse du vendredi 30 mai 1958 sur les violations des droits de l'homme en algérie”. **Témoignages et documents: sur la guerre en Algérie**, n.5, juin, 1958

²⁷⁸ Ibid.

²⁷⁹ Na realidade, “os problemas coloniais só são abordados se em conexão” com os interesses da classe operária (p. 207). Além dos socialistas, outra posição, a “terceiro-mundista”, “surgida na França em fins dos anos 50 era representada por Jacques Berque”. Segundo essa corrente o fato colonial ‘falseou a história’, interrompendo o livre desenvolvimento das civilizações extra-europeias, sendo a colonização antes de mais nada, uma obra de ‘desnaturalização’: ela freia a natureza do Outro para explorá-lo.” Ferro, finalmente, conclui que “esse *terceiro mundismo* (...) elabora alguns desses pontos a partir do grito dos próprios colonizados (...) (com) Aimé Césaire, Frantz Fanon e Albert Memmi, com a diferença que Berque o inscreve numa visão histórica”. (FERRO, 1996, p.208).

²⁸⁰ Ferro limita-se a essa afirmação. Ibid., p. 212.

argelino e quando a guerra já estava em curso”.²⁸¹ Essa batalha se refere ao “problema político do futuro do país” colocado muito tempo antes da guerra propriamente dita, ou seja, “pelo menos desde o bombardeio de Sétif em 1945 e até talvez desde o ataque, violento, ao estatuto da Argélia, instituído em 1947 e que levou às eleições fraudadas de abril de 48”.²⁸²

Os intelectuais, de acordo com Ferro, ficam alheios à reivindicação árabe até meados de 1960, quando, “por volta dos anos 56-62 e mais ainda no fim desse período, (...) os intelectuais multiplicaram as *intervenções* – a ponto de, após 1958, já não se saber se é o problema político que os interpela ou De Gaulle e sua política, o regime e as instituições”.²⁸³ Justamente, o primeiro texto de Sartre sobre o problema da Argélia é de 1956: “O colonialismo é um sistema”.

Em 1960, Sartre *radicaliza* sua posição sobre a tortura²⁸⁴ defendendo que ela institucionaliza-se pela ação do exército francês. A questão vem à tona com a “Declaração sobre o direito de insubmissão na Guerra da Argélia”, mais conhecida como “Manifesto dos 121”. De todas as manifestações públicas dos intelectuais sobre a Guerra da Argélia, indubitavelmente, é a que mais repercute tanto negativa quanto positivamente na França. Não por acaso.

A ação do exército, nesse momento, para Sartre, define a guerra:

nem guerra de conquista, nem guerra de ‘defesa nacional’, nem guerra civil, a Guerra da Argélia está pouco a pouco se tornando uma ação própria do exército à uma casta que recusa ceder diante de uma sublevação do poder civil, que se dá conta do aniquilamento geral dos impérios coloniais”.²⁸⁵

²⁸¹ Ibid., p. 211.

²⁸² Ibid., p. 211.

²⁸³ Ibid., p. 211, grifo meu.

²⁸⁴ Yves Bénot afirma que o emprego maciço da tortura marca a verdadeira guerra, oficialmente. BÉNOT, Y. “A descolonização da África Francesa (1943-1962)”. In: FERRO, 2004, p. 617.

²⁸⁵ “Déclaration sur le droit à l’insoumission dans la Guerre d’Algérie”. **Vérité-Liberté - cahiers d’information sur La Guerre d’Algérie**, n.3, juil-août 1960.

Ou seja, o exército desempenha a função de classe,²⁸⁶ em nome do Estado, não obstante, agindo como polícia, na salvaguarda dos interesses particularistas dos *pieds-noirs* e da burguesia colonial francesa:

de fato, por uma decisão que constituía um abuso fundamental, o Estado inicialmente mobilizou classes inteiras de cidadãos com o único fim de completar o que ele mesmo designava como uma tarefa de polícia contra uma população oprimida, a qual está revoltada apenas pela preocupação da dignidade elementar, posto que ela exige enfim ser reconhecida como comunidade independente.²⁸⁷

A declaração tem como um dos objetivos fundamentais *informar e divulgar*, na França, o agravamento da situação da guerra na Argélia onde “os Franceses são perseguidos, encarcerados, condenados por se recusarem a participar nessa guerra ou por terem ajudado os combatentes argelinos”.²⁸⁸ Os autores do Manifesto desejam contribuir para a “tomada de consciência” da população francesa e para a tomada de um conjunto de “*posições radicais* que, seguidas ou não, obriguem à solidariedade”.²⁸⁹ Sartre, no entanto, admite os limites da ação do intelectual ao reconhecer que não tem “nem o meio e nem o tempo de fazer a educação das massas”.²⁹⁰ Evidentemente, a “educação das massas” requer níveis mais elaborados de mediação. Daí a importância de manifestações como a Declaração que tem o objetivo mais imediato de informação, de desmistificação e de convocação ao “compromisso” das massas. A proposta exclui a ação dos partidos políticos, particularmente, a ação do Partido Comunista Francês.

²⁸⁶ Sartre acusa que o exército em Cuba, sob Batista, desempenha a mesma função. Cf. O capítulo seguinte.

²⁸⁷ “Déclaration sur le droit à l’insoumission dans la Guerre d’Algérie”. **Vérité-Liberté - cahiers d’information sur La Guerre d’Algérie**, n.3, juil-août 1960.

²⁸⁸ Ibid.

²⁸⁹ Ibid. Sartre dá um exemplo do tipo de solidariedade que busca: “uma mulher – atriz – de 65 anos que viu unicamente por emissões de rádio e de TV, quando proibiu-se seus camaradas de recomeçar a trabalhar, enviou ela mesma sua demissão quando tinha dois filmes previstos. A posição dessa mulher é a de muitas pessoas”. (Ibid.).

²⁹⁰ SARTRE, J.-P. “Entretien avec Jean-Paul Sartre”. **La Voie Communiste**, n. 20, fév. 1961.

Não por acaso, o Manifesto destaca que os movimentos livres de resistência surgiram sem o apoio dos partidos oficiais e por uma “tomada de consciência espontânea” que busca e inventa

formas de ação e meios de luta relacionados a uma situação nova cujos agrupamentos políticos e os jornais de opinião preferem, seja por inércia ou timidez doutrinária, seja por prejulgamentos nacionalistas ou morais, não reconhecer o sentido e as exigências verdadeiras.²⁹¹

O manifesto, por fim, defende que os intelectuais que o assinam:²⁹²

têm o dever de intervir, não para dar conselhos aos homens que devem se decidir pessoalmente face aos problemas tão graves, mas para pedir aos que os julgam a não se deixarem enganar por palavras e valores (e) declara: Nós respeitamos e julgamos justificada a recusa de tomar as armas contra o povo argelino; Nós respeitamos e julgamos justificada a conduta dos Franceses que estimam que é seu dever dar ajuda e proteção aos Argelinos oprimidos em nome do povo Francês.²⁹³

²⁹¹ “Déclaration sur le droit à l’insoumission dans la Guerre d’Algérie”. **Vérité-Liberté - cahiers d’information sur La Guerre d’Algérie**, n.3, juil-aout 1960. Nem todos compartilham das considerações dos intelectuais que assinam o Manifesto. Robert Bonnaud, no seu texto “Un après le Manifeste des 121”, portanto, um ano depois do Manifesto, avalia que “não, a juventude não desmentiu seus primogênitos, nem as massas suas organizações, ao menos ainda não. (...) É abusivo, vão, finalmente perigoso, falar em ‘solidariedade natural’ das massas populares francesas com o povo argelino; a cumplicidade com o colonialismo, possivelmente, é ‘natural’. Se não se toma consciência disso, arrisca-se de mal situar as responsabilidades e de mal orientar o direcionamento. (...) As massas populares francesas não sabem – o que se chama saber – o que são opressão e exploração coloniais. Não somente elas suportaram como apreciaram os lucros e as vaidades do Império. Nessas condições, como mostrariam a menor ‘espontaneidade’ anticolonialista? Elas eram anticolonialistas em torno de 1880 quando elas revelavam em contrapartida que a expansão colonial traía aos seus olhos a Alsácia-Lorena cativa. Os tempos mudaram. O movimento operário, os partidos operários, em graus diversos, adotaram o Império e depois a União Francesa. Se eles estão resignados à desapareição de todas as ‘ligações particulares’, de toda ‘associação’ com as antigas colônias? (...). Para reduzir as iniciativas operárias em favor dos Argelinos aos protestos pacifistas, alias episódicos e de pouca energia, o PCF e a CGT não tiveram de trapacear a vontade proletária. Eles apenas tiveram de recusar colocar ao serviço da luta anticolonialista do povo argelino o prestígio adquirido nas lutas anticapitalistas ou patrióticas do povo francês. (...) O Partido Comunista e a esquerda abandonaram os Argelinos revoltados aos choques do exército francês e dos jovens trabalhadores uniformizados que o compõem, no essencial”. (BONNAUD, R. “Un après le Manifeste des 121”. **Vérité-Liberté: cahiers d’information sur la guerre d’Algérie**, n. 12, oct. 1962).

²⁹² Sartre, Beauvoir, André Breton, Marguerite Duras, Daniel Guérin, Henri Lefebvre, Marcel Péju, François Maspero, Nathalie Sarraute, Jean-Pierre Vernant, Pierre Vidal-Naquet, etc.

²⁹³ Déclaration sur le droit à l’insoumission dans la Guerre d’Algérie”. **Vérité-Liberté - cahiers d’information sur La Guerre d’Algérie**, n.3, juil-aout 1960.

Como se vê, os intelectuais envolvidos, dentre os quais Sartre, pensam estar *intervindo* no processo histórico e se assim o pensam é porque acreditam no papel que podem desempenhar junto à opinião pública, muito embora tenham consciência dos limites de sua ação. Podemos mensurar, em parte, os resultados e a eficiência dessa intervenção pelo processo que foi movido contra os signatários e pelos atentados contra a vida de Sartre desferidos pela OAS (“Organization de L’Armée Secrète”) que lança, duas vezes, bombas em seu apartamento e proclama em passeatas: “fuzilem Sartre”.

Em 1965, mais uma vez, Sartre trata do problema da tortura e novamente a define como abjeção ao comentar o livro de Henri Alleg – *La question* – em que o autor descreve as torturas que sofreu pelos soldados franceses na Argélia. Sartre esclarece o objetivo da tortura: “O objetivo da tortura não é somente obrigar a falar, a trair: é preciso que a vítima ela própria se designe, por seus gritos e por sua submissão, como uma besta humana”.²⁹⁴ Sartre corrobora a tese fundamental de sua filosofia da liberdade tendo em vista o caso de Henri Alleg e de Abd-el-Kader Guerroudj. Destaca que tanto um quanto o outro foram torturados, mas não falaram. Isto é, não falaram, pois, “desde o início eles tinham tomado responsabilidades que faziam com que se engajassem toda a sua vida, mesmo na possibilidade de serem torturados”.²⁹⁵ Em outras palavras, escolheram – livremente – seu projeto de não delação. Por isso, afirma Sartre que a tortura, além de criminosa, é inútil.

Em suma, a Guerra da Argélia atualiza o problema da liberdade para Sartre. Mas sobretudo, *radicaliza* suas posições políticas, tanto pela forma de abordar o problema quanto pela solução proposta por Sartre para resolvê-lo: a *violência do colonizado*, a *revolução* e o *projeto da sociedade socialista*. Assim, a liberdade a ser conquistada pelo colonizado não se restringe à sua constatação no plano ontológico. Sua busca é *historicizada*, isto é, se dá no plano concreto da História e da sociedade: “a

²⁹⁴ SARTRE, J.-P. “Uma vitória”. *L’Express*, n. 350, 6 mars 1965. In: _____. **Colonialismo e neocolonialismo. (Situações V)**, 1968, p. 68.

²⁹⁵ Ibid. p. 68.

causa do povo argelino, que contribui de maneira decisiva à ruína do sistema colonial, é a causa de todos os homens livres”.²⁹⁶

4. A “constelação gaullista” e os caminhos da fascização na França

A violência do colonialismo, pelo viés do racismo e da tortura, caracteriza o processo de fascização durante o segundo governo de Charles De Gaulle (1958-1969), de acordo com Sartre e muitos jornais de esquerda. Charles De Gaulle foi o presidente do Governo Provisório da República Francesa entre 1944 e 1946 e em 21 de dezembro de 1958 é eleito presidente, fato que inaugura a V República. Suas funções como presidente, oficialmente, iniciam-se em 1959 e estendem-se até 1969. Em 1958 elege-se com o apoio da grande burguesia católica, “sustentáculo financeiro do Mouvement Républicaine Populaire” (MRP)²⁹⁷ e por uma “enorme maioria não só de direita, mas também profundamente comprometida com a defesa do colonialismo”.²⁹⁸

O referendo que validaria o poder de De Gaulle como novo Presidente da República e que vota a nova Carta Constitucional, em 28 de setembro de 1958, para Sartre, não passa de uma tentativa de legitimação de um golpe que institui De Gaulle no poder, sendo assim,

exigem-nos simplesmente a legalização de um golpe. (...) Seu governo não saiu de uma revolução; saiu de um pronunciamento. Nem o silêncio de uma imprensa que se jogou na servidão antes mesmo que alguma coisa lhe fosse exigida, nem a bonomia provisória dos oficiais, nem os circunlóquios dos diplomatas estrangeiros nos farão esquecer que o general De Gaulle foi conduzido ao poder pelos coronéis de Argel. (...) Em todo caso, ele se apressa em fazer-nos sancionar a ilegalidade. Enquanto não

²⁹⁶ “Déclaration sur le droit à l’insoumission dans la Guerre d’Algérie”. **Vérité-Liberté - cahiers d’information sur La Guerre d’Algérie**, n.3, juil-aout 1960.

²⁹⁷ SARTRE, J.-P. “O pretendente”. **L’Express**, n. 362, 22 mai 1958. In:____. **Colonialismo e neocolonialismo. (Situações V)**, 1968, p. 76.

²⁹⁸ BÉNOT, Y. “A descolonização da África Francesa (1943-1962)”. In: FERRO, 2004, p. 617.

tivermos dito sim, qualquer que possa ser o seu prestígio, ele reina pela força.²⁹⁹

A nova Carta batizada por Sartre como a “Constituição do desprezo” é explicitamente classista. Ela representa os interesses ruralistas de Argel e os da burguesia financeira francesa. O texto constitucional nada mais é que “o resultado de um compromisso entre as forças que levaram esse homem ao poder: os senhores feudais de Argel e o grande capital financeiro”.³⁰⁰ Desse modo, “para satisfazer aos primeiros que se dá preponderância à França rural no corpo eleitoral (...) (e) para satisfazer os bancos que se escolherá os ministros fora da Assembléia”.³⁰¹ Sartre continua com sua crítica ao afirmar que, no entanto, a burguesia parisiense e os proprietários de terra na Argélia, não “se entendem muito bem entre si: muito ao contrario, é preciso considerar o general De Gaulle como o campo de batalha deles e a Constituição como o lugar geométrico de suas contradições. De resto eles concordam num ponto: amordaçar o povo”.³⁰²

Sartre não apenas se posiciona veementemente contra a aprovação do Referendo e da Carta que a ele se segue, como também exorta o público a dizer “não” que, segundo ele, significa Assembléia Constituinte. Ou seja, para Sartre, a nova República deve ser constituída, não por De Gaulle, nem pelos capitalistas financeiros ou os grandes proprietários de terras de Argel, mas pelo povo “em sua plena e total soberania”.³⁰³ Além disso, Sartre não se limita apenas à crítica, aliás, atributo fundamental e indelével do intelectual. Sartre faz considerações *propositivas*, isto é, define um *programa político* que sintetiza, essencialmente, as suas aspirações em relação à oportunidade de se constituir uma “nova França”:

²⁹⁹ SARTRE, J.-P., “A constituição do desprezo”. *L’Express*, n.378, 11 sep. 1958. In: _____. *Colonialismo e neocolonialismo. (Situações V)*, 1968, p. 84.

³⁰⁰ Ibid., p. 87.

³⁰¹ Ibid., p. 87.

³⁰² Ibid., p. 88.

³⁰³ Ibid., p. 90. Num único ponto Sartre concorda com De Gaulle e seus correligionários: “que a Quarta República está morta e concordamos em não ressuscitá-la”. Ibid., p. 91.

compreender que a grandeza de uma nação não se mede pela quantidade de sangue que faz correr, mas pelo número de problemas que resolve: terminar com as hostilidades, imediatamente negociar, reconsiderar com seus representantes a questão dos países associados; reconquistar nossa soberania perdida e trabalhar pelo esfacelamento dos blocos, isto é, pela paz; aproximar todos os homens de esquerda e reconciliá-los com um programa estabelecido em comum; estancar a hemorragia das divisas, dando à França uma economia complementar das outras economias européias, compelir a grande indústria a aumentar a produtividade e lutar por todos os meios, para que o crescimento da produção seja tanto quanto possível proveitoso, inicialmente, e sobretudo, para os trabalhadores; quebrar pelo movimento demográfico que suscitará a reorganização da economia – os estratos que separam os grupos e os sustenta sobre inertes antagonismos; (...) suprimir os conflitos de interesse que dividem a classe operária; desenvolver uma cultura científica, literária, artística e política nas classes sociais mais desfavorecidas etc.; aumentar a produtividade agrícola no centro e sul da França (...). Em dez anos, a fisionomia da França não será mais a mesma: a economia terciária, hoje hipertrófica, será desinchada, a primária será reduzida em um terço e a secundária será mais homogênea e seu nível de vida mais elevado. Se nós mesmos fizéssemos isso e só fizéssemos em dez anos, ser-nos-ia talvez permitido dizer (...) que a França é um grande país.³⁰⁴

Importante destacar, neste programa, algumas idéias recorrentes nas posições políticas assumidas por Sartre: a sua insistência no fim da política dos blocos, a necessidade da unidade dos homens de esquerda e a supressão do conflito de interesses que divide a classe operária.

O jornal *Vérité-Pour*³⁰⁵ comprova as afirmações de Sartre a respeito das ligações entre De Gaulle e o grande capital financeiro francês. O jornal mostra que o governo de De Gaulle está ligado aos interesses do grande capital financeiro, na França, representado por quatro grandes instituições bancárias que controlam toda a atividade econômico-financeira da metrópole e dos territórios do além-mar: o Banco Lazard (cujo diretor foi Jacquinet, primeiro genro de De Gaulle), o Banco Rotschild (tendo Georges Pompidou como diretor. Pompidou também foi Diretor de Gabinete de De Gaulle, isto é, praticamente o ministro das

³⁰⁴ SARTRE, J.-P. “As rãs que pedem um rei”. *L’Express*, n. 380, 25 sep. 1958. In: _____ **Colonialismo e neocolonialismo. (Situações V)**, 1968, p. 104.

³⁰⁵ “La constellation gaulliste: De Gaulle et la presse”. *Vérité-Pour: centrale de information sur le fascisme et l’Algérie*, n.2, 25 oct. 1958, p. 15- 16.

Finanças. O banco era o poderoso acionário do Grupo Michelin-Citröen, representado no CNPF por Puiseux, diretor da Citröen), o Banco de Paris e Pays Bas (o mais importante banco de Paris e dos Países Baixos. Berthon, representante do banco, foi ministro da Educação e genro de De Gaulle) e o Banco Union Parisienne (que possui ligações com o Banco Mirabaud e Usinas Chaussen. Pierre De Gaulle, irmão De Gaulle, dirigia o banco). *Vérité-Pour* estabelece ainda uma ligação entre a grande imprensa, os bancos e governo de De Gaulle. Afirma que a difusão da imprensa francesa estava inteiramente nas mãos do truste Hachette, que estava sob o controle do Banco de Paris e Pays Bas que era representado por Berthon, genro de De Gaulle. *Le Parisien Libre* é a principal publicação do grupo Amaury, que publica *Carrefour*, *Marie-France*, *Point de Vue*, *France Agricole*. Para *Vérité-Pour*, *Le Parisien Libre* não esconde sua intenção de se tornar o órgão do gaulismo militar; *Paris-Journal*, antigamente *Franc-Tireur* era o órgão de Cino del Duca, “rei da imprensa do centro”, cujo principal adjunto foi Jean-Marc Boegner. O irmão desse último, Philippe Boegner foi nomeado conselheiro técnico do Gabinete do general De Gaulle; *Le Figaro* tem como majoritário na sociedade que edita *Le Figaro*, o industrial têxtil milionário, patrão de numerosas usinas têxteis no Norte, M. Prouvost. Ele controla igualmente o hebdomadário *Paris-Match* com tiragem de 2 milhões de exemplares. Importante observar que o total das importações de lã inglesas na França era financiada pelo Banco Lazard. Com tiragem de 480 mil exemplares, *Le Figaro* permanece o órgão da burguesia e da pequena burguesia, o defensor do parlamentarismo tradicional e, por sua vez, *France-Soir* – com 1.300.000 de exemplares era a maior das tiragens dos cotidianos franceses pertencente ao grupo financeiro controlado por Hachette/Banque de Paris, que apoiavam De Gaulle e *Paris Presse* – metade controlado por Hachette/Banque de Paris, a outra por Dassault.³⁰⁶

³⁰⁶ “La constellation gaulliste: De Gaulle et la presse”. ***Vérité-Pour: centrale de information sur le fascisme et l’Algérie***, n.3, 13 juin 1958. p. 17. Em contrapartida, os jornais ***L’Humanité***, ***France Observateur***, ***L’Express***, ***Témoignage Chrétien***, ***Le Monde***, revistas ***Preuves*** e ***Esprit*** e as novas editoras Maspero e Éditions de Minuit nasceram para promover os debates sobre a Guerra da Argélia. (FERRO, 1996, p. 211).

Exatamente, entre o “Putsch de Argel” em 13 de maio de 1958 (que objetiva manter a Argélia francesa desferido pelos colonos civis e militares) e a independência da Argélia em 1962, muitos intelectuais de esquerda, dentre os quais Sartre denunciam a gradual fascização do governo francês, tendo-se em vista a escalada do racismo e da tortura, tanto na França como na Argélia.³⁰⁷

Na França, forma-se o grupo OAS que desencadeia uma série de atentados à bomba e torturas, com a conivência do governo francês. J. Poperen critica que “a propaganda oficial do Partido Comunista coloca quase que exclusivamente o acento sobre a luta contra a OAS e deixa um pouco em segundo plano a campanha pela paz na Argélia”.³⁰⁸ Da sua parte, Sartre afirma a necessidade de uma ação conjunta da esquerda que combata ao mesmo tempo a OAS e o governo De Gaulle.³⁰⁹ Sartre deixa claro que o governo não é fascista, mas que ele se encontra objetivamente numa situação em que favorece o fascismo.³¹⁰

O jornal *Vérité-Liberté* confirma a lenta fascização da sociedade durante o regime gaullista e, em 1961, o jornal *Témoignages et documents*, no texto “Un appel à la lutte” que reúne a assinatura de 50 universitários e intelectuais (dentre os quais 29 professores do Ensino Superior) torna público, na ocasião do sétimo ano da guerra da Argélia, a escalada do fascismo na França pela instalação “práticas racistas”. O jornal também destaca as hesitações do general De Gaulle em condená-las. Em “Um apelo à luta” Sartre defende que apenas “o reconhecimento explícito da independência argelina sobre a base da integridade do território e da unidade do povo argelino” pode “restaurar a paz no benefício de todos”.³¹¹

³⁰⁷ *Vérité-Liberté* objetiva esclarecer sucintamente a evolução política dos problemas na Argélia. *Vérité-Liberté - cahiers d'information sur la Guerre d'Algérie*, n.1, mai 1960.

³⁰⁸ SARTRE, J.-P. “Un entretien avec Jean-Paul Sartre. Faut-il répondre à la violence par la violence?” *France-Observateur*, n. 613, 1 fév. 1962, p. 8.

³⁰⁹ Ibid., p. 8.

³¹⁰ Ibid., p. 8.

³¹¹ SARTRE, J.-P. “Un appel à la lutte”. *Témoignages et documents: sur la guerre en Algérie*, n.32, nov. 1961.

Como sugere o título supracitado da matéria, a declaração abre mão dos protestos verbais e convoca os intelectuais às manifestações que visem “impor a paz e a democracia”, sem as quais não se obterá nada:

é o momento de chamar todas as forças democráticas, a classe operária e os intelectuais a manifestar sua solidariedade com os trabalhadores e os estudantes argelinos, organizando em conjunto, a ação coletiva que colocará um único fim à guerra. Nós podemos hoje esmagar o fascismo. Não esperemos amanhã para nos unir.³¹²

O fragmento deixa claro a necessidade e a proposta de unificação dos esforços do operariado, dos intelectuais (estudantes e professores) e de sua solidariedade com os trabalhadores e estudantes argelinos.³¹³

5. Os problemas da (des)unidade da esquerda e da não “solidariedade de interesses” entre o operariado francês e os colonizados argelinos

Para Sartre, faz parte da estratégia de De Gaulle fazer acreditar que há divisões internas entre os argelinos (seja de religião, ou mesmo entre os habitantes do campo e os das cidades). Toda a política gaullista consiste em querer impor custe o que custar uma solução de associação que neutralize o processo de revolução social desencadeado com a Guerra da Argélia. Para Sartre, entre os governantes franceses, entre muitas pessoas da pequena burguesia intelectual e mesmo entre uma parte da esquerda, repugna a idéia de uma negociação direta com a FLN.³¹⁴

Sartre se queixa constantemente da desunidade da esquerda e da letargia das massas diante da Guerra da Argélia. Sartre acredita seriamente que a unidade da esquerda e a força das massas poderiam ter evitado os massacres na Argélia, como sugere o trecho:

³¹² Ibid.

³¹³ Dentre os signatários, Jean Chesnaux, Jean-Pierre Vernant, Louis Aragon, Beauvoir, Maurice Blanchot, Marguerite Duras, Aimé Césaire, etc.

³¹⁴ SARTRE, J-P. “Entretien avec Jean-Paul Sartre”. *La Voie Communiste*, n. 20, fév. 1961.

quantas vidas poupadas se as massas francesas tivessem mostrado sua força. (...) Pusilânimes, depois de incertos, depois de demissionários, concedemos nossos poderes a um ditador, para que decidisse, sem consultar-nos, qual a melhor maneira de terminar a contenda: genocídio, reagrupamento e divisão, integração, independência, lavamos as mãos (...). O resultado ultrapassa nossas esperanças: os argelinos conquistaram sua liberdade, os franceses perderam-na.³¹⁵

Para Sartre, a luta pelo fim da Guerra da Argélia deveria ser uma luta de todos e não apenas da esquerda. No entanto, Sartre reserva o papel central à esquerda no processo. Em relação aos atentados terroristas organizados pela OAS, a esquerda deveria criar os “comitês de vigilância” que assegurassem a permanência dos jornais e das casas passíveis de serem ameaçadas pelos atentados. Além disso, a esquerda deveria dar esclarecimentos públicos sobre seus encontros e sobre suas posições políticas.³¹⁶ Em relação à luta pela libertação da Argélia, Sartre *propõe* uma campanha fundamental em relação à “solidariedade, nos atos, entre a revolução argelina e os operários franceses”.³¹⁷ Sartre tem consciência da dificuldade da tarefa ao reconhecer que “há ainda um esforço enorme a fazer para convencer o proletariado de sua solidariedade com as classes super-exploradas”³¹⁸ argelinas.

No entanto, nem sempre a esquerda francesa foi desunida, como assegura Sartre. Ele traça um breve histórico das posições e da unidade da esquerda contemporânea durante a Segunda Guerra Mundial. Inicialmente, sob a Ocupação, as forças da Resistência foram unidas sobre “um programa nacional e particularista (expulsar os ocupantes da França) e não sobre um programa universalista e social”.³¹⁹ Estes, para Sartre, são “dois fatos de aparência contraditória, mas, na realidade,

³¹⁵ SARTRE, J.-P. “Os sonâmbulos”. *Les Temps Modernes*, n.191, avr. 1962. In:_____. **Colonialismo e neocolonialismo. (Situações V)**, 1968, p. 134.

³¹⁶ SARTRE, J.-P. “Un entretien avec Jean-Paul Sartre: Comment faire face au terrorisme?”. *France-Observateur*, n. 576, 18 mai, 1961.

³¹⁷ SARTRE, J.-P. “Entretien avec Jean-Paul Sartre”. *La Voie Communiste*, n. 20, fev. 1961.

³¹⁸ Ibid.

³¹⁹ SARTRE, J.-P. “L’interview de Sartre”. *Vérité-Pour: centrale de information sur le fascisme et l’Algérie*, n.9, 2 jui. 1959, p. 14.

complementares”.³²⁰ Desse modo “as condições da luta contra os inimigos ‘radicalizaram’ os resistentes; isso significa que o conjunto dos movimentos nacionalistas se ‘esquerdizaram’ à medida que seu combate se intensificava”.³²¹ Assim, “em 1944, para quase todos os Franceses, o particularismo nacional estava indissolúvelmente ligado a um humanismo revolucionário. Sabe-se como a Direita, com a cumplicidade dos Americanos, concordou em roubar-lhe uma vez mais a vitória”.³²²

Num segundo momento, para Sartre, permanece na posição da esquerda francesa face aos “blocos”

uma reafirmação do nacionalismo. Contra o Pacto Atlântico e suas conseqüências, a esquerda concebeu o que se poderia chamar uma Internacional dos Nacionalismos: a independência e a soberania nacional lhe parecia, em cada país, o único meio de frear o curso da guerra. Repetia-se de bom grado em torno de 1950 que, nesse momento histórico, o Nacionalismo é progressista. Ele teria sido, com efeito, se as nações tivessem sabido se deslocar dos conglomerados cegos e aterrorizados que as mantinham prisioneiras, para se reunir entre elas pelos pactos recíprocos de não agressão. O que deve contar para todos nós é que a FLN concebe a Argélia independente sob a forma de uma Democracia Social e que reconhece, em plena luta, a necessidade de uma reforma agrária. Qualquer que seja a origem desses combatentes, qualquer que possa ser para eles a importância da fé religiosa, as circunstâncias de sua luta os arrasta para a esquerda como fez a luta da nossa Resistência entre 40 e 45.³²³

Uma importante idéia que se constata nas afirmações acima é que a prática política, para Sartre, *radicaliza* as posições dos agentes na sociedade. A radicalização dos combatentes argelinos engendra-se no curso da própria guerra que os “arrasta para a esquerda”.

No entanto, para Sartre, o motivo fundamental que determina as divisões da esquerda na França, face ao problema argelino, se refere à desunidade dos interesses de classe entre o proletariado francês que se beneficia com o colonialismo e o colonizado super-explorado argelino.³²⁴ A desunidade conduz ao “mutismo” das massas na França e “para

³²⁰ Ibid., p.14.

³²¹ Ibid., p.14.

³²² Ibid., p.14.

³²³ Ibid., p.14.

³²⁴ Aliás, o mesmo argumento foi utilizado em **Orfeu Negro**, como vimos: o trabalhador europeu e o trabalhador negro são explorados em sua classe, daí a classe ser o critério unificador do objetivo: a luta pela dissolução da sociedade capitalista.

compreender esse mutismo, é preciso olhar essas duas verdades essenciais: o colonialismo é um sistema; e a outra, que não há pauperização absoluta do colonizado”.³²⁵

O operariado francês, para Sartre, “está protegido contra o desemprego como o patronato contra a ruína”,³²⁶ pois, “a possibilidade de produzir e de vender mercadorias maquinofaturadas em larga escala é tácita e rigorosamente impossibilitada à colônia pela metrópole”.³²⁷ Essa foi a imposição do sistema colonial instituído em fins do século XIX, “para regular as relações entre os países do grande capitalismo e os que se denominam hoje subdesenvolvidos”. O sistema engendra, desse modo, uma “solidariedade de interesses” não entre operariado francês e colonizados argelinos, mas entre patronato e operariado francês, quando este “se opõe à industrialização dos países subdesenvolvidos”.³²⁸

Nessa esteira, Sartre afirma que “não são apenas as grandes indústrias de Dunkerke que vêem com maus olhos o ‘Plano de Constantine’, são também os operários”.³²⁹ Sartre assim expõe a “solidariedade de interesses” entre patrões e operários franceses:

de uma maneira mais geral – no sistema colonial – tal como ele se apresenta na Argélia até 1939, nós somos obrigados a reconhecer que: 1º que uma parte dos operários trabalha para uma clientela colonial (colonos e indígenas); 2º que os suprimentos metropolitanos deixariam (pelo menos até 1914) às indústrias uma margem de lucros tal que os patrões poderiam, sob a pressão das reivindicações operárias, consentir aumento de salários real; 3º que certos produtos coloniais com bons preços fariam sua aparição nas lojas da metrópole, ameaçando os produtos franceses – quando ela teria de abaixar os preços para poder se alinhar com os deles. Ainda assim, o poder de compra, numa família de assalariados franceses, cresceria na mesma medida em que a do assalariado colonizado diminuiria.³³⁰

³²⁵ SARTRE, op.cit., p. 14.

³²⁶ SARTRE, J.-P. “L’interview de Sartre”. *Vérité-Pour: centrale de information sur le fascisme et l’Algérie*, n.9, 2 jui. 1959, p. 14.

³²⁷ Ibid., p. 14.

³²⁸ Ibid., p.14.

³²⁹ O Plano de Constantine, de acordo com *Vérité-Pour*, é um plano de industrialização e de integração econômica para os capitais privados suscetíveis de se investir na Argélia. *Vérité-Pour: centrale de information sur le fascisme et l’Algérie*, n.3, 13 juin 1958.

³³⁰ SARTRE, J.-P. “L’interview de Sartre”. *Vérité-Pour: centrale de information sur le fascisme et l’Algérie*, n.9, 2 jui. 1959, p. 14.

Diante do quadro, Sartre conclui com o diagnóstico realista: o operário francês – o fiel da balança, que poderia e deveria engendrar “a violência dos conflitos de classe” – “se encontra mais perto de seu patrão, no que concerne à exploração das colônias, não importa de qual ‘indígena’ colonizado”.³³¹ Por isso a unidade de classe e a “comunidade dos interesses” entre o proletariado francês e colonizado argelino não se conclui, apesar de ambos sofrerem a exploração capitalista. Eis o que Sartre denomina como “um certo paternalismo da classe operária para com o colonizado argelino”, já que a classe operária

censurava a empresa colonial porque ela via na empresa colonial, com razão, uma nova forma e crítica do imperialismo capitalista, mas ela contava com a revolução socialista para suprimir de um mesmo golpe o capitalismo e a colonização. É este o velho e tenaz hábito que está na origem de nosso imobilismo atual. Sobre as colônias, o proletariado não tem tido, há muito tempo, mais que “idéias generosas”. Mas as idéias generosas são palavras, elas permanecem perfeitamente ineficazes enquanto não se apoiarem numa solidariedade real de interesses.³³²

Diagnóstico realista, mas não fatalista. Seria então impossível contar com o proletariado francês e retirar-lo do seu “imobilismo”?³³³ Não, para Sartre. O proletariado deveria “tomar consciência” seja “através das suas lutas concretas” seja através da sua informação e “instrução”. Eis porque o papel do intelectual é chave. Sartre concorda com a idéia de *Vérité-Pour* que tenta “formar grupos de militantes que podem, na ação, retomar a questão na base e efetuar o quanto possível a desmistificação”.³³⁴ Ou seja, mais uma vez, Sartre exclui a mediação do partido político, essencialmente, do PCF, incapaz de ressuscitar e unificar a esquerda em prol da unidade de combate entre as classes exploradas francesas e argelinas contra o capitalismo em seu estágio imperialista colonialista. E Sartre conclui

³³¹ SARTRE, J.-P. “L’interview de Sartre”. *Vérité-Pour: centrale de information sur le fascisme et l’Algérie*, n.9, 2 jui. 1959, p. 14.

³³² Ibid., p. 14.

³³³ Pergunta-lhe seu entrevistador Francis Jeanson. Ibid., p. 14.

³³⁴ Ibid., p. 14.

se a esquerda deve poder renascer, são as massas que a ressuscitarão. E a questão fundamental, a que deve produzir uma outra esquerda e outros homens é a de dar às classes exploradas uma consciência prática de sua solidariedade com os combatentes argelinos.³³⁵

Excluído o PCF, as massas deveriam ser as responsáveis pelo “renascimento” de uma “nova esquerda” que faria a mediação entre as classes exploradas e os combatentes argelinos com o objetivo de mostrar a solidariedade entre eles.

O problema da desunidade da esquerda apontado por Sartre, de certa forma, pode ser confirmado por Jean Daniel, em 1960. Este autor afirma que a esquerda francesa não é anticolonialista por essência, nem em relação ao colonialismo em geral, nem, particularmente, em relação ao colonialismo argelino. O autor desenvolve um raciocínio engenhoso segundo o qual admite o igualitarismo da esquerda francesa, que se opõe à exploração econômica. Mas, ao mesmo tempo, e contraditoriamente, ela é “ideologicamente imperialista”, cujo resultado, em relação à Argélia, é a sua opção pela “integração”. O internacionalismo chauvinista (patriótico) dos socialistas (ou o “paternalismo do proletariado” como afirma Sartre) – como durante tanto tempo, aliás, dos comunistas franceses – os conduz sempre a recusar o dogma leninista³³⁶ sobre a necessidade da etapa nacionalista nas revoluções coloniais. Daniel menciona o exemplo de Guy Mollet que “se situa em uma autêntica tradição de seu partido”, ao contrário de Antoine Pinay que “concedeu aos Marroquinos sua independência”. Com esses exemplos, Daniel quer mostrar que o anticolonialismo (de fato, não de doutrina) “não está, necessariamente, no mundo atual, na herança da esquerda dos países colonizadores”, pois,

³³⁵ Ibid., p. 14.

³³⁶ Eis a tese leninista sobre a necessidade da etapa nacionalista nas revoluções coloniais: “não somente os socialistas devem exigir a libertação imediata, incondicionada, sem indenização, das colônias – e esta reivindicação, na sua expressão política, não significa nada além de que precisamente o reconhecimento de direito de autodeterminação – mas eles devem apoiar nos países, de forma mais decidida, os elementos mais revolucionários dos movimentos democráticos burgueses de libertação nacional, ajudá-los em sua insurreição e, conforme o caso, em sua guerra revolucionária contra as potências imperialistas que lhes oprimem”. (LÊNIN, V. “O proletariado revolucionário e o direito de autodeterminação das nações”. Apud **Vérité-Pour: centrale de information sur le fascisme et l'Algérie**. In: SARTRE, J.-P. “L'interview de Sartre”. **Vérité-Pour: centrale de information sur le fascisme et l'Algérie**, n.9, 2 juil. 1959.

“não há, à esquerda, uma mística em favor da justiça individual, mas um instinto irresistível contra a independência nacional”. O autor conclui, nessa esteira, portanto, que o etnólogo Jacques Soustelle (Governador-Geral da Argélia entre 1955 e 1956) “não errou quando afirma que a integração é uma tese ‘de esquerda’”.³³⁷

6. A juventude, a esquerda e o destino da “Revolução Argelina”

Para Sartre, a falta na França de instituições válidas, que permitissem uma verdadeira ação da esquerda, conduzem os jovens às ações clandestinas de resistência: “A juventude que passa à ação e que suscita um choque na opinião, lembra a verdade que os adultos esqueceram completamente: a característica de violência da esquerda”.³³⁸ Não por acaso, as redes clandestinas organizadas pelos jovens para facilitar a deserção dos convocados à guerra, de acordo com Karol, é a nova forma de resistência contra a guerra na Argélia. No entanto, Karol observa que “os partidos e os jornais de esquerda, apesar de reconhecer a nobreza da mobilização dos ‘jovens resistentes’ condenaram sua ação, no plano político, como sendo ineficaz e mesmo perigosa. A única exceção é a da revista *Les Temps Modernes*, de Sartre”.³³⁹

O governo de De Gaulle, para piorar o quadro, de acordo com Sartre, “produziu sua própria esquerda, que ele tolera, que ele apóia, mas que não pode obter nada dele”.³⁴⁰ Eis porque, para Sartre, é impossível fazer oposição, fora das que têm se realizado na França, isto é, das redes clandestinas, dos manifestos e das petições, mas sobretudo, no cenário

³³⁷ DANIEL, Jean. “Socialisme et anticolonialisme”. **Témoignages et documents: sur la guerre em Algérie**, n. 23, mai 1960. *Spécial: “La gauche française et le FLN*.

³³⁸ SARTRE, J.-P. “Un entretien avec Jean-Paul Sartre: Jeunesse et Guerre d’Algérie”. Par K. S. Karol. **Vérité-Liberté - cahiers d’information sur la Guerre d’Algérie**, n.3, juillet-aout 1960, p.1

³³⁹ Ibid., p.1. Karol afirma, na mesma entrevista, que “Sartre publicou uma carta de Jeanson que é investigado pela polícia como principal organizador das redes clandestinas. Evidentemente essa tomada de posição rendeu a Sartre numerosas críticas e ele foi denunciado por **L’Express** como “maitre à penser” que empurra a juventude para uma ação “irresponsável”.

³⁴⁰ Ibid., p. 1.

político. Uma parte da esquerda, cooptada pelo governo De Gaulle, aceita fazer parte “do jogo político-parlamentar” – como o PCF – e a outra – a socialista – é favorável à integração. Sendo assim,

a esquerda está fatigada. Seus quadros estão velhos. Acredito que a velhice é uma causa que o marxismo não considerou mas que existe, pois é fácil envelhecer em nossa sociedade. A juventude é a única que respondeu à mistificação como convinha, isto é, pela violência.³⁴¹

Para Sartre, a esquerda cansada envelheceu e, no entanto, o marxismo não considerou o problema. Desse modo, a esquerda, desunida, sem um programa político comum “ao longo de quinze anos só tem chateado a França com vãs palavras, ou seja, sem agir, sem um programa concreto de ação”.³⁴² Não é estranho, portanto, que a juventude “adquiriu cada vez mais uma importância capital”, para Sartre, ao ponto de considerar que “os únicos verdadeiros homens de esquerda na França, hoje em dia, se encontram entre os que têm 20 anos”.³⁴³ Karol lembra oportunamente que Sartre, com essas afirmações, repete seus argumentos desenvolvidos sobre a Revolução Cubana, “país onde a juventude está no poder e onde ele pôde admirar seu espírito de invenção”.³⁴⁴

Além das redes clandestinas organizadas pela juventude, na França, Sartre admite a existência de outras forças organizadas capazes de reação, na Argélia, como os sindicatos dos trabalhadores muçulmanos. O problema é que eles carecem de intermediação para se expandirem. Na França, à falta da mediação das massas, a juventude tem se assumido como mediadora:

no curso de recentes manifestações de Grenoble, são os jovens que têm facilitado o encontro entre os sindicatos dos dois lados. Quando, por outro lado, a União Nacional dos Estudantes da França toma a iniciativa de restabelecer as ligações com a organização proibida dos estudantes argelinos, é um evento político de primeira importância. É preciso criar uma ligação e uma solidariedade entre os trabalhadores franceses e argelinos.³⁴⁵

³⁴¹ Ibid., p. 1.

³⁴² Ibid., p. 1.

³⁴³ Ibid., p. 2.

³⁴⁴ Ibid., p. 2.

³⁴⁵ Ibid., p. 2.

Para Sartre, a solidariedade entre o operariado francês e os colonizados argelinos definiria a sorte da Guerra da Argélia. Posicionar-se favoravelmente à independência da Argélia é, para Sartre, “a única posição internacional de esquerda possível, pois, trata-se precisamente das relações com um certo nacionalismo dos países colonizados que despertam”.³⁴⁶ Colocar-se ao lado dos países subdesenvolvidos e de sua luta pela emancipação é assumir uma posição internacionalista e, portanto, uma questão vital para a esquerda francesa.

À época da guerra, os argelinos, a FLN, o próprio Sartre e muitos outros intelectuais falam em “Revolução Argelina”. Por um lado, o movimento revolucionário de libertação nacional, liderado pela FLN foi vitorioso, pela obtenção da independência em 1962, graças à guerra popular, isto é, “a unidade do Exército e do povo, a unificação, pois, do próprio povo”.³⁴⁷ Até 1964, Sartre pensa que a sociedade argelina caminha para o socialismo:

capitalista que é a França atualmente, cooperará com um país que se dirige ao socialismo, o que considero como um verdadeiro triunfo. (...) Eu considero que é muito útil que a França esteja, pela mediação da Argélia, ligada ao Terceiro Mundo. É algo mais útil para nós, talvez que para vocês (argelinos).³⁴⁸

Na prática, o objetivo de Sartre, consiste em defender a continuidade ideológica da “Revolução Argelina” e manter, de alguma forma, a solidariedade da França para com o Terceiro Mundo, pois, somente isso asseguraria a “revitalização” da esquerda, isto é, sua unidade. De que adiantaria simplesmente reconhecer que os resultados da independência da Argélia apontavam para um imperialismo neocolonialista, o que de fato ocorria? Ou seja, tudo isso demonstra que Sartre ainda tinha esperança na revolução tricontinental, afinal, em Cuba a revolução seguia vitoriosa e no Vietnã, desenhava-se a possibilidade de

³⁴⁶ Ibid., p. 2.

³⁴⁷ SARTRE, J.-P. “Pensamento político de Patrice Lumumba”. In: _____. **Colonialismo e neocolonialismo. (Situações V)**, 1968, p. 186.

³⁴⁸ SARTRE, J.-P. “Jean-Paul Sartre se prononce en faveur de la coopération entre la France et la Algérie”. **Le Monde**, 15 avr. 1964, p.6.

sucesso de mais uma revolução. Sartre inclusive teme o futuro neocolonial da Argélia, quando, no mesmo ano (1964) em que deu a entrevista acima diz que “o custo da descolonização é tão caro quanto o da guerra colonial. Só se pode dar trabalho aos Franceses e ajudar a República Argelina a se constituir se não se colocar no lugar um neocapitalismo”.³⁴⁹

Por outro lado, e na realidade, Sartre sabe que em lugar da efetivação do socialismo na Argélia, tal como esperava, a independência da Argélia redundou apenas numa “troca de soberanias”. Os vínculos econômicos permaneceram, perpetuando-se a dependência econômica e a miséria do povo argelino. A economia agrária, exportadora, especializada, o racismo e a miséria não desapareceram. Os “caros valores franceses” ainda continuavam “manchados de sangue”.

A respeito, Ferro nos traz as estatísticas sobre o fluxo da imigração argelina para a França, outro resultado do colonialismo, e nos explica que as “metrópoles recorreram ao exército industrial de reserva dos países do Terceiro Mundo”, pelo fato de a força de trabalho ser mais barata. Segundo Ferro, “a importação de imigrantes que se iniciara nos anos 30, passou por um boom fantástico nos anos 60, no momento da descolonização”,³⁵⁰ inclusive porque os franceses passaram a rejeitar certos trabalhos pesados e maçantes. Sob os governos de De Gaulle e de Georges Pompidou (1969-1974) afluiu “uma massa crescente de imigrantes, de início jovens e solteiros, por conseguinte, pouco

³⁴⁹ SARTRE, J.-P. “Entretien avec Jean-Paul Sartre”. *La Voie Communiste*, n. 20, fév. 1961. Ou, em outros termos, de acordo com Prénant, “a empreitada de recolonização imperialista pelo capital mundializado”. Continua Prénant, “para as grandes potências financeiras e políticas esta é mais uma arma política do que uma fonte de lucros: o total das dívidas da África Subsaariana (atinge 223 bilhões de dólares. No Magreb o desequilíbrio dívida-receita de exportação é de 308%, no Marrocos 247%) mal ultrapassava 10% do total mundial. Mas permite impor aos governos africanos os ‘planos de ajuste estrutural’, quer dizer, controlar suas decisões políticas, econômicas e sociais: a austeridade para os serviços públicos e a privatização das riquezas. Melhor ainda: esta dominação do capitalismo mundial é, na África de 1998, mais forte do que foi na era colonial”. PRÉNANT, André. “Argélia 1830-1998: dos primórdios do capitalismo colonial e empresa monopolista de recolonização ‘globalizada’”. In: PERRAULT, 2005, p. 270.

³⁵⁰ Desse modo, “criou-se assim uma situação de tipo colonial dentro da própria metrópole onde os franceses reservaram para si os postos de gerentes, colarinhos-brancos etc. ora aos poucos, (...) os imigrantes foram se enraizando, criando famílias (...) o que sobrecarregou o orçamento nacional, quando originariamente a presença daquele proletariado só apresentava vantagens financeiras”. (FERRO, 1996, p. 393).

dispendiosos para o Estado. (...) Nos anos 70, dos operários qualificados, 23,1% eram tunisianos, 18% marroquinos e 15,9% argelinos, 9,5% negros”.³⁵¹

Enfim, Sartre, em 1960, afirma que qualquer proposição de solução para a independência da Argélia é desastrosa se não levar em conta dois imperativos: “admitir sem reticências a autodeterminação, preconizar a ruptura dos laços coloniais e a destruição das estruturas coloniais na Argélia”.³⁵² No entanto, continua Sartre, “sobre esses dois pontos a FLN não pode recuar, sem se admitir vencida e a esquerda francesa não pode transigir, sem se renegar politicamente”.³⁵³ Ora, a FLN recuou e, neste aspecto, foi derrotada,³⁵⁴ mas devemos reconhecer que a esquerda não havia selado seu destino com a derrota da Frente, como pensava Sartre. Por certo a esquerda ainda agoniza na França, segundo Sartre. Mas a esquerda não foi enterrada com a derrota da Frente. Maio de 1968 e a Guerra do Vietnã lhe dariam uma nova oportunidade de unidade e de sucesso.

³⁵¹ SOURY, P. “La dynamique du capitalisme au XX siècle”, p. 226, apud FERRO, 1996, p. 393.

³⁵² SARTRE, J-P. “Un entretien avec Jean-Paul Sartre: Jeunesse et Guerre d’Algérie”. Par K.S. Karol. **Vérité-Liberté - cahiers d’information sur la Guerre d’Algérie**, n.3, juillet-août 1960, p. 1.

³⁵³ Ibid., p.1.

³⁵⁴ Letícia Canêdo é categórica em sua crítica à FLN: “não houve partido político capaz, de além da exaltação da identidade, promover a modificação das estruturas sociais e combater o peso da tradição do estatuto da mulher, por exemplo. A dividida direção da Frente estatizou os grandes setores da economia para modernizar o país, modernismo técnico mas conservador nos planos social e cultural”. (CANÊDO, 1988, p. 58).

*Não se esqueça que os intelectuais não se encontram jamais felizes em nenhuma parte. Cuba é o seu paraíso, mas eu lhes desejo que fique assim, que siga sendo.*³⁵⁵

CAPÍTULO 3

AS POSIÇÕES POLÍTICAS DE SARTRE SOBRE A REVOLUÇÃO CUBANA (1959)

Introdução

Como vimos, Sartre visita pela primeira vez a América Central em 1949. Sartre visita diversos países caribenhos, dentre os quais Haiti e Cuba. Mas, sua viagem política a Cuba ocorre somente 1960, quando também visita o Brasil.³⁵⁶

Sobre Cuba, há três textos fundamentais de Sartre, compilados no livro *Sartre visita a Cuba*, publicado em 1961, mas, referente à época de sua visita política à ilha: *Ideología y revolución*, *Entrevista con los escritores cubanos* e *Huracán sobre el azúcar*. Pode-se dizer que, neles, Sartre discute os principais legados da Revolução para a Europa socialista, para o marxismo, para o Terceiro Mundo e, evidentemente, para a própria sociedade cubana.

De acordo com Sartre, na Revolução Cubana não se encontram “as contradições que ensangüentaram em outro tempo a Europa socialista”, isto é, “a necessidade de trabalhar a terra em comum não tropeçará, nos próprios trabalhadores, com a áspera vontade de

³⁵⁵ SARTRE, J.-P. “Entrevista con los escritores cubanos”. In: _____. **Sartre visita Cuba**, 1961, p. 54.

³⁵⁶ Nesse momento, já havia sido publicada a **Crítica da razão dialética** (1960).

possui-la individualmente”.³⁵⁷ Para o Terceiro Mundo, Cuba torna factível uma sociedade “para além da lógica do capital” e atualiza a idéia de revolução tricontinental (o *terceiro mundismo*). Em relação ao marxismo, a Revolução Cubana inaugura uma nova relação entre *ideologia* e *práxis* revolucionária. E, finalmente, na sua própria sociedade, a Revolução erradica a miséria (a fome, o desemprego, o analfabetismo, etc.) pela Reforma Agrária e a nacionalização de empresas privadas (de telefonia, de energia elétrica, os hotéis, os latifúndios). Não por acaso, para Sartre, Cuba é o “paraíso dos intelectuais”, pois, a revolução “realiza o reino da liberdade” ao resolver os problemas do “reino da necessidade”.

Sartre é um dos primeiros intelectuais europeus a se solidarizar politicamente com a Revolução³⁵⁸ e a empreender uma série de reportagens³⁵⁹ sobre Cuba (em *Huracán sobre el azúcar*) revolucionária com alguns objetivos precisos: *divulgá-la* ao grande público francês, fornecendo-lhe “informações históricas e econômicas que não se encontram habitualmente na grande imprensa”;³⁶⁰ engajar a opinião pública mundial na luta pela descolonização e, ainda, contribuir para o resgate da tradição internacionalista da esquerda, desgastada durante a Guerra da Argélia,³⁶¹ conforme sugere o fragmento abaixo:

³⁵⁷ SARTRE, J.-P. “Huracán sobre el azúcar. In, **Sartre visita Cuba**, 1961, p. 150.

³⁵⁸ Sartre caracteriza a revolução como camponesa, pois, “as cidades permaneciam esmagadas pela impotência. Antes ainda de participar nela, o campo impunha à rebelião sua forma.” (SARTRE, J.-P. “Huracán sobre el azúcar. In:____. **Sartre visita Cuba**, 1961, p. 116). Houve um debate em Cuba, a respeito das origens da revolução. Tratava-se de uma revolução camponesa ou urbana? Para os rebeldes (soldados combatentes) a revolução vinha do campo, para os militantes (os resistentes clandestinos), das cidades, pois seus “mentores” haviam estudado nas cidades e feito lá sua profissão. De qualquer forma o debate não dividiu os esforços na consecução do programa revolucionário.

³⁵⁹ De acordo com Hobsbawm o termo reportagem “aparece pela primeira vez em dicionários franceses em 1929, e em ingleses em 1931 – tornou-se um gênero aceito de literatura socialmente crítica e de apresentação visual na década de 1920, em grande parte sob a influência da vanguarda revolucionária russa, que louvava o fato acima da diversão que a esquerda européia sempre condenara como o ópio do povo”. In: HOBSBAWM, 1995, p. 191.

³⁶⁰ SARTRE, J.-P. “Ouragan sur le sucre: un grand reportage à Cuba de Sartre sur Fidel Castro”. Apud CONTAT; RYBALKA, 1970, p. 347.

³⁶¹ “De um lado, Sartre desencorajado pela situação interna na França e pela Guerra da Argélia, queria evitar ‘se recurrar na desgraça francesa’ – expressão de Beauvoir – e desejava encontrar uma esperança na Revolução Cubana; de outro, ele pensava poder ser útil a ela, num momento em que seu significado era mal percebido no estrangeiro e onde ela começava a sofrer da hostilidade americana. (...) Multiplicando os contatos, visitando a ilha de ‘ponta a ponta’, se informando minuciosamente (...). Suas esperanças foram satisfeitas plenamente além de todas as expectativas: pela primeira vez, Sartre

é um dever para a opinião pública mundial tomar uma parte ativa na luta pela descolonização (...). É a razão pela qual, eu, Francês, vos falo de um vício nacional que nós não temos o direito de silenciar. Nós outros, velhos Europeus, se nós queremos manter os amigos dos jovens nacionalismos, nós devemos reencontrar nossa tradição de internacionalismo, embora os países subdesenvolvidos só possam se desenvolver afirmando seu próprio nacionalismo.³⁶²

Em *Ideología y revolución* Sartre responde à pergunta dos estudantes da Universidad de Havana: “Pode-se fazer uma Revolução sem ideologia?”³⁶³ Trata-se de uma síntese teórica da reportagem *Huracán sobre el azucar*. *Entrevista con los escritores cubanos* é um debate sobre variados temas, da fenomenologia até o engajamento do escritor.

Huracán sobre el azucar é uma extensa reportagem realizada por Sartre durante sua estadia em Cuba para o jornal francês *France Soir*. Trata-se de uma fonte documental preciosa para a introdução ao estudo da história pré-revolucionária de Cuba e das conquistas econômicas, sociais e políticas da revolução, nos seus anos iniciais. Sartre faz uma análise detalhada do cotidiano dos trabalhos empreendidos pelos líderes revolucionários (com grande destaque para Fidel Castro)³⁶⁴ e o esforço do povo cubano em consolidar sua independência econômica.

encontrou uma revolução a qual ele pôde aderir plenamente.” (Cf. *La force des choses*), apud CONTAT; RYBALKA. No mesmo fragmento afirmam que Sartre “viveu o momento privilegiado de toda transformação social que descrevia em *Critique de la Raison Dialectique*: o momento da ‘fusão’ e da espontaneidade revolucionária, na qual cada um está ligado a todos os outros no seio de uma empresa coletiva” (CONTAT; RYBALKA, 1970, p. 343-344).

³⁶² SARTRE, J.-P. “A Rio de Janeiro - M. J.-P. Sartre dresse un parallèle entre Cuba et l’Algérie”. *Le Monde*, 1 sep. 1960, p. 4.

³⁶³ SARTRE, J.-P. *Sartre visita a Cuba*, 1961, p. 1.

³⁶⁴ Sartre promete um livro que relataria em maiores detalhes suas conversas com os jovens rebeldes, em especial com Fidel Castro, em que falaria de outros aspectos do regime, de outros problemas e outras conquistas, o que de fato não aconteceu. (SARTRE, J.-P. “Huracán sobre el azucar”. In: _____. *Sartre visita Cuba*, 1961, p. 242). Em entrevista ao *L’Express*, em 1962, Sartre explica o motivo do abandono de sua idéia: “Seria preciso para contar verdadeiramente e interpretar essa revolução documentos e obras que não existem. Pois, quando se faz a guerra não se preocupa em escrever a História. A história de Batista não existe. É mais fácil, por exemplo, escrever sobre a China: os documentos existem”. (SARTRE, J.-P. “Entretien – Sartre chez les étudiants”. *L’Express*, 15 mars 1962, p. 16, apud CONTAT, 1970, p.376).

1. “A ilha do sonho se converte em ilha diabética”: o subdesenvolvimento de Cuba sob o domínio “semi-colonialista” norte-americano

À época de seus escritos políticos sobre Cuba, Sartre ainda não utiliza o conceito de imperialismo neocolonialista, mas o de imperialismo “semi-colonialista”, evidentemente, por considerar Cuba como “semi-colônia” dos Estados Unidos. O conceito de imperialismo neocolonialista é utilizado somente à época da Guerra do Vietnã. No entanto, ambos comportam as mesmas características e Sartre vê, pelo menos, uma “vantagem” das colônias sobre as “semi-colônias”: nas colônias “não existe corrupção política pela ausência de políticos a quem corromper. (...) a semi-colônia é uma mentira, já que a sua *verdade secreta* é a colonização”.³⁶⁵

Cuba obtém sua independência em 1898. Sartre caracteriza essa primeira independência cubana como uma *revolução burguesa*, portanto,

não foi simplesmente uma insurreição anticolonialista; o país quis mudar estruturas superadas, realizar com cem anos de atraso sua revolução burguesa e fundar as liberdades civis sobre o liberalismo econômico; os direitos do cidadão sobre os direitos do proprietário.³⁶⁶

A despeito dessas intenções, Cuba passa a ser submetida ao imperialismo norte-americano. A nova forma política de dominação consiste na ingerência indireta norte-americana nos assuntos internos cubanos, como comprova a Emenda Platt de 1902 que vigora até 1934. A emenda constitucional limita a soberania cubana ao estabelecer: “Os Estados Unidos têm direito de intervir em Cuba para a preservação da independência; para que os Estados Unidos possam assegurar a manutenção da independência de Cuba, o governo cubano venderá ou

³⁶⁵ SARTRE, J.-P. “Huracán sobre el azúcar”. In: _____. **Sartre visita Cuba**, 1961, p. 112.

³⁶⁶ Ibid., p. 78.

alugará aos EUA a terra necessária para estabelecimento de bases navais”.³⁶⁷

Do ponto de vista econômico, a dominação norte-americana consiste na manutenção das estruturas coloniais de produção de modo a atender os interesses comerciais norte-americanos relacionados à exportação de açúcar. Desse modo, “os Estados Unidos outorgaram a soberania à jovem nação, mas ao mesmo tempo os acordos açucareiros arrebataram sua independência econômica”.³⁶⁸

O domínio dos Estados Unidos sobre Cuba, para Sartre, revela a natureza contraditória da sua política externa. Se, teoricamente, o governo federal norte-americano “reconhecia os direitos imprescritíveis de Cuba”, na prática, “suprimia os meios de fazê-los valer” uma vez que “fundamentava sua autoridade na chantagem do açúcar”.³⁶⁹ O grande capital norte-americano também atuava em outros setores-chave da economia cubana, além do setor de exportações de açúcar. Ele monopoliza o setor de telefonia e o de energia elétrica, inaceitável aos olhos de Sartre, afinal, os norte-americanos vendiam aos cubanos sua própria energia.

Pela “chantagem do açúcar” os Estados Unidos determinavam as cotas de açúcar a serem compradas de Cuba. Por qualquer motivo poderiam aumentar ou abaixar a cota, trazendo sérias conseqüências econômicas e sociais à ilha. Assim, “a hipertrofia da cana formava o setor chave da economia cubana. (...) a indústria açucareira se desenvolveu em detrimento das outras indústrias”, eis, portanto, “a fortuna do imperialismo: pelo próprio jogo da dominação econômica, cria no oprimido necessidades que somente o opressor pode satisfazer”,³⁷⁰ daí a dependência econômica. Esse circuito fechado do imperialismo norte-americano integra a ilha ao continente, convertendo a “ilha do sonho” em “ilha diabética”. Ocorria também aos Estados Unidos comprar o açúcar cubano acima do preço do produto no mercado mundial não por generosidade, mas para preservar a sua produção de açúcar de beterraba.

³⁶⁷ BRUIT, 1987, p. 55.

³⁶⁸ SARTRE, J.-P. “Huracán sobre el azúcar”. In: _____. **Sartre visita Cuba**, 1961, p. 97. Trata-se, na realidade, do desdobramento, na prática, da Doutrina Monroe de 1823.

³⁶⁹ Ibid., p. 98.

³⁷⁰ Ibid., p. 83.

E, por mais que os Estados Unidos investissem seus capitais na lavoura de cana-de-açúcar cubana (na construção de engenhos, maquinaria, compra de terras, etc.) os lucros obtidos eram todos repatriados à América, sem ganho substancial ao povo cubano, em geral, e aos camponeses em particular.

De acordo com Sartre, a forte concentração de terras em Cuba chega ao ponto de 161 empresas possuir e controlar 184 mil caballerias,³⁷¹ ou seja, 27% do solo nacional das de terras”.³⁷² A concentração de terras acarreta o desaparecimento das pequenas propriedades e o predomínio dos latifúndios. Sartre destaca que, em Cuba, a burguesia proprietária de terras – a classe dirigente – associa-se aos interesses da grande burguesia imperialista americana.

O sistema “semi-colonialista” norte-americano determina as características da economia cubana. Economia agrária, monocultora, exportadora e dependente. Sartre estabelece a relação entre “semi-colonialismo”, monocultura e dependência econômica da seguinte forma:

o desenvolvimento da monocultura se apresenta em aparência como o resultado de uma livre eleição: Cuba aparenta haver aceitado livremente os investimentos americanos. Mas as transformações das estruturas sociais que resultavam daí não podiam já ser consideradas como aceitas livremente. O regime monocultor devia dar ao seu país uma das características mais típicas do “semi-colonialismo”: colocava suas atividades nacionais sob a dependência de um setor da produção controlado pelo estrangeiro e ligado diretamente à exportação. Sua economia estava condicionada inteiramente pelas variações do preço do açúcar nos mercados estrangeiros.³⁷³

Como se vê, a dependência econômica é a subsunção da economia cubana a apenas um setor de produção – o do açúcar – controlado pelo mercado norte-americano que determina as cotas e os preços do produto. Um dos resultados da dependência consiste na importação de gêneros alimentares básicos e de produtos manufaturados. A situação cubana, em relação à importação de gêneros alimentares, era,

³⁷¹ 1 *caballeria* equivale a 13 hectares e meio de terras.

³⁷² SARTRE, J.-P. “Huracán sobre el azúcar”. In: _____. **Sartre visita Cuba**, 1961, p. 90.

³⁷³ SARTRE, J.-P. “Ideología y revolución”. In: _____. **Sartre visita Cuba**, 1961, p. 11.

para Sartre, mais grave que na Argélia onde os franceses nunca impuseram

a monocultura na Argélia ao ponto de suprimir os cereais e ter de enviá-los aos Argelinos. Mas em Cuba, o arroz e os tomates, que são a base da alimentação dos Cubanos, eram importados dos Estados Unidos. Dito de outro modo, Cuba fazia trabalhar os agricultores dos Estados Unidos enquanto possui um solo fértil que poderia amplamente satisfazer suas necessidades.³⁷⁴

Tudo isso, em última instância, impede a acumulação interna de riquezas que determina o subdesenvolvimento. O subdesenvolvimento, por sua vez, consiste na ausência de industrialização, imposição fundamental do sistema. A própria lógica do sistema impede a industrialização, mantendo a colônia em eterno “atraso”, para evitar a concorrência com a metrópole e assim perpetuar o circuito de exploração colonial.

Para Sartre, o subdesenvolvimento

não deve definir-se como uma simples deficiência da economia nacional. É uma relação complexa entre um país atrasado e as grandes potências que o mantém em seu atraso: a semi-colônia, liberta de suas cadeias, volta a encontrar-se na miséria face a uma antiga metrópole irritada (...) ³⁷⁵ (e) uma tensão violenta entre duas nações, e sua intensidade se determina em função do *atraso* de uma em relação a outra.³⁷⁶

Os Estados Unidos têm interesse em manter a dependência econômica e o subdesenvolvimento de Cuba. Para Sartre, manter a dependência econômica é não permitir que os países se desenvolvam, isto é, que não desenvolvam suas indústrias para que não façam concorrência com a atividade industrial “metropolitana”, afinal, a abundância da mão-de-obra barata determina o baixo custo da produção de mercadorias e a conseqüente queda de seus preços no mercado. Por esse motivo, a economia cubana limita-se às indústrias de extração com grandes

³⁷⁴ Na verdade Sartre indica números que dizem o contrário. Cf. Capítulo 2.

³⁷⁵ SARTRE, J-P. “Huracán sobre el azúcar”. In: _____. **Sartre visita Cuba**, 1961, p. 158.

³⁷⁶ Ibid., p. 158-159.

investimentos estrangeiros e na produção agrícola especializada, fato nem natural, nem divino, mas histórico:

nenhum decreto da Natureza ou da Providência havia impedido o desenvolvimento da policultura ou das indústrias nacionais: mas uma das necessidades do ‘semi-colonialismo’ é que a potência semi-colonialista – neste caso os EUA – se oponha à industrialização do país semi-colonizado, para evitar os riscos de uma concorrência e para que as indústrias necessárias à “semi-colônia” permaneçam sob o controle dos semi-colonos e se convertam numa fonte suplementar de utilidades. Uma das conseqüências mais visíveis desse regime consiste no fato de que seu país, estrangulado pela monocultura, importava quase a metade dos produtos alimentares que consumia.³⁷⁷

Um dos resultados sociais mais perniciosos decorrentes do regime dos latifúndios, para Sartre, era a produção de “sub-homens – demasiado miseráveis ou demasiado resignados” e sua manutenção na sub-humanidade”,³⁷⁸ uma vez que, fora dos períodos de safra, os altos índices de ociosidade ocasionavam empregos informais, o tráfico, o alcoolismo, a prostituição.

O que condenava muitos cubanos à sub-humanidade era também o elevado crescimento demográfico que deve ser explicado enquanto resultado da miséria sócio-econômica imposta pela economia colonial. Sartre mensura o enorme crescimento da população da ilha que de 1 milhão e 500 mil habitantes em 1890 atinge a marca dos 6.600.000 em 1960. Isso porque as famílias cubanas têm, em média, 11 filhos, “mesmo nas cidades, em que a pequena burguesia conservou a estrutura patriarcal da família e o ritmo camponês da natalidade”.³⁷⁹ No campo,

o camponês conserva frente à vida e à morte suas aptidões tradicionais. Engendra filhos sem contar: (...) (e) o cortador de cana nem sequer tem idéia do que em certos países se designa como planejamento familiar. Para regular os nascimentos, há que ter fé no futuro.³⁸⁰

³⁷⁷ SARTRE, J.-P. “Ideología y revolución”. In:____. **Sartre visita Cuba**, 1961, p. 11, grifos de Sartre.

³⁷⁸ SARTRE, J.-P. “Huracán sobre el azúcar”. In:____. **Sartre visita Cuba**, 1961, p. 203. Vimos como Sartre afirma que o colonialismo francês na Argélia e seu subproduto, o racismo, engendraram o “indígena”, isto é, “nem animal, nem homem”, um “sub-homem”.

³⁷⁹ Ibid., p. 101.

³⁸⁰ Ibid., p. 101.

Nessa esteira, conclui Sartre, o crescimento demográfico é “uma característica comum às nações subdesenvolvidas.”³⁸¹

A constatação de Sartre é de uma atualidade impressionante. Especialistas contemporâneos têm a mesma preocupação e destacam que um problema importante relacionado aos países do Terceiro Mundo que se tornaram independentes após o processo de descolonização consiste na explosão demográfica. A explosão demográfica engendra problemas práticos como a distância cada vez maior entre países ricos e pobres ou avançados e/ou atrasados e a má distribuição do PIB.³⁸²

Contudo, o problema de Cuba não era o da superpopulação, conforme Sartre, pois, “bem explorada a Ilha alimentaria comodamente 10 milhões de homens”,³⁸³ mas, de subdesenvolvimento, de miséria. A superpopulação decorre da miséria da população. E, para combatê-la, deve-se atingir a raiz do problema, isto é, o subdesenvolvimento que, em última instância, engendra a revolução. De acordo com Sartre, dialeticamente, o mesmo subdesenvolvimento que engendra a miséria

foi que criou a revolução. Pois, se a cota do açúcar tivesse nova baixa, a população teria triplicado em 50 anos. E a superpopulação, não como na Argélia, não era consequência do progresso da higiene. Ao contrário: a causa da superpopulação é a miséria; é porque a higiene falta que é impossível evitar as crianças.³⁸⁴

³⁸¹ Ibid., p. 101.

³⁸² HOBSBAWM, 1995. Gérard Chaliand (1977) também chama a atenção para o mesmo problema ao afirmar que nenhum estudo sobre o Terceiro Mundo pode prescindir da consideração sobre a demografia.

³⁸³ SARTRE, J.-P. “Huracán sobre el azúcar”. In: _____. **Sartre visita Cuba**, 1961, p. 104.

³⁸⁴ SARTRE, J.-P. “L’assaut contre Castro”. **L’Express**, 20 avr. 1961, p. 8.

2. As funções do exército e da ditadura de Batista e o mérito histórico de Castro

Para Sartre, a ditadura (1952-1959) e o exército de Fulgêncio Batista (1901-1973) tinham um papel-chave na sociedade cubana: a manutenção da ordem sócio-econômica pela repressão. Os interesses da classe de proprietários e dos oficiais do exército convergem da mesma forma com que destoam dos interesses da massa:

Batista não surgiu por acaso. Era um tirano duro, mas houve muitos outros. Na história cubana houve períodos de tirania e de corrupção. Em períodos estáveis, quando não havia pauperização acelerada da massa, um tirano era inútil. O exército seria suficiente para manter a ordem.³⁸⁵

O desemprego, freqüente em Cuba, determinado pelas oscilações na compra das cotas de açúcar pelos Estados Unidos e pelos períodos de entre-safra impunha a miséria à maioria da população. Quando a compra das cotas baixava drasticamente, a população mais pobre era atingida. Sartre cita um exemplo de quando Cuba produziu 7 milhões de toneladas de açúcar embora apenas 4 milhões tenham sido compradas pelos norte-americanos. Como fazer para o povo cubano aceitar esse estado de coisas? Eis a resposta:

para fazer aceitar isso, os proprietários tiveram necessidade de um ditador. (...) Batista se tornou terrível não porque sua característica é irascível: é porque a situação o exigia: era preciso ser terrível para colocar em desemprego toda uma parte da população e preservando a riqueza dos outros. (...) não por um acaso Batista foi colocado no poder (...) para manter um certo sistema e se apoiando numa classe rígida e sobre um exército que não tinha outros interesses que os de classe.³⁸⁶

A ditadura de Batista, portanto, se relaciona a uma necessidade objetiva (econômica) do sistema “semi-colonial” cuja classe proprietária rural cubana (os “terratenientes”) estava em estrito acordo com a classe dos investidores capitalistas norte-americanos, apoiadas pelo

³⁸⁵ Ibid., p. 8.

³⁸⁶ Ibid., p. 8.

exército cubano. Os próprios chefes do exército cubano eram provenientes da aristocracia rural e representavam os interesses de sua classe. O exército era a própria “força desnuda dos grandes proprietários (e) sustentava um regime na medida em que esse regime convinha a seus verdadeiros amos”.³⁸⁷ Já “os soldados eram simples mercenários, camponeses cansados da miséria, ou desempregados”.³⁸⁸ Em outras palavras, a opção por ser soldado não é questão de livre escolha, de livre projeto, mas uma determinação sócio-econômica.

Sartre afirma que combater o exército e a ditadura de Batista e promover a Reforma Agrária da qual necessitava Cuba era um só objetivo dos *jovens rebeldes*, já que a exploração e a miséria dos camponeses vinham da dependência econômica e da forma como estavam organizadas a sociedade e a economia cubanas: grande produção voltada para o mercado externo, especializada, monocultora e marcada por graves problemas sociais. Além das características do regime de Batista mencionadas, Sartre aponta outra: a corrupção generalizada.³⁸⁹

A origem da corrupção não se relaciona a uma suposta “personalidade irascível” de Batista ou a uma suposta natureza humana malévola. Pelo contrário, a corrupção tinha por origem a “mistura degradante de poder e de impotência que havia caracterizado a todos seus governos. As instituições que pretendem estar fundadas sobre a liberdade se degradam forçosamente quando o fundamento real é a servidão”.³⁹⁰ Ou seja, a corrupção no governo de Batista se relaciona à realidade econômica “semi-colonial” da ilha, cuja dependência, os políticos, inclusive, nada podiam fazer, afinal,

sua impotência não vinha de seus vícios, senão de sua servidão; e eram seus vícios, pelo contrário, os que nasciam de sua impotência. (...) De maneira que a corrupção apareceu aos olhos de seus chefes revolucionários, desde 1952, como um efeito e não como causa. Se se quisesse que um governo fosse honesto, era preciso atuar sobre as causas que haviam corrompido o pessoal

³⁸⁷ SARTRE, J.-P. “Huracán sobre el azúcar”. In: _____. **Sartre visita Cuba**, 1961, p. 99.

³⁸⁸ Ibid., p. 98.

³⁸⁹ Sartre afirma que Castro também pensava que “os cubanos não nascem ladrões e corrompidos. A corrupção surge da impotência e esta de uma soberania fantasma que dissimula a absoluta dependência de nossa economia.” Ibid., p. 113.

³⁹⁰ SARTRE, J.-P. “Ideología y revolución”. In: _____. **Sartre visita Cuba**, 1961, p. 10.

dirigente. (...) a soberania nacional (...) continuaria sendo uma abstração vazia enquanto não fosse a consequência concreta da independência econômica. Os primeiros objetivos da luta revolucionária se mostravam já, descobrindo sua finalidade mais radical e mais imperiosa.³⁹¹

Nesse contexto, devemos entender o mérito histórico de Fidel Castro, de acordo com Sartre. Fidel Castro foi um dos primeiros a perceber que seria inútil lutar contra o “semi-colonialismo” sem identificar o pilar central de sua sustentação – o exército. Fidel Castro sabia que

não bastava derrotar o regime semi-colonialista: havia que encontrar o ponto débil de todo o edifício e golpear duro. Compreendeu qual havia sido a debilidade das revoluções anteriores em Cuba e nos estados da América Latina: as mesmas se realizavam sempre com o consentimento do Exército Nacional. (...) O Exército cubano protegia os latifúndios e era (...) o instrumento do imperialismo estrangeiro. Esse exército se oporia a qualquer reforma da estrutura. (...) havia pois que atacar primeiro o exército e atacá-lo ali onde era mais débil: no campo e não nas cidades, contando com a ajuda dos camponeses aos quais oprimia.³⁹²

A “visão clara e prática” de Castro que “se concretizou nas lutas da Sierra Maestra”, segundo Sartre, “pôs os revolucionários em contato direto com a classe campesina e produziu inflexivelmente sua radicalização. Descobriram primeiro a miséria rural, a exploração, a infelicidade”.³⁹³ A idéia central deve ser destacada da citação: a *prática política determina a radicalização dos revolucionários*.

A admiração de Sartre por Fidel residia no fato de que o líder cubano desenvolve um “pensamento totalizador” que “vai por si mesmo aos conjuntos, da parte ao todo”.³⁹⁴ Por meio desse “pensamento totalizador” Fidel Castro descobre que obteria o “apoio total das massas se

³⁹¹ SARTRE, J.-P. “Ideología y revolución”. In: _____. **Sartre visita Cuba**, 1961, p. 12. Assim como Sartre explica a corrupção generalizada sob o governo pelo sistema colonial, o faz em relação ao racismo e a tortura praticados ao longo da Guerra da Argélia: todos eles têm suas origens no sistema colonial.

³⁹² Ibid., p. 14. Sartre compara Fidel Castro ao líder indiano Mahtma Gandhi, pois o líder indiano teve a percepção de que o principal sustentáculo do regime de exploração do povo indiano era a casta dos párias, o “principal inimigo do povo”. SARTRE, J.-P. “Huracán sobre el azúcar”. In: _____. **Sartre visita Cuba**, 1961, p. 113.

³⁹³ SARTRE, J.-P. “Ideología y revolución”. In: _____. **Sartre visita Cuba**, 1961, p. 15.

³⁹⁴ SARTRE, J.-P. “Huracán sobre el azúcar”. In: _____. **Sartre visita Cuba**, 1961, p. 118.

a revolução se convertesse em seu interesse comum”,³⁹⁵ isto é, se realizasse a Reforma Agrária. Portanto, combater e derrotar o exército de Fulgêncio Batista e lutar para a conquista da felicidade cubana seria “no fundo uma e só coisa”,³⁹⁶ a exigência do povo cubano traduzida pelos *jovens rebeldes*. Eis porque a Revolução devolvia aos cubanos seu futuro ao mesmo tempo em que preservava a esperança de todos, pois,

aqueles homens em pleno trabalho, sem descuidar um só instante da sua vigilância, lutam por salvar, sob a ameaça estrangeira, suas duas conquistas mais preciosas: a liberdade, desconhecida até agora em Cuba, que fizeram nascer e que legitima suas reformas e a nova aliança revolucionária, a confiança e a amizade que os une entre si. Não vejo que nenhum povo possa propor-se hoje um objetivo mais urgente nem mais digno de seus esforços. Os cubanos devem triunfar ou perderemos todos, até a esperança.³⁹⁷

Mas “a liberdade cubana”, para Sartre, “exaspera o país da liberdade” porque a liberdade agora possível legitima as reformas realizadas em Cuba.

3. “A liberdade cubana exaspera o país da liberdade”

Sartre afirma que até a Revolução de 1959 os cubanos miseráveis não tinham futuro. A cada ano esperavam, depois de quatro meses de trabalho, a volta de oito meses de desocupação.³⁹⁸ Sem trabalho (em torno de três milhões de homens), uns migravam para a Europa, outros, para os Estados Unidos e assim tudo seguia a sua rotina: “os especuladores especulavam; os traficantes traficavam; os desocupados seguiam sem trabalho; os turistas se embriagavam e os camponeses desnutridos, corroidos pela febre e parasitas, trabalhavam a terra alheia um dia atrás do outro”.³⁹⁹

³⁹⁵ Ibid., p. 118.

³⁹⁶ SARTRE, J.-P. “Ideología y revolución”. In: _____. **Sartre visita Cuba**, 1961, p. 15.

³⁹⁷ SARTRE, J.-P. “Huracán sobre el azúcar”. In: _____. **Sartre visita Cuba**, 1961, p. 244.

³⁹⁸ Ibid., p. 102.

³⁹⁹ Ibid., p. 70.

A luta da Revolução, direcionada contra o exército e a ditadura de Batista, objetiva, portanto, destruir o imperialismo “semi-colonialista” norte-americano. Para destruí-lo é necessário, de acordo com Sartre, a luta econômica (pela independência), a luta social (pelo fim da miséria), a luta política (pela soberania do Estado) e a luta moral (pela honestidade de seus dirigentes):

lutar pela independência da economia cubana, pela soberania de seu Estado e pela honestidade de seu pessoal dirigente, era lutar *primeiro* contra os EUA. O objetivo político havia esvanecido ante o objetivo econômico, e, este por sua vez, se desvanece ante o objetivo social. Os estudantes, os pequenos burgueses, queriam em princípio reformar as instituições. Mas os revolucionários, ao *pensar* suas reivindicações reformistas, descobrem subitamente o único instrumento capaz de realizar as reformas: o povo. E particularmente a classe mais numerosa e mais deserdada: os trabalhadores agrícolas.⁴⁰⁰

Constantemente, Sartre se refere ao ponto de vista da “classe social mais deserdada”, como sendo o mais verdadeiro, logo, universal. Sartre se posiciona politicamente ao lado dos “mais deserdados” sempre a partir dessa identificação. Na Europa e nos Estados Unidos a classe mais deserdada é o proletariado. No Terceiro Mundo são os camponeses,⁴⁰¹ assim como, outrora, os negros o foram, na década de 1940, quando Sartre desenvolve sua Teoria da Negritude, como vimos. Sartre não tem dúvidas quanto a caracterizar as três revoluções – a argelina, a cubana e a vietnamita como revoluções camponesas.

A deflagração da Revolução em Cuba põe fim ao esbulho “semi-colonial” ao mesmo tempo em que coloca em xeque a “Doutrina Monroe” norte-americana. Não por acaso, os Estados Unidos temem a disseminação de outras revoluções pela América Latina tendo em vista “o exemplo cubano”. Os Estados Unidos não podem deixar que Cuba se converta “em líder das massas da América Latina”⁴⁰² que “sentem o peso

⁴⁰⁰ SARTRE, J.-P. “Ideología y revolución”. In: _____. **Sartre visita Cuba**, 1961, p. 13, grifos de Sartre. Sartre utiliza como sinônimos “trabalhadores agrícolas” e “camponeses”.

⁴⁰¹ Sartre, às vezes, também se refere aos camponeses argelinos e cubanos como trabalhadores agrícolas.

⁴⁰² SARTRE, J.-P. “Entrevista con los escritores cubanos”. In: _____. **Sartre visita Cuba**, 1961, p. 25.

do imperialismo econômico americano”⁴⁰³. Eis porque, segundo Sartre, “a liberdade cubana exaspera o país da liberdade”⁴⁰⁴: ela mostra que “se o sistema quebra em um ponto, então pode quebrar em todos”.⁴⁰⁵ A Guerra do Vietnã, como veremos, reforça a expectativa. Além disso, os Estados Unidos temem que Cuba se torne o enclave do bloco comunista na América Latina, o que de fato ocorre, quando Cuba se proclama socialista⁴⁰⁶ e, pior, quando, em 1962, a União Soviética instala bases de lançamentos de mísseis em Cuba, evento que fica conhecido como a “crise dos mísseis”. Naquele momento, muitos até cogitam a possibilidade de um terceiro conflito mundial.

O recrudescimento do temor dos Estados Unidos resulta na invasão da ilha em 1961, fato antevisto por Sartre que observava que as relações de Cuba com os Estados Unidos deterioravam-se a cada dia. Sartre escreve: “indignados e preocupados, os cubanos se perguntam se os Estados Unidos não boicotariam os barcos cubanos que chegam à costa sudeste do continente, se abaixariam a cota de açúcar e organizarão o bloqueio”.⁴⁰⁷

Em entrevista ao *Voie Communiste*,⁴⁰⁸ Sartre afirma, no entanto, que a invasão tinha poucas chances de obter sucesso (os fatos posteriores mostraram que Sartre estava correto) porque as massas estavam profundamente ligadas ao regime de Castro. Em última instância, e na hipótese de uma derrota dos cubanos, o resultado seria ainda mais desastroso aos EUA, pois,

⁴⁰³ Ibid., p. 116. Em relação à sua visita ao Brasil, Sartre destaca: “os povos desses países estão muito mais sensíveis ao fato de que Castro pôde abalar a tutela econômica americana (...) quando eu fui ao Brasil, eu pude constatar que Cuba era considerada como um exemplo, como um país ‘piloto’”. SARTRE, J.-P. “L’assaut contre Castro”. *L’Express*, 20 avr. 1961, p. 8.

⁴⁰⁴ SARTRE, J.-P. “Huracán sobre el azúcar”. In: _____. *Sartre visita Cuba*, 1961, p. 198.

⁴⁰⁵ SARTRE, J.-P. “L’assaut contre Castro”. *L’Express*, 20 avr. 1961, p. 8. A Guerra do reforça a expectativa.

⁴⁰⁶ Para Sartre, no entanto, quando Cuba se proclama socialista os norte-americanos se obstinam na propaganda anticomunista mesmo sem saber o que isso significa de fato, pois, “para eles o comunismo é tudo o que é suspeito aos interesses americanos”. SARTRE, J.-P. “L’assaut contre Castro”. *L’Express*, 20 avr. 1961, p. 8.

⁴⁰⁷ SARTRE, J.-P. “Huracán sobre el azúcar”. In: _____. *Sartre visita Cuba*, 1961, p. 197.

⁴⁰⁸ SARTRE, J.-P. “Entretien avec Jean-Paul Sartre”. *La Voie Communiste*, nouvelle série, n.20, fév. 1961.

o esmagamento de Castro terá ao mesmo tempo por efeito radicalizar os povos sul-americanos e de reforçar sua recusa do imperialismo. (...) É preciso compreender o que representaria um fracasso de Cuba, inicialmente para nós, mas sobretudo, para o conjunto dos países subdesenvolvidos, pelo que se chamam de Terceiro Mundo. (...) Não se trata, portanto, do caso cubano, de uma simples injustiça. Esta é uma, claro, e particularmente revoltante: é inóbil, para uma grande potência, se enfurecer e abater um pequeno país que luta para reconstruir sua sociedade depois de mais de meio século de dependência. Mas o problema não está aí. Se é preciso se alinhar totalmente nos flancos de Castro é porque é a política da esquerda que se busca esmagar com ele.⁴⁰⁹

Enfim, Sartre destaca que, fundamentalmente, o “país da liberdade” não objetivava apenas destruir um povo que se rebelava contra o sistema “semi-colonial”, mas sobretudo, esmagar e debelar toda a política de esquerda cubana que poderia servir de modelo aos outros países latino-americanos. Veremos que os Estados Unidos objetivam o mesmo contra o Vietnã.

4. A “incompetência competente”: a juventude no poder e os problemas do dirigismo e do centralismo revolucionários

Para Sartre, a revolução fez-se, inicialmente, sem ideologia e sem partido político, pelo menos, no sentido tradicional, daí a sua originalidade. O partido político revolucionário cubano em gestação é a guerrilha e sua forma é o foco guerrilheiro, de acordo com Sartre. Isto se deve à própria especificidade latino-americana, cujas instâncias política e militar não se separam, formando um todo orgânico.⁴¹⁰ Outra especificidade da guerrilha, destacada por Sartre, consiste no fato de ser liderada por jovens.

Sartre nos dá algumas explicações sociológicas para o fato de a revolução ter sido pensada e liderada por jovens e por tê-los alojados no

⁴⁰⁹ SARTRE, J.-P. “L’assaut contre Castro”. *L’Express*, 20 avr. 1961, p. 8.

⁴¹⁰ SARTRE, J.-P. “Um teórico na Bolívia”. Depoimento recolhido por Jean-Claude Garot. *Le Point*, Bruxelas, 1969. In:_____. **O escritor não é político?**, p. 36. O mesmo afirma Hobsbawm em *Era dos Extremos*.

poder, o “maior escândalo da revolução”⁴¹¹ para os “ianques”. Para Sartre, “somente a juventude experimentava suficiente cólera e angústia para empreendê-la (a revolução) e tinha suficiente força para levá-la a cabo”,⁴¹² uma vez que “o crescimento demográfico rompia o equilíbrio na ilha e convertia em minoria os velhos”.⁴¹³ Agravava o quadro, o fato de que a juventude via seus adultos transigirem com a ditadura e a miséria:

a juventude não tinha nada que perder. Via seus adultos contemporizar com a tirania e pensava ‘se resignam às nossas desgraças’. (...) Frente à renúncia dos adultos, *inventaram* uma intransigência que não tem perdido e que lhes permitiu compreender o chamamento que lançava a intransigência de Castro.⁴¹⁴

Sartre menciona que os mais velhos entre os revolucionários, como Che Guevara, tinham apenas 30 anos de idade e ocupavam os cargos de ministros. Seja “na oficina, nos campos, num ministério, o trabalho é jovem – verdadeiramente jovem”.⁴¹⁵

A penúria de quadros técnicos, de especialistas, de profissionais liberais, era um problema bastante considerável em Cuba. Na verdade, era o resultado da fuga dos especialistas e dos profissionais liberais para os Estados Unidos, após a deflagração da revolução. No entanto, o fato não chegou a sabotar a revolução, afinal, historicamente, como assegura Sartre,

ainda não aconteceu que uma revolução vitoriosa afunde por falta de elites. Na URSS, na China, no Vietnã (...), ao preço das

⁴¹¹ SARTRE, J.-P. “Huracán sobre el azúcar”. In: _____. **Sartre visita Cuba**, 1961, p. 168.

⁴¹² Ibid., p. 169.

⁴¹³ Ibid., p. 169.

⁴¹⁴ Ibid., p. 169, grifos de Sartre. É bastante comum Sartre utilizar o termo *invenção* para as soluções que tiveram de ser tomadas pelos jovens rebeldes no poder diante de situações inusitadas. O termo se reporta, evidentemente, à sua filosofia da liberdade, que caracteriza a escolha de ação dos indivíduos diante das decisões e saídas que precisam tomar nas mais diferentes ocasiões.

⁴¹⁵ SARTRE, J.-P. “Huracán sobre el azúcar”. In: _____. **Sartre visita Cuba**, 1961, p. 173, grifos de Sartre. Nessa esteira Sartre aponta três questões: 1. Como a nova empresa condiciona esses adolescentes para convertê-los nos executores que devem levá-la a cabo; 2. Como conservam na revolução construtiva o seu caráter negativo de *rebelião*; 3. Como realizam praticamente a sentença ditada contra os adultos pela pressão demográfica. Ou em outras palavras: Que faz deles (os jovens) o Poder? Que fazem eles do Poder? Sobre as mesmas questões, vide o livro de Florestan Fernandes (2007), p. 174 et seq.

convulsões dolorosas, os chegados recentemente se colocaram nos postos de comando, dirigindo, inspecionando, decidindo de dia, aprendendo e lendo à noite. Assim, no desenvolvimento de uma revolução, é um fato normal e positivo como a substituição das competências reacionárias pela dos revolucionários incompetentes. E se esta substituição não se faz pela força, ela se torna necessária pela emigração maciça dos especialistas.⁴¹⁶

O problema deveria ser resolvido pelos jovens que assumiram tarefas para as quais nem mesmo tinham uma formação adequada, o que Sartre caracteriza como a “incompetência competente”. A “incompetente competência” dos jovens revolucionários poderia configurar um obstáculo sério ao projeto revolucionário se desembocasse numa simples aventura e num experimentalismo, podendo redundar no fracasso total da revolução. Nessa esteira se pergunta Sartre: “como produzir, aumentar a produção *sem saber*? Não há que confundir a revolução, que corre riscos calculados e funda suas invenções na experiência, com a aventura, que somente é o mais divertido dos jogos de azar”.⁴¹⁷ Sartre ilustra a situação com um caso, por ele observado, de um jovem veterinário incumbido, pelo Instituto Nacional de Reforma Agrária (INRA), de administrar uma zona econômica (a divisão da ilha após a revolução), quando, de fato, o que era preciso era um engenheiro agrônomo. Os *jovens rebeldes* não tinham outra opção, afinal,

nos países subdesenvolvidos que tentam subsistir, a penúria dos quadros exerce uma dupla pressão sobre os dirigentes: produzir é a extrema urgência. (...) Tomar-se uma hora para estudar a agronomia ou o trabalho sobre os metais é roubá-la e perdê-la.⁴¹⁸

A despeito dos fracassos, os jovens rebeldes continuaram a realizar suas tarefas. E também obtinham sucesso, pois, “esses *práticos* aprenderam a unir indissolavelmente a prática e a ciência”,⁴¹⁹ uns, “os homens de gabinete aprendiam a pôr a teoria na ação, outros, homens

⁴¹⁶ SARTRE, J.-P. “Pensamento político de Patrice Lumumba”. In: _____. **Colonialismo e neocolonialismo. (Situações V)**, 1968, p. 188.

⁴¹⁷ SARTRE, J.-P. “Huracán sobre el azúcar”. In, **Sartre visita Cuba**, 1961, p. 180, grifos de Sartre.

⁴¹⁸ Ibid., p. 180.

⁴¹⁹ Ibid., p. 176.

formados pela ação, iam esclarecê-la pela teoria”.⁴²⁰ Para Sartre, “essa exigência dupla e contraditória definiu o tempo dos revolucionários: não havia que conceder um só minuto à teoria nem empreender nenhuma ação que não se fundasse na experiência”.⁴²¹

Sartre descreve a dura rotina dos jovens revolucionários que estudavam a fundo diversos problemas técnicos e que chegavam a trabalhar 24 horas por dia! Afirma ainda que os rebeldes pediam esforços ao povo e para tanto deviam, em primeiro lugar, mostrar seus esforços. Eis, na prática, uma das formas de combate à ideologia fatalista “sem açúcar não há revolução” que será analisada posteriormente. De acordo com Sartre, a “imagem (...) da revolução atuando sempre, alenta os trabalhadores da ilha a liquidar definitivamente o fatalismo e a conquistar-se todos os dias, sobre o velho inferno irrisório da impossibilidade”.⁴²²

Sartre elogia uma medida tomada pelos “incompetentes competentes” no que concerne à elaboração dos códigos jurídicos, tecendo um paralelo com o código francês. Se na “França presume-se que ninguém *ignora* a lei, em Cuba se supõe que todo mundo deve *compreendê-la*”.⁴²³ Em Cuba, portanto, prevalece o “didatismo” das leis cubanas baixadas, que sempre são precedidas por “um preâmbulo pedagógico” com “uma precisão e uma clareza admiráveis” em que “se expõem aos cidadãos a situação objetiva, seus perigos e suas exigências e indicam os fins que se perseguem e os meios de obtê-los.”⁴²⁴

Outra discussão importante feita por Sartre, em relação à direção econômica e política da revolução se refere à questão do dirigismo e do centralismo revolucionários. Sartre se posiciona favoravelmente ao dirigismo⁴²⁵ dos jovens rebeldes no poder por reconhecer que as

⁴²⁰ Ibid., p. 179.

⁴²¹ Ibid., p. 180.

⁴²² Ibid., p. 188.

⁴²³ Ibid., p. 143, grifos de Sartre.

⁴²⁴ Ibid., p. 143.

⁴²⁵ Aliás, para variar, duramente criticado pelos liberais de Washington como sendo um escândalo: “Em Nova Iorque e em Washington, a mera palavra ‘dirigismo’ basta para provocar escândalo; por esta razão se tomou o curioso costume de chamar *comunista* um governo que não tem opinião sobre o regime de propriedade” (idem, p. 158). Devemos

circunstâncias externas (imposta pelos norte-americanos) determinavam as decisões internas tomadas em Cuba:

as circunstâncias cubanas exigem o dirigismo; é a hiper-industrialização dos Estados Unidos que exige o dirigismo à pequena ilha agrícola. O governo revolucionário *experimenta* essa pressão da realidade, delibera cada dia *sob a ameaça*, transforma a ameaça estrangeira em exigência da economia cubana, dá a conhecer o esforço que é necessário realizar, qual o setor está sob um perigo mais ou menos imediato? Como poderia ser de outro modo?⁴²⁶

O centralismo também foi adotado pelos cubanos por imposição das circunstâncias, desta vez, internas. A sociedade cubana era caracterizada por grande divergência de interesses entre suas classes sociais e à época da Revolução estava sendo lugar de conflitos políticos e sociais como as greves operárias, inclusive, durante os primeiros meses da Revolução. Diante da situação, de acordo com Sartre, Fidel Castro recorre “à arbitragem dos conflitos sociais” e impõe “aos sindicatos operários pôr um término às greves”, pois, “acabava de vencer o exército dos feudais, de expulsá-los, de confiscar seus bens para as classes desfavorecidas”.⁴²⁷

O confisco dos bens dos “terratenientes” foi obra da Reforma Agrária, completa Sartre, e foi ela que,

exigindo sacrificios de todos, convida os trabalhadores rurais e urbanos a construir sua unidade real, seu interesse comum que era a livre exploração da ilha por todos em proveito de cada um. Apresentado de outra forma, o centralismo pode identificar a unidade nacional e o interesse comum se a revolução da qual sai é socialista. (...) Sem o saber, o centralismo exige esse mínimo abstrato que é a unidade nacional para que uma sociedade nova encontre tempo de se dar estruturas e quadros.”⁴²⁸

A observação de Sartre é deveras importante no que diz respeito à identificação entre unidade nacional e o interesse comum do povo cubano. Estes somente são factíveis se o centralismo emana da uma

lembrar que no momento em que Sartre escreve, Cuba não havia se declarado socialista, o que ocorre apenas após o embargo econômico imposto à ilha pelos Estados Unidos e diante da ameaça de invasão da ilha pelo “país da liberdade”, em 1961.

⁴²⁶ Idem, p. 160, grifos de Sartre.

⁴²⁷ SARTRE, J.-P. “O pensamento político de Patrice Lumumba”. In: _____. **Colonialismo e neocolonialismo. (Situações V)**, 1968, p. 194.

⁴²⁸ SARTRE, J.-P. “Huracán sobre el azúcar”. In: _____. **Sartre visita Cuba**, 1961, p. 194.

revolução socialista, como afirma Sartre, pois, do contrário, “na falta de um movimento de massa, de uma luta armada, de um programa socialista, o centralismo, como práxis unificadora”⁴²⁹ pareceria arbitrário a todos.

Sartre afirma que a industrialização não iria fazer-se ao acaso nem muito menos a Reforma Agrária que “reclama um dirigismo moderado”.⁴³⁰ Em relação à Reforma Agrária, o “programa está feito antecipadamente; sobre ele se calçam as planificações particulares: se produzirá tanto de trigo, de algodão, tanto de maquinarias e ferramentas (...) homens fazendo projetos para os últimos anos do século”.⁴³¹ A industrialização estava, num primeiro momento, subsumida ao atendimento das necessidades de consumo alimentício da população cubana.

5. As conquistas da Reforma Agrária

Da mesma forma como Sartre relaciona a miséria do povo cubano, o governo de Batista e a sua corrupção à dependência econômica, também relaciona a independência econômica de Cuba, levado a cabo pela Reforma Agrária – que é a mudança radical das antigas estruturas “semi-coloniais” – com a elevação do nível de vida e a honestidade dos líderes revolucionários.

A conquista revolucionária fundamental do povo cubano, indubitavelmente, é a Reforma Agrária.⁴³² Em 17 de maio de 1959 promulga-se a 1ª Lei de Reforma Agrária. De acordo com Sartre, estabelece-se a supressão dos latifúndios, a imposição de um limite máximo das propriedades privadas em 30 caballerias (por volta de 400 hectares). A partir disso, os excedentes são expropriados e repartidos

⁴²⁹ Ibid., p. 194.

⁴³⁰ Ibid., p. 161.

⁴³¹ SARTRE, J.-P. “Ideología y revolución”. In: _____. **Sartre visita Cuba**, 1961, p. 3.

⁴³² Recorda Sartre: “o essencial é que Cuba é um país que obteve sua reforma agrária”. SARTRE, J.-P. “Entretien avec Jean-Paul Sartre”. **La Voie Communiste**, nouvelle série, n.20, fév. 1961.

entre os camponeses. Proíbe-se a aquisição de terras pelos estrangeiros; limita-se também a 2 caballerias a extensão de terras que cada família (de até 5 pessoas) poderia ter. Proíbe-se a propriedade simultânea do engenho de açúcar e da terra destinada à plantação de cana.⁴³³ Para Sartre, a Revolução revela seu verdadeiro radicalismo ao expropriar os grandes proprietários de terras.

Com o objetivo de *difundir* a Revolução Cubana, Sartre apresenta alguns extratos da introdução da 1ª Lei de Reforma Agrária que, segundo ele, “deveria ser traduzida a todas as línguas”.⁴³⁴ Eis, a seguir, alguns dos principais pontos da lei apresentados por Sartre:

a Reforma Agrária tem duas metas principais: a) facilitar o surgimento e extensão de novos cultivos que provejam a indústria nacional de matérias-primas e que satisfaçam as necessidades do consumo alimentício, consolidem e ampliem as linhas de produção agrícolas com destino à exportação, fonte de divisas para as necessárias importações; b) elevar por sua vez a capacidade de consumo da população mediante o aumento progressivo do nível de vida dos habitantes das zonas rurais, o que contribuirá, ao estender o mercado interior, à criação de indústrias que resultam pouco rentáveis num mercado reduzido e a consolidar outras linhas produtivas, restritas pela mesma causa.⁴³⁵

Sartre reproduz esses pontos da lei para destacar o papel-chave da Reforma na sociedade cubana, isto é, a “reforma como a organização fundamental das forças produtivas e das relações de produção”.⁴³⁶ Para Sartre, a reorganização das forças produtivas e das relações de produção, operadas pela Reforma Agrária, permitem a Cuba romper com a dominação norte-americana, isto é, o imperialismo “semi-colonialista” e a desenvolver sua produção de modo a satisfazer as necessidades do povo cubano, criando, inclusive, um mercado interno. Isso possibilita a erradicação da miséria, do desemprego, da fome e das doenças dela decorrentes e do analfabetismo. Sartre oferece os seguintes números: “catorze meses depois da vitória dos rebeldes, 25 mil

⁴³³ SARTRE, J.-P. “Huracán sobre el azúcar”. In: _____. **Sartre visita Cuba**, 1961, p. 143.

⁴³⁴ Ibid., p. 145.

⁴³⁵ Ibid., p. 145.

⁴³⁶ Ibid., p. 145.

desocupados haviam encontrado trabalho”⁴³⁷ e nessa esteira, “as outras desgraças sociais como doenças e o analfabetismo”⁴³⁸ foram extirpados. Em suma, os problemas sociais cubanos são resolvidos pela Reforma Agrária que possibilita o pleno emprego e a formação de quadros técnicos que resolvem os problemas da educação e da saúde. No longo prazo, sabemos que as medidas tomadas foram eficazes, afinal, Cuba se transformou em centro de referência mundial em educação e saúde públicas.

O maior problema resolvido pela Reforma Agrária foi o do desemprego. Os trabalhadores cubanos tinham apenas quatro meses de trabalho, durante o período da safra de açúcar. Transcorrido o período, passavam oito meses desempregados. Como precisavam se alimentar, vestir-se, etc., endividavam-se “com o bodegueiro da aldeia, com o patrão. Quando oito meses mais tarde voltam ao trabalho, seu pagamento futuro está consumido de antemão por esses empréstimos”.⁴³⁹ Eis porque “as classes pobres se alegraram francamente: o novo governo havia feito em algumas semanas o que seus predecessores não haviam podido fazer em quinze anos”.⁴⁴⁰ As medidas são: o rebaixamento dos aluguéis (cujo valor foi estipulado em 50% a menos do que eram), a redução das tarifas de telefonia e de eletricidade. Em seguida, esses setores da economia cubana foram nacionalizados. De acordo com Sartre, para os trabalhadores da cidade “antes de receber seus salários, o aluguel e a eletricidade levavam a metade dos mesmos”,⁴⁴¹ isso porque a pequena burguesia “em princípio contra sua vontade, logo com seu consentimento torna-se proprietária de imóveis ou de apartamentos, obtendo rendas pelos aluguéis de seus imóveis”⁴⁴².

Sartre analisa a Reforma Agrária sob um duplo aspecto, econômico e moral. Do ponto de vista econômico, ela resolve o problema da dependência econômica ao orientar a produção para a satisfação das

⁴³⁷ Ibid., p. 149.

⁴³⁸ Ibid., p. 95.

⁴³⁹ Ibid., p. 90.

⁴⁴⁰ Ibid., p. 135.

⁴⁴¹ Ibid., p. 134.

⁴⁴² Ibid., p. 95.

necessidades do povo cubano criando um mercado interno. Para isso foi preciso a ruptura com a dominação “semi-colonialista” norte-americana. Em relação ao segundo aspecto e ligado ao primeiro está o fato de que a Reforma Agrária é *justa* por acabar com as desigualdades e os problemas sociais engendradas pelo subdesenvolvimento. A Reforma Agrária

é um exemplo claro disso: concede um poder aquisitivo novo às classes rurais e quebra o domínio estrangeiro criando um mercado interno. Mas ao mesmo tempo, a Reforma Agrária é *justa*: suprime os privilégios e a miséria, permite ao trabalhador ser dono da terra e fabricar uma casa. Essas duas características indissolúveis constituem talvez a originalidade da ideologia cubana: o problema humano deve resolver-se em termos de produção; o único desenvolvimento viável da produção será aquele que satisfaça em tudo, a todas as necessidades do homem.⁴⁴³

Quando Sartre afirma que a Reforma Agrária “permite ao trabalhador ser dono da terra” isso não significa que se deva confundi-la “com a áspera vontade de possui-la individualmente”. Mas a idéia fundamental do fragmento consiste em assegurar que “o problema humano deve resolver-se em termos de produção”. A honestidade dos dirigentes, a soberania do Estado, a liberdade de todo um povo “constituem o aspecto prático e material de uma problemática humana e humanista”.⁴⁴⁴ Sartre complementa: “o único desenvolvimento viável da produção será aquele que satisfaça em tudo, a todas as necessidades do homem”. O “novo homem”, livre, honesto nasce com a “nova sociedade”, livre, justa.

6. A “ideologia selvagem” e a ideologia revolucionária cubanas

O objetivo principal de Sartre no texto *Ideologia y revolución* é mostrar a possibilidade de uma outra relação entre ideologia (marxista) e práxis (revolucionária). Sartre defende que a Revolução Cubana e as

⁴⁴³ SARTRE, J.-P. “Ideología y revolución”. In: _____. **Sartre visita Cuba**, 1961, p. 16, grifos de Sartre.

⁴⁴⁴ Ibid., p. 16.

posições adotadas pelos seus líderes, antes e no curso da Revolução iniciada em 1959, foram tomadas sem uma ideologia que os orientasse de antemão. Uma das originalidades da Revolução Cubana para Sartre reside no fato de que ela realizou-se sem uma ideologia socialista pré-estabelecida.

A adoção – a posteriori – da ideologia socialista em Cuba, em 1961, resultou de imposições históricas: a Guerra Fria e o embargo econômico dos Estados Unidos à ilha. Sartre antecipou o problema em 1960: “para resistir ao bloqueio e a título de economia de guerra”⁴⁴⁵ Cuba recorreria à ao apoio soviético e à ideologia socialista, o que de fato ocorre. Poucos anos depois, quando a revolução se torna socialista, Sartre admite que “a vitória de Castro vem precisamente por que ele se tornou chefe de uma revolução socialista”.⁴⁴⁶

Para Sartre, as ideologias são pensamentos práticos que comportam uma visão prática das circunstâncias objetivas e visam manter ou mudar uma determinada realidade social. Sartre utiliza duas definições de ideologia para explicar o período histórico anterior e posterior à Revolução Cubana. Por um lado, utiliza a definição de ideologia em sentido marxista, isto é, como um falseamento da realidade ou (como prefere) como mistificação social para mostrar como a ideologia antes da revolução, sob o regime de Batista, tinha a função de justificar, legitimar e manter a ordem sócio-econômica “semi-colonialista”. Por outro lado, Sartre parte da idéia de que a revolução “é uma práxis que forja suas idéias na ação”⁴⁴⁷ e que a ideologia revolucionária originada depois da revolução é uma ideologia “positiva”, “construtiva”.

A principal ideologia cubana, anterior à Revolução, “sem açúcar não há país”⁴⁴⁸ era, para Sartre, uma “fórmula reacionária” cujo

⁴⁴⁵ SARTRE, J.-P. “Ideología y revolución”. In:____. **Sartre visita Cuba**, 1961, p. 16.

⁴⁴⁶ Sartre afirma que o fator principal da derrota do Congo (belga) foi que “não quisera engajar-se para transformar a infra-estrutura do país”. SARTRE, J.-P. “Pensamento político de Patrice Lumumba”. In:____. **Colonialismo e neocolonialismo. Situações V**, 1968, p. 205.

⁴⁴⁷ SARTRE, J.-P. op.cit., p. 4.

⁴⁴⁸Ibid., p. 2. Em outra passagem Sartre afirma “a lei de bronze os condenava a mal viver e que tinham que aceitar sua sorte”. SARTRE, J.-P. “Huracán sobre el azúcar”. In:____. **Sartre visita Cuba**, 1961, p. 104.

objetivo era compartilhar a aceitação da ordem social como resultante de uma ordem natural, imutável, que impunha ao povo cubano uma conformação à realidade tal como se apresentava aos seus olhos. Tratava-se, como mostra o fragmento de

desalentar a rebeldia contra a ordem social, apresentando-a como a expressão de uma ordem natural; esta frase apresenta aos cubanos sua miséria sob a forma de um destino. Isso equivale a dizer que comporta uma concepção pessimista do homem: já que não pode mudar a vida, que se resigne pois a levar a que alguém lhe impôs.⁴⁴⁹

A ideologia “sem açúcar não há país” também é denominada, por Sartre, “ideologia selvagem”. Era uma “ideologia negativa”, “pessimista”, conservadora. O analfabetismo também desempenhava seu papel na mistificação social, ajudando a manter o povo na ignorância, afinal,

para que o povo por vontade própria, se empobreça, e enriqueça cada vez mais aos ricos, há que mantê-los na ignorância. Aprender a ler é aprender a julgar. Então, ao povo não há que ensinar-lhe nada. Para começar, não há que dar escolas. Em 1959 havia em Cuba 45% de analfabetos e também 45% de camponeses e eu penso que ambas as porcentagens, no bruto, representavam os mesmos homens; a ignorância não era resultado da miséria; a miséria e a ignorância eram impostas ao mesmo tempo pelos donos da ilha.⁴⁵⁰

A antítese revolucionária à fórmula “sem açúcar não há país” pode ser o “o otimismo que sabe transformar as condições da vida e que confia no homem para fazer a história sobre a base das circunstâncias anteriores”.⁴⁵¹ Perante a tentativa fatalista que naturaliza uma ordem que é histórica, Sartre *propõe* que os homens sejam protagonistas de sua própria história ainda que se considere o peso do passado sobre eles. Nesse caso, sua ideologia seria “positiva”. Para Sartre, é a partir da luta do exército rebelde,⁴⁵² da práxis revolucionária, que combate ao mesmo

⁴⁴⁹ SARTRE, J.-P. “Ideología y revolución”. In: _____. **Sartre visita Cuba**, 1961, p. 2.

⁴⁵⁰ SARTRE, J.-P. “Huracán sobre el azúcar”. In: _____. **Sartre visita Cuba**, 1961, p. 96.

⁴⁵¹ A afirmação feita por Sartre é de Marx.

⁴⁵² Tanto em Cuba como na Argélia, o povo em milícias é a guerra popular. O exército popular na verdade é o “anti-exército”.

tempo o exército de Batista e promove a Reforma Agrária, que se engendra uma nova ideologia revolucionária. A nova ideologia revolucionária nada mais é que “a ideologia humanista do povo” e seus primeiros elementos são: “a soberania de Cuba, sua independência e a honestidade de seus chefes” todos ligados indissolúvelmente à Reforma Agrária cuja “elevação do nível de vida popular e a mudança radical das antigas estruturas se condicionam reciprocamente”.⁴⁵³ Esta ideologia humanista, inclusive, tem o mérito de se opor a toda ideologia individualista e derrotista do parlamentarismo burguês⁴⁵⁴.

7. O problema da liberdade

A Guerra da Argélia, a Revolução Cubana e a Guerra do Vietnã *radicalizam* as posições políticas de Sartre. As três recolocam a Sartre o problema da liberdade, mas sob outras perspectivas, bastante distintas que as estabelecidas pela sua filosofia da liberdade. A liberdade, para Sartre, passa a ser reivindicada, no nível da história e da sociedade, sob os seguintes aspectos: econômico – como tornar-se independente?; político – como obter a soberania do Estado?; social – como obter a democracia); e cultural – como acabar com a sub-humanização do colonizado?

Para Sartre todos esses problemas, como temos visto, podem ser resolvidos com a transformação da produção e das relações de produção de tipo (neo)colonial. O ponto de partida para a transformação é a revolução e somente novas formas de produção e de relações de produção podem engendrar uma nova sociedade independente, soberana, democrática e humana. O imperialismo e as suas correspondentes formas colonialista e neocolonialista impossibilitam o estabelecimento desses novos tipos de relações sociais. Do ponto de vista econômico as sociedades colonizadas eram dependentes e subdesenvolvidas, do ponto de vista

⁴⁵³ SARTRE, J.-P. “Ideología y revolución”. In: _____. *Sartre visita Cuba*, 1961, p. 15.

⁴⁵⁴ *Ibid.*, p. 15.

social, desiguais e injustas, do ponto de vista político subsumidas, do ponto de vista cultural,⁴⁵⁵ genocidas e racistas, desonestas e corruptas.

Tudo isso já está muito claro para Sartre à época da Revolução Cubana. O que parece de difícil solução, no entanto, é a definição de liberdade do ponto de vista ontológico. Como conciliar uma definição ontológica que considera de antemão e de maneira irreduzível e incondicionada, portanto, a-histórica e abstrata, a liberdade do indivíduo, com a definição de liberdade que é econômica, social, política e cultural, portanto, histórico-concreta e coletiva? A meu ver Sartre intenta até o fim de sua vida equacionar a questão. Para uns, Sartre consegue resolvê-la, no plano teórico, para outros, ele não conseguiu. De qualquer forma, não posso resolver o problema aqui. No máximo, apontar certas contradições entre a concepção (e busca) da liberdade inicial de Sartre e a sua concepção da liberdade tendo em vista a *radicalização* das suas posições políticas no curso dos acontecimentos históricos.

Sartre, à época da Revolução Cubana, procura relacionar a sua definição ontológica da liberdade e a afirmação econômica, social, política e cultural da liberdade. Tentativa, aliás, forçada. A liberdade no plano econômico, para Sartre, é a independência e o desenvolvimento econômicos (em oposição à dependência e subdesenvolvimento engendrados pela dominação colonial ou neocolonial); a liberdade no plano social é a igualdade e a justiça sociais (em oposição à desigualdade e injustiça sociais); a liberdade no plano político é a soberania do Estado e a democracia (em oposição à falsa democracia burguesa) e a liberdade no plano cultural é a afirmação do ser humano (em oposição à sua sub-humanização, isto é, o racismo). E a liberdade no plano individual? Só é possível no plano da coletividade e pressupõe todas as outras liberdades. Pelo fragmento abaixo percebemos a *radicalização* da posição de Sartre sobre a definição da liberdade. A liberdade do indivíduo só é possível, ou

⁴⁵⁵ Em sentido amplo, para Sartre. O genocídio é a tentativa de extermínio de uma cultura inteira – praticado tanto na Argélia como no Vietnã. O “conceito” de cultura substitui o de “raça” utilizado por Sartre à época das suas análises sobre o anti-semitismo e a Negritude.

melhor, só se realiza em meio às liberdades do povo e de outros indivíduos. Vejamos o fragmento de texto abaixo:

o homem é capaz de mudar suas condições de vida. Mas não pode mudar qualquer coisa e como queira: na verdade, somente poderá mudar as necessidades objetivas mudando-se *a si mesmo*. Pode obter a soberania nacional e a liberdade, mas somente pode fazê-lo derrotando a falsa democracia burguesa que conservava a miséria do regime de propriedade. Pode fazê-lo se deixa de pensar em si mesmo e de querer-se como *indivíduo separado* orgulhoso de suas diferenças e perfeitamente importante para converter-se, no povo e pelo povo em uma pessoa livre em meio a todas as demais.⁴⁵⁶

A passagem “O homem é capaz de mudar suas condições de vida. Mas não pode mudar qualquer coisa e como queira” não é uma afirmação nova. Marx há uns cem anos atrás já o havia afirmado. Ou seja, muito embora o homem seja capaz de mudar uma situação não pode fazer a seu bel-prazer, pois, na verdade, há situações que lhe escapam e independem de sua vontade. Pela afirmação, contudo, prevalece a idéia de que nada é imutável, inevitável; na passagem “na verdade, somente poderá mudar as necessidades objetivas mudando-se *a si mesmo*” podemos perceber uma contradição, pois, como é possível mudar-se a si mesmo sem mudar as condições de vida antes? É o que afirma Sartre, na passagem a seguir: o homem “pode obter a soberania nacional e a liberdade, mas somente pode fazê-lo derrotando a falsa democracia burguesa que conservava a miséria do regime de propriedade”. Isto é, o homem para ser livre e para que sua sociedade seja livre deve, antes, derrotar a falsa democracia burguesa que mantém a miséria engendrada pelo regime de propriedade privada. Enfim, na última passagem, Sartre afirma que o homem pode mudar sua condição de vida, isto é, “pôr fim à falsa democracia burguesa, à miséria por ela mantida pelo regime de propriedade e conquistar sua liberdade e a soberania de seu estado se somente deixa de pensar em si mesmo e de querer-se como *indivíduo separado* orgulhoso de suas diferenças e perfeitamente importante para converter-se, no povo e pelo povo em uma pessoa livre em meio a todas as

⁴⁵⁶ SARTRE, J.-P. “Ideología y revolución”. In: _____. **Sartre visita Cuba**, 1961, p. 15, grifos de Sartre.

demais”, portanto, desde que “prescinda” de sua “separação orgulhosa e de suas diferenças” para “converter-se, no povo e pelo povo em uma pessoa livre em meio a todas as demais”. Veremos melhor este problema no capítulo seguinte, sobretudo, no tópico: “‘O novo intelectual’ fundido às massas”.

O texto abaixo é o recorte de uma passagem da entrevista de Sartre aos escritores cubanos e é da mesma época do texto *Ideologia e revolução* do qual foi extraído o fragmento de texto supracitado. Ambos, embora de natureza diversa (o primeiro um ensaio, o segundo uma entrevista) apresentam a mesma idéia central e a mesma contradição. Mais uma vez, Sartre indica sua intenção de conciliar duas concepções e posições de mundo, de homem e de sociedade distintas: a “existencialista” e a “marxista”. Eis a afirmação de Sartre, desta vez mais minuciosa,

eu parti de uma posição ontológica (o estudo da “existência do homem”, em que utilizei o método fenomenológico). (...) Essa ontologia me parece hoje, em conjunto, sempre certa e necessária, porque até aqui se pode descobrir as condições da liberdade do homem; mas eu a considero profundamente abstrata, pois há homens e não existe à parte o Ser-aí ou a existência pura alcançando-se a si mesma. Há homens condicionados primeiro, pela situação material, pelas relações das forças de produção, pelas relações de produção e pelo conjunto de fatos que sobre todos os planos derivam dessas premissas. (...) não se pode separar os homens, isolar os homens, sem um estudo que eu chamaria marxista, do grupo no qual estão e do tipo de produção, do tipo de sociedade produtora com todas as relações internas que eles representam. No entanto, porque digo que a ontologia permanece? Porque eu considero que para que o homem, por exemplo, seja escravo e para que possa ser libertado, é necessário que exista no mesmo, ainda que não fosse mais que para ser enganado e mistificado, a dimensão da liberdade. (...) e eu penso que o marxismo em si mesmo se arriscaria hoje em dia a degenerar-se em um economicismo, se o marxismo não se salvar disso por um estudo dessa dimensão particular, do ser particular entre todos que é o homem. Isso não significa mais que uma direção suplementar do estudo. Isso não quer dizer que o homem seja primeiro livre e logo escravo. (...) a dialética materialista tem o seguinte em sua realidade profunda, o que é ignorado pelos marxistas franceses: é a irredutibilidade das formas superiores às formas inferiores. (...) a irredutibilidade da ação, da práxis qualquer que ela for, às condições que a produziram. É essa irredutibilidade o que eu chamaria hoje em dia a liberdade.⁴⁵⁷

⁴⁵⁷ SARTRE, J.-P. “Entrevista con los escritores cubanos”. In: _____. **Sartre visita Cuba**, 1961, p. 32.

Começemos pelas contradições. Sartre afirma que partiu “de uma posição ontológica” que lhe parece, em 1960, “sempre certa e necessária”, mas, ao mesmo tempo “profundamente abstrata, pois há homens e não existe aparte o Ser-aí ou a existência pura alcançando-se a si mesma”. Esta última idéia é uma parte do núcleo fundamental da filosofia da liberdade (o “existencialismo”) de Sartre. Ora, como algo pode ser certo e necessário, mas ao mesmo tempo profundamente abstrato? A segunda contradição também ocorre ao nível das considerações ontológicas da própria filosofia da liberdade de Sartre. Sartre tenta explicar a frase anterior, isto é, porque a sua ontologia é sempre certa e necessária, em outras palavras, porque ela ainda permanece: “porque eu considero que para que o homem, por exemplo, seja escravo e para que possa ser libertado, é necessário que exista no mesmo, ainda que não fosse mais que para ser enganado e mistificado, a dimensão da liberdade”, em resumo, só se pode escravizar um ser humano que é livre de antemão, por isso, sua ontologia permanece válida. Mas logo em seguida, Sartre se contradiz novamente, pois, afirma que “isso não quer dizer que o homem seja primeiro livre e logo escravo”.

Ora, se isso não quer dizer o homem é primeiro livre e depois escravizado – o que reportaria à idéia central de sua filosofia da liberdade – que quer dizer então? Na verdade, isso quer dizer, no fundo, e em franca contradição com a sua própria ontologia, que Sartre, tendo em vista o curso dos acontecimentos históricos concretos reconhece que, de fato, “há homens condicionados primeiro, pela situação material, pelas relações das forças de produção, pelas relações de produção e pelo conjunto de fatos que sobre todos os planos derivam dessas premissas. (...) não se pode separar os homens isolar, os homens, sem um estudo que eu chamaria marxista”.⁴⁵⁸ Poderíamos acrescentar seguramente que esse estudo exige também um método apropriado, ou melhor, seu método correspondente, qual seja, o método dialético. Essa é uma das características das posições

⁴⁵⁸ “Guevara me disse um dia: (...) ‘Não é culpa nossa se a *realidade* é marxista’. SARTRE, J.-P. “O processo de Burgos”. Prefácio ao **Les Procès de Burgos** de Gisele Halimi, Gallimard, 1971. In: _____. **Escritos políticos 2**, 1987, p. 255.

políticas de Sartre que venho demonstrando ao longo dos capítulos da Tese.

Muito provavelmente, Sartre não teria entrado em contradição, se não tentasse conciliar dois métodos absolutamente distintos porque têm objetos e objetivos completamente distintos. Se Sartre pudesse ser acusado de “intelectual universal” deveria ser por essa tentativa: a de tentar conciliar marxismo e existencialismo, de estudar o homem e a sociedade, a filosofia e a história, o subjetivo e o objetivo, renovar criticando o marxismo, tentar decifrar a biografia de um indivíduo e decifrar a inteligibilidade da História, aliás, a promessa (não cumprida) do segundo tomo da *Crítica da razão dialética*, mas não por se engajar na causa revolucionária do Terceiro Mundo.

Para Sartre as origens do colonialismo, do racismo, da tortura, do genocídio e da corrupção são econômicas. Ainda que as guerras da Argélia e do Vietnã (como veremos) devam ser condenadas do ponto de vista moral e que a Reforma Agrária cubana seja *justa*, portanto, também moral, suas origens são econômicas. O racismo é a sub-humanização do colonizado, uma necessidade imanente do sistema colonial. Mas a tortura, como foi afirmado no capítulo sobre a Argélia, não elucidava o problema fundamental da filosofia da liberdade de Sartre? A tortura não, pois ela é resultado de uma relação econômica que visa manter, por todas as formas o colonialismo. Mas a *resistência à tortura* é um típico problema da filosofia da liberdade de Sartre.

No fragmento supracitado fica claro que Sartre realmente espera contribuir à renovação do marxismo.⁴⁵⁹ Mas, como podemos ler no mesmo fragmento, a crítica mais recente de Sartre ao marxismo se reporta à sua degeneração “economicista”, justamente, se se perder o estudo da “dimensão particular, desse ser particular entre todos que é o homem”.⁴⁶⁰

⁴⁵⁹ Aliás, Sartre acusa o marxismo de esclerose desde 1946 por utilizar certos conceitos problemáticos como o de “dialética da natureza”, o de “matéria” e o de “reflexo” que acabam por comprometer a teoria da revolução. Esses conceitos, tal como definidos pelo marxismo, nunca foram aceitos por Sartre.

⁴⁶⁰ Como disse Perry Anderson, essa busca da apreensão do homem particular, “aquilo que Sartre chamou de ‘universal singular’, propondo a integração dos conceitos marxistas, psicanalíticos e sociológicos num método interpretativo unitário (...) apontava

Sartre, no entanto, suaviza sua crítica ao marxismo: “isso não significa mais que uma direção suplementar do estudo”. Ou seja, a direção suplementar de estudo seria nada mais que uma ideologia – o existencialismo –, portanto, nem mesmo uma filosofia, já que o marxismo segue como “a filosofia insuperável da época”. No plano teórico-filosófico, realmente, essa é a tarefa de Sartre, o que não quer dizer que tenha obtido sucesso.⁴⁶¹ Todas essas questões encontram-se sintetizadas de maneira muito clara em sua “Conferência de Araraquara”, realizada no Brasil em 1960, após sua visita a Cuba.

Por fim, temos de concordar com Sartre se quisermos aceitar a sua segunda crítica aos marxistas franceses, quando afirma: “a dialética materialista tem o seguinte em sua realidade profunda, o que é ignorado pelos marxistas franceses: é a irreducibilidade das formas superiores às formas inferiores. (...) a irreducibilidade da ação, da práxis, qualquer que ela for, às condições que a produziram. É essa irreducibilidade o que eu chamaria hoje em dia a liberdade”.

A afirmação de Sartre se refere à sua reflexão sobre a práxis dos revolucionários cubanos. Essa práxis não foi reduzida e nem poderia ter sido reduzida, conforme Sartre, às condições (anteriores) que a produziram. Que condições anteriores a produziram? Justamente o “semi-colonialismo” e toda a miséria, a dependência, o subdesenvolvimento, a ditadura, a corrupção, etc., direta e indiretamente ligados a ele.

para a biografia”. In: ANDERSON, 1984, p. 42. A maior tentativa biográfica (sobre Flaubert) de Sartre não foi concluída: **O idiota da família**.

⁴⁶¹ A questão é deveras interessante, mas não posso, infelizmente, abordá-la, neste trabalho, de maneira satisfatória, por falta de formação filosófica e pelo risco que correria em me desviar dos principais objetivos. Ainda assim, cito uma afirmação de Adam Schaff para termos a dimensão do problema: “há uma contradição fundamental entre o marxismo e o existencialismo. É possível escolher entre esses dois pontos de vista, mas impossível combiná-los num mesmo sistema coerente de pensamento” (SCHAFF, 1965, p. 29). Por outro lado, continua Schaff, na página seguinte, retomando uma afirmação de Sartre em **Marxismo e existencialismo**: “Sartre afirmou que seu existencialismo apenas preenche a lacuna hoje existente no marxismo, e que quando tal ocorrer, o existencialismo perderá toda a razão de existência como corrente de pensamento independente. Tudo isso depende de como devemos entender essa afirmação. Se o problema é ‘completar’ o marxismo com a teoria e metodologia do existencialismo, então a proposição de Sartre é duvidosa, pois o fogo não pode completar a água. Mas se é uma questão marxista, à base de um método marxista, de uma investigação mais completa dos problemas do indivíduo, que até então o marxismo negligenciou e que foi monopolizada pelo existencialismo, nesse caso então teremos uma sugestão importante”. (Ibid., p. 30).

A situação miserável cubana engendrou a ação dos rebeldes, mas, sua ação não pode ser explicada unicamente por esse condicionamento, ou seja, se a situação cubana antes da revolução fosse superior, se tivesse alienado totalmente os indivíduos, como eles poderiam se revoltar? A situação não condiciona totalmente os indivíduos, do contrário, haveria somente a escravidão. Como afirma na passagem:

as práxis dos homens que desembarcaram com Fidel é irreduzível: as simples condições objetivas, as superaram revelando-as. Apenas o fato de vê-las para combatê-las implica uma superação que é irreduzível a um simples determinismo. Essa passagem do objetivo à aclaração prática do mesmo objetivo pela práxis, é justamente isso o que eu chamo liberdade. Mas poderia também chamar-se dialética, porque é a mesma coisa (...) E é por isso que considero que o momento do estudo abstrato da existência não tem já razão de ser por si mesmo, tendo em conta que é muito mais interessante voltá-lo a encontrar todo o tempo no estudo de um setor antropológico qualquer, seja ao nível da sociologia, seja ao nível da história.⁴⁶²

No entanto, Sartre, desta vez, parece se sair melhor da contradição já apontada, pois considera “que o momento do estudo abstrato da existência não tem já razão de ser por si mesmo”, a não ser que ele fosse voltado “ao estudo de um setor antropológico qualquer, seja ao nível da sociologia, seja no nível da história”.⁴⁶³

Sartre, tendo em vista o exemplo dos jovens rebeldes cubanos, reconhece a impossibilidade de condicionamento total do indivíduo. Isso tudo prova que o indivíduo, por piores que sejam as suas condições e situações de vida, desde as mais abjetas como a tortura, prova que eles são livres. Neste ponto Sartre retoma o pressuposto fundamental de sua filosofia da liberdade. O fato de que inicialmente o homem é livre, de que o escravo antes de ser escravo é livre, de que o colonizado antes de ser sub-humanizado é homem, assegura que em determinado momento ele se rebele e coloque fim a sua situação. Mas o que faz, ou o que leva o colonizado a tomar consciência de sua liberdade, de sua humanidade, se é escravo ou colonizado? Para Sartre, a contradição engendrada pelo próprio

⁴⁶² SARTRE, J.-P. “Entrevista con los escritores cubanos”. In: _____. **Sartre visita Cuba**, 1961, p. 34-35.

⁴⁶³ Mais uma vez, a idéia central desenvolvida por Sartre na *Conferência de Araraquara*.

sistema colonial, a opressão material, cultural, a “memória da agressão”. O enrijecimento do colonialismo e a sua respectiva violência acaba revelando a situação em que vive o colonizado (Capítulo 2). Quanto mais opressivo e mais repressivo, mais o colonialismo indica o caminho de sua dissolução. Como se Sartre afirmasse “quanto pior, melhor”, quanto mais torturado, mais a situação revela a liberdade ao torturado (por isso Sartre afirma que “nunca fomos tão livres quanto sob a Ocupação”), quanto mais sub-humanizado, mais se pode ser homem. Como vimos, Sartre afirma que o colonialismo tem um único “benefício”: por ser tão duro e enrijecer-se a cada dia, mais prepara o seu enterro pelos próprios coveiros, os colonizados. E o intelectual tem o seu papel: “ajudá-lo a morrer”, conscientizando as massas pelos meios de que dispõe.

Mas insisto na questão. O que Sartre chama de “irreducibilidade da práxis às necessidades objetivas”, para ele, sinônimo de liberdade, é o que Marx já havia dito com outras palavras em: “O homem, feito pela história, faz a história, na mesma medida em que é feito por ela” e também em “os homens fazem a história, mas não têm consciência disso.” Como se vê, esse raciocínio dialético pressupõe uma margem de autonomia e de possibilidade de contestação por parte do indivíduo, sem as quais, recairíamos no mundo imediato dos animais ou no mundo autômato das máquinas. Inclusive, o próprio Sartre reconhece isso ao dizer que “a dialética materialista tem o seguinte em sua realidade profunda, o que é ignorado pelos marxistas franceses: é a irreducibilidade das formas superiores às formas inferiores”.

Em suma, onde Sartre acredita renovar, em relação ao marxismo, não o faz, talvez lembre algo importante aos marxistas “esquecidos” franceses, no máximo. Mas os indivíduos, as classes, o povo, ou as massas, ou o que quer que seja, precisam tomar (cons)ciência das alienações que os envolvem, que mascaram, que mistificam a realidade e a mantêm numa aparente ordem imutável, tudo segundo os interesses do colonialismo, do capitalismo.

A importância fundamental de Sartre e de suas posições políticas consistem na sua *intervenção* no curso dos acontecimentos

históricos, como foi o seu apoio à insubmissão e deserção dos soldados franceses à época da Guerra da Argélia, na *divulgação* de informações sobre os desaparecidos sob as ditaduras e das atrocidades das guerras e da tortura que objetivava sensibilizar a opinião pública norte-americana contra a Guerra do Vietnã, na *proposição* de ações concretas para a unidade da esquerda. Isso tudo pode ser resumido numa só tarefa: a informação para a “instrução” das massas, isto é, o esclarecimento do povo no sentido de mostrar que a transformação da sociedade é tanto possível quanto necessária. A Revolução Cubana concretiza essa possibilidade e a Guerra do Vietnã insiste na sua necessidade.

Mas para o intelectual o problema continua sendo um pouco diferente. Como o intelectual pode converter-se no povo? A epígrafe do capítulo sugere que os intelectuais até podem encontrar seus “paraísos”, ou a “realização de suas filosofias” ou ainda de suas expectativas políticas, sociais e econômicas. Mas segue tendo “sua consciência infeliz” que inclusive é a garantia de sua “não alienação”, ou, sua garantia de compromisso para com a verdade, onde quer que ela esteja. Mas com qualquer verdade? Não. Para Sartre, o critério de estabelecimento da verdade consiste em (re)conhecer sempre o lado do “mais deserdado”, que possui o ponto de vista da universalidade. Diante da verdade, duas escolhas possíveis para Sartre: a resignação ou revolução, o inconformismo ou a transformação, posicionar-se politicamente ao lado do opressor ou ao lado do colonizado.

A seguir, apresento as últimas posições políticas de Sartre sobre Cuba. Trata-se da sua ruptura com o regime de Fidel Castro tendo em vista a supressão da liberdade individual de Heberto Padilla. Que fique claro: Sartre jamais nega as conquistas da Revolução ao povo cubano, nem renega suas convicções socialistas.

8. “O caso Padilla” e a ruptura de Sartre com o regime de Fidel Castro

A primeira restrição de Sartre ao regime de Fidel Castro, em 1962, refere-se à liberdade do escritor em Cuba. Em sua entrevista ao *The New Hungarian Quarterly*, Sartre admite, em presença de um jovem poeta

cubano, algumas reservas sobre a situação cubana. Mas, no momento, ainda exime Fidel de toda responsabilidade: “eu tenho a impressão de que se entrava atualmente em Cuba o desenvolvimento de diversas tendências literárias. (...) Eu sei, no entanto, que Fidel não pode prestar atenção em tudo (...).”⁴⁶⁴ Até 1968, numa entrevista dada ao jornal belga *Le Point*, portanto, oito anos após sua visita a Cuba, Sartre ainda assegurava: “É absolutamente impossível para um intelectual não ser pró-cubano.”⁴⁶⁵

A situação muda, anos mais tarde, em relação às repercussões do caso Heberto Padilla, apesar da “impossibilidade em não ser pró-cubano”. O jornal *Le Monde* noticia em 9 de abril de 1971 que Heberto Padilla, escritor cubano, vencedor do Prêmio Nacional Cubano de Poesia pelo seu livro *Fuera del juego* está preso em Havana desde o dia 20 de março, mas cujos motivos não foram precisados. Pelo manifesto endereçado a Fidel, os signatários deixam claro que são “solidários aos princípios e objetivos da Revolução Cubana” e pedem que Fidel Castro examine a situação que engendrou a prisão de Padilla. Na ocasião, os intelectuais acusam o governo não só de não fornecer nenhuma informação sobre o caso bem como, e o que é mais grave, temem

a reaparição de um processo de sectarismo mais forte e mais perigoso que o que denunciou em março de 1962 e ao qual o comandante Che Guevara fez várias vezes alusão quando denunciava a supressão do direito de crítica no seio da revolução. (...) o emprego de métodos repressivos contra os intelectuais e os escritores que exerceram o direito de crítica na revolução só pode ter uma repercussão profundamente negativa entre as forças anti-imperialistas do mundo inteiro, e mais especialmente da América Latina para quem a Revolução Cubana é um símbolo e uma bandeira.⁴⁶⁶

No final da petição, o signatários fazem questão de reiterar a solidariedade para com os princípios que guiaram a luta na Sierra Maestra. Dentre eles figuram Simone de Beauvoir, Ítalo Calvino, Julio

⁴⁶⁴ SARTRE, J.-P. “Encounter with Sartre”. Article-interview de László Róbert. *The New Hungarian Quarterly* (Budapest), vol. III, n.8, oct.-déc. 1962, p.246-248, apud CONTAT; RYBALKA, 1970, p.383-384.

⁴⁶⁵ SARTRE, J.-P. *O escritor não é político?*, 1971, p. 24.

⁴⁶⁶ SARTRE, J.-P. “De nombreuses personnalités s’émouvent de l’arrestation du poète cubain Heberto Padilla”. *Le Monde*, 9 avr. 1971.

Cortázar, Marguerite Duras, Gabriel Garcia Márquez, Octavio Paz, e claro, Sartre. O jornal *Le Monde* afirma, numa curta nota, logo após a publicação da petição dos intelectuais a Fidel Castro, que o caso Padilla está ligado à prisão do (*ressortissant*) francês Pierre Golendorf, pelos serviços de segurança do Estado, por suas supostas “atividades contra-revolucionárias” em Cuba, no dia 13 de fevereiro. O jornal completa, no entanto, que “as autoridades cubanas não formularam ainda nenhuma acusação concreta contra Golendorf”.⁴⁶⁷

Se no momento em que os intelectuais assinam a petição fazem questão de reiterar seu apoio ao regime de Fidel, o mesmo não se pode dizer da segunda carta “La lettre des intellectuels à M. Fidel Castro”⁴⁶⁸ que marca a ruptura definitiva de vários intelectuais com o regime de Castro. Dentre os signatários, figuram o filósofo marxista húngaro István Mészáros, Sartre, e o que é mais surpreendente, o cubano Carlos Franqui, ex-diretor do jornal de Havana *Revolución*, o jornal oficial da Revolução, pelo menos até a época da visita de Sartre à ilha em 1960, e para o qual Sartre dera entrevistas. Trata-se de uma carta de repúdio redigida em tom bastante violento contra Fidel após a publicação de uma suposta confissão de Padilla, segundo os intelectuais, “obtida por meios que são a negação da legalidade e da justiça revolucionária”.⁴⁶⁹ Os intelectuais não tinham dúvidas quanto às circunstâncias lamentáveis em que a carta foi escrita. A petição compara o regime de Fidel com “os momentos mais sórdidos da época do stalinismo, com seus julgamentos pré-fabricados e suas caças às bruxas”.⁴⁷⁰ Os intelectuais são categóricos ao escrever que:

com a mesma veemência com que defendemos desde o primeiro dia a Revolução Cubana que nos parece exemplar em seu respeito ao ser humano e na sua luta por sua libertação, nós vos exortamos a poupar Cuba do obscurantismo dogmático, da xenofobia cultural e do sistema repressivo que impôs o stalinismo nos países socialistas e cujos eventos similares estão passando em Cuba (...). O desprezo pela dignidade humana que implica fazer forçar um homem a se

⁴⁶⁷ Ibid.

⁴⁶⁸ SARTRE, J.-P. “Cuba – ‘Après l’autocritique de M. Heberto Padilla – Des intellectuels français et étrangers rompent avec le regime cubain’”. *Le Monde*, 22 mai 1971.

⁴⁶⁹ Ibid.

⁴⁷⁰ Ibid.

acusar de uma maneira ridícula das piores traições e vilanias não nos alarma porque se trata de um escritor, mas também em relação a qualquer que seja o camarada cubano – camponês, operário, técnico ou intelectual – pode ser igualmente a vítima de violências parecidas e humilhações. Nós gostaríamos que a Revolução Cubana se tornasse o que, num momento, a fez considerar como um modelo no seio do socialismo.⁴⁷¹

Como se pode ler no trecho, até a “confissão” de Padilla, Cuba permanecia um modelo ao socialismo, mas o processo contra Padilla parece mesmo ameaçar esse modelo de socialismo, pois, o “caso Padilla” põe a descoberto as mesmas contradições e problemas já conhecidos durante o stalinismo.

A assinatura da petição por Sartre sobre a prisão de Padilla e a outra carta também assinada por ele a Fidel, sobre a suposta “confissão” do escritor cubano não significa, no entanto, que Sartre muda suas concepções sobre a liberdade e a necessidade de uma sociedade socialista. Significa apenas mais um momento de ruptura estritamente relacionada ao regime de Fidel Castro. O mesmo raciocínio pode e deve ser feito em relação ao Vietnã a respeito do apoio de Sartre aos “boat-peoples”. Os detratores de Sartre se apóiam exclusivamente sobre esses pontos para desconsiderar tudo o que Sartre propõe em relação ao Terceiro Mundo e tudo aquilo que a Revolução Cubana representou (e ainda representa) para a luta de libertação dos países neocolonizados.

Retomando a segunda idéia contida na frase da epígrafe deste capítulo “não se esqueça que os intelectuais não se encontram jamais felizes em nenhuma parte... mas eu lhes desejo que fique assim, que siga sendo”, Sartre parece antever que algumas situações históricas insistem em interpelar os homens e suas sociedades e, nestas, os seus intelectuais. Por mais que Cuba seja o “paraíso dos intelectuais”, estes não devem compactuar com a supressão da liberdade do escritor Padilla. Porém, Sartre não rompe com o socialismo, como prova o seu engajamento na luta contra a Guerra do Vietnã e o seu apoio ao socialismo vietnamita até 1979, pelo menos.

⁴⁷¹ Ibid.

CAPÍTULO 4

AS POSIÇÕES POLÍTICAS DE SARTRE SOBRE A GUERRA DO VIETNÃ (1946-1975)

Introdução

Trata-se, neste capítulo, de analisar as posições políticas de Sartre sobre a Guerra da Indochina (1946-1954) e a Guerra do Vietnã (1960-1975). As duas guerras fazem parte de um mesmo processo histórico: a luta anti-imperialista⁴⁷³ em suas versões colonialista (francesa) e neocolonialista (norte-americana), respectivamente. Além de lutas anti-imperialistas, Sartre, com muitos de seus contemporâneos,⁴⁷⁴ caracteriza a Guerra da Indochina e a Guerra do Vietnã (assim como considera a Guerra da Argélia) como “guerras sujas”, portanto, condenáveis do ponto de vista moral. No entanto, para Sartre, todas elas, juntamente com a Revolução Cubana, têm origens econômicas.

Sartre não escreveu muito sobre a Guerra da Indochina como sobre a Guerra do Vietnã. Em contrapartida, engajou-se politicamente com todos os meios de que dispunha contra as duas agressões

⁴⁷² Che Guevara, apud SARTRE, J.-P. “O genocídio”. *Les Temps Modernes*, n.259, déc. 1967. In:____. *Escritos políticos 2*, 1987, p. 194.

⁴⁷³ De acordo com Demétrio Magnoli, a população vietnamita também a considerava como um mesmo conflito. (MAGNOLI, 2008, p. 391).

⁴⁷⁴ De acordo com Marc Ferro, “o PCF trava uma luta ativa contra a ‘guerra suja’ a partir de maio de 47. Essa campanha é apoiada por intelectuais que – Sartre à frente, junto com católicos da *Témoignage chrétien* – participam dos atos de protesto. Estigmatiza-se a guerra oculta, a guerra ‘vergonhosa’, cuja amplidão a ‘opinião pública’ leva tempo para avaliar, pois o governo apela para o contingente”. (FERRO, 1996, p. 317)

imperialistas. Em meio à Guerra do Vietnã e das atividades do Tribunal Russell podemos perceber que as posições políticas de Sartre *radicalizam-se*: Sartre *propõe* uma nova relação entre a política e a moral, na esteira de sua crítica da política considerada sob o ângulo da eficácia (legado) stalinista e, em meio ao Movimento de Maio de 68 e do massacre soviético da Insurreição da Tchecoslováquia no mesmo ano, Sartre *propõe* um novo papel ao intelectual em face dos problemas de sua sociedade.

1. A “máquina infernal” francesa e a Guerra da Indochina (1946-1954)

Essencialmente, as posições políticas de Sartre sobre a Guerra da Indochina podem ser reconstituídas pelo documento “A máquina infernal”, publicado pela revista parisiense *Defêense de la paix* em 1953. Sobre a Guerra do Vietnã dispomos de documentação ampla, variada e de fácil acesso, como se poderá notar.

A França coloniza a Indochina entre 1862 e 1893. Camboja, Laos e os três reinos vietnamitas do Tonquim (ao norte), de Anã (ao centro) e da Cochinchina (ao sul),⁴⁷⁵ constituem-se em importantes regiões de produção agrícola (arroz, chá e café) e de produção de borracha, sobretudo.

A Guerra da Indochina ocorre entre o Vietminh (Movimento de Libertação Nacional do Vietnã) e a França e a Guerra do Vietnã entre o Vietnã do Norte e os aliados *vietcongs* (comunistas sul-vietnamitas) contra os Estados Unidos e o Vietnã do Sul. A Guerra do Vietnã dissemina-se para o Laos e Camboja sob a forma de conflitos entre os governos e as guerrilhas comunistas desses países.⁴⁷⁶ Nos dois conflitos, a guerrilha foi a forma de luta popular, contra os invasores, e o nacionalismo e o marxismo, em sua versão leninista, decidiram a composição ideológica do movimento. Ao contrário da Argélia e de Cuba, houve, na Indochina, a atuação decisiva do Partido Comunista, muito anterior ao conflito. Pierre

⁴⁷⁵ MAGNOLI, 2008, p. 393.

⁴⁷⁶ *Ibid.*, p. 391 e p. 405.

Brocheux afirma que “a fundação do Partido Comunista Indochinês (PCI) foi fato capital porque o leninismo e a III Internacional, à qual o PCI aderiu a partir de 1931, elaboraram uma teoria global dos fenômenos da dependência que dotou os anticolonialistas vietnamitas não só da argumentação que justificava sua luta como também de uma organização portadora de um ideal e de uma vontade de fazer triunfar a causa anticolonialista”,⁴⁷⁷ com destaque no processo para a atuação de Ho Chi Minh (1890-1969).

Ho Chi Minh proclama a independência do Vietnã e em 1946 a França reconhece o Vietnã como Estado Livre, mas com o governo, o parlamento, o exército e as finanças integrados à Federação Indochinesa e à União Francesa.⁴⁷⁸ No entanto, a França trai seus compromissos e invade, em novembro de 1953, Dien Bien Phu (não por acaso é também a data da publicação da “Máquina infernal” de Sartre). A guerra acaba em março de 1954 com a derrota do exército francês em maio do mesmo ano.⁴⁷⁹ Pelos acordos estabelecidos em Genebra em abril de 1954, o Vietnã foi dividido em duas partes: o Norte e o Sul.⁴⁸⁰ O Vietnã do Norte instala sua capital em Hanói sob o governo de Ho Chi Minh e o Vietnã do Sul fixa sua capital em Saigon, sob o governo de Bao Dai. Em 1956, também segundo os acordos, eleições gerais deveriam reunificar o país,⁴⁸¹ o que de fato não acontece. Ho Chi Minh a partir de 1957 prepara uma nova guerra e cria a Frente Nacional de Libertação (FNL), o comando

⁴⁷⁷ BROCHEUX, P. “O colonialismo francês na Indochina”. In: FERRO, 2004, p. 414. Leticia Canêdo complementa: “O PCI era o único dos partidos nacionalistas (dirigido por Ho Chi Minh) a possuir em todo o país uma série de redes de informações e elementos ativos que lhe permitiu forjar os meios de pôr fim ao colonialismo, isto é, a mobilização das massas em torno de algumas idéias-chave: independência nacional e esforço de edificação econômica para modernizar o país.” (CANÊDO, 1988, p. 51).

⁴⁷⁸ CANÊDO, 1988, p. 51. A maioria das colônias asiáticas adquiriu a independência entre 1945-54. Ibid., p. 42.

⁴⁷⁹ MAGNOLI, 2008, p. 398.

⁴⁸⁰ De acordo com Leticia Canêdo, o “Sul se impôs com a ajuda financeira norte-americana (e) retomou aos camponeses os dois milhões de hectares de terras distribuídos pelo *vietminh* durante a guerra com os franceses e em 1956 proibiu todas as aldeias eleger seus próprios representantes” e, no Norte, “o regime manteve a estrutura camponesa, sua sociedade coesa e solidariedade ao transformar as terras comunais em pequenas cooperativas com autonomia de gestão. Em cada aldeia uma escola e um posto sanitário com seu médico auxiliar; nos distritos escolares de segundo ciclo e hospitais equipados, nas províncias escolas de terceiro ciclo e hospitais capazes de realizar intervenções complexas.” (CANÊDO, 1988, p. 53).

⁴⁸¹ MAGNOLI, op.cit., p. 402.

político da guerrilha (a guerra popular) no Vietnã do Sul. Desta vez, a “segunda guerra da Indochina” se estende de 1960 a 1975, quando, finalmente, o Vietnã do Norte obtém a vitória e reunifica o país.⁴⁸²

A preocupação de Sartre em relação à Guerra da Indochina se refere à tentativa de internacionalização do conflito pela França. De acordo com Sartre, a tentativa poderia deflagrar uma terceira guerra mundial: a “internacionalização da Guerra da Indochina (é) (...) uma das primeiras coisas contra as quais devemos hoje protestar (...) arriscam (os franceses) por sua atitude a deflagrar um conflito mundial”.⁴⁸³

Para Sartre, a internacionalização do conflito, objetivo do governo e da política franceses

é um desenvolvimento previsível e necessário da guerra da Indochina. Por isso, depois de 1947, a política francesa teve por resultado construir uma espécie de máquina infernal. (...) Esta máquina está, atualmente, no último momento de seu funcionamento, isto é, no momento da internacionalização do conflito. Portanto, se não queremos explodir com ela, é preciso desligá-la.⁴⁸⁴

Mas o que é “a máquina infernal”, segundo Sartre? Vejamos.

Como se sabe, a França foi um dos países europeus a ser beneficiada com a assistência econômica norte-americana formulada pelo Plano Marshall que objetiva a reconstrução política e econômica européia no pós-guerra. Na realidade, a França utiliza os recursos do plano para saldar as despesas militares com a Guerra da Indochina, que, no entanto, eram superiores aos recursos financeiros disponibilizados pelo plano.

Sartre afirma que entre 1947 e 1952 as despesas chegam aos 812 milhões e a ajuda a 733 milhões para o mesmo período. No entanto,

⁴⁸² MAGNOLI, 2008, p. 404-405.

⁴⁸³ SARTRE, J.-P. “La machine infernale”. *Défense de la paix*, 1953, p.16. Agravava o quadro, reforçando a possibilidade de uma terceira guerra mundial a deflagração da Guerra da Coreia (1950-1953). De acordo com Albert-Paul Lentin, “A guerra que os EUA conduzem a partir de 1950 contra a Coreia do Norte (com 8 milhões de mortos) rapidamente toma a forma de uma operação de grande envergadura montada contra a China, e, no mesmo momento, a “internacionalização” progressiva da guerra levada adiante pelo imperialismo francês para conservar a Indochina mostra que essa guerra tende a se inscrever numa estratégia global de luta contra Pequim. LENTIN, A.-P. “De Bandung a Havana”. In: SANTIAGO, 1977, p. 38.

⁴⁸⁴ SARTRE, J.-P. “La machine infernale”. *Défense de la paix*, 1953, p. 17.

as despesas militares aumentaram.⁴⁸⁵ Ou seja, a França teria de parar com a Guerra da Indochina ou, para continuá-la, teria de tocar no problema da reforma fiscal, o que traria repercussões negativas junto ao povo francês.

A estratégia encontrada pela França consiste exatamente em querer internacionalizar o conflito, portanto, “dividir” as suas despesas militares, para manter suas posições na Indochina. Inclusive porque a França teme que os pagamentos poderiam cessar tendo em vista a mudança de equipe dirigente na América.⁴⁸⁶

“A máquina infernal” nada mais é que a manutenção de uma constante tensão política para desviar as atenções, sobretudo, dos franceses, do real problema em jogo na Guerra da Indochina: o capitalismo internacional em sua versão imperialista colonialista. Para Sartre, “a única maneira de esconder o que ela é, pelo governo e a maioria, é desejar que a tensão continue (...) a máquina infernal funciona completamente”.⁴⁸⁷

A primeira revelação do mecanismo utilizado pelo governo francês para mistificar seus interesses na Indochina coube, de acordo com Sartre, a um desertor do exército francês – Henri Martin⁴⁸⁸ – que ganha

⁴⁸⁵ Magnoli afirma que, “na etapa derradeira da Guerra da Indochina, os EUA pagavam $\frac{3}{4}$ dos custos do esforço militar francês”, isto é, por volta de 1953-1954. (MAGNOLI, 2008, p. 401).

⁴⁸⁶ SARTRE, J.-P. “La machine infernale”. *Défense de la paix*, 1953, p. 17.

⁴⁸⁷ Ibid., p. 19.

⁴⁸⁸ Conforme nos informa Contat e Rybalka, “Martin alistou-se na marinha em 1945. Foi voluntário contra o Japão no final de 1945 e enviado à Indochina para combater os japoneses que não depuseram armas, assim ele acreditava. A verdade, como se sabe, era outra: no lugar de japoneses irreduzíveis, ele descobriu uma população lutando por sua independência. Pediu seu desligamento, mas não obteve resposta. Cumpriu seu dever de soldado de maneira irreprovável, mas com sentimento grandioso de participar de uma terrível injustiça. De volta à França, em 1947 e depois em 1949 passa a redigir protestos contra a guerra da Indochina. Foi preso em maio de 50 e julgado em outubro pelo tribunal de Toulon que o condenou a 5 anos de prisão. No decorrer do ano de 1951, o PC lançou uma campanha pela libertação de Martin. Em dezembro, os intelectuais do partido pediram a Sartre sua associação. Ele aceita e assina com um grupo de personalidades não comunistas um pedido de clemência ao presidente da república. Foi recebido em 1952 por Vincent Auriol que reconhece a pena como muito dura. Acrescentou, no entanto, que não poderia comutar a pena enquanto persistisse a campanha comunista. O PC não cede à chantagem e é sob pressão popular que Martin foi finalmente libertado, por boa conduta, em 1953. Sartre incumbiu-se de escrever um livro que descreveria pormenorizadamente o caso. Redigiu apenas um longo comentário que saiu após a libertação de Henri Martin. Nesse texto encontra-se de uma forma resumida e eletrizante, as idéias mais longamente desenvolvidas nos escritos da mesma

grande repercussão na França. O Partido Comunista Francês, os intelectuais e diversos segmentos da sociedade civil francesa organizaram vários protestos no decorrer do ano de 1951 contra a guerra e a prisão de Henri Martin. Em 1953, no momento “necessário e possível” da confraternização de Sartre com o Partido Comunista Francês, finalmente, a campanha obtém sucesso com a libertação de Henri Martin.

Como é típico de suas posições políticas – a *proposição* anti-fatalista e anti-derrotista – Sartre não sucumbe perante as constatações a respeito do imperialismo francês na Indochina, mesmo porque afirma existirem “duas França”. Uma, capitalista, burguesa, imperialista, a outra popular, proletária e das classes médias. Se, por um lado, afirma que a França imperialista, fazedora de guerras em nome do capitalismo “perdeu o rosto (...) uma França que, com histórias como as da Tunísia, de Madagascar, como a da Indochina, acabou por verdadeiramente merecer o desprezo”,⁴⁸⁹ por outro lado, *propõe* que a outra França, por mais que ainda esteja muda, “pode claramente desempenhar seu papel na batalha pela liberdade e pela paz, é França popular. E por ela (Sartre entende) não somente o proletariado, mas as classes médias”,⁴⁹⁰ a França da esperança, aposta de Sartre. Como se vê, a tentativa de Sartre não é outra senão a de *intervenção*, no sentido de informar as massas para arremeter seu apoio contra a guerra.

2. A definição do imperialismo neocolonialista e a natureza da Guerra do Vietnã (1960-1975)

A Guerra do Vietnã é o último grande conflito do Terceiro Mundo contra o país que se torna, a partir da Primeira Guerra Mundial, a maior potência econômica (industrial e militar) do globo: os Estados

época como *Les communistes et la paix* (relações de indivíduo e classe) e *Saint Genet* (maniqueísmo moral da burguesia). Seria por isso, o caso Martin sem dúvida, o mais negligenciado de todos os volumes de Sartre, merecendo ao menos uma leitura.” (CONTAT; RYBALKA, 1970, p. 260-261).

⁴⁸⁹ SARTRE, J.-P. “La machine infernale”. *Défense de la paix*, 1953, p.21.

⁴⁹⁰ Ibid., p. 21.

Unidos da América. Para Sartre, os Estados Unidos fazem a guerra com certa tranqüilidade, pois, no momento não há uma potência a contrariar seus interesses já que o mundo comunista está marcado por uma grave divisão. Em outras palavras, para Sartre existe uma só e grande potência, os Estados Unidos, “que se aproveitam da coexistência pacífica. A coexistência pacífica e a questão sino-soviética – resultante em grande parte daquela – lhes permite bombardear o Vietnã com toda tranqüilidade”.⁴⁹¹ A hegemonia norte-americana, no entanto, estará exposta a uma certa vulnerabilidade, continua Sartre, se as massas norte-americanas decidirem-se, junto com a opinião pública mundial, a reprovar a guerra.

Devido à guerra, Sartre rompe radicalmente com os Estados Unidos, primeiro país das Américas por ele visitado após a Segunda Guerra, em 1945. Sartre recusa-se a voltar ao país, mesmo quando convidado por um grupo de intelectuais da University of Cornell para proferir conferências sobre literatura. Sartre conheceu a universidade desde a sua primeira estadia nos Estados Unidos. As cartas trocadas entre Sartre e um professor da instituição explicam as posições políticas de Sartre a respeito do imperialismo norte-americano.

A polêmica travada entre Sartre e um professor da referida universidade teve grandes repercussões na imprensa parisiense, que se incumbem de entrevistá-lo a respeito. A entrevista ficou por conta de *Le Nouvel Observateur*, em 1965. Na oportunidade, Sartre explica que não poderia visitar novamente os Estados Unidos tendo-se em vista a intensificação dos bombardeios sobre o povo vietnamita. Seria o mesmo que “visitar a casa de seu inimigo”,⁴⁹² afirma Sartre, preocupado com a opinião da população do Terceiro Mundo. Para Sartre, os bombardeios “revelavam com brutal evidência que as estruturas da sociedade norte-americana repousam no imperialismo”.⁴⁹³ A crítica de Sartre se refere ao “conjunto da política imperialista norte-americana, no Vietnã, na América

⁴⁹¹ SARTRE, J.-P. “O crime”. *Le Nouvel Observateur*, 30 nov. 1966. In:____. **Escritos políticos 2**, 1987, p. 145.

⁴⁹² SARTRE, J.-P. “Já não há diálogo possível”. *Le Nouvel Observateur*, 1 avr. 1965. In:____. **Escritos Políticos. 2**. 1987, p. 125.

⁴⁹³ Ibid., p. 125.

do Sul, na Coréia, em todo o Terceiro Mundo”.⁴⁹⁴ Como a política imperialista poderia ser modificada? Sartre categoricamente *propõe*: apenas “com a transformação radical das estruturas da sociedade americana”,⁴⁹⁵ em outras palavras, por meio de uma revolução e na constituição de um novo tipo de sociedade.

Além da recusa ao convite, Sartre critica a posição dos intelectuais de esquerda norte-americanos. Os intelectuais de esquerda, de acordo com Sartre, não estavam dispostos a questionar a política imperialista no seu conjunto, mas apenas de modo pontual como o faziam em relação ao Vietnã. A recusa de Sartre, portanto, justifica-se no âmbito da sua solidariedade para com o Terceiro Mundo: “para um intelectual europeu solidário do Terceiro Mundo, hoje é impossível solicitar ao Departamento de Estado um visto para ir aos Estados Unidos”.⁴⁹⁶ Sartre se mostra cético quanto à atuação da esquerda norte-americana na oposição à guerra, porque era “muito embrionária, que praticamente não tem tribuna na imprensa”.⁴⁹⁷ A descrença de Sartre também se refere à esquerda francesa. Muito embora Sartre reconheça, por um lado, que a força política da esquerda francesa seja maior que a da americana, por outro lado, admite, ela também não obteve resultados satisfatórios em relação à Guerra da Argélia.⁴⁹⁸

Sartre conhece os limites da ação e do papel do intelectual e reconhece que não poderia fazer muita coisa pela esquerda norte-americana, que critica, e nem mesmo pela esquerda francesa, alheia à solução da Guerra da Argélia, cujo conflito “se resolveu entre três partes: De Gaulle, o exército e a FLN apoiada pela população argelina das cidades”.⁴⁹⁹ O mesmo não podemos afirmar em relação à crença de Sartre no convencimento, na “instrução das massas” norte-americanas e do restante do mundo. A elas, afirma Sartre, os trabalhos do futuro Tribunal Russell dedicar-se-iam.

⁴⁹⁴ Ibid., p. 125.

⁴⁹⁵ Ibid., p. 125.

⁴⁹⁶ Ibid., p. 125.

⁴⁹⁷ Ibid., p. 126.

⁴⁹⁸ Ibid., p. 126.

⁴⁹⁹ Ibid., p. 126.

Sartre define a Guerra do Vietnã como uma guerra de agressão imperialista dos Estados Unidos cuja política permanente de intervencionismo também é realizada na América Latina, segundo os princípios da Doutrina Monroe. O imperialismo norte-americano, para Sartre, revela que as estruturas profundas da sociedade americana repousam no capitalismo monopolista que exporta incessantemente seus produtos e capitais⁵⁰⁰.

A partir da Guerra do Vietnã Sartre define o tipo de imperialismo norte-americano como neocolonialista. Ao contrário do imperialismo sobre Cuba, ainda denominado por ele de “semi-colonialismo”. Sartre entende o imperialismo norte-americano contra os países do Terceiro Mundo como “a transposição, no plano internacional, da luta de classes e está determinada pela estrutura dos grupos presentes”.⁵⁰¹ Ou seja, a luta do Terceiro Mundo e, mais especificamente, dos camponeses vietnamitas contra a burguesia imperialista neocolonialista norte-americana.

A política imperialista, para Sartre, é uma realidade histórica e necessária da expansão capitalista. Sendo assim, escapa a qualquer condenação jurídica e/ou moral. O seu combate, portanto, somente pode ser possível, no nível intelectual, revelando-se o seu mecanismo, ou no nível político, procurando eliminá-la pela luta armada popular. A posição política assumida pelo intelectual face ao combate dependerá, de acordo com Sartre, tanto da análise objetiva da situação quanto da concepção subjetiva que se faça do homem.⁵⁰²

O imperialismo neocolonialista consiste na agressão pela potência colonizadora contra um país outrora colonizado e que adquire sua independência, mas que volta a ser submetido à lógica da exploração colonial, em outro nível. O interesse norte-americano em Cuba era exclusivamente econômico – a produção de açúcar. Em relação ao Vietnã, afirma Sartre, os Estados Unidos têm dois objetivos. O primeiro,

⁵⁰⁰ SARTRE, J.-P. “De Nuremberg a Estocolmo”, *Tricontinental*, 3 déc. 1967. In:____. **Escritos políticos 2**, 1987, p. 180.

⁵⁰¹ SARTRE, J.-P. “O crime”. *Le Nouvel Observateur*, 30 nov. 1960. In:____. **Escritos políticos 2**, p. 138.

⁵⁰² *Ibid.*, p. 138.

“geopolítico”,⁵⁰³ pois, consiste na “necessidade de estabelecer uma *linha de defesa do Pacífico*”⁵⁰⁴ que “não pode impor-se senão no marco da política geral do imperialismo”.⁵⁰⁵ Como estratégia, “trata-se de cercar a China Comunista, o obstáculo maior para seu expansionismo. Assim, pois, não deixarão escapar o Sudeste Asiático. Colocaram seus homens no poder na Tailândia, controlam dois terços de Laos e ameaçam invadir o Camboja”.⁵⁰⁶ Por esse motivo, continua Sartre, “essas conquistas serão inúteis se encontram frente a eles um Vietnã livre e unido de trinta e um milhões de homens”.⁵⁰⁷ O segundo objetivo, econômico. Sartre afirma que algumas empresas privadas norte-americanas têm feito no Vietnã alguns investimentos.

Sartre utiliza as declarações dos próprios norte-americanos para destacar que a Guerra do Vietnã tem, antes de tudo, “valor de exemplo”, assim como o esmagamento de Cuba deveria desencorajar outras revoluções anti-imperialistas pela América Latina. Segundo Sartre, Dean Rusk e o William Westmoreland afirmam, respectivamente: “são os Estados Unidos quem correm perigo em Saigon” e “fazemos a guerra no Vietnã para demonstrar que a guerrilha não é positiva”.⁵⁰⁸ Assim,

é aos outros a quem se quer provar que a guerrilha é ineficaz. A todas as nações exploradas e oprimidas que poderiam ver-se tentadas a libertar-se do jugo *yankee* por uma guerra popular. (...) Em suma: em primeiro lugar, a América Latina. E de uma maneira mais geral a todo Terceiro Mundo. A Guevara, que dizia: “faz falta muitos Vietnãs”, o governo norte-americano responde: “Todos seriam esmagados como eu esmago este”. Em outros termos, *sua guerra*, antes de tudo, *como valor de exemplo*. Um exemplo para três continentes (...). Desse modo esse genocídio exemplar se dirige à humanidade inteira... o que quer o governo dos Estados Unidos é uma base e um exemplo.⁵⁰⁹

⁵⁰³ Sartre não emprega o termo por mim adotado.

⁵⁰⁴ SARTRE, J.-P. “O genocídio”. *Les Temps Modernes*, n.259, déc. 1967. In:____. **Escritos políticos 2**, 1987, p. 194, grifos de Sartre.

⁵⁰⁵ Ibid., p. 194.

⁵⁰⁶ Ibid., p. 194.

⁵⁰⁷ Ibid., p. 194.

⁵⁰⁸ SARTRE, J.-P. “O genocídio”. *Les Temps Modernes*, n.259, déc. 1967. In:____. **Escritos políticos 2**, 1987, p. 193. Dean Rusk foi Secretário de Estado entre 1961 e 1969, nas administrações de John F. Kennedy e Lyndon Johnson. O general William Westmoreland foi o comandante das forças norte-americanas no Vietnã entre 1964 e 1968.

⁵⁰⁹ Ibid., p. 194, grifos de Sartre.

Como se vê, a revolução tricontinental era factível, inclusive, aos olhos dos Estados Unidos e não apenas aos de Sartre e dos intelectuais de esquerda.⁵¹⁰ Os Estados Unidos querem provar que a guerrilha, isto é, a guerra popular, é ineficaz, pela ação genocida, que, segundo Sartre, dirige-se à humanidade inteira. Destruir a guerra popular, eis o principal objetivo dos Estados Unidos, mesmo porque, eles já haviam conhecido os seus resultados em Cuba. No fragmento a seguir, Sartre comenta as origens e o papel da guerrilha na condução da guerra:

a famosa simbiose entre as forças de libertação e as massas populares: aquelas, organizando em todas as partes as reformas agrárias, o poder político, o ensino; estas, sustentando, alimentando, escondendo os soldados do exército libertador (...). Não é uma casualidade que a guerra popular apareça, com seus princípios, sua estratégia, sua tática, seus teóricos, no momento em que as potências industriais absolutizam a guerra total pela produção industrial da fissão do átomo. Como tampouco o é que tenha por resultado a ruína do colonialismo.⁵¹¹

A definição utilizada por Sartre de “guerra total”, como o esforço total de guerra, ou, a mobilização completa da sociedade pela produção industrial nuclear (que pode mundializar o conflito) é bastante precisa, sobretudo, se observarmos que o historiador inglês Eric Hobsbawm também caracteriza a “era dos extremos” como a “era da guerra total”, no mesmo sentido empregado por Sartre. Para Sartre “a guerra popular acaba com a guerra clássica como o faz no mesmo momento a bomba de hidrogênio. Resta, pois, “a única estratégia *antiguerrilha* positiva”,⁵¹² ou seja, a destruição em massa da população civil, a “tortura e genocídio: eis aí a resposta dos metropolitanos à sublevação dos colonizados”.⁵¹³

Outra característica da guerra neocolonial no Vietnã, de acordo com Sartre, é que ela se realiza sem reciprocidade, isto é, sem correlação de forças econômicas, materiais e humanas. A diferença em

⁵¹⁰ Portanto, não se trata de um “mito” como quer Chaliand (1977).

⁵¹¹ SARTRE, J.-P. “O genocídio”. *Les Temps Modernes*, n.259, déc. 1967. In:____. *Escritos políticos 2*, 1987, p. 191-192.

⁵¹² Ibid., p. 192.

⁵¹³ Ibid., p. 192.

relação às guerras coloniais “clássicas” também reside no fato de que nestas a dependência colonial da oferta de mão-de-obra abundante limitava, de certa forma, o genocídio, ao contrário da guerra neocolonial, “último resultado do desenvolvimento desigual das sociedades (...), a guerra *total* levada até o fim *por uma das partes sem a menor reciprocidade*”.⁵¹⁴

Sob esse aspecto, a Guerra do Vietnã é pior que a Guerra da Argélia, cujos massacres, em última instância, eram limitados pela necessidade de obtenção de força de trabalho abundante. No entanto, nas duas, as práticas racistas eram comuns. De acordo com Sartre, o racismo sub-humaniza o vietnamita e, ao sub-humanizá-lo, justifica a guerra. Sartre faz uma comparação violenta entre o extermínio dos judeus por Hitler, “porque eram judeus”, ao extermínio dos vietnamitas pelo exército norte-americano, “porque eram vietnamitas”. A guerra degrada o vietnamita e, por extensão, visa degradar a todos, por isso “o genocídio imperialista não pode senão radicalizar-se: porque o grupo ao qual se quer chegar e aterrorizar, *através da nação vietnamita*, é o grupo humano em sua totalidade”.⁵¹⁵

Não por acaso, o maior dos crimes de guerra norte-americanos investigados e julgados pelo Tribunal Russell, em sua segunda sessão, é o genocídio praticado contra a população do Vietnã. No Sul, “incendiam-se aldeias, submete-se a população aos bombardeios massivos e deliberadamente mortíferos, dispara-se sobre o gado, se destrói a vegetação por meio de desfoliantes, se inutilizam os cultivos com fumigações tóxicas”.⁵¹⁶ No Norte,

é a *exterminação*: não somente o risco cotidiano de morte, senão também a destruição sistemática de infra-estruturas econômicas: desde diques até fábricas (...). Ataques deliberados contra a população civil, em particular, a rural. Destruição de hospitais, escolas, lugares de culto, esforço sustentado para abolir as realizações de vinte anos de socialismo.⁵¹⁷

⁵¹⁴ Ibid., p. 201, grifos de Sartre.

⁵¹⁵ Ibid., p. 202.

⁵¹⁶ Ibid., p. 195.

⁵¹⁷ Ibid., p. 197.

Nessa esteira, Sartre, o responsável pela redação dos trabalhos do Tribunal sobre o genocídio, não tem dúvidas em afirmar categoricamente que o crime de genocídio “cometido todos os dias sob todos os olhos, faz daqueles que não o denunciam os cúmplices de quem o comete”.⁵¹⁸ Daí a importância do engajamento da sociedade norte-americana pelo fim da guerra e de suas atrocidades.

3. As atividades ético-jurídicas do Tribunal Russell e a inscrição da moralidade no código da política

Pelo Pacto Briand-Kellogg (1928) e pela Convenção de Genebra (1949)⁵¹⁹ são definidas leis internacionais que caracterizam, dentre outras questões, os crimes de guerra: guerras de agressão e de conquista, as execuções sumárias, as sevícias contra os prisioneiros, as torturas e o genocídio. O Tribunal de Nuremberg (1945) pela primeira vez julga os crimes de guerra dos alemães nazistas baseado nos acordos supracitados. No entanto, para Sartre, o Tribunal de Nuremberg, por ter sido estabelecido unilateralmente pelos países vencedores da Segunda Guerra Mundial e por não ter obtido o consentimento das massas alemãs, carecia de legitimação.

Na Guerra do Vietnã, Sartre afirma que os Estados Unidos não cumpriam nenhum dos acordos firmados. Faltava, portanto, um tribunal internacional permanente que julgasse e sancionasse os crimes de guerra norte-americanos segundo os mesmos princípios jurídicos já estabelecidos. A criação do tribunal era urgente, inclusive porque, ainda nesse momento, Sartre pensava, como muitos, na possibilidade de um terceiro conflito mundial, como mostra o fragmento:

a luta do imperialismo contra certos povos do Terceiro Mundo é um fato que pude criticar. Oponho-me a essa luta com todas minhas

⁵¹⁸ Ibid., p. 202.

⁵¹⁹ Na verdade, Convenção de Genebra é um nome genérico atribuído aos acordos firmados desde a primeira convenção de 1864 até a quarta de 1949. Depois desta data continua a receber diversos “protocolos adicionais”, o último, em 2005.

forças, na medida dos meus débeis meios, mas não tenho porque dizer se há uma boa ou má maneira de levar a cabo a dita luta. (...) podemos ter uma guerra mundial de um momento para o outro. Tenho razões para tomar partido nesta luta, mas não tenho porque humanizá-la. A única coisa que temos de saber é se, no desenvolvimento desta luta, há pessoas que “abusam”, se a política imperialista é condenável segundo as leis ditadas pelo próprio imperialismo.⁵²⁰

A luta contra o imperialismo, para Sartre, pode se dar em dois níveis: no nível intelectual (revelando os mecanismos do imperialismo) e no nível político pela luta armada popular.⁵²¹ De qualquer modo, para Sartre, o apoio das massas nessas lutas é fundamental para

combater a guerra imperialista no nível dos fatos opondo a todos os países que firmaram o Pacto Atlântico as uniões populares para pressionar seus governos a romper o bloqueio ocidental abandonando a aliança e a Otan.⁵²²

Tendo em vista o problema – a inexistência de uma instituição internacional permanente – em 1966, por iniciativa do filósofo inglês Bertrand Russell (1872-1970), surge a idéia de um tribunal para julgar os crimes de guerra norte-americanos segundo a noção jurídica de crime internacional estabelecida pelo Pacto Briand-Kellog e pela Convenção de Genebra. A idéia se concretiza na constituição de um organismo político que levou o nome do filósofo e que realiza duas sessões de trabalhos cujos resultados são publicados em 1967 e 1968:⁵²³ o Tribunal Russell.

A primeira sessão do Tribunal ocorreu em Estocolmo, na Suécia, entre os dias 2 e 10 de maio de 1967 e procurou “decidir as acusações de ‘crimes de guerra’ contra o governo dos Estados Unidos, como também contra os da Coréia do Sul, Nova Zelândia e Austrália na ocasião do conflito vietnamita”⁵²⁴ e responder: “são os norte-americanos

⁵²⁰ SARTRE, J.-P. “O crime”. *Le Nouvel Observateur*, 30 nov. 1960. In:____. **Escritos políticos 2**, p. 140.

⁵²¹ Ibid., p. 138.

⁵²² SARTRE, J.-P. “De Nuremberg a Estocolmo”. *Tricontinental*, 3 déc. 1967. In:____. **Escritos políticos 2**, 1987, p. 180. Aliás, para Sartre, “a oposição ao Pacto do Atlântico deveria ser o principal critério de uma política de esquerda”. (SARTRE, J.-P. “O crime”. *Le Nouvel Observateur*, 30 nov. 1966. In:____. **Escritos políticos 2**, 1987, p. 144).

⁵²³ O **Tribunal Russell**. Paris: Gallimard, 1967 e o **Tribunal Russell II: le jugement final**. Paris: Gallimard: 1968.

⁵²⁴ SARTRE, J.-P. et al. O **Tribunal Russell**, 1967, p. 167.

culpados de agressão no Vietnã? Ocorreram bombardeios ‘terroristas’ para quebrar a resistência da população?”,⁵²⁵ de acordo com os acordos internacionais. A segunda sessão, realizada em Roskilde, na Dinamarca, entre os dias 28 de novembro e 1 de dezembro de 1967, examinou:

utilizam os norte-americanos no Vietnã armas proibidas pelas convenções internacionais, em particular, armas químicas? Têm infligido, em certos casos, maus tratos aos seus prisioneiros? Cometem atos (reagrupamento de população em campos, destruição sistemática de cultivos, etc.) pelos quais se possa acusá-los de genocídio?⁵²⁶

Sartre foi incumbido de fazer o discurso inaugural da primeira sessão em que apresenta os objetivos, a função e os limites⁵²⁷ do Tribunal Russell, bem como redigir a resposta deste sobre a acusação de genocídio cometido pelos Estados Unidos na Guerra do Vietnã.⁵²⁸

Refletindo sobre as atividades da primeira sessão, Sartre afirma que a unidade de seus membros realizava-se acima das divisões individuais, sociais, políticas ou nacionais. Os particularismos perdiam a importância diante da unidade exigida pela realidade objetiva⁵²⁹ em que os jurados apenas eram os mediadores da lei e a atividade incriminada.⁵³⁰ Na realidade, de acordo com Sartre, o Tribunal Russell nasceu da necessidade das massas e os jurados apenas são os “intérpretes” das suas necessidades: “nós, homens das massas, julgamos pelas massas”.⁵³¹

A idéia de Russell e a constituição do Tribunal são inéditas, segundo Sartre, porque até então não havia julgamentos, muito menos condenações, dos crimes de guerras cometidos pelos “vencedores”. Eis a originalidade do tribunal, nas palavras de Sartre:

⁵²⁵ SARTRE, J.-P. “Doze homens sem cólera”. *Le Nouvel Observateur*, 24 mai, 1967. In: _____. *Escritos políticos 2*, 1987, p. 159, grifos de Sartre.

⁵²⁶ Ibid., p. 165.

⁵²⁷ SARTRE, J.-P. “Discours inaugural”. In: SARTRE, J.-P. et al. *Tribunal Russell*, 1967a.

⁵²⁸ SARTRE, J.-P. “O genocídio”. *Les Temps Modernes*, n.259, dec. 1967. In: _____. *Escritos políticos 2*, 1987, p. 187.

⁵²⁹ SARTRE, J.-P. “De Nuremberg a Estocolmo”. *Tricontinental*, 3 déc. 1967. In: _____. *Escritos políticos 2*, 1987, p. 176-177.

⁵³⁰ Ibid., p. 178.

⁵³¹ Ibid., p. 185.

tal ou qual ato cai, na verdade, sob a jurisdição de Nuremberg; assim pois, segundo essa jurisdição, se se aplicar a lei, esses atos seriam merecedores de tal ou qual sanção. Nesse caso, se é possível, apontaremos os responsáveis. Assim, o Tribunal Russell não terá outra preocupação (...) que fazer sentir a todos a necessidade de uma instituição internacional que ele não tem nem os meios nem a ambição de substituir, e cuja essência seria ressuscitar o *jus contra bellum*, morto ao nascer em Nuremberg, e substituir a lei da selva por regras éticas e jurídicas.⁵³²

Na verdade, como se vê, o objetivo fundamental do Tribunal Russell consiste, além da realização das sessões de trabalhos em que os jurados deliberaram sobre os crimes de guerra norte-americanos, “fazer sentir a todos a necessidade de criação de um tribunal verdadeiro”, isto é, uma instituição internacionalmente válida, que o Tribunal Russell não tinha nem a pretensão nem os meios de concretizar. Ou seja, por isso que o Tribunal Russell era considerado apenas um organismo político.

A essência de um novo tribunal, a ser constituído, consistiria em fazer revitalizar o “jus contra bellum”, isto é, o “direito contra a guerra” natimorto em Nuremberg. As “regras jurídicas” já tinham uma base: as convenções de Briand-Kellog e de Genebra. Além de revitalizar o “direito contra a guerra”, aplicando as regras jurídicas internacionais aos Estados Unidos, o futuro tribunal deveria também substituir a “lei da selva” por “regras éticas”. Sartre admite que o mesmo poderia ter sido feito em relação à Guerra da Argélia, afinal, “a tortura, a organização de campos de reagrupamento, as represálias sobre as populações civis, as execuções sem juízo prévio, eram semelhantes a certos crimes condenados em Nuremberg”,⁵³³ já que a simples condenação da política colonial francesa como “criminosa” não teria sentido político prático.

A idéia da constituição de um tribunal internacional que julgasse os crimes de guerra norte-americanos com base em “regras éticas”, sem dúvida, foi uma idéia pessoal que Sartre conseguiu imprimir à concepção da futura instituição. A idéia de Sartre remonta, por um lado, às suas experiências da época da Resistência quando inicia a redação de

⁵³² SARTRE, J.-P. “Discours inaugural”. In: SARTRE, J.-P. et al. **Tribunal Russell**, 1967a, p. 170.

⁵³³ SARTRE, J.-P. “O crime”. **Le Nouvel Observateur**, 30 nov. 1966. In: _____. **Escritos políticos 2**, 1987, p. 139.

Diário de uma guerra estranha (1939-1940) cujas idéias centrais um pouco mais tarde são apresentadas de modo mais sistemático em *O Ser e o nada* (1943) e, por outro lado, à sua crítica à política considerada sob o ângulo da eficácia, como nos tempos do stalinismo.

Ora, a proposta de Sartre, para a constituição de um tribunal internacional permanente tendo em vista as “regras jurídicas” já estabelecidas e as “regras éticas” a serem estabelecidas (somente as massas poderiam estabelecê-las, como veremos) engendra dúvidas. Cabe lembrar que Sartre aceita as concepções de direito e de moral, tal como o marxismo as entende.⁵³⁴ A dúvida advém justamente disso. A constituição de um tribunal internacional não seria lançar mão de um expediente pequeno-burguês? Sartre observou a contradição ao reconhecer que reprovaram ao Tribunal fazer “legalismo pequeno-burguês”:

é verdade e aceito a objeção. Mas a quem queremos convencer? Às classes que estão em luta contra o capitalismo e que já estão convencidas (...) de que há que bater-se até o fim contra o imperialismo, ou a essa faixa, muito ampla, da classe média que nesses momentos se mostra indecisa? São as massas pequeno-burguesas que é preciso sacudir e despertar hoje, porque sua aliança – ainda que no plano interno – com a classe operária é desejável. E é por meio do legalismo que se lhe pode abrir os olhos. Por outro lado, não é ruim recordar às classes trabalhadoras, tão frequentemente levadas a considerar unicamente a eficácia, que há uma estrutura ético-jurídica de toda ação histórica. No período pós-stalinista em que vivemos, é muito importante evidenciar esta estrutura.⁵³⁵

O fragmento apresenta duas idéias fundamentais. A primeira refere-se ao problema do convencimento da pequena burguesia. Para Sartre era importante “despertar” a pequena burguesia e obter seu apoio contra a Guerra do Vietnã, já que se mostrava “indecisa” e também porque “a sua aliança com a classe operária é desejável”. A segunda, refere-se à importância da “evidenciação da estrutura ético-jurídica de toda ação histórica” para além da consideração da política sob o exclusivo ângulo da eficácia, legado negativo da era stalinista.

⁵³⁴ Ibid., p. 142.

⁵³⁵ Ibid., p. 142.

A Guerra do Vietnã e, em especial, as atividades do Tribunal Russell *radicalizam* as posições políticas de Sartre. Devemos lembrar que o próprio Sartre, à época de *Os comunistas e a paz* (1952-1954), no momento em que “dialoga fraternalmente” com o Partido Comunista Francês e participa das atividades do Congresso Mundial da Paz (1952), chegou a considerar a política sob o ângulo da eficácia.⁵³⁶ Mas é verdade também que “o diálogo fraternal” durou pouco, pois o ano de 1956 marca a primeira ruptura de Sartre com a “pátria do socialismo” após o massacre soviético da Insurreição Húngara.

O que permite a Sartre afirmar, tendo em vista o contexto histórico da Resistência e depois o do “Socialismo real”, que é preciso evidenciar a “estrutura ético-jurídica” de toda ação histórica? Evidenciar a estrutura jurídica de toda ação histórica era necessário porque existem os acordos internacionais que não são cumpridos pelos Estados Unidos na Guerra do Vietnã. Daí a necessidade da *difusão* dos trabalhos do Tribunal e da *informação* das massas para a obtenção de seu apoio – fundamental – contra a Guerra do Vietnã.⁵³⁷ Não por acaso, o Tribunal procura informá-las por meio de uma investigação documental rigorosa e com o máximo de honestidade possível⁵³⁸ para que, no final desse processo de “instrução”, as massas estejam em condições julgar, isto é, de “valorarem” por si mesmas as ações políticas norte-americanas, mais especificamente, os crimes de guerra cometidos pelos Estados Unidos: “desejamos que as massas se instruem como nós nos instruímos, que descubram conosco os informes, os documentos, os testemunhos, que os valorem e formem dia a dia, conosco, sua opinião”.⁵³⁹ Para Sartre, se as massas formassem suas opiniões elas poderiam ratificar o juízo do Tribunal Russell, desse modo,

⁵³⁶ Cf. SARTRE, J.-P. “Os comunistas e a paz”. *Les Temps Modernes*, n. 81, 84-85, 1952-1954, e depois a crítica de Sartre ao stalinismo em *O fantasma de Stálin*, 1967b.

⁵³⁷ SARTRE, J.-P. “Discours inaugural”. In: SARTRE, J.-P. et al. *Tribunal Russell*, 1967a, p. 168.

⁵³⁸ SARTRE, J.-P. “Sartre a De Gaulle”. *Le Nouvel Observateur*, 26 avr. 1967. In: _____ *Escritos políticos 2*, 1987, p. 155.

⁵³⁹ SARTRE, J.-P. “Discours inaugural”. In: SARTRE, J.-P. et al. *Tribunal Russell*, 1967a, p. 171.

se as massas ratificam nosso juízo, este juízo se converterá em verdade. E nós, no momento mesmo em que desaparecermos frente a elas, que se transformarão em guardiãs e sustentadoras daquela verdade, nós saberemos que fomos legitimados e que esse povo, manifestando seu acordo, revela uma exigência mais profunda: a de que se crie um verdadeiro “tribunal contra os crimes de guerra” a título de organismo permanente, isto é, que esses crimes possam ser em todas partes e em todo momento denunciados e sancionados. (...) não somos senão jurados, não temos o poder de condenar nem de absolver ninguém. Portanto, não há ministério público. E, falando corretamente, tampouco fará ata de acusação. (...) os jurados, ao fim da sessão, terão que pronunciar-se sobre essas querelas: estão fundadas ou não? No entanto, há juízes em todas as partes: são os povos, em particular, o povo norte-americano. E para eles nós trabalhamos.⁵⁴⁰

No fragmento Sartre desenvolve um raciocínio engenhoso. Se as massas ratificam as atividades do Tribunal, as deliberações (o juízo) dos jurados se transformam em verdade, o que legitimaria a existência do Tribunal. Quando as massas legitimarem as atividades do Tribunal, os jurados “desaparecerão” e as massas se transformarão nas guardiãs e sustentadoras daquela verdade. A legitimação do Tribunal Russell pelas massas revelaria uma exigência mais profunda, isto é, a criação de um verdadeiro tribunal permanente que denuncie e sancione os crimes de guerra em toda parte e em todo momento histórico, como vimos, com base em regras éticas e jurídicas. O fragmento também apresenta uma idéia que Sartre desenvolverá um pouco mais tarde, como veremos, no último tópico, a do “novo intelectual” fundido às massas.

Por outro lado, evidenciar a estrutura ética de toda ação histórica – função do Tribunal Russell – era necessário para se obter o apoio das massas na luta contra a Guerra do Vietnã. Isto porque as massas são sensíveis à “dimensão ética” dos problemas que quer combater, pois,

as massas não escutam nunca a propaganda política (salvo – e ainda assim – nos casos de extrema urgência, a propósito dos perigos que a ameaçam diretamente), se essa propaganda não começa por revelar a dimensão ética dos atos que convida a combater. A Guerra da Argélia, entre nós, era antes de tudo, para milhares de franceses que protestavam contra ela, a guerra suja.

⁵⁴⁰ Ibid., p. 171, grifos de Sartre.

(...) E é neste nível elementar e profundo, às vezes, que se comove a opinião popular⁵⁴¹.

Mas por que as massas são sensíveis à “dimensão ética” dos problemas que querem combater? Sartre nos explica. Porque

há uma moral das massas, simples e revolucionária, que, antes de toda educação política, exige que as relações entre os homens sejam humanas e condena a exploração e a opressão como ações radicalmente más, antes ainda de que nasçam as organizações que combaterão o *processo* do qual essas ações surgiram. Essa moral *tem razão*; qualquer que seja, venha de onde vier a operação que coloca, essa operação tem uma dimensão ética. (...) A *práxis* é um fato e mais que um fato: humana na medida em que arranca das situações dadas para fazer a história, se oferece do mesmo modo ao juízo das massas que a valorarão desde o fundo de sua miséria, segundo, seu objetivo longínquo seja reforçar nossa alienação ou aproximar a libertação do homem. Em nosso tempo, se diz, a moral é política. Nada mais verdadeiro, mas isso não seria possível se, mais profundamente, a política não fosse a moral – ao menos para as classes trabalhadoras. Em outros termos, há uma ética e as massas são as guardiãs; os governos, quaisquer que sejam, devem responder pelos seus atos ante elas.⁵⁴²

Sartre afirma que o fato de as massas serem portadoras, de antemão, de uma moral “simples e revolucionária” exige que as relações entre os homens sejam também relações humanas, isto é, morais – recíprocas, justas e livres. Por “serem morais” as massas “valorarão” a exploração, a opressão, enfim, a guerra, condenando-as como “más”, portanto, no mesmo nível moral. Eis porque a guerra (neo)colonial é sempre “guerra suja”, pois, utiliza bombas químicas desfoliantes contra a população civil, destrói hospitais, plantações inteiras, etc. Em outras palavras, a “guerra suja” é uma guerra imoral porque afronta os valores humanos, como a dignidade, a reciprocidade, a liberdade, sub-humanizando o homem (colonizado), pela tortura, pelo racismo e o que é pior, pela tentativa de eliminá-lo pelo genocídio. Outra idéia importante do fragmento consiste em afirmar que as massas, por “serem morais”, “valorarão” a guerra de qualquer modo, “desde o fundo de sua miséria”, tanto para “reforçar nossa alienação” como para “aproximar a libertação

⁵⁴¹ SARTRE, J.-P. “De Nuremberg a Estocolmo”. *Tricontinental*, 3 déc. 1967. In:_____. *Escritos políticos 2*, 1987, p. 181.

⁵⁴² *Ibid.*, p. 182.

do homem”. Ou seja, a preocupação central do Tribunal consiste na informação e na instrução das massas, mas para que elas possam reivindicar a libertação do homem.

Considerar que “a moral é política” só é possível se se considera, de antemão, que “a política é moral, pelo menos para a classe trabalhadora”. Porque esse “pelo menos para a classe trabalhadora”? Penso que Sartre com isso queira dizer que a “classe trabalhadora” sensibiliza-se mais com o apelo à “dimensão ética” e menos com a “propaganda política”. A pequena burguesia está, por outro lado, mais propensa a pensar como a burguesia, daí a estratégia de convencimento empregada pelo Tribunal, segundo Sartre, consistir em apelar ao “legalismo”, isto é, as regras jurídicas elaboradas segundo os acordos internacionais, já estabelecidas.

Se “a política é moral”, portanto, toda ação política pode e deve ser julgada em função de critérios morais,⁵⁴³ além, claro, dos jurídicos, mas sobretudo, porque permite considerar a política para além do ângulo da eficácia, como veremos logo mais. O que permite julgar os Estados Unidos, com base em critérios morais, em relação à Guerra do Vietnã, para Sartre, é “ação de retorno”, isto é, “o que permite a julgar uma sociedade em função de critérios que ela mesmo estabeleceu”.⁵⁴⁴ Sartre destaca, no entanto, que a sociedade em seu desenvolvimento histórico não é dirigida nem pelo fato e nem pela moral que constituem, pelo contrário, seus produtos.⁵⁴⁵

Sartre também deixa claro que, se o julgamento e a condenação dos crimes de guerra norte-americanos devem ser sempre condenados dos pontos de vista ético e jurídico, a explicação das suas origens, no entanto, seguem sendo sempre econômicas, pois, o imperialismo é uma realidade histórica necessária ao sistema capitalista que escapa às condenações jurídicas ou morais.⁵⁴⁶ Por isso a luta contra

⁵⁴³ SARTRE, J.-P. “O crime”. *Le Nouvel Observateur*, 30 nov. 1966. In:_____. **Escritos políticos 2**, 1987, p. 138.

⁵⁴⁴ Ibid., p. 138.

⁵⁴⁵ Ibid., p. 138, grifos de Sartre.

⁵⁴⁶ Ibid., p. 138.

o imperialismo só pode se dar no nível intelectual, revelando os seus mecanismos e no nível político, pela luta armada, como vimos.

4. O Tribunal Russell e o problema da sua legitimidade

Um problema relacionado à constituição do Tribunal Russell consiste na sua legitimidade. A legitimidade do Tribunal foi contestada por Charles De Gaulle na ocasião da reunião agendada para se realizar em Paris. Sartre, que presidiria a sessão, pede permissão a Charles De Gaulle para que os trabalhos do Tribunal fossem ali desenvolvidos. De Gaulle denega o pedido por não reconhecer a legitimidade do Tribunal e ainda afirma que assim também pensavam outros chefes de Estado.⁵⁴⁷ De acordo com Sartre, para De Gaulle, cabe somente ao Estado o princípio e a execução da justiça:

De Gaulle afirma que toda justiça, tanto em seu princípio quanto em sua execução, cabe apenas ao Estado e que os componentes do Tribunal Russell, por sua vez, não foram investidos por ninguém, nem por nenhum poder a fazer aquilo que imaginam poderem realizar, isto é, acusar em nome da justiça”.⁵⁴⁸

Contundo, para Sartre, “a verdadeira justiça deve extrair seu poder ao mesmo tempo do Estado e das massas”, estas, “fonte de toda a justiça”.⁵⁴⁹ Na verdade, para Sartre, o motivo pelo qual o Tribunal não é reconhecido nem pela França, nem pelos Estados Unidos, é outro:

porque essas nações não querem a nenhum preço que a política se considere sob o ângulo do direito, da criminalidade, o que permitiria aos povos julgar os atos de seu governo segundo outros critérios que os da habilidade ou a torpeza, a eficácia ou a ineficácia. Houve Nuremberg, certamente, mas houve também pressa, depois de aplicar a lei do vencedor ao vencido (...) em dissolver o tribunal, por temor de que um dia pudesse encontrar-se, esse mesmo tribunal, no banco dos acusados.⁵⁵⁰

⁵⁴⁷ SARTRE, J.-P. “Carta ao Presidente da República”, *Le Monde*, 13 avr. 1967. In: _____. *Escritos políticos 2*, 1987, p. 154.

⁵⁴⁸ SARTRE, J.-P. “Resposta do Presidente da República”, *Le Monde*, 25 avr. 1967. In: _____. *Escritos políticos 2*, 1987, p. 148-9.

⁵⁴⁹ SARTRE, J.-P. “Sartre a De Gaulle”. *Le Nouvel Observateur*, 26 avr. 1967. In: _____. *Escritos políticos 2*, 1987, respectivamente, p. 154 e p. 156.

⁵⁵⁰ *Ibid.*, p. 155.

Como se vê, Sartre explica que as nações envolvidas direta ou indiretamente na agressão imperialista no Vietnã não querem que a política se considere sob o ângulo do direito, o que permitiria aos povos julgar os atos do governo sob outros critérios além da eficácia, por exemplo, morais.

Considerar a política exclusivamente sob o critério da eficácia significa, para Sartre, “suprimir a noção de moralidade da política”.⁵⁵¹ A supressão da noção da moralidade da política, por sua vez, impede que os governos sejam julgados de um ponto de vista moral, pois, neste caso, o julgamento dos governos pelo ponto de vista moral traria o seu funcionamento.⁵⁵² Isso bastante impressiona a Sartre,

tanto mais quanto que em todos os países socialistas que visitei, desde princípios da desestalinização, o primeiro problema que se formulou tem sido: como reintroduzir no marxismo (e, em consequência, na política) o elemento da moralidade. É evidente que no Ocidente esse problema não se coloca em nenhuma parte e que a política não é senão utilitária e interessada.⁵⁵³

Os países socialistas que passavam pelo processo de desestalinização têm o mérito, segundo Sartre, pelo menos, de cogitar a introdução da moral no marxismo e na política, algo distante das pretensões dos países capitalistas.

A unanimidade nas deliberações dos jurados era um dos fatos que legitimava as atividades do Tribunal Russell. Afirmar Sartre:

quando a unanimidade nos despojou enfim de nossas subjetividades demasiado tagarelas, quando nos convertemos em uns *quaisquer*, sentimos ao mesmo tempo que o tribunal havia conquistado sua legitimidade. (...) quase todos pensávamos (alguns jurados que não eram marxistas usavam outra terminologia) que o imperialismo devia ser combatido e é uma empresa dirigida, como disse Che Guevara, contra a humanidade.⁵⁵⁴

⁵⁵¹ Ibid., p. 157.

⁵⁵² Ibid., p. 157.

⁵⁵³ Ibid., p. 158.

⁵⁵⁴ SARTRE, J.-P. “De Nuremberg a Estocolmo”. **Tricontinental**, 3 déc. 1967. In:_____. **Escritos políticos 2**, 1987, p. 178.

Precisamos notar a importância da palavra “quaisquer” utilizada por Sartre. Se o Tribunal não fosse composto por quaisquer pessoas, isto é, pessoas comuns, sua legitimidade poderia ser atribuída à notoriedade de um grande escritor, ou de um filósofo renomado. No entanto, a despeito da observação de Sartre, temos que reconhecer que a composição do Tribunal estava longe de englobar pessoas consideradas comuns: Simone de Beauvoir (França), Lázaro Cárdenas (México), Isaac Deutscher (Grã-Bretanha), Bertrand Russell (Inglaterra), o próprio Sartre, etc. Mesmo assim, Sartre faz questão de dizer que não eram filósofos, nem escritores ou intelectuais que formavam o Tribunal, mas pessoas simples.

A legitimidade do Tribunal Russell emana também, para Sartre, do fato de que seus membros não são mandatários de nenhum poder ou instituição, o que assegura a independência dos jurados. A “fraqueza” dos jurados revela a sua força, como coloca o fragmento:

não somos mandatários de nenhum poder e ninguém poderá dizer que impomos nossa lei a pessoas que temos sob a bota. Somos independentes porque somos fracos. E nossa posição é forte porque não buscamos mandar algumas pessoas à cadeia, senão fazer renascer na opinião pública, em um momento sinistro de nossa história, a idéia de que podem existir políticas objetiva e juridicamente criminais.⁵⁵⁵

Quando Sartre afirma que o Tribunal Russell objetiva fazer “renascer” na opinião pública “a idéia de que podem existir políticas objetiva e juridicamente criminais”, podemos supor que ele sugere, portanto, que as massas estão “adormecidas”. Daí a importância das atividades do Tribunal: o “despertar” da opinião pública para o fato.

Fazer valer os acordos jurídicos internacionais para a Guerra do Vietnã requer, para Sartre, no entanto, mais que a legitimação advinda do fato de seus membros serem pessoas comuns e da unanimidade nas deliberações de seus jurados. Exige o consentimento das massas, como no princípio democrático. A legitimidade efetiva do Tribunal reside, portanto, e sobretudo, no reconhecimento popular das atividades do Tribunal.

⁵⁵⁵ SARTRE, J.-P. “O crime”. *Le Nouvel Observateur*, 30 nov. 1966. In: _____. **Escritos políticos 2**, 1987, p. 145.

Sartre afirma que as conclusões do Tribunal devem ser ratificadas pelas massas, pois, somente elas poderiam, ao se mobilizar, pressionar os governos envolvidos a acabarem com a Guerra do Vietnã, o Pacto Atlântico e a OTAN. E, se reivindicassem a constituição de um verdadeiro tribunal internacional, os Estados Unidos poderiam, por ele, ser responsabilizados e sancionados pelos seus crimes de guerra. Enfim, para que se faça justiça, um governo contrário à Guerra do Vietnã deveria se alinhar e apoiar Ho Chi Minh, a FNL e adotar os Acordos de Genebra,⁵⁵⁶ segundo Sartre.

O envolvimento de Sartre contra a guerra no Vietnã nos permite avaliar de maneira inequívoca o núcleo da sua filosofia da liberdade, bem como explicar porque a vitória dos vietnamitas era vital para Sartre. Vejamos o fragmento:

o incrível heroísmo dos vietnamitas e seu encarniçamento para reconquistar sua soberania prefigura aos olhos dos outros povos o advento do homem libertado. E ainda que estejamos todavia longe desse advento, o *valor* da independência vietnamita reside, para nós, em ser às vezes símbolo, admoção e – nestes tempos sombrios e confusos – passo adiante: a vitória do Vietnã provará que o homem é possível. (...) o empreendimento norte-americano, ao contrário, é o objeto antes de tudo de uma condenação radical: se triunfar, provaria que o homem é um sonho e que não há no mundo nada mais que a *coisa*, isto é, a ganância e seus servidores.⁵⁵⁷

A idéia principal do fragmento consiste em afirmar que o “valor da independência vietnamita”, isto é, a sua liberdade, a ser obtida pela sua vitória sobre os Estados Unidos, “provaria que o homem é possível”, ou seja, “o triunfo do ser humano sobre a coisa” – a “ganância e seus servidores”.

Antes mesmo da emergência do Terceiro Mundo nas (pre)ocupações políticas de Sartre, sob o “impacto da História” – da Segunda Guerra Mundial e as experiências de Sartre enquanto prisioneiro e depois como resistente – Sartre introduz um elemento novo em sua

⁵⁵⁶ SARTRE, J.-P. “Sartre a De Gaulle”. *Le Nouvel Observateur*, 26 avr. 1967. In: _____ **Escritos políticos 2**, 1987, p. 157.

⁵⁵⁷ SARTRE, J.-P. “De Nuremberg a Estocolmo”. *Tricontinental*, 3 déc. 1967. In: _____ **Escritos políticos 2**, 1987, p. 182.

filosofia da liberdade: o problema da moral. Por outro lado, em meio ao “socialismo real” Sartre inscreve a moral no código da política. Se podemos afirmar que o esforço e a tentativa de Sartre em inscrever a moralidade no código da política, ao procurar fundar uma nova relação entre ação histórica (política) e eficácia para além das considerações stalinistas tiveram sucesso, o mesmo não pode ser feito em relação à difícil, para não dizer impossível, tentativa de conciliação entre a ontologia fenomenológica, região em que Sartre inscreve a sua filosofia da liberdade, e o “imperativo ético” da responsabilidade, exigência filosófica da sua definição de liberdade, como assegura o filósofo Franklin Leopoldo e Silva.⁵⁵⁸

⁵⁵⁸ Franklin Leopoldo e Silva precisa a ambigüidade ao indagar: “falta uma ética ao existencialismo?” Eis, em resumo, sua resposta: “A relação entre ontologia e ética é dupla: a ontologia não pode prescrever regras morais porque descreve a realidade humana; de outro lado, essa descrição implica a ética, a identidade radical entre existência e responsabilidade. Em outras palavras: a descrição ontológica se dá de tal maneira que a ela se associa necessariamente uma ética da responsabilidade, devido à reciprocidade que se constata entre a descrição da liberdade e a assunção da responsabilidade. Talvez por isso, a descrição da realidade humana em situação apresenta (desde *Diário de uma guerra estranha*) implicações éticas relativas às formas como o sujeito assume a situação que deve viver em termos de conduta, isto é, segundo suas escolhas de ação. Por que Sartre não chegou a terminar e a publicar um livro sobre ética com propósito elucidativo análogo ao do tratado de ontologia fenomenológica, se ele mesmo parecia entender que uma coisa leva à outra? Talvez a resposta deva ser procurada na ambigüidade que caracteriza a implicação ética da descrição ontológica da existência. É inteiramente plausível que a compreensão da conduta se faça num horizonte de questões éticas, uma vez que a subjetividade é descrita como liberdade. Mas será verdadeiramente possível passar dessa *descrição* a uma *prescrição*? Será coerente, por exemplo, fazer derivar um imperativo ético da elucidação do sentido existencial da liberdade? Ora, se entendermos prescrição como determinação de conduta, certamente nos depararemos com a grande dificuldade em relacionar tal determinação com o caráter originário da liberdade. A facticidade original de uma existência que precede a essência já nos impediria de conceber qualquer instância prescritiva que pudesse interferir a priori na contingência radical que define a realidade humana. (...) Assim podemos dizer que a questão da ética no existencialismo sartriano manifesta-se na passagem necessária da ontologia à moral, que é também a passagem impossível da descrição à prescrição. A ambigüidade a que nos referimos há pouco se situa precisamente entre as exigências simultâneas e contraditórias: a conduta livre é necessariamente responsável mas não pode haver qualquer prescrição que venha a orientar a conduta na experiência concreta dessa relação indissociável. No cerne dessa ambigüidade (...) está outra contradição constitutiva: é o homem que deve dar a si mesmo o valor, o critério e os fins de suas ações; ao mesmo tempo, o projeto de ser que se configura nessa autoconstituição da subjetividade é sempre frustrado, por ser em última análise o desejo de tornar-se em-si-para-si, ou o propósito de atingir a completude do ser através do processo de existir, que no entanto é uma totalização que nunca se completa. Simone de Beauvoir notou muito bem que a contradição enunciada em **O ser e o nada**, entre desejo de ser e a falta que nos constitui, significa, ao mesmo tempo, de um lado, a necessidade de livre criação de valores e fins, e, de outro, a impossibilidade de realizá-los, uma espécie de manifestação dramática da fatalidade da liberdade: a escolha absoluta (e a absoluta responsabilidade) e a incompletude existencial que se traduz na

A afirmação de que “o homem é possível” pela independência, isto é, pela liberdade do povo vietnamita do jugo imperialista norte-americano contradiz a filosofia da liberdade de Sartre que define o homem como “paixão inútil”. Grosso modo, Sartre afirma que todo projeto humano está fadado ao fracasso, pois, o *ser* humano (*ser para-si*), diferentemente do *ser* (*em-si*), não é, mas almeja *ser*. O homem, para Sartre, se define como “uma falta original”, daí porque sempre se caracteriza como uma “totalização-em-curso”, ao contrário do que projeta *ser*: a totalidade do *ser-em-si-para-si* (*deus*), que nunca *será*. Já que o homem não pode *ser deus*, ele está condenado a *ser* livre.

O que Sartre propunha como tarefa nas últimas páginas de *O ser e o nada* – a formulação de uma ética – exigência necessária da sua filosofia da liberdade e que não lhe foi possível cumprir devido às próprias contradições da sua filosofia, em meio à experiência histórica da Revolução Cubana, como vimos e da Guerra do Vietnã e das atividades desenvolvidas pelo Tribunal Russell, Sartre pôde postular: a necessidade de uma ação ético-jurídica considerada do ponto de vista das massas (do operariado e da pequena burguesia), portanto, no nível histórico-concreto e coletivo.

Quem define o que é a moralidade, desta vez, e quais são as regras que se consideram éticas, não é o filósofo e seu pensamento, não é o intelectual, nem o indivíduo, mas as próprias massas. Talvez por isso Sartre não pôde realizar seu projeto ético como desejava, justamente, por lhe faltar esta exigência da constituição da moral: a exigência da práxis coletiva. A moral é criação coletiva e histórica, portanto, sua criação individual não pode passar de um sonho idealista. Em outras palavras, o Tribunal Russell permite a Sartre, de certa forma, “realizar outro projeto”, mas sob outra perspectiva, não a perspectiva filosófico-moral, mas a político-moral, no nível da história e da sociedade, isto é, a necessidade da reivindicação moral (“simples e revolucionária”) das massas norte-

impossibilidade de realização”. (LEOPOLDO E SILVA, F. “O imperativo ético de Sartre”. In: NOVAES, 2006, p.151-152).

americanas e mundiais em contraposição à imoralidade da guerra imperialista norte-americana no Vietnã.

A sociedade justa para Sartre é, portanto, uma sociedade moral. O “novo homem”, honesto, digno, livre, em Cuba, nasceu em meio à sociedade livre, justa, democrática, isto é, moral. Se os cubanos deviam triunfar para manter viva a esperança na possibilidade de uma outra sociedade para além da lógica imperialista,⁵⁵⁹ o que de fato ocorreu, o “novo homem” vietnamita também deve nascer da mesma forma: vencendo a guerra e sua imoralidade. E isto provará que o homem – livre – é realmente possível.

5. A definição de intelectual e o “novo intelectual” fundido às massas

O intelectual enquanto *interventor, difusor, propositor*, enfim, “instrutor” das massas exclui a necessidade da mediação do partido político. No entanto, o Tribunal Russell implica exatamente a mediação entre as massas e a atividade incriminada, isto é, os crimes de guerra norte-americanos cometidos no Vietnã. Mas isto até que seus jurados fossem “absorvidos” no seio das próprias massas. O intelectual progressivamente “abre mão” daquelas características para “fundir-se às massas”. Mas que é o intelectual e qual a sua função na sociedade, de acordo com Sartre?

A definição de intelectual de Sartre pela primeira vez sistematiza-se no Japão, em 1965, na forma de três conferências. A elaboração da definição de Sartre ocorre em meio à Guerra do Vietnã, porém, suas origens remontam à Guerra da Argélia.

As três conferências foram compiladas no livro “Em defesa dos intelectuais”. São elas: 1ª Conferência: “O que é um intelectual?” (a “situação do intelectual” e “o que é um intelectual”), 2ª Conferência: “Função dos intelectuais” (“contradições”, “o intelectual e as massas”, “o papel do intelectual”) e 3ª Conferência: “o escritor é um intelectual?”. De

⁵⁵⁹ SARTRE, J.-P. “Huracán sobre el azúcar”. In: _____. **Sartre visita Cuba**, 1961, p. 244.

acordo com Sartre, essencialmente, o intelectual se define pela sua função *política* de “se meter naquilo que não lhe diz respeito”.

Sartre parte das referências às histórias europeia e francesa, ao diferenciar, corretamente, a propriedade feudal que foi uma relação entre homens e a propriedade burguesa em que não há intermediários com relação ao bem possuído, para explicar como, historicamente, os *philosophes* iluministas são os precursores na defesa e na proclamação da ideologia burguesa contra a ordem feudal. Também recorre em diversas passagens à História do Japão para se fazer compreender melhor, ilustrando a conferência, com o exemplo da atuação dos intelectuais japoneses na política durante a Era Meiji. Na esteira de Gramsci, utiliza o conceito de “intelectuais orgânicos” para definir a posição dos *philosophes* iluministas como os primeiros ideólogos da burguesia. Como Gramsci, também entende que as classes desfavorecidas (o proletariado, os camponeses) não podem engendrar intelectuais.⁵⁶⁰

Sartre afirma que é muito comum se referir, na França, à “morte dos intelectuais” e explica que isso se deve à influência de “idéias americanas”.⁵⁶¹ O historiador francês Jean-François Sirinelli, um dos que tem mais se interessado, atualmente, na França sobre o tema dos intelectuais⁵⁶² nos dá uma explicação mais circunstanciada a respeito. Segundo este autor, os desdobramentos da Guerra da Argélia passam longe do interesse dos historiadores ao contrário dos cientistas políticos que, em 1957, em plena guerra, discutem o papel dos “intelectuais na sociedade francesa”.⁵⁶³ Para Sartre “a morte dos intelectuais” é inspirada

⁵⁶⁰ SARTRE, 1994, p.32.

⁵⁶¹ Ibid., p. 14.

⁵⁶² São dele os livros: “Intellectuels et passions françaises: manifestes et pétitions au XXe siècle”, 1990; “Deux intellectuels dans le siècle: Sartre et Aron”, 1999; “Os Intelectuais”, In: RÉMOND, René (Org). “Por uma história política”, 1996, ao qual, neste momento, recorro como referência e outro, em parceria com Pascal Ory: “Les intellectuels en France: de l’affaire Dreyfus à nous jours”, 2002.

⁵⁶³ Diversos foram os motivos que “eclipsaram” o desenvolvimento do estudo dos intelectuais na França, de acordo com Jean-François Sirinelli: o sucesso dos estudos medievalistas (de Jacques Le Goff e de Bernard Guenée) e os de História Moderna (de Robert Mandrou e de Robert Darnton), o status complexo da história política e o problema específico da história dos intelectuais na cidade. Isto porque a própria história dos intelectuais estava relegada ao ostracismo, pois se situava no cruzamento da biografia e da política, esbarrando na história social; o medo, por parte dos historiadores em lidar com um passado muito recente ou mesmo com o presente que ainda os

numa censura fundamental: o intelectual é alguém que se mete no que não é de sua conta e que pretende contestar o conjunto das verdades, e das condutas que nelas se inspiram, em nome de uma concepção global do homem e da sociedade – concepção hoje em dia impossível, portanto, abstrata e falsa.⁵⁶⁴

Quem é o intelectual? Sartre faz a distinção entre o cientista (o técnico ou o especialista do saber prático) e o intelectual. O físico que constrói uma bomba atômica é um cientista. O físico que contesta a construção da mesma bomba é um intelectual. Os cientistas, os médicos, os engenheiros, os juristas, os professores são técnicos do saber prático, cuja função social consiste no exame crítico do campo dos possíveis, não lhes pertencendo a apreciação dos fins nem a sua realização.

Os especialistas do saber prático surgem, historicamente, com o desenvolvimento da burguesia. Os primeiros especialistas do saber prático oriundos dos meios sociais burgueses são os filósofos iluministas: os homens da lei (Montesquieu), os homens de letras (Voltaire, Diderot, Rousseau), os matemáticos (D'Alembert),⁵⁶⁵ e substituem os clérigos no processo de dessacralização da natureza e da sociedade. Esses especialistas do saber prático aplicam a razão e as regras do método científico (que Sartre chama de método analítico) na crítica da sociedade feudal.

Já o especialista do saber prático do período posterior ao iluminismo é *par excellence* um homem contraditório. Esse especialista do saber prático é um universalista na técnica. Sartre dá o exemplo de um médico que pesquisa a cura do câncer humano. Sua pesquisa se dirige à cura do câncer de todos os homens. Mas, esse técnico do saber prático, muito embora universalista em sua técnica, em última instância, suas

interpelava, poderia envolvê-los numa trama subjetiva. A partir de meados da década de 1970, a história (política) dos intelectuais na França é reabilitada (na verdade, um “nascimento mais que um renascimento”). Novas pesquisas tomam corpo, pois a história política ganha novo status e estatuto científico. Isso se deve, em grande medida, ao crescimento numérico e significativo do grupo dos intelectuais, à repercussão das teses de Sartre sobre o engajamento dos intelectuais e ainda aos debates travados por Régis Debray sobre o poder dos intelectuais e aos de Raymond Aron, pelos fins da década de 1970 e início da de 1980. (SIRINELLI, J-F. *Os Intelectuais*. In: RÉMOND, René (Org), 1996, passim.

⁵⁶⁴ SARTRE, 1994, p. 15.

⁵⁶⁵ Ibid., p.18-19.

descobertas e suas pesquisas acabam sendo particularistas, pois, atendem, inicialmente, apenas a uma minoria da população capaz de pagar pelos produtos originados de suas descobertas. Sartre assim escreve:

em muitos casos, com a cumplicidade do técnico do saber prático, as camadas privilegiadas roubam a *utilidade* social de suas descobertas e transformam-na em utilidade para a minoria à custa da maioria. Por essa razão, as novas invenções permanecem por muito tempo instrumentos de frustração para a maioria: é o que se chama de *pauperização relativa*. Assim, o técnico que inventa *para todos* é, afinal de contas – pelo menos por um período raramente previsível –, apenas um agente de pauperização para as classes trabalhadoras. Isso fica mais claro quando se trata de uma melhoria notável de um produto industrial: ela só é utilizada pela burguesia quando se faz crescer seu lucro⁵⁶⁶.

Para romper com a contradição entre o universalismo de sua técnica e os fins particularistas (burgueses) que eles atendem, esses especialistas precisam, em primeiro lugar, assumir a sua contradição, objetivando superá-la. Ou seja, é preciso tornar-se um “monstro”, isto é, “meter-se naquilo que não lhe diz respeito”, em outras palavras, denunciar o universalismo da técnica e contestar o particularismo da ideologia dominante (que é a ideologia da classe dominante).⁵⁶⁷ Neste nível é que *pode* surgir o *intelectual*, para Sartre, pois,

não é por simples decisão que um técnico se torna intelectual de fato: depende de sua história pessoal, ter ou não conseguido desfazer nele a tensão que o caracteriza; em última análise, o conjunto dos fatores que realizam a transformação é de ordem social⁵⁶⁸.

Para Sartre, a necessidade de superar a contradição experimentada pelo técnico do saber prático acaba sendo uma opção particular, voluntária, que “depende de sua história pessoal”. Mas a operação que realiza a “transformação”, isto é, que o projeta ao engajamento, ao compromisso, “é de ordem social”.

⁵⁶⁶ Ibid., p. 27, grifos de Sartre.

⁵⁶⁷ Ibid., p. 29.

⁵⁶⁸ Ibid., p. 29.

As posições políticas do intelectual, portanto, devem levar em consideração o ponto de vista da classe social realmente universal, não a burguesia, mas a classe social “mais deserdada”. Na Europa e nos Estados Unidos, o intelectual deve se posicionar sempre do ponto de vista do proletariado e, no Terceiro Mundo, do ponto de vista dos camponeses e do subproletariado (agrícola e urbano).

O intelectual, para Sartre, não tem missão, nem vocação, quer em sentido religioso ou laico. Deve se posicionar politicamente, nas lutas sociais de seu tempo, assinando manifestos, denunciando atrocidades, a alienação, etc. Engajar-se para Sartre não significa alistar-se no partido, muito embora Sartre tenha desenvolvido uma atividade às vezes bem próxima, como “compagnon de route”, do Partido Comunista Francês, às vezes distante e, contraditoriamente, como um momento “necessário e impossível”⁵⁶⁹ de diálogo com os comunistas.

Sartre não nega o papel da alienação na sociedade capitalista. Por isso reconhece que nem sempre as massas estão conscientes da sua “solidariedade de interesses”, como mostra, em relação à Guerra da Argélia, a distância do operariado francês (beneficiado pelo colonialismo e partidário da “Argélia Francesa”) da luta da FLN pela independência. Eis porque uma das tarefas do intelectual consiste em combater a ressurreição perpétua no povo das ideologias que o paralisam⁵⁷⁰ e contribuir para a tomada de consciência dos “interesses comuns de classe” entre o proletariado⁵⁷¹ e o campesinato e o subproletariado (agrícola e urbano) do Terceiro Mundo.

Por quais meios o intelectual poderia colaborar com a “tomada de consciência das massas”? De acordo com Sartre, por meio de uma autocrítica perpétua (pois o intelectual se engana também, ou seja, não é infalível) e pelo reconhecimento de sua condição de pequeno-burguês. Não é dizendo “não sou mais pequeno-burguês, movimento-me

⁵⁶⁹ “Eu direi que a colaboração com o PC é uma coisa às vezes necessária e impossível. (...) Eu reitero: impossível colaborar, impossível não colaborar”. (SARTRE, J.-P. “Bilan et perspectives de la lutte antifasciste: entretien avec Jean-Paul Sartre”. **La Voie Communiste**, n. 29, juin. 1962.

⁵⁷⁰ SARTRE, 1994, p. 43.

⁵⁷¹ Ibid., p. 46.

livremente no universal”,⁵⁷² que o intelectual pode se unir aos trabalhadores, mas ao contrário, admitindo “sou pequeno-burguês, para resolver minha contradição coloquei-me ao lado das classes operárias e camponesas (...) [para assim poder] recusar meus condicionamentos pequeno-burgueses”;⁵⁷³ associando-se concretamente e sem reservas com as ações das classes mais deserdadas; *radicalizando* a sua ação em curso e, finalmente, fazendo-se contra o poder político que se exprime pelos partidos de massa e pelo aparelho da classe operária.⁵⁷⁴

Como se vê, o intelectual se define somente no “campo da esquerda”. Portanto, não é possível, para Sartre, a existência de um intelectual de direita, ou conservador e, em última instância, nem mesmo um intelectual reformista. Em suma, o intelectual se define pela sua função, necessariamente, crítica, pela contradição entre sua técnica universal e o particularismo de classe que atende mas que pode projetá-lo ao engajamento e pela sua posição política em “meter-se naquilo que não lhe diz respeito”.

As atividades políticas de Sartre à época da Guerra do Vietnã e, particularmente, as relacionadas ao Tribunal Russell, como vimos, os eventos históricos de 1968, como Maio de 68 e a intervenção soviética na Tchecoslováquia no mesmo ano, *radicalizam* a concepção de “intelectual clássico” de Sartre que passa a reivindicar e a assumir uma nova modalidade de atuação do intelectual, desta vez, fundido às massas.

Nesse novo estágio, as massas deveriam ser as protagonistas de suas próprias reivindicações, o que suprime, portanto, a mediação do “intelectual clássico” e de todas as suas características específicas: *interventor*, *difusor* e *propositor*. O jornal maoísta dirigido por Sartre nos anos 70 *La Parole au Peuple* ilustra perfeitamente a nova práxis de Sartre: trata-se de dar “a palavra ao povo”. Outros dois jornais, da mesma época, dirigidos por Sartre, *La Cause du Peuple* e *J’Accuse* têm os mesmos objetivos.

⁵⁷² Ibid., p. 47.

⁵⁷³ Ibid., p. 47.

⁵⁷⁴ Ibid., p. 49, grifos meus.

Até a “instrução das massas” para sua “tomada de consciência”, o “intelectual clássico” é requisitado, depois disso, não teria mais razão de sê-lo. Uma vez fundido ao povo, não há também porque definir o conceito de intelectual e o seu papel na sociedade. Seria uma contradição, justamente, porque o intelectual perde seu estatuto específico de *intervenção*, de *difusão* e de *proposição*.

Tendo em vista os apontamentos, não posso concordar com István Mészáros. O filósofo marxista húngaro afirma em “A obra de Sartre: busca da liberdade” (a meu ver, a maior referência no estudo da trajetória de Sartre) que “por razões de solidariedade, (Sartre) aceita assumir a direção nominal do jornal *La Cause du Peuple*”.⁵⁷⁵ Qualifico bem melhor a opção de Sartre. Sartre distribui pessoalmente o jornal que dirige, portanto, não apenas de forma “nominal”, pelas ruas de Paris. Evidentemente, aceita a direção do jornal por solidariedade, mas, sobretudo, porque isso faz parte de um contexto em que ele passa a desenvolver e assumir novas concepções e posições políticas relacionadas à sua militância maoísta que por sua vez se relaciona a uma série de novas situações concretas postas pelo momento histórico a partir de fins dos anos 1960.

6. As últimas posições políticas de Sartre sobre o Vietnã

Enfim, consideremos, ainda que brevemente, as últimas posições políticas de Sartre sobre o Vietnã, entre os anos de 1975 e de 1979. Em entrevista dada ao *Le Monde* logo após o fim da guerra, Sartre reflete sobre a atividade passada do tribunal:

todo homem livre que se interesse por um caso de ordem social importante pode, com outros homens igualmente livres fazer um julgamento, um julgamento que pode conduzir outros homens a julgar como ele. O Tribunal Russell concretizou a velha idéia que todo homem é juiz de seu próximo ao mesmo tempo que ele é seu igual. É inspirado por essa idéia que eu aceitei fazer parte de um

⁵⁷⁵ MÉSZÁROS, 1991, p. 98.

tribunal que, em Lens, havia sido estabelecido pelos mineiros para julgar as sociedades mineiras.⁵⁷⁶

O jornal afirma ainda que Sartre recusa também ser um eterno signatário de petições, de manifestos e de protestos. Podemos perceber que, em 1975, Sartre já tem algumas restrições a respeito do socialismo vietnamita (mas continua a apoiá-lo, como veremos no “Apelo” a seguir) quando afirma: “Eu desejo que o comunismo vietnamita tome uma nova forma”.⁵⁷⁷ No entanto, na entrevista, Sartre não esclarece do que se trata. Em seguida observa, que, muito embora os Estados Unidos tenham sido vencidos, não pagaram seus crimes de guerra.

Em janeiro de 1975, mais uma petição é publicada na imprensa francesa, no jornal *Le Monde*. Trata-se de uma reivindicação dos signatários (dentre os quais Simone de Beauvoir, Gérard Chaliand, André Gorz, Albert-Paul Lentin, Sartre, Yves Lacoste, Jean Chesneaux, Michel Foucault, Jean-Luc Godard, etc.) que exigem que os Acordos de Paris sobre o Vietnã, assinados em 1973, sejam cumpridos. A despeito do término formal da guerra “no Sul do Vietnã, os combates continuam. Nem Saigon nem Washington aplicaram os Acordos. Thieu mantém presos e em campos de concentração centenas de milhares de vietnamitas; muitos morrem sob tortura”.⁵⁷⁸ Os signatários reiteram seu apoio ao “povo vietnamita e aos outros povos da Indochina em sua luta” e declaram que seu “apoio não deve cessar” e, ainda, exigem:

o respeito dos Acordos de Paris pelas autoridades de Saigon e de Washington; O fim do apoio, especialmente financeiro, a Thieu, à sua corrupção e a seus crimes; (...) que o governo francês coloque um fim à ajuda que ele fornece ao regime de Saigon, reconheça o pleno direito do GPR e a legitimidade de sua presença nos organismos internacionais.⁵⁷⁹

⁵⁷⁶ SARTRE, J.-P. “Le Tribunal Russell et la guerre: tout homme libre peut porter un jugement”. Propos recueillie par Jacques Decornoy. *Le Monde*, 10 mai. 1975.

⁵⁷⁷ Ibid.

⁵⁷⁸ SARTRE, J.-P. et al. “Appel sur l’Accords de Paris et sur le Vietnam”. *Le Monde*, n. 26-27, janv. 1975. Nguyen Van Thieu era o presidente sul-vietnamita.

⁵⁷⁹ Ibid.

Em 20 de junho de 1979, Sartre, no *meeting* realizado em apoio aos “boat-peoples”, aparece, pela primeira vez, em acordo com o liberal Raymond Aron, ao defender a causa dos vietnamitas que fogem do regime socialista em barcos rústicos.⁵⁸⁰

⁵⁸⁰ Cf. “Sartre: la conscience de son temps”. *Magazine Littéraire* (Numéro Spécial), 2005, p. 43.

CONCLUSÃO

A trajetória de Sartre caracteriza-se pela *unidade contraditória* da sua concepção (e busca) da liberdade, anterior e posterior à Segunda Guerra Mundial.

Antes da Segunda Guerra Mundial Sartre procura definir a liberdade do ponto de vista teórico-filosófico, isto é, no plano ontológico, portanto, abstrato e individual. Depois, a sua concepção de liberdade, sob o “impacto da História” – da Guerra da Argélia, da Revolução Cubana e da Guerra do Vietnã – passa a ser definida no plano político-histórico, portanto, concreto e coletivo.

Durante a Segunda Guerra Mundial, Sartre começa a pensar que não é algo que falta ao indivíduo e que o condena a ser livre, mas que algo falta à sua concepção de homem e de liberdade, isto é, a responsabilidade do homem pelos seus atos. Esse problema *ético* colocado por Sartre à sua filosofia à época da Ocupação, mas inconcluso, dadas as contradições da sua própria definição de liberdade, recoloca-se à época da Guerra da Argélia, da Revolução Cubana e da Guerra do Vietnã, quando Sartre procura defini-la sob os aspectos econômico (como independência), social (como justiça e igualdade), político (como soberania e democracia) e cultural (como humanização).

Sartre não tem dúvidas em concluir: a agressão imperialista é imoral, pois impossibilita ao homem desenvolver-se humanamente. Os agressores devem, por ela, ser responsabilizados e sancionados. Sartre, nessa esteira, afirma: o “homem é possível”, contradizendo a sua idéia de que o “homem é uma paixão inútil”. Em outras palavras, a liberdade humana é possível, como o provam as revoluções do Terceiro Mundo que se inscrevem no socialismo.

A originalidade das posições políticas de Sartre sobre a Guerra da Argélia consiste na sua definição de colonialismo e na afirmação da sub-humanização do argelino pela violência colonial que se concretiza no

racismo e na tortura. A originalidade de Sartre não está no fato de que ele tenha sido o primeiro, ou o único, a constatar a sub-humanização do argelino, mesmo porque não o foi. Mas, consiste na *radicalidade* das suas posições políticas assumidas e defendidas sobre a Guerra da Argélia. Sartre procura *intervir* contra a guerra, *divulgar* suas atrocidades e *propor* programas políticos que visassem uma ação conjunta da esquerda, e entre o operariado francês e o campesinato argelino em torno de uma mesma luta: o fim da exploração e da opressão capitalistas.

A *radicalidade* das posições políticas de Sartre podem ser comprovadas, à direita, tendo em vista que os gaullistas, a OAS, a burguesia colonial, etc. repudiavam-na, e à própria esquerda, em que os operários e os socialistas eram partidários da “Argélia Francesa”, sem contar as transigências do PCF, que, à época já aceitava “fazer o jogo” político-parlamentar burguês, de acordo com Sartre.

À época da Revolução Cubana, Sartre já está convencido do peso das circunstâncias sócio-econômicas no condicionamento das ações dos indivíduos. No entanto, e ao mesmo tempo, está convicto da *irredutibilidade fundamental das ações dos indivíduos* no processo histórico, o que Sartre define como *liberdade*. Sem considerar esta *irredutibilidade*, a ação revolucionária seria impossível. Eis o principal legado da Revolução Cubana para Sartre, muito embora a sua constatação não seja novidade. O outro legado de Cuba, de acordo com Sartre, consiste em afirmar que a revolução é possível sem uma ideologia pré-estabelecida, o que exclui a necessidade de mediação do partido político tradicional tal como o entende o marxismo.

A contribuição fundamental de Sartre enquanto intelectual está na longa série de reportagens sobre o “furacão sobre o açúcar” onde descreve o esforço cotidiano dos jovens rebeldes cubanos para edificar e consolidar a sociedade sob uma lógica “para além do capital”, com destaque às conquistas da Revolução ao povo cubano, particularmente, no tocante à Reforma Agrária. As análises de Sartre e as suas descrições constituem rico manancial para o estudo da obra revolucionária cubana, ainda que nos seus anos iniciais.

Sartre procura *divulgar* as conquistas revolucionárias cubanas não apenas para arregimentar apoio ao movimento, constantemente ameaçado de aniquilamento pelos Estados Unidos, como também para que “sirva de exemplo”, sobretudo, aos países latino-americanos que sofrem a “mesma agressão imperialista”, dentre os quais o Brasil.

A Guerra do Vietnã e as atividades desenvolvidas pelo Tribunal Russell revelam a Sartre a necessidade e a importância da inscrição da política no código da moralidade. Eis aí originalidade das posições políticas de Sartre. De acordo com Sartre, a partir da inscrição da moralidade no código da política, as “massas” poderiam avaliar e rejeitar as ações dos governos para além do critério exclusivo da eficácia. A crítica de Sartre relacionada à consideração da política sob o exclusivo critério da eficácia se dirige tanto aos países capitalistas imperialistas como aos países comunistas, mas com a vantagem de que estes, pelo menos, colocam o problema, sobre aqueles que nem mesmo chegam a cogitá-los. Sartre esclarece, porém, que a tarefa só pode partir da exigência das “massas” (que são “morais e revolucionárias”). O intelectual tem papel relevante no processo de desmistificação das “idéias que paralisam as massas” para, justamente, “despertá-las” do imobilismo. Somente as massas podem instituir um “verdadeiro tribunal internacional” que julgue e sancione, efetivamente, os crimes das guerras imperialistas com base em regras éticas e jurídicas.

Em suma, a Guerra da Argélia, a Revolução Cubana e a Guerra do Vietnã (re)colocam o problema da liberdade a Sartre, mas sob outras perspectivas, quais sejam, econômicas, sociais, políticas e culturais. As três revoluções também permitem a Sartre criticar certos aspectos do marxismo e a superar sua concepção existencialista de liberdade, pela *radicalização* das suas posições políticas – tributárias do método dialético – sobre o Terceiro Mundo.

O papel do *intelectual revolucionário*, para Sartre, antes de ser “fundido às massas”, e perder seu estatuto específico, traduz a sua necessidade de *intervenção* no curso dos acontecimentos históricos. A

divulgação dos crimes de guerra franceses e norte-americanos objetiva informar as “massas” para que formem sua opinião e tomem posições políticas contra as guerras imperialistas e a favor da luta de libertação do Terceiro Mundo. Não apenas a crítica, Sartre *propõe* programas destinados a resolver o problema da (des)unidade da esquerda e a revelar a “solidariedade de interesses” entre as classes exploradas européias e as do Terceiro Mundo na edificação da sociedade socialista. Para Sartre, somente a revolução pode romper com o imperialismo (neo)colonialista, assim como apenas o socialismo pode realizar o “reino da liberdade” entre os homens. Em outras palavras, o “problema humano” – isto é, a liberdade – para Sartre, deve resolver-se em termos de produção e de relações de produção.

Enfim, eu não poderia deixar de apresentar os limites deste trabalho com o objetivo de sugerir, às futuras investigações, o aprofundamento de alguns temas aqui insuficientemente abordados (deliberada ou involuntariamente): 1. As posições políticas de Sartre sobre Israel e os Árabes; 2. As posições dos argelinos e de outros povos africanos sobre as posições políticas de Sartre; 3. As posições políticas de Sartre sobre o PCF, o marxismo e o comunismo europeus; 4. As posições dos comunistas, em particular, do PCF e dos socialistas sobre a Guerra da Argélia; 4. As posições políticas de Sartre sobre Maio de 68 e a sua “fase maoísta” e 5. Um estudo da revista *Les Temps Modernes* relacionado ao Terceiro Mundo. Certamente, são temas interessantíssimos que esperam os seus historiadores.

PARTE II

DOCUMENTAÇÃO

BIBLIOGRAFIA GERAL

1. TEXTOS DIVERSOS

ADORNO, Theodor. **Sartre e Brecht, engajamento na literatura.** In: *Cadernos de Opinião*, Rio de Janeiro: Editora Inúbia, n.02, 1975, p.28-37.

ALMEIDA, Rodrigo Davi. **Sartre no Brasil: expectativas e repercussões.** São Paulo: Editora UNESP, 2009.

ANDERSON, Perry e CAMILLER, Patrick (Orgs.). **Um mapa da esquerda na Europa Ocidental.** Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

_____. **Considerações sobre o marxismo ocidental.** São Paulo: Brasiliense, 1989.

_____. **Modernidade e revolução.** In: *Novos Estudos CEBRAP*. São Paulo, nº 14, fev.1986, p.2-15.

_____. **A crise da crise do marxismo: introdução a um debate contemporâneo.** São Paulo: Brasiliense, 1984.

ARANTES, Paulo E. **Um departamento francês do ultramar: estudos sobre a formação da cultura filosófica uspinana (uma experiência nos anos 60).** São Paulo: Paz e Terra 1994.

BEAUVOIR, Simone de. **A Cerimônia do Adeus, seguida de entrevistas com Jean-Paul Sartre (agosto-setembro de 1974).** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.

_____. **Sob o signo da História.** São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1965, 2 volumes.

BERNE, Mauricette (Ed.). **Sartre: Catalogue de l'exposition à la BNF.** Paris: Bibliothèque nationale de France/Gallimard, 2005.

BLOCH, Marc. **Apologia da História.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BOBBIO, Norberto. **Os intelectuais e o poder.** São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1997.

BORHEIM, Gerd. **Sartre: Metafísica e Existencialismo.** São Paulo: Perspectiva, 1971.

BORON, Atilio A. (Org.). **Nova hegemonia mundial: alternativas de mudança e movimentos sociais.** Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales - CLACSO, 2004.

BOSCHETTI, Anna. **Sartre e Les Temps Modernes: une entreprise intellectuelle**. Paris: Éditions de Minuit, 1975.

BRUIT, Héctor H. **O imperialismo**. São Paulo: Atual; Campinas: UNICAMP, 1987.

BRUNSCHVIG, Henri. **A partilha da África**. Lisboa: Dom Quixote, s/d.

BURNIER, Michel-Antoine. **Os existencialistas e a política**. Lisboa: Ulisseia, 1967.

CANÊDO, Leticia Bicalho. **A decolonização da Ásia e da África**. São Paulo: Atual; Campinas: UNICAMP, 1988.

CHALIAND, Gérard. **Mitos revolucionários do Terceiro Mundo**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977.

CHESNAIS, François. *Da noção de imperialismo e da análise de Marx do capitalismo: pré/visões da crise*. In. NÓVOA, Jorge (Org.). **Incontornável Marx**. Salvador: EDUFBA; São Paulo: Editora UNESP, 2007.

CHESNEAUX, Jean. **Devemos fazer tábula rasa do passado?** São Paulo: Ática, 1995.

_____. **Ásia oriental em los siglos XIX e XX: China, Japón, Índia, Sudeste Asiático**. Calábria/Barcelona: 1969.

COHEN-SOLAL, Annie. **Sartre: 1905-1980**. Porto Alegre: L&PM Editores, 1986.

COGGIOLA, Osvaldo (Org.). **Revolução Cubana: história e problemas atuais**. São Paulo: Xamã, 1998.

CONTAT, Michel; RYBALKA, Michel. **Sartre: bibliographie 1980-1992**. Paris: CNRS Éditions, 1993.

_____. **Les écrits de Sartre**. Paris: Gallimard, 1970.

CONTAT, Michel; ASTRUC, Alexandre. **Sartre par lui même**. Paris: Institut National de l'Audiovisuel. Production Pierre-André Boutang et Guy Seligmann, 2 DVD, s/d.

COQUERY-VIDROVITCH, C.; MONIOT, H. **África negra: de 1800 a nuestros días**. Barcelona: Labor, 1985.

COUTINHO, Carlos Nelson. **A trajetória de Sartre**. In _____. *Literatura e humanismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

DELACAMPAGNE, Christian. ***História da filosofia no século XX***. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

DENIS, Benoit. ***Literatura e engajamento: de Pascal a Sartre***. Bauru/SP: EDUSC, 2002.

DOWBOR, Ladislau. ***A formação do Terceiro Mundo***. São Paulo: Brasiliense, 1982.

FANON, Frantz. ***Os condenados da Terra***. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

FERNANDES, Florestan. ***Da guerrilha ao socialismo: a Revolução Cubana***. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

FERRO, Marc (Org.). ***O livro negro do colonialismo***. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004.

FERRO, Marc. ***História das Colonizações, das conquistas às independências (séculos XII a XX)***. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

FONTANA, Joseph. ***História: análise do passado e projeto social***. Bauru/SP: EDUSC, 1998.

GERASSI, John. ***Jean-Paul Sartre: consciência odiada de seu século. Protestante ou protestador?*** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1990.

GONZALES, Horácio. ***O que são intelectuais***, 1982.

_____. ***O que é subdesenvolvimento***. São Paulo: Brasiliense, 1984.

GORZ, André. ***O socialismo difícil***. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1968.

GRAMSCI, Antônio. ***Os intelectuais e a organização da cultura***. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

HOBSBAWM, Eric J. ***Revolucionários***. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.

_____. ***Era dos extremos***. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

_____. ***Era das revoluções***. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

_____. ***A era dos impérios***. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

JAMESON, Frederic. *Sartre e a História*. In: ***Marxismo e forma: teorias dialéticas da literatura no século XX***. São Paulo: Hucitec, 1985.

JEANSON, Francis. ***Sartre por ele próprio***. Lisboa: Portugália, 1965.

LAMOUCI, Norredine. **Sartre et le tiers monde: rhétorique d'un discours anticolonialiste**. Paris: L'Harmattan, 1996.

LÉVY, Bernard-Henri. **O testamento de Sartre**. Porto Alegre, L&PM Editores, 1980.

LÖWY, Michael e NAÏR, Sami. **Lucien Goldman ou a dialética da totalidade**. São Paulo: Boitempo, 2008.

LÖWY, Michael. **Ideologias e Ciência Social**. São Paulo: Cortez, 2006.

_____. *Nacionalismo e a nova desordem mundial*. In: NOVAES, Adauto (Org.). **Invenção e crise do Estado-Nação**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

_____. **Para uma sociologia dos intelectuais revolucionários**. São Paulo: Ciências Humanas, 1979.

LUKÁCS, Georg. **Existencialismo ou marxismo?** São Paulo: Senzala, 1967.

_____. **El asalto a la razón**. México: Fondo de Cultura Económico, 1959.

MACHADO, Carlos E. J. (Ed.). **Memória e vida social**. Assis: Gráfica da UNESP de Assis/SP, v.2, n.2, maio de 2002.

MAGNOLI, Demétrio (Org.). **História das guerras**. São Paulo: Contexto, 2008a.

_____. **História da Paz**. São Paulo: Contexto, 2008b.

MANDEL, Ernest. **O lugar do marxismo na história**. São Paulo: Xamã, 2001.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do partido comunista**. São Paulo: Martin Claret, 2002.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Sobre el sistema colonial del capitalismo**. Buenos Aires: Ediciones Estúdio, 1964.

MARX, Karl et al. **A questão do partido**. São Paulo: Kairós, 1978.

MELLO, Alex Fiúza de. **Marx e a globalização**. São Paulo: Boitempo, 2001.

MEMMI, Albert. **Retrato do colonizado precedido pelo retrato do colonizador**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

MENDONÇA, Cristina D. **O mito da resistência: experiência histórica e forma filosófica em Sartre: uma interpretação de L'Être et le Néant**. São Paulo: FFLCH/USP, 2001. Tese de Doutorado.

MENDONÇA, Cristina D. **Les Temps Modernes: Um projeto iluminista no pós-guerra francês**. In: *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo: n.20, mar. 1988, p.137-147.

MÉSZÁROS, István. **A obra de Sartre: busca da liberdade**. São Paulo: Ensaio, 1991.

MORAES, Dênis de (Org.). **Combates e utopias: os intelectuais num mundo em crise**. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2004.

MORÁN, Fernando. **Revolución y tradición en Africa Negra**. Madrid: Alianza Editorial. 1971.

NETTO, José Paulo e BRAZ, Marcelo. **Economia política: uma introdução crítica**. São Paulo: Cortez, 2004.

NOVAES, Adauto (Org.). **O silêncio dos intelectuais**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

ORY, Pascal; SIRINELLI, Jean-François. **Les intellectuels en France: de l'affaire Dreyfus à nos jours**. Paris: Armand Colin/VUEF, 2002.

PANITCH, Leo; Leys, Colin (Ed.). **O novo desafio imperial**. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales - CLACSO, 2004.

PENHA, João da. **O que é existencialismo**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

PERDIGÃO, Paulo. **Existência e liberdade: uma introdução à filosofia de Sartre**. Porto Alegre: L&PM Editores, 1995.

PERRAULT, Gilles (Org.). **O livro negro do capitalismo**. Rio de Janeiro/São Paulo, 2005.

PILLOT, Florence. **Aux origines du tiers mondisme: l'évolution de la revue Les Temps Modernes sur les questions coloniales**. Mémoire de Maîtrise d'Histoire. U.E.R. de Géographie, Histoire et Sciences de la Societé. Université Paris VII, 1984.

PINGAUD, Bernard (Org.). **Los intelectuales contra Sartre**. Buenos Aires: Jorge Alvarez, s/d.

_____. **Sartre hoje**. São Paulo: Editora Documentos, 1968.

POERNER, Arthur José. **Argélia: o caminho da independência**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

QUINTILIANO, Deise. **Sartre: philia e autobiografia**. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2005.

RAMA, C. M. **Los intelectuales y la política**. Montevideo: Ediciones Nuestro Tempo, 1968.

ROMANO, Luís A. C. **A passagem de Sartre e Simone de Beauvoir pelo Brasil em 1960**. Campinas/SP: IEL/UNICAMP, 2000. Tese de Doutorado.

_____. **A vertigem do sentido na obra de Jean-Paul Sartre**. Campinas, IEL/UNICAMP, 1992. Dissertação de Mestrado.

SADER, Emir. **Século XX: uma biografia não autorizada: o século do imperialismo**. São Paulo: Perseu Abramo, 2000.

SANTIAGO Theo. (Org.). **Descolonização**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977.

SARAIVA, José Flávio S. **Formação da África Contemporânea**. São Paulo: Atual, 1987.

SCHAFF, Adam. **Verdade e história**. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

_____. **O Marxismo e o Indivíduo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

_____. **Marxismo e existencialismo**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1965.

SCHAFF, Adam e LUKÁCS, Georg. **Consciência de uma classe e Consciência de classe**. Porto: Publicações Escorpião, 1973.

SILVA, Igor Alves da (Org.). **O drama da existência: estudos sobre o pensamento de Sartre**. São Paulo: Humanitas, FFLCH/USP, 2003.

SILVA, Luciano Donizetti da. **Existencialismo e marxismo: a filosofia de Sartre entre a liberdade e a História**. UFSCar/SP, 2006. Tese de Doutorado.

SIRINELLI, Jean-François. **Intellectuels et passions françaises: manifestes et pétitions au XXe siècle**. Paris: Gallimard, 1990.

_____. **Deux intellectuels dans le siècle: Sartre et Aron**. Paris: Hachette, 1999.

_____. Os Intelectuais. In: RÉMOND, René (Org.). **Por uma história política**. Rio de Janeiro: UFRJ/FGV, 1996.

TROTIGNON, Yves. **La France au XXe siècle**. Tome I (jusqu'en 1968) e Tome II (depuis 1968). Paris: Bordas, 1976.

UNESCO. **História Geral da África**. São Paulo: Ática, 1982. Volume VII: ADU BOA HEN, A. (Coord.). *A África sob a dominação estrangeira (1880-1935)* e volume VIII: MAZRUI, A.A. *A África a partir de 1935*.

VIGEVANI, Tullo. **Terceiro Mundo: conceito e história**. São Paulo: Ática, 1990.

VISENTINI, Paulo Fagundes. **A Revolução Vietnamita**. São Paulo: Editora Unesp, 2008.

WINOCK, Michel. **O século dos intelectuais**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

ZAHAR, Renate. **Colonialismo y enajenación: contribución a la teoría política de Frantz Fanon**. México: Siglo XXI, 1970.

2. PERIÓDICOS FRANCESES (1946 - 2006)

As revistas e jornais franceses e seus respectivos textos listados abaixo contribuíram, sobretudo, para a contextualização da temática proposta pela Tese e podem servir como referência bibliográfica às futuras pesquisas sobre diversos problemas relacionados ao Terceiro Mundo. A revista fundada e dirigida por Sartre em 1945 – *Les Temps Modernes* e que existe até hoje é referência obrigatória para quem se interesse pelo estudo do Terceiro Mundo. Os textos filosóficos, literários e políticos de Sartre inicialmente publicados ou republicados na sua revista não são citados nesta seção destinada apenas à bibliografia secundária. Na seção dos *Catálogos das Fontes Documentais* poderão ser encontrados os títulos dos textos políticos de Sartre publicados na revista *Les Temps Modernes*.

Textos discriminados:

ACCUSE, JE

“Avec les ouvriers: manifestation de 35 intellectuels aux chantiers”. **J’Accuse**, Paris, n. 13, 1 déc. 1971. Éditorial.

“La Cause du Peuple’ et ‘J’Accuse’ fusionnent”. **J’Accuse**, Paris, n.1, 24 mai 1971.

ACCUSE, JE – CAUSE DU PEUPLE, LA

CLANCY, Geneviève et CHESNEAUX, Jean. “Pour une lutte commune des travailleurs et des intellectuels.” **La Cause du Peuple**, Paris, n. 13, 1 déc. 1971.

LENTIN, Albert-Paul. “Notes sur la résistance en France”. **La Cause du Peuple**, Paris, n.5, juin 1975.

“L’État n’est pas encore fasciste mais sa police l’est déjà”. **J’Accuse**, Paris, n.2, 31 mai 1971.

“Organisez-vous”. **La Cause du Peuple**. *Supplément à La Cause du Peuple (I. La nouvelle résistance; II Quel parti; III Un parti prolétarien)*, Paris, n. 20, 11 mars 1972.

“Pour une lutte commune des travailleurs et des intellectuels”. **J’Accuse**. Paris, n. 13, 1 déc. 1971. Éditorial.

Un ouvrier. “Quand un intellectuel vient discuter avec des ouvriers, ça nous oblige à réfléchir avec notre propre cervelle”. **La Cause du Peuple**, Paris, n. 15, 7 janv. 1972.

Un manifestant du 13 juin. “L’offensive des chrétiens révolutionnaires.” **La Cause du Peuple**, Paris, n. 5, 21 juin 1971.

CAHIERS BERNARD-LAZARE

BARBIER, J. “Les tâches historiques du gaulisme en Europe”. **Cahiers Bernard-Lazare**, Paris, n. 12, oct. 1967.

CAUSE DU PEUPLE, LA

BEAUVOIR, Simone. “Lettre aux camarades emprisonnés”. **La Cause du Peuple**, Paris, n. 26, 10 juil. 1970.

“La santé: libérez nous de nos chaînes!”. **La Cause du Peuple**, Paris, n. 26, 10 juil. 1970.

“Policiers: votre arme, c’est la grève”. **La Cause du Peuple**, Paris, n. 26, 10 juil. 1970.

CHRISTIANISME SOCIAL, LE

GALVÁN, Enrique Tierno. “Carta Latinoamericana – qu’est-ce que le Tiers Monde?”. **Christianisme social**, Paris, 74 anée, n. 11-12, 11 déc. 1966. (extraits de la *Revue Tercer Mundo*, Bogotá, n.17-18, 9 oct. 1965).

DÉFENSE DE LA PAIX

CHAMBRUN, Gilbert de. "Sur quelles bases négocier". *Défense de la paix*, Paris, 1953. **EXPRESS, LE**

"Castro parle aux français". *L'Express*, Paris, 20 avr. 1961, p.11-12.

KAROL, K. S. "Cuba". *L'Express*, Paris, 20 avr. 1961.

ÉTUDES SARTRIENNES: CAHIERS DE SÉMIOTIQUE TEXTUELLE

GEORGE, François. "Sartre Stalinien?". *Études Sartriennes*, Paris, n.5-6, 1986. III – *Engagements*.

POUILLON, Jean. "Sartre et la politique". *Études Sartriennes*, Paris, n.5-6, 1986. III – *Engagements*.

FRANCE-OBSERVATEUR

"Un sondage de France Observateur: diagnostic de la opinion publique". *France-Observateur*, Paris, n. 557, 5 fév. 1961.

"Un entretien avec Raymond Aron. Les colonies: une mauvaise affaire?". *France-Observateur*, Paris, n. 571, 13 avr. 1961.

FRANCE SAUVAGE

BURNIER, Michel-Antoine; KOUCHNER, Bernard. "Travailleurs immigrés: la colonie du dedans". *France Sauvage*. Paris, 1970.

IDIOT INTERNATIONAL, LE

"Les journaux gauchistes en France". *L'Idiot International*, Paris, n.1. déc. 1969, p.33-34.

MAGAZINE LITTÉRAIRE, LE

BURNIER, Michel-Antoine-. "La revue de l'après-guerre". *Le Magazine Littéraire*, Paris, n. 103-104, sept. 1975.

KRAVETZ, Marc. "Sartre et la guerre d'Algerie". *Le Magazine Littéraire*. Paris, n. 103-104, septembre 1975.

KRAVETZ, Marc. "De la révolution fantôme au fantôme de Staline". *Le Magazine Littéraire*, Paris, n. 103-104, sept. 1975.

VICTOR, Pierre. "Sartre et le gauchisme". *Le Magazine Littéraire*, Paris, n. 103-104, sept. 1975.

“Jean-Paul Sartre: la conscience de son temps”. *Le Magazine Littéraire*, Paris, n° 7, mars-mai 2005. Numéro spécial.

NOUVELLE CRITIQUE, LA: REVUE DU MARXISME MILITANT

HINCKER, François. “Jean-Paul Sartre et l’histoire”. *La Nouvelle Critique*, Paris, n.173-174, mars 1966.

RONY, Jean. “Jean-Paul Sartre et la politique”. *La Nouvelle Critique*, Paris, n.173-174, mars 1966.

PARIS-MATCH

SALGUE, Yves. “Sartre: retour d’Afrique”. *Paris-Match*, Paris, n.61, 20 mai. 1950.

PAROLE AU PEUPLE, LA

“Rejetez vos illusions et organisez vous pour la lutte”. *La Parole au Peuple*, Paris, n.3, décembre, 1970.

PEUPLES NOIRS – PEUPLES AFRICAINS

TOBNER, Odile. “Les intellectuels français et l’Afrique – dans le champ idéologique: Sartre”. *Peuples Noirs – Peuples Africains*, Paris, 3^e Année, n. 14, mars/avr. 1980.

POLITIQUE HEBDO

CALVET, Louis-Jean. “Aspects de l’imperialisme français en Afrique”. *Politique Hebdo*, Paris, n.42, 31 août 1972. Dossier.

“Conférence d’Algérie: du non-alignement à l’imperialisme”. *Politique Hebdo*, Paris, n. 93, 6 sep. 1973.

DOSSE, Roger. “Le philosophe et le suffrage universel”. *Politique Hebdo*, Paris, n. 69, 8 mars 1973. Polémique.

“La classe ouvrière est-elle encore révolutionnaire?”. *Politique Hebdo*, Paris, n. 6, 9 déc. 1971.

“Le crime d’être algérien”. *Politique Hebdo*, Paris, n.4, 11 fév. 1971.

LENTIN, Albert-Paul. “Les non-alignés au-delà de l’écumenisme”. *Politique Hebdo*, Paris, n. 94, 13 sep. 1973.

LENTIN, Albert-Paul. “Giscard, Mitterrand et l’Algérie”. *Politique Hebdo*, Paris, n.212, 4 au 10 mars 1976.

“PCF: une grande force immobile”. **Politique Hebdo**, Paris, n. 5, 5 nov. 1971.

“Sartre politique”. **Politique Hebdo**, Paris, n.18, mars 1972. Notes de lecture.

SOLIMAN, Lotfallah. “Capitalisme avance et pillage du tiers monde”. **Politique Hebdo**, Paris, n.27, 4 mai 1972. Dossier imperialism.

“Un sondage pour justifier le racisme”. **Politique Hebdo**, Paris, n. 87, 11 juil. 1973. Document.

PRÉSENCE AFRICAINE

DIOP, David. “Étudiants noirs: le fait colonial”. **Présence Africaine**, Paris, n.13, 1952.

FRANKLIN, Albert. “Réflexions sur “Orphée Noir”. **Présence Africaine**, Paris, n.13, 1952.

JEANSON, Francis. “Sartre et le monde noir”. **Présence Africaine**, Paris, n.7, 1949.

NAVILLE, Pierre. “Présence africaine”. **Présence Africaine**, Paris, n.1, novembre/décembre, 1947.

WADE, Abdoulaye. “Étudiants noirs: l’union française”. **Présence Africaine**, Paris, n.13, 1952.

PRÉSENCE FRANCOPHONE

DÉJEUX, Jean. “Sartre vu par trois intellectuels marocains”. **Présence Francophone**, Paris, n. 35, 1989. *Des usages de Sartre*.

JOPPA, Francis O. “Sartre et le milieu intellectuels de L’Afrique noire”. **Présence Francophone**, Paris, n. 35, 1989. *Des usages de Sartre*.

PEREZ, Avner. “Sartre, Memmi et Fanon”. **Présence Francophone**, Paris, n. 35, 1989. *Des usages de Sartre*.

TÉMOIGNAGES ET DOCUMENTS: SUR LA GUERRE EN ALGÉRIE

DUVERGER, Maurice. “La gauche française et la Guerre d’Algérie”. **Témoignages et documents: sur la guerre em Algérie**, Paris, n. 17, octobre 1959.

ARON, Raymond. “De Gaulle et L’Algérie”. **Témoignages et documents: sur la guerre em Algérie**, Paris, n. 21, février/mars 1960. “*Politique d’autodétermination*”.

DANIEL, Jean. “Socialisme et anticolonialisme”. **Témoignages et documents: sur la guerre em Algérie**, Paris, n. 23, mai 1960. Spécial: “*La gauche française et le FLN*”.

“Les positions de Vérité-Pour”. **Témoignages et documents: sur la guerre em Algérie**, Paris, n. 23, mai 1960. Spécial: “*La gauche française et le FLN*”.

“Les Temps Modernes: solidarité politique avec le FLN”. **Témoignages et documents: sur la guerre em Algérie**, Paris, n. 23, mai 1960. *Spécial: “La gauche française et le FLN”*.

“Les procès contre ‘Témoignages et documents’”. **Témoignages et documents: sur la guerre em Algérie**, Paris, n. 31, oct.-nov. 1961.

TRICONTINENTAL

LENTIN, Paul-Albert. “La lutte de classes et le tiers monde”. **Tricontinental**, Havana, n. 18, mai-juin 1970, p.65-69.

MANDEL, Ernest. “Les intellectuels et le ters monde”. **Tricontinental**, Havana, n. 18, mai-juin 1970, p. 12-15.

VÉRITÉ-LIBERTÉ: CAHIERS D'INFORMATION SUR LA GUERRE D'ALGÉRIE

BONNAUD, Robert. “Un an après le ‘Manifeste des 121’”. **Vérité-Liberté: cahiers d'information sur la guerre d'Algérie**, Paris, n. 12, oct. 1962.

“Déclaration sur le droit à l'insoumission dans la Guerre d'Algérie”. **Vérité-Liberté: cahiers d'information sur la guerre d'Algérie**, Paris, n. 4, sep.-oct. 1960.

“Editorial”. **Vérité-Liberté: cahiers d'information sur la guerre d'Algérie**, Paris, n. 1, mai 1960.

PENNART, J.J. “Guerre d'Algérie et capital”. **Vérité-Liberté: cahiers d'information sur la guerre d'Algérie**, Paris, n. 3, juil.-août 1960.

VÉRITÉ-POUR: CENTRALE DE INFORMATION SUR LE FASCISME ET L'ALGÉRIE

“Appel aux jeunes français”. **Vérité-Pour: centrale de information sur le fascisme et l'Algérie**, Paris, n.15, 24 mars 1960.

“Editorial”. **Vérité-Pour: centrale de information sur le fascisme et l'Algérie**, Paris, n.15, 24 mars 1960.

“De Gaulle et le grand capital”. **Vérité-Pour: centrale de information sur le fascisme et l'Algérie**, Paris, n.2, 25 oct. 1958.

“La constellation Gaulliste: De Gaulle et la presse”. **Vérité-Pour: centrale de information sur le fascisme et l'Algérie**, Paris, n.13, 13 juin 1958.

“La France intégrée?”. **Vérité-Pour: centrale de information sur le fascisme et l'Algérie**, Paris, n.3, 13 nov. 1958. *Dossier du fascisme*.

“Les mensonges officiels. Le plan de Constantine”. **Vérité-Pour: centrale de information sur le fascisme et l’Algérie**, Paris, n.8, 2 mai 1959.

“Lettre d’un militant communiste”. **Vérité-Pour: centrale de information sur le fascisme et l’Algérie**, Paris, n.8, 2 mai 1959.

“Lettre d’un responsable du PSA”. **Vérité-Pour: centrale de information sur le fascisme et l’Algérie**, Paris, n.8, 2 mai 1959.

“Notes sur la situation politique en France”. **Vérité-Pour: centrale de information sur le fascisme et l’Algérie**, Paris, n.8, 2 mai 1959.

“Pourquoi nous sommes clandestines”. **Vérité-Pour: centrale de information sur le fascisme et l’Algérie**, Paris, n.10, 6 juil. 1959.

VOIE COMMUNISTE, LA: ORGANE MENSUEL DE L’OPPOSITION COMMUNISTE

“Bilan et perspectives de la lutte antifasciste: entretien avec Jean-Paul Sartre”. **La Voie Communiste: organe mensuel de l’opposition communiste**, Paris, n. 29, juin 1962.

“Programme d’action de ‘La Voie Communiste’”. **La Voie Communiste: organe mensuel de l’opposition communiste**, Paris, n. 26, janv.-fév. 1962.

TEMPS MODERNES, LES (1945-2006)

2 (année) – 1946 – janvier – 4 (numéro)
Témoignages: Tran Duc thao – Sur L’Indochine;

2 – 1947 – février – 17
Témoignages: Un soldat français en Indochine (recueilli par Pontalis);

4 – 1949 – mars – 41
Témoignages: Patrick Michael – Deux ans d’ Indochine;

4 – 1949 – 43
Monique Lange: Documents – Jeunesse Coloniale;

5 – 1950 – février – 52
Témoignages: Claudine Chonez – Petit requisitoire indochinois;

6 – 1950 – juillet – 57
Émile Dermenghem: Images du Maghreb;

6 – 1951 – janvier – 63
Consciencs Algériennes;

6 – 1951 – avril – 66
Exposés: Yves Calvez – La crise du Maroc ou les raisons de la colère;

7 – 1951 – septembre – 71
Exposés: Claude Bourdet – L’équilibre social et le fait colonial;

7 – 1952 – avril – 78

Paul Mus: Insertion du communisme dans le mouvement nationaliste vietnamien;

7 – 1952 – mars – 77

Jacques Guerif: L'évolution du mouvement nationaliste tunisien;

Habib Bourguiba: Le problème franco-tunisien est un problème de souveraineté;

Henry Moscat et Marcel Péju: Du colonialisme au racisme – les nord-africains dans la métropole;

8 – 1953 – janvier-février – 87

Daniel Guérin: Pitié pour le Maghreb;

Elena de La Souchère: Le colonialisme et la concentration économique;

8 – 1953 – avril – 90

Claude Bourdet: Marocains et français du Maroc;

9 – 1953 – août-septembre – 93-94

Viêt-nam;

10 – 1955 – avril – 111

Documents: Marcel Willems – Un bilan de la colonisation française: l'économie de l'Afrique noire;

11 – 1955 – novembre – 119 –

L'Algérie n'est pas la France;

Jean Cohen: Colonialisme et racisme en Algérie;

Mohamed Chérif Sahli: De "l'assimilation" à "l'intégration" – une mystification politique;

11 – 1956 – mars-avril – 56 – 123

Aimé Césaire: La mort des colonies;

Michele et Claude Duchet: Un problème politique – la scolarisation de l'Algérie;

11 – 1956 – juin – 125

Mostefa Lacheraf: Le nationalisme algérien en marche vers l'unité;

12 – 1956 – juillet – 126

Georges Dalandier: Afrique ambiguë;

12 – 1956 – septembre-octobre – 127-128

Mostefa Lacheraf: Nationalisme Algérien: les sens d'une révolution;

12 – 1957 – avril – 134

Albert Memmi: Portrait du colonisateur de bonne volonté;

13 – 1958 – mai-juin – 147-148

Témoignages: Jean Duc Tahon - En "pacifiant l'Algérie";

14 – 1958 – juillet – 149

Albert-Paul Lentin avec De Gaulle en Algérie;

15 – 1959 – 158

Jean Rous: Éléments d'une politique socialiste pour les pays sous-développés;

15 – 1959 – juillet – 161

Égypte, 1959;

15 – 1959 – septembre – 163

Le "Cahier vert": des disparitions en Algérie;

15 – 1959 – octobre – 164

Algérie: ouverture ou échappatoire? (éditorial)

15 – 1959 – décembre – 166

Albert-Paul Lentin: L'Algérie dans l'impasse;

16 – 1960 – août-septembre– 175

Said Ben Cheroun: "Que se passe-t' il au Maroc?"

16 –1960 – décembre / 1961 – janvier – 177

Exposés: Mostefa Lacherat – Constantes politique et militaires dans les guerre coloniales d'Algérie (1830-1960);

Chroniques: Maxime Rondinson – Comunisme et tiers monde: sur un précurseur oublié;

16 –1961 – mars – 179

André Gorz: Gaullisme et neo-colonialisme;

René Dumont: La réforme agraire en Algérie indépendante;

16 – 1961 – mai –181

Frantz Fanon: De la violence;

André Gorz: Les États-Unis et Cuba;

Notes: Les livres – Albert-Paul Lentin: "Le français d'Algérie" (Pierre Nora);

17 – 1962 – février – 189

Victor Leduc: Coexistence pacifique et révolution;

17 – 1962 – mars – 190

Jacques Vergès: Le crime de colonialisme;

Marcel Péju: L'Express contre les révolutionnaires;

17 – 1962 – avril – 191

Marie Bousquet: Les rapports de la bourgeoisie et de la monarchie au Maroc;

Jean Poullion: décolonisation et révolution;

17 – 1962 – mai – 192

Marcel Péju: La révolution algérienne continue;

17- 1962 – juin – 193

Saadia et Lakhdar: L'alienation colonialiste et la résistance de la famille algérienne;

Actualités: Claude Estier – La presse de Paris pendant le putsh d'Algérie;

18 – 1962 – novembre – 198

Francis Jeanson: Du FNL à la révolution;

18 – 1963 – février – 201

Francis Jeanson: Algérie à la une;

Exposés: Moncet Chelli – Conscience arabe et conscience occidentale;

18 – 1963 – avril – 203

Jean Ziegler: L'armée blanche en Afrique;

19 – 1963 – octobre – 209

Entretien: Mostefa Lacherat – L'avenir de la culture algérienne;

19 – 1963 – novembre – 210

Hugh Dean: La guerre au Viêt-nam;

20 – 1965 – janvier – 224

Régis Debray: Le castrisme, la longue marche de L' Amérique Latine;

20 – 1965 – mai – 228

André Gorz: Le test vietnamien;

Les problèmes des étudiants: François Dosse – l'adaptation de l'université à la industrie;

21 – 1965 – août – 231

Serge Thion: Le sud-ouest Africain;

21 – 1965 – décembre – 235

Document: Eric Wolf – Intellectuels américains contre la guerre du Viêt-nam;

A. Griset et Marcel Kravets: De l'Algérie à la réforme Fouchet – critique du syndicalisme étudiant (fin);

21 – 1966 – janvier – 236

Les américains au Viêt-nam;

21 – 1966 – février – 237

Aimé Césaire: Une saison au Congo;

21 – 1966 – juin – 241

Exposés: Frédéric Bon et M. A. Burnier – Les intellectuels dans la société;

Günther Anders: Nuremberg et le Viêt-nam;

22 – 1966 – août – 243

Serge Fauchereau: Les écrivains américains contre la guerre au Viêt-nam;

22 – 1966 – septembre – 244

Malcom X: La révolution noire;

22 – 1966 – octobre – 245

Enquête: Anne Guérin – Tunisie, les coopérateurs parlent;

22 – 1966 – décembre – 247

Harold W. Cruse: Les noirs et l'idée de révolte;

Lee Baxandall: la deuxième conférence des intellectuels socialistes américains;

Claude Elayman: Pour saisir le tiers monde;

22 – 1967 – février – 249

Problèmes du monde ouvrier;

Lélio Basso: Les perspectives de la gauche européenne;

David Alexander: Vers un socialisme cubain;

22 – 1967 – mars – 250

Harry Magdoff: "Les aspects économiques de l'impérialisme américain";

Davi Alexander: Cuba, un nouvel internationalisme révolutionnaire (II);

23 – 1967 – septembre – 256

Frair Caraïb: La Guadeloupe opprimée;

John Gerassi: Violence, révolutions et modifications de structure en Amérique Latine;

Gisele Halimi: Viêt-nam, les femmes aussi;

23 – 1967 – octobre – 257

Le Brésil;

23 – 1968 – mars – 262

Cuba;

Jacques Vallier: L'économie cubane, quelques problèmes essentiels de son fonctionnement;

Fidel Castro: Où sont les avant-gardes?

Hélène Darmelin: Art et révolution à la Havane;

Exposés: Denis Gayet – Le racisme em Guyane Française;

24 – 1968 – octobre – 268

Documents: J.J. Nattiez – Fidel Castro et l’affaire tchécoslovaque;

24 – 1969 – avril – 274

Benno Stenberg Sarel: Révolution par le haut dans les campagnes égyptiennes;

25 – 1969 – juin-juillet – 276

René Georges Claude: Le gaullisme et l’apartheid;

26 – 1970 – janvier – 282

Jean Claude Girardin – Contribution au problème de l’organisation révolutionnaire;

Daniel Verrès: Perspectives tunisiennes;

26 – 1970 – février – 283

Biafra;

Richard Marienstras: Fin d’ une nation;

Bill Warren: Les causes de la guerre;

Stanley Diamond: Un ethnocide;

Phillipe Gavi: Gauchistes en Inde;

27 – 1970 – octobre – 291

Luttes américaines: États-Unis, Mexique, Argentine, Uruguay, Cuba;

27 – 1971 – avril – 297

Paul Sweezy e Charles Bettelheim: Dictature du prolétariat, classes sociales et ideologie proletariene;

Léo Gabriel: L’ idéologie mexicaine;

Basil Davidson: L’Afrique recolonisée?

Rodrigo Rojas: Le mouvement de libération nationale aux Phillipines;

27 – 1971 – juin-juillet – 299-300

Marc Kravetz: Le procès de Marrakech;

Hamza Alavi: Le Bangla Desh et la crise pakistanaise;

Carlos Fuentes: La véritable solidarité avec Cuba;

José Revueltas: La lettre de Padilha et les déclarations de Fidel;

Anthropologie et imperialisme (II)

Rodolfo Stavenhagen: Comment décoloniser les sciences sociales appliquées?

29 – 1972 – mars – 308

XXX: Héroïne et impérialisme;

Paul Demunter: Le regime de Mobutu (Zaire) (65-71);

Tunisie: J. Chérel – Histoire d’ um échec;

Turquie: Gilles Gaultier – Du curs flottant de la misère;

29 – 1972 – avril – 309

Argentine – Uruguay – Bolivie – Maroc;

29 – 1973 – mars – 320

Danny Gisler et Emmanuel Baudry: Des militants français au village africain d’ Ivry;

29 – 1973 – février – 319

Claude Berger: Pratique vietnamienne et debat révolutionnaire;

29 – 1973 – novembre – 328

Maurice T. Maschino et Fadela M’Rabet: Algérie – quand les derricks cachent le désert;

Roger Genoud: Sur les révolutions partielles du tiers monde; Maxime Rodinson: révolutions et révolution;

30 – 1975 – avril – 345

Claude Collin et Jean-François Cantrey: La Martinique, département ou colonie?

30 – 1975 – mai – 346

Jean Pierre Olivier: Afrique - qui exploite qui?

30 – 1975 – juin – 347

Elsa Pingaud-Assidon: La domination imperialiste française au Maroc;

31 – 1976 – mars – 356

Charles-Andre Julien: Un épisode de la lutte pour l'indépendance tunisienne: l'affrontement de Bourguiba et de Salah Ben Youssef;

32 – 1976 – octobre – 363

Jacques Msika: La terre intérieure d'Albert Memmi;

34 – 1979 – janvier – 390

Dossier: Le travail des enfants dans l'industrie marocaine du tapis;

34 – 1979 – mai – 394

Abdallah Baroudi: Le complot "saharien" contre le peuple marocain et son armée;

35 – 1980 – janvier – 402

Indochine: Guerre des socialismes, mort des peuples;

36 – 1980 – décembre – 413

Francisco Vergara: Cuba – Vingt années des transformations économiques, trois stratégies pour un échec;

37 – 1981 – janvier – 414

Marcel Pape: Enfances algériennes;

37 – 1981 – avril – 417

Faïd Chraïbi: Le processus "démocratique" au Maroc;

38 – 1981 – juillet-août – 420-421

Jacques Fredj: Conscience nationale et situation coloniale;

39 – 1982 – juillet-août – 432-433

Algérie: espoir et réalités;

39 – 1982 – septembre – 434

Serge Latouche: L'imperialisme précédé de développement du capitalisme;

Laennec Hurbon: La fuite du peuple haïtien;

39 – 1983 – avril-mai – 441-442

Antilles;

40 – 1983 – octobre – 447

Allan Lipietz: L'impérialisme ou la bête de l'apocalypse;

40 – 1984 – mars-avril-mai – 452-453-454

L'immigration maghrébine en France: Les faits et les mythes;

41 – 1984 – octobre – 459

Kostas Vergopoulos: La crise alimentaire dans le tiers-monde;

41 – 1984 – décembre – 461

Anne Perotin-Dumon: Le mal Antillais et la révolution française;

41 – 1985 – mars – 464

Nouvelle-Caledonie: Pour l'indépendance;

41 – 1985 – juillet-août – 468-469

Jim Cohen: Expansionisme soviétique dans le tiers monde?

41 – 1985 – septembre – 470

Carmel Camilleri: Une communauté maltaise en tunisie entre les groupes arab-berbere et français;

41 – 1985 – octobre – 471

Sartre

Spécial quarantième anniversaire

Simone de Beauvoir: Naissance des Temps Modernes;

Claude Lanzmann: Sartre: Le courage et la lucidité dans l'engagement;

41 – 1986 – avril – 477

René Galissot: Les révolutions du tiers monde sont-elles des révolutions contre le capital de Marx;

41 – 1986 – mai – 478

Jean Benoit et Catherine Golliav: L'interminable guerre du Sahara occidental;

41 – 1986 – juin-juillet-août – 479-480-481

Afrique du Sud: Demain le feu. L'engagement des intellectuels (du afrique du sud);

43 – 1988 – juin – 503

Jean Chesneaux: La modernité-monde;

Orestes Pucciani: Sartre et ses audiences américaines;

44 – 1989 – mai-juin – 514-515

Immanuel Wallerstein: 1968 – révolution dans le système mondial;

Justin Daniel: Régionalisation et décentralisation en Martinique;

44 – 1989 – août-septembre – 517-518

Amérique Centrale;

46 – 1990 – octobre-novembre-décembre – 531-532-533

Témoins de Sartre, v.1 et v.2;

46 – 1991 – mars-avril – 536-537

Andallah Barloudi: Le Maroc ou l'effect vitrine;

46 – 1991 – septembre – 542

Chroniques: Marie Miguet-Ollagner: "La saveur Sartre" du livre Brisé;

47 – 1991 – novembre – 544

Camille Scalabrino: Viêt-nam – Chine à propos du maoïsme vietnamien;

47 – 1991 – décembre / 1992 – janvier – 545-546

Banlieues: Rélegation ou citoyenneté;

49 – 1994 – été (juillet-aout-septembre-octobre-novembre) – 576-577-578

Les intellectuels et la guerre;

50 – 1995 – janvier-février – 580

Algérie: La guerre des frères;

51 – 1996 – janvier-février – 586

Claude Liscia: La Havane dans le lendemains de l'après-sovietisme;

51 – 1996 – mars-avril-mai – 587

Cinquante ans sur l'engagement de Sartre;

51 – 1996 – juin-juliet – 588

Sami Nair: Algérie, Égypte, Turquie;

Jean-Louis Planche: Violence et nationalisme en Algérie (1942-1945);

54 – 1999 – novembre-décembre – 606

Claude Liauzu: Prétoires, mémoires, histoires, la guerre d'Algérie a eu lieu;

56 – 2001 – mars-avril-mai – 613

Juliette Simont: Sartre et la question de l'historicité – réflexions au-delà d'un procès;

57 – 2002 – août-novembre – 620-621

Afriques du monde;

Nicolas Martin-Granel: Sartre au Congo;

60 – 2005 – juillet-octobre – 632-633-634

Notre Sartre;

61 – 2005 – novembre-décembre /2006 – janvier – 635-636

Pour Frantz Fanon;

Bryan Cheyette: Fanon et Sartre – noirs et juifs;

Hélène Baty-Delalande: De l'engagement" chez les écrivains avant Sartre;

61 – 2006 – septembre-octobre – 640

Artemy Magun: La révolution négative – La chute du communisme en Russie et le concept de révolution;

61 – 2006 – novembre-décembre – 641

Wassyla Tamzal: Les femmes oubliées de la révolution algérienne.

CATÁLOGO DAS FONTES DOCUMENTAIS

TEXTOS DE SARTRE

I. APRESENTAÇÃO

Trata-se de um levantamento e da coleta dos textos de Sartre organizados e aqui apresentados sob a forma de um *Catálogo das Fontes Documentais*, um dos legados da Tese a futuras pesquisas. O catálogo discrimina os textos políticos de Sartre entre 1944 e 1979, incluídos neles, portanto, os textos políticos de Sartre sobre o Terceiro Mundo.

As três referências essenciais que nortearam o levantamento e a coleta (reprodução por fotocópia ou fichamento manuscrito) dos textos políticos de Sartre foram: *Les écrits de Sartre* (de Michel Contat e Michel Rybalka, publicado pela editora Gallimard em Paris, em 1970) cujo fichamento e tradução foram realizados por mim no Brasil e são apresentados no final deste catálogo.

mais dois suplementos aos *Les écrits de Sartre* (também de autoria de Rybalka e Contat), no entanto, publicados nas revistas parisienses *Le Magazine Littéraire* (números 55 e 56) em 1971 e *Obliques* (números 18 e 19) em 1979.

Para uma visão de conjunto dos textos de Sartre (os filosóficos, os literários e os políticos) e para dirimir quaisquer erros na análise e na interpretação, especificamente, dos textos políticos de Sartre fiz o fichamento traduzido de *Les écrits de Sartre*. O livro *Les écrits de Sartre* é uma compilação comentada de autoria de Michel Contat e Michel Rybalka, publicado pela Gallimard, em 1970, de todos os textos de Sartre a partir de 1923 – data de seu primeiro texto (“L’ange du morbide”) a 1969, data do último texto de Sartre (“*Classe e partito. Il Rischio della spontaneità, la lógica dell’istituzione*.” “Entretien”, publicado originalmente na revista italiana *Il Manifesto*, Bari, n.4, 09/69) pesquisado pelos dois autores. Após essa data, Michel Contat e Michel Rybalka publicam, na

revista *Le Magazine Littéraire*, nos seus números 55-56 (*Spécial Sartre*), de setembro de 1971 e na revista *Obliques*, nos seus números 18-19 (*Spécial Sartre*) de 1979, mais dois suplementos aos “*Les écrits de Sartre*”, que por mim também foram pesquisados.

Os textos constantes em *Les écrits de Sartre* (tanto os comentários de Contat e Rybalka sobre os textos de Sartre, como as próprias citações de Sartre selecionadas pelos autores) foram traduzidos, sobretudo, tendo-se em vista os objetivos deste trabalho. No entanto, em última instância, pode subsidiar futuras pesquisas sobre a obra de Sartre. Portanto, para o acompanhamento mais completo possível de toda a produção bibliográfica de Sartre comentada, o interessado deve se reportar, obrigatoriamente, à leitura integral de *Les écrits de Sartre* e aos números das revistas *Le Magazine Littéraire* e *Obliques*, como já disse.

Les écrits de Sartre apresentam: uma “Lettre-préface” (“Carta-Prefácio”) de Sartre em que o filósofo *engagé* afirma, categoricamente, que o trabalho de Contat e Rybalka é notável. Em relação à sua trajetória, Sartre admite mudanças, mas sem renegar suas obras; uma “Introduction” (“Introdução”), de Contat e Rybalka em que afirmam ter escapado à investigação, por exemplo, as entrevistas de Sartre dadas em pequenos periódicos, ou no exterior, e que isso demandaria um outro trabalho. Contat ficou responsável pela parte política e filosófica e Rybalka pelas partes literária e teatral da compilação. Os autores destacam ainda uma crítica ao “sistema malthusiano atualmente em vigor na *Bibliothèque nationale de France*, em particular, na sala dos Periódicos”; uma “Chronologie” (“Cronologia”), onde podemos encontrar, de forma bastante concisa, informações sobre todos os títulos das conferências, entrevistas, artigos, emissões rádio-televisivas, publicações de peças teatrais, ensaios literários, filosóficos e políticos de Sartre; uma “Bibliographie commentée” (“Bibliografia comentada”) – com excelentes resumos dos textos de Sartre que foram aqui traduzidos; uma seção de anexos, isto é, os “Appendice I” – “Cinéma” e “Appendice II” – “Textes retrouvés de Jean-Paul Sartre” (“Textos (re)encontrados de Sartre”) – onde textos inéditos são reproduzidos *in extenso* – e finalmente, um índice remissivo de títulos dos

periódicos e de nomes e assuntos, o “Index” (de “Titres des périodiques e des noms et sujets”). Essas duas últimas seções não foram traduzidas neste trabalho.

Nenhum texto de jornal e/ou revista que já tenha sido publicado (com ou sem tradução para o espanhol ou português) foi pesquisado novamente. No entanto, vários textos políticos de Sartre insuficientemente resumidos ou comentados por Michel Contat e Michel Rybalka em *Les écrits de Sartre* foram investigados. Por exemplo, Contat e Rybalka praticamente não trazem nenhuma informação sobre o conteúdo da entrevista de Sartre dada a Francis Jeanson para o jornal *Vérité-Pour* (n.9, 02/06/1959). Os dois autores apenas relatam uma discordância política e a ruptura temporária entre Jeanson e Sartre no que diz respeito à condenação severa, pelo último, da invasão soviética da Hungria. Eis o motivo pelo qual localizei o jornal e o pesquisei, reproduzindo integralmente a entrevista.

Tendo em vista o limite – 1969 – da pesquisa empreendida por Michel Contat e Michel Rybalka, a minha pesquisa arquivística seguiu a seguinte lógica: num primeiro momento procurou levantar todos os textos políticos de Sartre a partir de 1970 até a década 1980. Em seguida, os textos políticos de Sartre citados em *Les écrits* que se referissem especificamente ao Terceiro Mundo, pois a “Bibliographie commentée” não inclui textos integrais, apenas resumos deles. No livro dos autores franceses, apenas encontramos referências ao contexto histórico quando isso fosse estritamente necessário, pois o objetivo dos autores não era oferecer um estudo analítico-interpretativo nem das obras de Sartre e nem da sua trajetória.

A pesquisa documental foi realizada na *Biblioteca Central da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP/São Paulo* (em 2006 e em 2007) e na *Bibliothèque nationale de France site François Mitterrand/Paris* (em janeiro de 2008 e em julho de 2009). No entanto, outras bibliotecas da rede UNESP (Araraquara, São José do Rio Preto, Marília e Assis) também tiveram sua parcela de contribuição.

Os números disponíveis dos jornais e revistas do acervo da *Bibliothèque nationale de France* podem ser acessados e pesquisados no site da www.bnf.fr, no link “Catalogues et Bibliothèque numérisé” e, em seguida, no link “BnF Catalogue général”. A austeridade da política de direitos autorais na França e o alto preço das cópias explicam porquê a reprodução de textos na *Bibliothèque nationale* torna-se praticamente inviável. Os periódicos livres de direitos autorais devem ter publicação máxima até 1919 e os de data posterior só podem ser reproduzidos em seus 15%, com autorização expressa do presidente de cada “Banque”; os livros, apenas em seus 10% e, dependendo do estado de conservação dos jornais, das revistas e dos livros, nem mesmo essa cota é permitida. É o caso das encadernações em brochura e dos jornais, em geral. Somente os documentos microfilmados podem ser completamente reproduzidos. Com os demais, devemos nos contentar em fichá-los manualmente, o que estende muito mais o tempo da pesquisa.

A produção bibliográfica e a atividade política de Sartre são variadas e intensas. Em relação à primeira, podemos citar: textos filosóficos altamente complexos (*O ser e o nada*, *Crítica da razão dialética*) e textos menos densos (*O existencialismo é um humanismo*); inúmeros romances (*A náusea*, *Os caminhos da liberdade*) e contos (*A infância de um chefe*, *O muro*); roteiros cinematográficos (*Freud além da alma*, *Os dados estão lançados*); documentários (*Sartre par lui même*); críticas literárias (*Faulkner*, *Dos Passos*, *Mallarmé*); textos autobiográficos (*As palavras*) e biográficos (*São Genet, comediante e mártir* e *O idiota da família*); ensaios políticos sobre o comunismo (*Os Comunistas e a paz*, *O fantasma de Stálin*), sobre a política francesa (*Os maos na França* e *A nova idéia de maio de 68*), sobre Israel e os árabes (*Impressões israelenses*, *Israel, a esquerda e os Árabes*) e sobre o Terceiro Mundo (*O colonialismo é um sistema*, *O Terceiro Mundo começa nos subúrbios* e a longa reportagem sobre Cuba – *Sartre visita Cuba*), etc.

Em relação à segunda, três grandes acontecimentos históricos – a Guerra da Argélia (1954-1962), a Revolução Cubana (1959) e a Guerra do Vietnã (1946-1975) – radicalizam o engajamento político de

Sartre em prol da causa do Terceiro Mundo. Dentre as suas atividades políticas podemos mencionar: as conferências políticas realizadas na *Mutualité* e na *Sorbonne*; pronunciamentos em portas de fábricas; participação e organização de tribunais populares (*Primeiro Tribunal popular* em Lens e o *Tribunal Russell*); assinatura de manifestos (*Manifesto dos 121*), de petições (*Pour les libertés en Argentine*); direção de jornais “gauchistas” (esquerdistas) como *La Cause du Peuple*, *La Parole au Peuple*, *Secours Rouge*, enfim. As atividades políticas de Sartre, evidentemente, diminuem com seu envelhecimento e cessam em 1979, quando já estava cego. Não há textos políticos “póstumos”, ou “inéditos” de Sartre, pois, esses textos necessariamente pertenciam à “hora histórica”, o que exigia sua publicação imediata. Do contrário perderiam o seu objetivo. O mesmo não acontece com outros escritos, que, freqüentemente são “(re)descobertos” e publicados tempos depois de sua confecção.

Tendo em vista a produção bibliográfica e a atividade política impressionante e multifacetada de Sartre, o que salta aos olhos é o caos, aparente. Sartre teria “falado de” e “sobre tudo”, logo sobre nada, o que é falso. Na verdade, toda a obra de Sartre, que reflete suas preocupações (filosóficas, literárias e políticas), possui um fio da meada, isto é, uma continuidade fundamental, ainda que, por vezes, contraditória, como ele mesmo e também seus principais intérpretes e especialistas afirmam (de Fredric Jameson a István Mészáros e de Simone de Beauvoir a Carlos Nelson Coutinho). A luta de Sartre é pela busca e defesa incondicionais da liberdade, necessariamente, na sociedade socialista.

Enfim, este *Catálogo das Fontes Documentais* dos textos de Sartre está dividido em duas seções e cada uma dessas seções subdivide-se em outras duas, em sua maior parte, comentadas.

A **Seção I** é subdividida em duas repartições: “1. Textos Diversos” e “2. Compilações”. Na repartição “1. Textos diversos” cito apenas os textos (conferências, romances, ensaios filosóficos etc.) de Sartre publicados em língua portuguesa. Na repartição “2. Compilações” discrimino todos os textos de Sartre reunidos e publicados por diferentes editoras de línguas portuguesa, espanhola e francesa. Todos os textos

desta seção são de amplo e fácil acesso aos estudiosos da obra de Sartre. A **Seção II** é subdividida em duas repartições: “3. Periódicos franceses (revistas e jornais)” e “4. *Os escritos de Sartre*”. Na repartição “3. Periódicos franceses” discrimino exclusivamente os textos políticos de Sartre sobre o Terceiro Mundo por mim pesquisados na *Bibliothèque nationale de France* e, por fim, na repartição “4. *Os escritos de Sartre*” apresento meu fichamento traduzido do livro de Michel Contat e Michel Rybalka – *Les écrits de Sartre*.

SEÇÃO I

1. Textos Diversos

SARTRE, Jean-Paul. ***As moscas***. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2005.

_____. ***O Muro***. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2003.

_____. ***Crítica da razão dialética***. São Paulo: DP&A, 2002.

_____. ***O ser e o nada. Ensaio de ontologia fenomenológica***. Petrópolis: Vozes, 1999.

_____. ***A náusea***. São Paulo: Record, 1996.

_____. ***Os dados estão lançados***. Campinas/SP: Papyrus, 1995.

_____. ***Em defesa dos intelectuais***. São Paulo: Ática, 1994.

_____. ***Que é a literatura?*** São Paulo: Ática, 1993.

_____. ***Sartre no Brasil: A Conferência de Araraquara***. (Edição Bilíngüe). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986a.

_____. ***Furacão sobre Cuba***. Rio de Janeiro: Editora do Autor, 1986b.

- _____. **As palavras**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.
- _____. **Com a morte na alma**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1983a.
- _____. **Diário de uma guerra estranha**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1983b.
- _____. **A Idade da razão**. São Paulo: Abril Cultural, 1981.
- _____. **Os seqüestrados de Altona**. Lisboa: Europa-América, 1975.
- _____. **O existencialismo é um humanismo**. São Paulo: Abril Cultural, 1973a.
- _____. *Préface*. In: TODD, Olivier. **Les paumés**. Union Générale d'Éditions: Paris, 1973b, pp. 07-14.
- SARTRE, Jean-Paul. **As mãos sujas**. Portugal: Europa-América, 1970a.
- _____. **A prostituta respeitosa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1970b.
- _____. **O diabo e o bom Deus**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1970c.
- _____. *Determinação e liberdade*. In: DELLA VOLPE, Galvano et al. **Moral e Sociedade** (Atas do Convênio promovido pelo Instituto Gramsci). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.
- _____. *Les motivations du jugement sur le genocide*. In: SARTRE, J.-P. et al. **TRIBUNAL RUSSELL II - Le jugement final**. Paris: Gallimard, 1968.
- _____. *Discours inaugural*. In: SARTRE, J.-P. et al. **TRIBUNAL RUSSELL**. Paris: Gallimard, 1967a.
- _____. **O fantasma de Stálin**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967b.
- _____. **Sursis**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1967c.
- _____. **Marxismo e existencialismo: controvérsias sobre a dialética**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1966a.

_____. **Questão de método**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1966b.

_____. **As troianas**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1966c.

_____. **Mortos sem sepultura**. Lisboa: Presença, 1965a.

_____. **Reflexões sobre o racismo: Reflexões sobre a questão judaica e Orfeu negro**. São Paulo: Difel, 1965b.

_____. *Que pode a literatura?* In: RODRIGUES, Urbano Tavares. **Que pode a literatura?** Lisboa: Estampa, 1964.

_____. *Merleau-Ponty vivo (I)*. In: **Revista Tempo Brasileiro**, n.2, dezembro de 1962.

2. COMPILAÇÕES (1944-1976)

Na repartição “Compilações” são listados dois grandes conjuntos documentais, além de outras pequenas compilações, que reúnem textos de Sartre de natureza diversa: filosóficos, literários ou políticos.

Essencialmente, dispomos de duas grandes compilações, uma francesa (publicada pela editora Gallimard e outra espanhola/argentina publicada pelas editorias Alianza/Losada). São as *Situations* e os *Escritos políticos* de Sartre.

Situations I, II, III, IV, V, VI, VII, VIII, IX E X (1947 – 1976):

A coleção publicada pela editora Gallimard, entre os anos de 1947 e 1976, denominada *Situations* (I, II, III, IV, V, VI, VII, VIII, IX e X) são as primeiras compilações de que temos notícias. Ela agrupa textos de Sartre sobre as mais diferentes temáticas, do marxismo à política

francesa, das críticas literária e filosófica às suas entrevistas. As *Situations* são uma das referências obrigatórias ao estudo da obra de Sartre.

O título da compilação *Situations* nos reporta e se relaciona diretamente ao núcleo da filosofia de Sartre, isto é, à idéia de liberdade. De acordo com Igor Silva Alves, “A *situação* é o obstáculo que se deve transpor para se realizar os fins escolhidos, sem situação a liberdade desvaneceria, sendo que a liberdade se afirma mais claramente quando sujeita à maiores pressões, quanto maior o obstáculo, quando a *situação* é extrema (...). A *situação* determina a incerteza da obtenção dos fins escolhidos, o que poderia parecer uma restrição à liberdade. Mas a verdadeira liberdade não é a liberdade de obtenção, possível apenas no imaginário, posto que não existe obstáculo algum à consciência, e sim uma liberdade de eleição entre diversos possíveis”. Como explica, ainda, a nota de rodapé 32, citada no mesmo texto, “uma primeira definição de *situação* aparece em *O imaginário* como sendo diferentes modos imediatos de apreensão do real.” (*Que é teatro de situações*. In: ALVES, Igor Silva (Org.). *O drama da existência: estudos sobre o pensamento de Sartre*. São Paulo: Humanitas FFLCH/USP, 2003, pp.109 e 110).

Textos discriminados:

SARTRE, Jean-Paul. ***Situations I***. Paris: Gallimard, 1947.

[Faulkner; Dos Passos; Paul Nizan; Husserl; Mauriac; Nabokov; Denis de Rougement; Giradoux; Camus; Maurice Blanchot; Georges Bataille; Brice Parain; Jules Renard; Francis Ponge; Descartes]

SARTRE, Jean-Paul. ***Situations II***. Paris: Gallimard, 1948.

[Présentation de Temps Modernes; La nationalisation de la littérature; Qu'est-ce que la littérature?]

SARTRE, Jean-Paul. ***Situations III***. Paris: Gallimard, 1949.

[La république du silence; Paris sur l'occupation; Qu'est-ce qu'un collaborateur?; La fin de la guerre; Individualisme et conformisme aux États-unis; Villes d'Amérique; New York ville coloniale; Présentation; Matérialisme et révolution; Orphée noir; La recherche de l'absolu; Les mobiles Calder]

SARTRE, Jean-Paul. **Situations IV**. Paris: Gallimard, 1964.

[Portrait d'un inconnu; L'artiste et sa conscience; Des rats et des hommes; Gide vivant; Réponde à Albert Camus; Paul Nizan; Merleau-Ponty; Le séquestré de Venise; Les peintures de Giacometti; La peintre sans privilèges; Masson; Doigts et non-doigts; Un parterre de capucines; Venise, de ma fenêtre]

SARTRE, Jean-Paul. **Situations V: Colonialisme et néo-colonialisme**. Paris: Gallimard, 1964.

[D'une Chine à l'autre; le colonialisme est un système; Portrait du colonisé précédé du portrait du colonisateur; Vous êtes formidables; Nous sommes tous des assassins; Une victoire; Le prétendant; La constitution du mépris; Les grenouilles qui demandent un roi; L'analyse du referendum; Les somnambules; Les damnés de la Terre; La pensée politique de Patrice Lumumba]

SARTRE, Jean-Paul. **Situations VI: Problèmes du marxisme I**. Paris: Gallimard, 1964.

[Portrait de l'aventurier; Faux savants ou faux lièvres; Sommes-nous en démocratie?; La fin de l'espoir; Les communistes et la paix]

SARTRE, Jean-Paul. **Situations VII: Problèmes du marxisme II**. Paris: Gallimard, 1965.

[Réponse à Claude Lefort; Opération Kanapa; Le réformisme et les fetiches; Réponse à Pierre Naville; Le fantôme de Staline; Quand la police frappé les trois coups...; La démilitarisation de la culture; Discussion sur la critique à propos de L'enfance d'Ivan]

SARTRE, Jean-Paul. **Situations VIII: Autour de 68**. Paris: Gallimard, 1972.

[Il n'y a plus de dialogue possible; Un américain écrit à Sartre; Sartre répond; Le crime; Lettre au Président de la République et réponse; Sartre à de Gaulle; Douze hommes sans colère; Tribunal Russel, discours inaugural; De Nuremberg à Stockholm; Le génocide; L'alibi; Refusons le chantage; Achever la gauche ou la guérir; Le choc en retour; Les Bastilles de Raymond Aron; L' idée neuve de mai 1968; Les communistes ont peur de la révolution; Il n'y a pas de bon gaullisme; Le mur au lycée; La jeunesse piégée; Masses, spontanéité, parti; Le peuple brésilien sous le feu croisé des bourgeois; L'affaire Geismar; Le tiers monde commence en banlieue; Toute la vérité, intervention à la conférence de presse du comité le janvier 1970; Premier procès populaires à Lens; Interview, Israël, la gauche et les arabes; Plaidoyer pour les intellectuels; L'ami du peuple]

SARTRE, Jean-Paul. **Situations IX: Mélanges**. Paris: Gallimard, 1972.

[Les écrivains en personne; L'écrivain et sa langue; L'anthropologie; Sartre par Sartre; Palmiro Togliatti; L'universel singulier; Mallarmé (1842-1898); Saint Georges et le dragon; Le socialisme qui venait du froid; Je-tu-il, coexistences; L'homme au magnétophone; Dialogue psychanalytique; Réponse à Sartre, par J-B. Pontalis; Réponse a Sartre, par Bernard Pingaud]

SARTRE, Jean-Paul. **Situations X: Politique et autobiographie**. Paris: Gallimard, 1976.

[Les procès de Burgos; Les maos en France; Justice et État; Élections, pièges à cons; Sur L'Idiot de la famille; Simone de Beauvoir interroge Jean-Paul Sartre; Autoportrait à soixante-dix ans]

Escritos políticos 1, 2 e 3 (1944 – 1973):

Os *Escritos políticos* estão divididos em três volumes cujos respectivos subtítulos são: *Política Francesa* (subdividido em 3 partes: “Paris sob a ocupação”; “Frente ao gaullismo” e “Em torno de 68”); *Sobre o Colonialismo* (dividido em 4 partes: “Sobre o colonialismo”; “Vietnam: o Tribunal Russel”; “Israel e os árabes” e “Sobre a Espanha”) e *O Intelectual e a Revolução*. Trata-se de uma recompilação em versão castelhana dos textos políticos de Sartre compilados, em primeira instância, nas *Situations* que foram publicados pela Editora Gallimard, em Paris, em diferentes datas. A publicação original dos textos nos seus respectivos jornais e revistas encontra-se citada também na mesma ocasião da discriminação dos artigos na seção “Os escritos de Sartre”, por mim traduzidos.

Todos os textos políticos de Sartre publicados pela sua revista *Les Temps Modernes* encontra-se na coleção *Escritos Políticos*. Há uma parceria nas edições dos *Escritos políticos*, publicadas na década de 1980, simultaneamente na Argentina e na Espanha. É a parceria entre a Editorial Losada de Buenos Aires com a Alianza Editorial de Madrid. Na edição de 1986, os textos políticos de Sartre ora são agrupados de maneira cronológica, ora – o que predomina – de maneira temática. Podem ser facilmente obtidos na Biblioteca Central da FFLCH/USP de São Paulo.

Textos discriminados:

SARTRE, Jean-Paul. **Escritos Políticos. 1. Política francesa**. Madrid: Alianza Editorial/Buenos Aires: Editorial Losada, 1986.

[Parte 1: *Paris sob a ocupação* – La república del silencio (*Lettres Françaises*, 1944); París bajo la ocupación (*France Libre*, Londres, 1945); Qué es un colaboracionista? (*La République Française*, Nova York, 1945); El final de la guerra (*Les Temps Modernes*, 1945);

Parte 2: *Frente ao gaullismo* – “El pretendiente” (*L’Express*, n. 362, 22/05/1958); La constitución del desprecio (*L’Express*, n. 378, 11/09/1958); Las ranas que pidem um rey (*L’Express*, n.380, 25/09/1958); El análisis del referéndum (*L’Express*, n. 499, 04/01/1961); Los sonámbulos (*Les Temps Modernes*, n.191, 04/1962); Somos una democracia? (*Les Temps Modernes*, n. 78); La coartada (*Le Nouvel Observateur*, 19/11/1964); “Rechacemos el chantaje” (*Le Nouvel Observateur*, 17/06/1965); Rematar a la izquierda o curarla? (*Le Nouvel Observateur*, 26/06/1965); El contragolpe (*Le Nouvel Observateur*, 08/12/1965);

Parte 3: *Em torno de 68* – Las Bastilhas de Raymond Aron (*Le Nouvel Observateur*, 19/06/1968); La idea nueva de mayo de 68 (*Le Nouvel Observateur*, 26/06/1968); Los comunistas tienen miedo de la revolución (Editions John Didier); No hay gaullismo bueno (*Mutualité*, comité de luta contra a repressão – *Le Nouvel Observateur*, 04/11/1968); El muro en el liceo (*Le Monde* 18/01/1969); La juventud en la ratonera (*Le Nouvel Observateur*, 17/03/1969)]

SARTRE, Jean-Paul. **Escritos Políticos. 2. Sobre el colonialismo.** Madrid: Alianza Editorial, 1987.

[Parte 1: *Sobre o colonialismo* – “De una china a outra” (Prefácio do livro homónimo, de Henri Cartier-Bresson e Sartre, Paris, Editions Robert Delpire, 1954); El colonialismo es un sistema (*Les Temps Modernes*, n. 123, mars/avril 1956); “Retrato del colonizado” (*Les Temps Modernes*, n. 137-138, juillet/aout 1957); “Sois formidables” (*Les Temps Modernes*, n. 135, mai 1957); “Todos somos asesinos” (*Les Temps Modernes*, n.145, 1958); Una victoria (*L’Express*, n. 350, 06/03/1958); “Los condenados de la Tierra” (Prefácio ao livro homónimo de Lumumba, Paris, Maspero, 1961); El pensamiento político de Patrice Lumumba (Inicialmente como *Lumumba et le néo-colonialisme*, prefácio dos Discours de Lumumba. *Présence Africaine*);

Parte 2: *Vietnam: O Tribunal Russel* – “Ya no hay diálogo posible” (*Le Nouvel Observateur*, 01/04/1965); Un norteamericano escribe a Sartre (*Situations VIII*); Sartre responde (*Le Nouvel Observateur*, 08/04/1965); El crimen (*Le Nouvel Observateur*, entrevista ao *Nouvel*, 30/11/1966); Carta al presidente da República (*Situations VIII*, 13/04/1967, resposta de De Gaulle, *Le Monde*, 25/04/1967); Sartre a De Gaulle (*Le Nouvel Observateur*, 26/04/1967); Doce hombres sin cólera (*Le Nouvel Observateur*, 24/05/1967); Tribunal Russell (*Tribunal Russell*, Gallimard, Paris, 1967); De Nuremberg a Stocolmo (*Tricontinental*, n.3, 11-12/1967); El genocidio (*Les Temps Modernes*, n. 259, décembre, 1967); El pueblo brasileño bajo el fuego cruzado de los burgueses (*Témoignages Chrétien*, 29/01/1970);

Parte 3: *Israel e os árabes* – Entrevista (*Le Fait Public*, n. 3, février 1969); Israel, la izquierda e los árabes (Entrevista ao *L’Arche*, n. 152, 25 octubre 1969);

Parte 4: *Sobre a Espanha* – El fin de la esperanza (Prefácio ao livro homónimo de Juan Hermanos, Paris, Juliard, 1950); El proceso de Burgos (Prólogo ao *Le procès de Burgos*, de Gisèle Halimi, Gallimard, 1971)]

SARTRE, Jean-Paul. **Escritos Políticos. 3. El intelectual y la revolución.** Madrid: Alianza Editorial, 1987.

[Masas, espontaneidade, partido (*Il Manifesto*, 04/09/1969), diálogo com a direção do jornal, 27/08/1969, em Roma); El caso Geismar (Prefácio às Atas do processo de Alain Geismar, Éditions Hallier, Paris, 1970); El Tercer Mundo comienza en los suburbios (Conferência em um debate organizado pela UGIS, na ocasião da publicação do livro: *Os trabalhadores africanos na França*, Paris, Maspero, 1970 e também apareceu com o título: *Os países capitalistas e suas colônias interiores*. Tricontinental, Paris, 1970); Toda la verdad (*Le Monde*, 27/05/1970); Intervención en la conferencia de prensa del Comité, el 27 de enero de 1970 (*Secours Rouge*, n. 50, 02/02/1970); Primer proceso popular en Lens (*Secours Rouge*); Los maoístas en Francia (Prólogo aos Maoístas na França, de Michele Manceaux, Gallimard, 1972); Justicia y Estado (Conferência, 25/02/1972, por convite do Fórum Juvenil de Bruxelas); Elecciones: Trampa para tontos (*Les Temps Modernes*, n. 318, janvier 1973); Los intelectuales (Conferências em Tóquio e Kyoto, setembro/outubro de 1965); El amigo del pueblo (*L'Idiot Internacional*, octubre 1970. Declarações recolhidas por Jean Edern Hallier e Thomas Savignat)]

Outras compilações (1944 – 1969)

Finalmente, há ainda as pequenas compilações publicadas por editoras de Portugal, do Brasil e da Argentina como *O escritor não é político?* (Lisboa: Dom Quixote, 1971), *Colonialismo e neocolonialismo - Situações V* (Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1968), as *Situações III* (São Paulo: Publicações Europa-América, s/d) e os *Problemas del Marxismo I – Situações VI* (Buenos Aires: Editorial Losada, 1965), também localizadas no acervo da biblioteca supracitada.

Textos discriminados:

SARTRE, Jean-Paul. ***O escritor não é político?*** Lisboa: Dom Quixote, 1971.

[O intelectual face à revolução. (*Le Point*, Bruxelas, janvier 1968); Um teórico na Bolívia (*Le Point*, Bruxelas, juillet 1969); Mito e realidade do teatro (*Le Point*, Bruxelas, janvier 1967); O escritor e a língua]

SARTRE, Jean-Paul. ***Colonialismo e neocolonialismo. (Situações V)***. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1968.

[“De uma China à outra” (prefácio à *De uma China à outra*, de Henri cartier-Bresson e Jean-Paul Sartre. Paris, Ed. Robert Delpire, 1954); O colonialismo é um sistema (*Les Temps Modernes*, n.123, mars-avril 1956. Participação num comício “pela paz na Argélia”); “Retrato do colonizado”, precedido do “Retrato do colonizador” (*Les Temps Modernes*, n.137-138, juillet-aout 1957); “Vocês são formidáveis”, (*Les Temps Modernes*,

n. 135, mai 1957); “Somos todos assassinos” (*Les Temps Modernes*, n.145, mars 1958); Uma vitória (*L'Express*, n.350, 6 mars 1965) “O pretendente” (*L'Express*, n. 362, 22 mai 1958); A constituição do desprezo (*L'Express*, n. 378, 11 septembre 1958); As rãs que pedem um rei (*L'Express*, n. 380, 25 septembre 1958); A análise do Referendum (*L'Express*, n. 499, 4 janvier 1967); Os sonâmbulos (*Les Temps Modernes*, n. 191, avril 1962); “Os malditos da terra” (Prefácio aos *Damnés de la terre*, de Frantz Fanon. Paris, Ed. Mâspero, 1961. O pensamento político de Patrício Lumumba (“Lumumba e o neocolonialismo”. Prefácio aos *Discursos de Lumumba*. Paris, Présence Africana)]

SARTRE, Jean-Paul. **Problemas del Marxismo I. (Situaciones IV)**. Buenos Aires: Editorial Losada, 1965.

[Falsos sábios ou falsas lebres (Prefacio al *Communisme yougoslave*, de Louis Dalmas, 1950); Retrato del aventureiro (Introdução ao *Portrait de l'aventurier* de Roger Stéphane, Ed. Du Sagittaire, Paris, 1950); Estamos numa democracia? (*Les Temps Modernes*, n.78); El fin de la esperanza (Prefacio a *La fin de l'espoir*, de Juan Hermanos, Paris, Ed. Julliard, 1950); Los Comunistas y a paz (*Les Temps Modernes*, n° 81, julio de 1952; n° 84-85, octubre-noviembre de 1952; n° 101, abril de 1954)]

SARTRE, Jean-Paul. **Sartre visita a Cuba**. Havana: Ediciones Revolución, 1961.

[Ideología y revolución; Una entrevista con los escritores cubanos; Huracán sobre el azúcar]

SARTRE, Jean-Paul. **Situações III**. São Paulo: Publicações Europa-América, s/d.

[A República do silêncio (*Lettres Françaises*, 1944); Paris sob a ocupação (*France Libre*, Londres, 1945); Que é um colaborador? (*La République Française*, Nova York, 1945); O fim da guerra (*Les Temps Modernes*, 1945); Individualismo e conformismo (*Le Figaro*, 1945); Cidades da América (*Le Figaro*, 1945); Nova York, cidade colonial (*Town and Country*, 1946); Apresentação (*Les Temps Modernes*, agosto de 1946); Materialismo e revolução (*Les Temps Modernes*, 1946); Orfeu negro (Introdução à *Anthologie de la nouvelle poésie nègre et malgache*, de Léopold Sedar Senghor. Paris, Presses Universitaires, 1948); A procura do absoluto; Os móveis de Calder]

SEÇÃO II

3. TEXTOS POLÍTICOS (1947 – 1979)

Esta seção apresenta uma breve descrição dos jornais e revistas franceses que publicaram os textos políticos de Sartre entre 1947 e 1979. Os periódicos são listados em ordem alfabética e em seguida, uma

classificação conforme sua “natureza” – se jornal ou revista e sua periodicidade, “direção de publicação”, “início e fim da publicação”, “tendência política e/ou ideológica” e outras informações relevantes, além, evidentemente, dos títulos das matérias, local e ano de publicação.

Sobre o item “tendência política e/ou ideológica” deixo claro que se trata, *quando possível*, apenas de uma referência mínima ao leitor sobre a linha política e/ou ideológica adotada pelo periódico. Isto não exclui, por exemplo, (aliás, era bastante comum) que jornais de determinada linha político-ideológica publiquem textos de autores de outra linha completamente dissonante. É o caso da revista cristã-protestante – *Le Christianisme Social* – que convida Sartre, em 1966, a publicar um texto sobre o *apartheid* na África do Sul. A classificação genérica “progressista” se refere às posições revolucionárias da Esquerda. Quando a revista ou o jornal possui publicação até o ano 2009, cito apenas o “diretor de publicação” correspondente aos primeiros anos de existência do periódico.

Na Seção II são discriminados – exclusivamente – os textos políticos de Sartre publicados em revistas e jornais franceses⁵⁸¹ (todos editados em Paris) ao longo das décadas de 1940, 1950, 1960 e 1970, todos, por mim efetivamente pesquisados (fichados e fotocopiados) no acervo da *Bibliothèque nationale de France*/site François Mitterrand de Paris. Muitos números de diversas revistas e jornais do acervo da *Bibliothèque nationale* estão “en suspens”, ou “hors de cours”, isto é, fora de circulação, seja pela preparação para a microfilmagem ou simplesmente por falta de condições adequadas para o manuseio dos documentos.

⁵⁸¹ Há pelo menos dois trabalhos que contemplam os escritos de Sartre publicados em jornais e revistas à época de sua visita ao Brasil em 1960: minha dissertação de mestrado e a tese de doutorado de Luís A. Contadori Romano, citados na Síntese da Bibliografia Fundamental. Eis o motivo pelo qual os periódicos não são citados novamente neste trabalho.

As décadas posteriores à morte de Sartre foram pesquisadas apenas para avaliar o que tem sido publicado sobre Sartre⁵⁸². Pelo menos duas revistas nos permitem a tarefa: *Études sartriennes: cahiers de sémiotique textuelle* e a própria revista de Sartre *Les Temps Modernes*.

Importantes observatórios a quem se interessar pela recepção da obra de Sartre nos diferentes mundos francófonos, seja o canadense ou da África negra são as revistas *Présence francophone* e *Peuples Noirs – Peuples Africains*. A revista francesa *Études sartriennes: cahiers de sémiotique textuelle*, em 1986, na seção *Engagements*, nos números 5 e 6, a revista, a despeito do seu subtítulo, publica três artigos sobre as relações de Sartre com a política (Paul Aubert: “La disparition de l’intellectuel”, François George: “Sartre Stalilien?” e Jean Pouillon: “Sartre et la politique”). A revista canadense *Présence francophone*, do Departamento de Letras e Comunicações da Université de Sherbrooke de Québec, editada em Paris, na seção *Des usages de Sartre* (número 35, 1989) publica os textos de Jean Déjeux: “Sartre vu par trois intellectuels marocains”, o de Francis A. Joppa: “Sartre et le milieu intellectuels de L’Afrique noire” e o de Avner Perez: “Sartre, Memmi et Fanon”. Um de seus autores, Jean Déjeux, destaca a “fascinação do pensamento de Sartre pelos jovens intelectuais marroquinos na França”. Por outro lado, Francis Joppa propõe uma periodização a respeito da recepção da obra de Sartre na África. Para essa tarefa, o autor distingue três períodos, como ele nos resume: “O primeiro (1932-1946) é o do humanismo existencial de Sartre em solo nacionalista africano. De 1946 a 1970, os nacionalistas africanos francófonos, engajados na luta de libertação, adaptam as noções anti-racistas e anti-coloniais de Sartre. O último período (depois de 1970) é o do declínio do grande prestígio de Sartre, os ataques se multiplicam pelos marxistas radicais que o acusam de ter dado seu apoio à doutrina reacionária como a negritude e ter posto em voga noções que constituem

⁵⁸² Sobre a produção bibliográfica mundial ao longo da década de 1980 sobre a obra de Sartre vide o site www.j-psartre.org e, num período anterior, CONTAT, Michel; RYBALKA, Michel. **Sartre: bibliographie 1980-1992**. Paris: CNRS Éditions, 1993.

um obstáculo sério à inserção da África no mundo moderno.”⁵⁸³ A revista “*Peuples Noirs – Peuples Africains*” em seu número 14 pretende analisar as posições ideológicas de Sartre sobre a África negra (Odile Tobner: *Les intellectuels français et l’Afrique – dans le champ idéologique: Sartre*). No entanto, como as revistas mencionadas não são fontes documentais, seus artigos encontram-se discriminados na Bibliografia Geral, em seção própria.

PERIÓDICOS FRANCESES DISCRIMINADOS:

ACCUSE, JE

Natureza: jornal hebdomadário

Diretor de Publicação: Jean-Paul Sartre

Início da publicação: n.0, 01/11/1970

Fim da publicação: n.5, 24/05/1971

Tendência política e/ou ideológica: “esquerdista maoísta”

Sartre participou da criação do jornal *J’Accuse*, cujo número zero surge em 1 de novembro de 1970 e o último número 5 termina em maio de 1971, quando se funde ao *La Cause du Peuple*. De acordo com Beauvoir, “não era redigido por militantes, mas publicava grandes reportagens feitas por intelectuais.” (*A cerimônia do adeus*, p. 25)

Textos discriminados:

SARTRE, Jean-Paul. “Intellectuels et ouvriers doivent s’unir”. **J’Accuse**, Paris, n.0, 1 nov. 1970.

⁵⁸³ Joppa, Francis A. “Sartre et le milieu intellectuels de L’Afrique noire”. In: **Présence francophone: des usages de Sartre**. Paris, numéro 35, p. 7.

ACCUSE, JE – CAUSE DU PEUPLE, LA

Natureza: jornal hebdomadário

Diretor(es) de Publicação de *La Cause du Peuple*: Roland Castro, Jean Pierre Le Dantec, Michel Le Bris, Jean-Paul Sartre

Início da publicação de *La Cause du Peuple*: 1968

Fim da publicação *La Cause du Peuple*: 24/05/1971

Fim da publicação de *J'Accuse - La Cause du Peuple*: 1974

Tendência política e/ou ideológica: “esquerdista” maoísta

O jornal *La Cause du Peuple* teve uma série de 21 números em maio e junho de 1968, na época dirigido por Roland Castro. Tratava-se da publicação do movimento de apoio às lutas do povo, organização de massa da União dos jovens comunistas marxistas-leninistas (UJCML). Foi dirigido por Sartre a partir de 1970. O principal objetivo do jornal era “dar a palavra ao povo” em que Sartre procura conferir um novo estatuto ao intelectual, na “fusão com as massas”. Sua venda se dava através da própria “militância de rua”, como Sartre o fazia em Paris e “visava dar uma idéia das lutas realizadas na França pelos operários”, como nos afirma Beauvoir em *A cerimônia do Adeus* (p.14). O jornal chegou a ser confiscado em todos os seus números também pelo Ministro do Interior segundo o mesmo relato de Beauvoir. O ano de 1970 é de intensa atividade política para Sartre. Em junho de 1970 Sartre ajuda a fundar o jornal *Secours Rouge* que, de acordo, com Beauvoir “englobava os principais grupos esquerdistas, o *Témoignage chrétien* etc.” e tinha como objetivos “lutar contra a repressão, assegurar a defesa política e jurídica das vítimas da repressão e de proporcionar-lhes apoio material e moral” (p. 15). Já o jornal *Témoignage chrétien*, “(...) semanário em que Mauriac também escrevia ocasionalmente. (...) Até o fim da guerra da Argélia, estará do lado da esquerda intelectual, seja ela “mendesista”, marxista, ou de tendência marxista, enquanto uma minoria deles continuará muito chegada ao Partido Comunista”. (Winock: 2000, pp. 665-6) *La Cause du Peuple* foi o hebdomadário em torno do qual se agruparam os membros de

Gauche Prolétarienne depois que o governo dissolveu a organização. O *Secours Rouge*, que retoma o nome de uma organização da época anterior à Segunda Guerra, tinha como objetivo “assegurar a defesa política e jurídica às vítimas de repressão e de lhes oferecerem uma contribuição material e moral bem como às suas famílias.” Sartre deixa o comitê diretor em fevereiro de 1971. (Cf. Contat et Rybalka, *Le Magazine Littéraire*, n.55-56, 1971, p. 41). Importante observar, que, no entanto, Sartre se recusou a tomar a direção de um jornal de tendência anarquista “Vivre - Sans temps morts, jouir sans entraves” (Contat e Rybalka, *Le Magazine Littéraire*, n.55-56, 1971, p. 40). Em 1970 Sartre assume a direção de outro jornal “esquerdista”, o jornal bimensal *Tout*, cujo primeiro número é publicado em 23 de setembro de 1970 e em meados de 1971 e também a do jornal *Révolution*, editada pelos dissidentes da Liga Comunista, todos eles “esquerdistas”. Muitas reportagens e artigos eram publicados em *La Cause du Peuple* e *J'Accuse* e assinados por Sartre e Beauvoir, mas não eram por eles redigidos. Abaixo, são listados – exclusivamente – os textos de autoria de Sartre.

Textos discriminados:

SARTRE, Jean-Paul et TOURNELLE, André Joseph. “Débat sur le film: ‘Le chagrin et la pitié’”. ***J'Accuse - La Cause du Peuple***, Paris, n.2, 31 mai 1971.

SARTRE, Jean-Paul. “A propos dos tribunaux populaires: Jean-Paul Sartre répond a M. Roland Boscary-Monsservin, député républicain indépendant”. ***J'Accuse - La Cause du Peuple***, Paris, n.4, 13 juin 1971.

SARTRE, Jean-Paul. “Venez tous le 27 juin faire le procès de la police française”. ***J'Accuse - La Cause du Peuple***, Paris, n. 5, 21 juin 1971.

SARTRE, Jean-Paul. “Déclaration à la Conférence de Presse du Comité Vérité (On va vous parler de la revolte des détenus)”. ***J'Accuse - La Cause du Peuple***, Paris, n. 15, 7 janv. 1972.

SARTRE, Jean-Paul. “Lynchage ou justice populaire?” ***J'Accuse - La Cause du Peuple***, Paris, n. 24, 17 mai 1972.

SARTRE, Jean-Paul. "Ouverture d'un debat sur la Cause du Peuple. Jean-Paul Sartre en accord avec l'ensemble du Comitê de Rédaction". **J'Accuse - La Cause du Peuple La Cause du Peuple**, Paris, n. 25, 21 juin 1972.

SARTRE, Jean-Paul. "À propôs de Munich". **J'Accuse - La Cause du Peuple**, Paris, n. 29, 15 oct. 1972.

SARTRE, Jean-Paul. "Nous accusons le Président de la Republique". **J'Accuse - La Cause du Peuple**, Paris n. 29, 20 oct. 1972.

SARTRE, Jean-Paul. "Pour que la honte du racisme disparaisse de la pensée française. Appel de 137 intellectuels". **J'Accuse - La Cause du Peuple**, Paris, n. 35, 15 déc. 1972.

SARTRE, Jean-Paul. "Sartre à Aranda: mais c'est quand même bien l'état que vous mettez en question!" **J'Accuse - La Cause du Peuple**, Paris, n. 36, 22 déc. 1972. Entretien.

SARTRE, Jean-Paul. "Justice populaire: pourquoi un tribunal populaire contre la police?" **J'Accuse - La Cause du Peuple**, Paris, n. 5, juin 1975.

SARTRE, Jean-Paul. Pour un procès populaire de la police. **J'Accuse - La Cause du Peuple**, Paris, n. 5, juin 1975.

CAHIERS BERNARD-LAZARE

Natureza: revista mensal

Diretor de Publicação: A. Scherr

Início da publicação: n.1, 04/1957

Fim da publicação: existe até hoje

O círculo Bernard Lazare foi fundado em 1954 em Paris e em 1957 publica o primeiro número de sua revista com o seguinte programa "solidariedade com Israel e particularmente com as forças progressistas e o movimento kiboutzique; luta contra o racismo e o anti-semitismo, pela democracia e pela paz". O círculo ainda teve papel ativo na organização e criação de um Comitê judeu antifascista è época da organização terrorista,

colonialista e racista OAS (Organização do Exército Secreto) à época da guerra da Argélia. Entre os colaboradores dos Cahiers Bernard-Lazare, há personalidades com diferentes matizes e posições ideológico-políticas como Albert Memmi, Raymond Aron, Pierre Vidal Naquet e o próprio Sartre. Foram pesquisados os 44 primeiros números (até dezembro de 1973) constantes no acervo da biblioteca. Há vários textos de Sartre sobre a questão israelo-palestina. Destaco um artigo de Carlos Roth – *La Gauche au Brésil*, n. 17, 1962, em que Roth destaca a importância e influência da Revolução Cubana sobre os estudantes brasileiros, em particular sobre a UNE – para mostrar que os *Cadernos* não se limitavam apenas aos assuntos relacionados àquela questão israelense.

Textos discriminados:

SARTRE, Jean-Paul. “Jean-Paul Sartre et les problèmes de notre temps”. **Cahiers Bernard-Lazare**, Paris, n. 4, 1966. Interview.

SARTRE, Jean-Paul. “Sartre et Beauvoir en Israël”. **Cahiers Bernard-Lazare**. Paris, n. 10, mai. 1967, p.4 a 20.

SARTRE, Jean-Paul. “Impressions israéliennes” (Interview au hebdomadaire **Litterature Noviney**, reproduit par l’Organe du Parti Communiste Autrichien – Volkstimme). **Cahiers Bernard-Lazare**, Paris, n. 11, juin/juil. 1967, p.27 a 30.

SARTRE, Jean-Paul. “Interview d’Ely Ben-Gal: cette guerre aurait pu aboutir à la destruction de L’État d’Israël”. **Cahiers Bernard-Lazare**, Paris, n. 44, dec. 1973.

SARTRE, Jean-Paul. “Cette guerre aurait pu aboutir à la destruction de l’Etat d’Israel” (Entretien avec Ely Bem-Gal, à la issue de la Guerre du Kippur). **Cahiers Bernard-Lazare**, Paris, n. 44, 1973, p.18-19.

SARTRE, Jean-Paul. “Cette guerre ne peut que contrarier l’évolution du Moyen-Orient vers le socialisme”. (Inicialmente em **Libération**, Paris, 29 oct. 1973). **Cahiers Bernard-Lazare**, Paris, n. 44, déc. 1973, p. 20.

CAHIERS DE LA GAUCHE PROLÉTARIENNE

Natureza: suplemento do jornal *La Cause du Peuple*

Diretor de Publicação: Pierre Victor, Jean Pierre Le Dantec e Michel Le Bris

Início da publicação: 05/1970

Fim da publicação: 24/05/1971

Tendência política e/ou ideológica: “esquerdista maoísta espontaneísta”

Os *Cahiers de La Gauche Proletarienne* eram os suplementos do jornal *La Cause du Peuple*, ligado ao partido maoísta dirigido por Pierre Victor e com outros dois responsáveis Jean Pierre Le Dantec e Michel Le Bris. Os *Cahiers* chegaram a ser interditados pelo ministério do Interior, juntamente com *La Cause du Peuple*. De acordo com Michel Winock “A *Esquerda proletária*, que professava um maoísmo ativista, tornara-se o mais visado dos grupos de esquerda. Os dois diretores de *La Cause du Peuple* são detidos e encarcerados (...). Sartre resolve, então, assumir a direção do jornal. Declara-se muito decidido a obrigar as autoridades públicas a não confundirem o direito comum com os direitos políticos: ‘Ao assumir as funções de diretor responsável, afirmo minha solidariedade a todos os atos que, como esses que foram incriminados, traduzam a violência que hoje *realmente* existe nas massas para acentuar o caráter revolucionário destas. Se o governo quiser entregar-me à Justiça, não poderá impedir que meu processo seja político.’ ” (Winock: 2000, p.743) Em janeiro de 1971, se torna “*Cahiers prolétariennes*”. Os *Cahiers* admitem que as “massas operárias têm espontaneamente uma certa consciência revolucionária” e afirmam ainda que a “revolucionarização das massa operarias é travada no interior da Universidade” (n.5, 1969, p.27-28). Portanto, há uma certa ideologia “espontaneísta” compartilhada entre seus diretores. Há nesse sentido uma crítica ao Movimento de Maio de 68, isto é, às suas “seqüelas arcaicas” na medida em que o movimento, para os *Cahiers*, era de fundamental importância unificar a esquerda – antigo objetivo de Sartre – não a partir da universidade, mas fundi-la ao movimento popular, isto é, “fundir a revolta anti-autoritária e a revolução

proletária num programa de ação do movimento popular.” (n.5, 1969, p.27-28).

Texto discriminado:

SARTRE, Jean-Paul. “Un procès populaire”. *Cahiers de la gauche prolétarienne*, Paris, n.1, janv. 1971. Document.

COMBAT

Natureza: jornal diário clandestino

Diretor(es) de Publicação: Albert Camus, Albert Olivier, Jean Bloch-Michel

Início da publicação: 08/1944

Fim da publicação: 07/1974

Tendência política e/ou ideológica: progressista

O jornal Combat é um típico jornal diário clandestino fundado à época da resistência francesa à ocupação alemã. De acordo com Winock, “após 58 números clandestinos, *Combat* lança seu primeiro número às claras, em 21 de agosto de 1944, encabeçado pela manchete: “Da resistência à Revolução” (Winock, p.526)

Textos discriminados:

SARTRE, Jean-Paul. “Il faut remplacer La démocratie parlementaire par la démocratie sociale”. *Combat*, Paris, 8 déc. 1967, p.10.

SARTRE, Jean-Paul. “Une interview de Jean-Paul Sartre - Le système capitaliste ne peut plus se maintenir sans une repression”. *Combat*, Paris, 9 juil. 1970, p.8. Propos recueillis par Jean-Mairie Borzeix.

“En réponse à Jean-Paul Sartre (par le Ministre de l'Intérieur)”. *Combat*, Paris, 10 juil. 1970, p.9.

CHRISTIANISME SOCIAL, LE

Natureza: revista mensal

Diretor(es) de Publicação: P. Duclos, Paul Ricouer

Início da publicação: 15/01/1909

Fim da publicação: 1971

Tendência política e/ou ideológica: socialista cristão

Em 1887 foi criado *Le Mouvement du Christianisme Social*, colocando a questão da justiça social à consciência protestante. Interessante observar que muito embora a revista seja cristã, isso não a impediu de publicar textos de um ateu como Sartre. O mesmo aconteceu com outro jornal, também cristão *Témoignage Chrétien* que publicou o texto de Sartre “Le peuple brésilien sous le feu croisé des bourgeois” em 1970. *Christianisme Social* tem como projeto tornar-se uma revista popular fornecendo um serviço de documentação especializado para discernir e compreender os eventos franceses e mundiais. Foi o caso do artigo encomendado a Sartre pela revista sobre o *apartheid* na África do Sul. A revista ainda objetiva a “construção de um socialismo moderno, mas não feudalizado a nenhum partido, nenhum sistema, nenhuma ideologia.” É de inspiração protestante e trabalha junto com outros movimentos de adultos no seio do “Departamento de estudos e de pesquisas da Federação protestante da França”, sem ser ligada a nenhuma igreja em particular. A revista vive apenas da doação de seus simpatizantes. Era muito comum ainda, a unidade das organizações católicas e protestantes como *Croissance des jeunes nations*, a própria *Christianisme social*, *La lutte*, *Témoignage Chrétien* e *Terre entière* organizarem *meetings* e publicarem textos em prol da ajuda de países oprimidos por regimes militares, como foi o caso do Brasil. Tudo isso parece indicar que há uma preocupação com a luta social e uma ênfase na importância da unidade de forças (dos intelectuais, dos cristãos, dos estudantes) em torno de objetivos comuns, como por exemplo, a luta contra o racismo sofrido pelos negros na África do Sul.

Texto discriminado:

SARTRE, Jean-Paul. “Un cancer en Afrique”. *Le Christianisme social*, Paris. Année 74, n.11-12, 11 déc. 1966, p. 623-630. Dossier Apartheid.

DÉFENSE DE LA PAIX

Natureza: revista mensal

Diretor de Publicação: Pierre Cot

Início da publicação: 06/1951

Fim da publicação: 01/1962

Textos discriminados:

SARTRE, Jean-Paul. “La machine infernale”. *Défense de la paix*, Paris, 1953.

EXPRESS, LE

Natureza: revista hebdomadária

Diretor(es) de Publicação: Françoise Giroud e Jean Jacques Servan-Schreiber

Início da publicação: 16/05/1953

Fim da publicação: existe até hoje

Tendência política e/ou ideológica: *L'Express* se propunha a ser uma publicação generalista e de apoio a Pierre Mendès France e suas idéias reformistas.

L'Express, um novo semanário, “sai em maio de 1953 (...) fazem dele um jornal atraente para um público de nível, em geral, superior, oriundo das classes médias. (...) Ao entrar para *L'Express*, Mauriac representa a aliança entre um catolicismo de esquerda (apesar de suas origens) e uma esquerda nova, laica, moderna, anticolonialista”. (Winock: 2000, pp. 663-4) Para termos uma dimensão da complexidade da Guerra da Argélia entre a imprensa francesa, citamos a passagem que afirma que “(...) mesmo nas colunas de *Le Monde* e até nas de *L'Express*, a idéia de

independência da Argélia, na época, não é defendida, de modo algum” (Winock: 2000, p. 674). Diversos escritores colaboravam com a revista: Sartre, Françoise Sagan, André Malraux, Albert Camus, entre outras.

Textos discriminados:

SARTRE, Jean-Paul. “L’entretien avec J-P-Sartre. Sartre – L’assaut contre Castro”. **L’Express**, Paris, 20 avr. 1961, p. 8-10.

SARTRE, Jean-Paul. “Entretien - De ‘La nausée aux Séquëstres’”. **L’Express**, Paris, 3 mar. 1960, p. 29-30.

SARTRE, Jean-Paul. “‘Les affaires françaises’. Entretien – ‘Sartre chez les étudiants’”. **L’Express**, Paris, 15 mar., 1962, p. 16.

FRANCE-OBSERVATEUR

Natureza: jornal hebdomadário

Diretor(es) de Publicação: Roger Stéphane, Claude Bourdet e Gilles Martinet

Início da publicação: número 1, 04/1950

Fim da publicação: número 504, 12/1959

Tendência política e/ou ideológica: progressista

Típico jornal convencional, com propagandas, seções literárias, esportivas etc., nos moldes de um *Le Monde*, mas que, igualmente, noticiava os acontecimentos da ordem do dia, com algum destaque para diversas polêmicas, como podemos constatar nas entrevistas realizadas com Raymond Aron e Sartre sobre o colonialismo. Conforme Michel Winock, *France Observateur* denominava-se, inicialmente, *L’Observateur*. Foi “lançado em 1950 por Roger Stéphane, Claude Bourdet e Gilles Martinet (...) o semanário se impõe como o órgão do socialismo intelectual, de tendência marxista, na linha do antigo R.D.R, contrário à S.F.I.O demasiado ‘atlantista’, crítico moderado em relação ao stalinismo,

simpatizante da experiência de Tito, nitidamente antiamericanista. Seu sucesso é cada vez maior nos meios universitários (87% dos leitores cursam ou cursaram o ensino superior e 47% são assinantes do jornal - nota 7), principalmente graças às páginas culturais, assinadas, entre outros, pelo grande crítico de cinema André Bazin, co-fundador *dos Cahiers du Cinema* em 1951. *L'Observateur*, que afirma que os Estados Unidos representam a principal ameaça da guerra, poderia ser considerado um satélite da imprensa comunista. (...) contrário à C.E.C.A, ao chanceler Adenauer, aos governos da Terceira Força, o jornal de Bourdet tende a se refugiar na utopia de uma Europa socialista e neutralista, da qual não se vislumbra o mínimo sinal prenunciador. Sua função crítica, principalmente na esfera colonial (estamos em plena Guerra da Indochina), garante-lhe maior credibilidade. Acima de tudo, *L'Observateur*, como todas as tentativas passadas e futuras de “nova esquerda”, conquista os leitores por suas virtudes morais: condena a guerra e as torturas nas colônias, luta pela paz internacional sem se sujeitar a nenhum dos dois blocos, elogia os aspectos positivos do comunismo, mas recusa-se a ratificar os “excessos do stalinismo”. Além do mais, faz uso de uma linguagem sem demagogia, sem simplificação abusiva, que agrada à gente culta. Um jornal de intelectuais para intelectuais, disseram, o que, ao mesmo tempo, limita seu campo de ação e concentra sua influência. Em abril de 1954, depois de um litígio jurídico a respeito do nome do jornal, *L'Observateur* passará a se chamar *France-Observateur*, até se tornar, em novembro de 1964, sob uma outra direção, *Le Nouvel Observateur*”. (pp. 626 e 627, grifos do autor).

Textos discriminados:

SARTRE, Jean-Paul. “Un entretien avec Jean-Paul Sartre: Comment faire face au terrorisme”. *France-Observateur*, Paris, n. 576, 18 mai, 1961.

SARTRE, Jean-Paul. “Un entretien avec Jean-Paul Sartre. Faut-il répondre à la violence par la violence?”. **France-Observateur**. Paris, n. 613, 1 fév., 1962.

FRANC-TIREUR, LE

Natureza: jornal diário

Início da publicação: 01/01/1942

Foi jornal clandestino até a Libertação (1944) da França

Textos discriminados:

SARTRE, Jean-Paul. “Haiti vu par Jean-Paul Sartre’ - I. *J’ai vu à Haiti un peuple noir fier de sa tradition de liberté*”. Récit recueilli par Georges Altman. **Franc-Tireur**, Paris, 21 oct. 1949.

SARTRE, Jean-Paul. “Haiti vu par Jean-Paul Sartre’ - II. *Haiti se jette avec passion sur tout ce qui la culture française... Et parmi les riches Antilles, cette republique noire est la seule à crever de faim.*” **Franc-Tireur**, Paris, 22-23 oct. 1949.

SARTRE, Jean-Paul. “Haiti vu par Jean-Paul Sartre”. **Franc-Tireur**, Paris, 29 oct. 1949.

LIBÉRATION

Natureza: jornal diário

Diretor de Publicação: Jean-Paul Sartre

Início da publicação: 1973

Fim da publicação: existe até hoje

Tendência política e/ou ideológica: progressista (à época de sua fundação) e atualmente evolui para uma posição social-democrata.

De acordo com Contat, Rybalka e Jacques Prunair, *Libération* havia anunciado que Sartre publicaria todas as segundas-feiras uma crônica consagrada à atualidade. Seu estado de saúde não lhe permitiu fazê-la regularmente. Em 24 de maio de 1974 Sartre explica, brevemente, sua

saída do *Libération* (25/05/1974) que, por motivos de saúde, se demitiu de todas as funções que ocupava desde 1970-1971 na imprensa “esquerdista” (“Les écrits de Sartre”. *Obliques* (Spécial), Paris, n. 18-19, 1979. Bibliographies).

Textos discriminados:

SARTRE, Jean-Paul. “Sartre. “La chronique de Jean-Paul Sartre: où commence le viol?” *Libération*, Paris, Année 1, n.1, 15 nov. 1973.

SARTRE, Jean-Paul. “Sartre: ‘Nous avons refusé de devenir une entreprise industrielle et commerciale’”. *Libération*, Paris, Année 1, n.1, 17 déc. 1973.

MAGAZINE LITTÉRAIRE

Natureza: jornal bimensal/mensal

Diretor(es) de Publicação: Phillipe Clerget

Início da publicação: número 1, 02/11/1966

Fim da publicação: até hoje

Textos discriminados:

Spécial Sartre. Le Magazine littéraire, Paris, 1971. n. 55-56, set. 1971.

MONDE, LE

Natureza: jornal diário

Diretor de Publicação: Hubert Beuve-Méry

Início da publicação: 1944

Fim da publicação: existe até hoje

De acordo ainda com Michel Winock, mas já em outro contexto histórico francês, dos idos dos anos 70, “(...) *Le Monde*, que, sob a direção de Jacques Fauvet, apóia a onda maoísta, alcança um gratificante sucesso de

venda. Pesou bastante o fato de se tratar de uma verdadeira arma de guerra contra os partidos comunistas ocidentais. De resto, o PCF proibiu a venda do livro de Macciocchi na festa de *L'Humanité*. Está declarada a guerra entre os maoístas e os revisionistas (revisionista quer dizer comunista).” (WINOCK, 2000, p. 745).

Textos discriminados:

SARTRE, Jean-Paul. “A Rio de Janeiro”. “M. J-P. Sartre dresse un parallèle entre Cuba et l’Algérie”. **Le Monde**, Paris, 1 sep. 1960, p. 4.

SARTRE, Jean-Paul. “Jean-Paul Sartre se prononce en faveur de la coopération entre la France et la Algérie.” **Le Monde**, Paris, 15 avr. 1964, p.6.

SARTRE, Jean-Paul. “Au Proche-Orient: M. Jean-Paul Sartre fait au Caire l’éloge du président Nasser”. **Le Monde**, Paris, 15 mars 1967, p.9.

SARTRE, Jean-Paul. “À la Mutualité. Meeting en faveur du ‘Pouvoir noir’”. **Le Monde**, Paris, 2 mai 1968, p.7.

SARTRE, Jean-Paul. “Le procès des Guadalupéens devant la Cour de Sureté”. **Le Monde**, Paris, 28 fév. 1968, p. 9.

SARTRE, Jean-Paul. “Bolivie – De nouvelles personnalités ont signé la pétition en faveur de la libération de M. Régis Debray.” **Le Monde**, Paris, 17 déc. 1969.

SARTRE, Jean-Paul. “Une jeune vietnamienne raconte à Paris le massacre de son village.” **Le Monde**, Paris, 21-22 déc. 1969.

SARTRE, Jean-Paul. “Pérou – Message d’intellectuels français en faveur des prisonniers.” **Le Monde**, Paris, 28-29 déc. 1969.

SARTRE, Jean-Paul. “Meeting contre la torture au Brésil à la Mutualité.” **Le Monde**, Paris, 13 janv. 1970.

SARTRE, Jean-Paul. “De nombreuses personnalités s’emeuvent de l’arrestation du poete cubain Heberto Padilla”. **Le Monde**, Paris, 9 avr. 1971, p.32.

SARTRE, Jean-Paul. "M. Jean-Paul Sartre et Aimé Césaire envoient un télégramme au préfet de la Guadeloupe." *Le Monde*, Paris, 2-3 mai 1971, p.8.

SARTRE, Jean-Paul. "Cuba" - "Après l'autocritique de M. Heberto Padilla - Des intellectuels français et étrangers rompent avec le régime cubain". *Le Monde*, Paris, 22 mai 1971.

SARTRE, Jean-Paul. "Brésil - pour le Living Théâtre". *Le Monde*, Paris, 27 juil. 1971, p.2

SARTRE, Jean-Paul. "Le recteur a mis fin aux fonctions du directeur de la maison du Maroc." *Le Monde*, Paris, 7 nov. 1973.

SARTRE, Jean-Paul. "Appel sur l'Accords de Paris et sur le Vietnam." *Le Monde*, Paris, 26-27 jan. 1975.

SARTRE, Jean-Paul. "Le Tribunal Russell et la guerre: tout homme libre peut porter un jugement. Propos recueillie par Jacques Decornoy." *Le Monde*, Paris, 10 mai. 1975.

SARTRE, Jean-Paul. "Appel contre la répression au Maroc". *Le Monde*, Paris, 23-23 janv. 1977.

SARTRE, Jean-Paul. "Au Maroc - Le soleil s'arrête aux murs des prisons". *Le Monde*. Paris, 23-24 jan. 1977.

SARTRE, Jean-Paul. "Les militants socialistes et la construction de l'Europe". *Le Monde*, Paris, 10 fév. 1977, p.2.

SARTRE, Jean-Paul. "Appel contre l'arrestation d'un chanteur au Nigéria". *Le Monde*, Paris, 26 mars 1977.

SARTRE, Jean-Paul. "Au général Jorge Raul Videla - Président de La République Argentine". *Le Monde*, Paris, 3-4 avr. 1977.

SARTRE, Jean-Paul. "'Amériques': Brésil - Plusieurs personnalités françaises protestent contre l'aggravation de la situation politique". *Le Monde*, Paris, 1 jui. 1977.

SARTRE, Jean-Paul. "Pour les libertés en Argentine". *Le Monde*, Paris, 27-28 mar. 1978, p. 4.

OBLIQUES

Natureza: revista mensal

Diretor de Publicação: fundada por Roger Borderie e dirigida por Michel Sicard

Início da publicação: n.1, 1972

Fim da publicação: até hoje

Trata-se de uma revista literária que propôs estudos monográficos sobre temáticas e autores variados, como o expressionismo alemão e o surrealismo, Sade, Sartre, Kierkegaard, etc.

Texto discriminado:

CONTAT, Michel; Rybalka, Michel et PRUNAIR, Jacques. “Les écrits de Sartre”. **Obliques**, Paris, n. 18-19 (Spécial), 1979, Bibliographies.

PAROLE AU PEUPLE, LA

Natureza: jornal mensal

Diretor(es) de Publicação: Jean-Paul Sartre

Início da publicação: 10/1970

Fim da publicação: número 5, 1971

Tendência política e/ou ideológica: “esquerdista maoísta”

O jornal *La Parole au Peuple* foi publicado por uma fração dissidente de *L'Humanité Rouge*. O jornal não está microfilmado, sendo apenas fichado. Trata-se de um jornal maoísta, cujos números disponíveis na *Bibliothèque nationale de France* eram apenas quatro (são eles: os de novembro e dezembro de 1970 e os de janeiro e março de 1971). Eis o motivo pelo qual possuímos poucas informações sobre ele. Possui o mesmo logotipo de *La Cause du Peuple*, com a mesma foto de Mao Tsé Tung e o símbolo da foice, martelo e metralhadora. Ainda, apresenta a frase de ordem: “Prolétaires de

tous les pays, peuples et nations opprimés, unissez-vous” (“proletários de todos os países, povos e nações oprimidas, uni-vos”), com a direção de publicação de Sartre a partir de novembro de 1970. Importa mencionar que Sartre aceitara dirigir outro jornal esquerdista, o *Tout*, que era o órgão do VLR (“Vive La Révolution”), conforme Beauvoir afirma em *A cerimônia do adeus* (p. 25). No entanto, isso não significa que Sartre esteja de acordo com muitas questões postas pelos seus militantes. Algumas matérias estavam traduzidas para o espanhol e para o árabe, o que supõe a tentativa de atingimento de um público mais amplo e imigrante.

Texto discriminado:

SARTRE, Jean-Paul. “Déclaration de Sartre”. *La Parole au Peuple*, Paris, n.2, nov. 1970.

POLITIQUE HEBDO

Natureza: revista hebdomadária

Diretores de Publicação: Paul Blanquant, Roger Dosse, Lentin, Gilbert Souchal, Paul Noitrot

Início da publicação: 24/09/1970

Fim da publicação: 1981

Tendência política e/ou ideológica: progressista

Revista marxista que noticia muito a respeito do Terceiro Mundo. Constatamos que as reportagens sobre o Terceiro Mundo vão escasseando, a partir de 1974. Por outro lado, aparecem mais artigos voltados para o sexo feminino, os esportes, enfim. Poucos textos de Sartre foram publicados nessa revista e alguns sobre Sartre, como o de Roger Dosse, que a ele se referia em “Le philosophe et le suffrage universel” (número 69, 8 março de 1973), na sessão *Polémique*. Sartre e Noam Chomsky chegaram inclusive a ajudar financeiramente o jornal, em sua crise de 1977, Sartre.

Textos discriminados:

SARTRE, Jean-Paul. “Enquête sur le racisme a La goutte d’or”. *Politique Hebdo*, Paris, n. 6, 2 déc. 1971

SARTRE, Jean-Paul. “Pour un débat public”. *Politique Hebdo*, Paris, n. 13-19, déc. 1976.

PRÉSENCE AFRICAINE: REVUE CULTURELLE DU MONDE NOIR

Natureza: revista cultural mensal

Diretor de Publicação: Alioune Diop

Início da publicação: no. 1, 1 anée, 10-11/1947

Fim da publicação: no. 29, 03/1960

Dirigida por Alioune Diop, com a presença no “Comité de Patronage” de André Gide, Camus, Sartre, o poeta negro norte-americano Richard Wright, Georges Balandier etc. Para o número 7 dessa revista, anunciou-se um texto de Sartre sobre a escravidão que, no entanto, não foi escrito. O texto de Sartre “Orfeu Negro” (na verdade, um prefácio ao livro “Antologia da nova poesia negra e malgache de língua francesa” de Leopoldo Segnor) foi bastante elogiado em uma nota de leitura por J. Howlett. Nesta revista foi publicado o primeiro texto de Sartre sobre o Terceiro Mundo relativo ao problema do negro: “Présence noire”, no seu número 1 de novembro/dezembro de 1947.

Texto discriminado:

SARTRE, Jean-Paul Sartre. “Présence noire”. *Présence Africaine*, Paris, n.1, nov.-déc. 1947.

TÉMOIGNAGES ET DOCUMENTS: SUR LA GUERRE EN ALGÉRIE

Natureza: jornal mensal

Diretor de Publicação: Maurice Pagat

Início da publicação: número 1, 01/1958

Fim da publicação: número 38, 1963

Tendência política e/ou ideológica: progressista

Esse jornal foi processado pelo governo francês pelo alto teor crítico e de denúncia sobre os crimes do colonialismo durante a Guerra da Argélia. De acordo com Michel Winock, "(...) A partir de janeiro de 1958, o Centro do Landy (Centro de Informação e Coordenação) publica *Témoignages et Documents*, que tem como uma de suas principais tarefas a reimpressão imediata dos artigos e livros apreendidos. Assim é que, em fevereiro de 1958, essa publicação intermitente e militante divulga *La Question*, de Henri Alleg, militante comunista, que acabava de ser publicada pelas Éditions de Minuit e logo interdita. Assim, uma militância tipicamente intelectual retoma os métodos da luta clandestina da Resistência, afirma-se fora de qualquer partido político constituído e favorece as tribunas de protesto contra a guerra da Argélia e seus métodos, apesar da censura e da repressão oficial". (Winock: 2000, p. 673). *Témoignages et documents* é a publicação do Centro de Informação e de Coordenação pela Defesa da Liberdade e da Paz.

Textos discriminados:

SARTRE, Jean-Paul; MAURIAC, François; SCHWARTZ, Laurent. "Comte rendu de la Conférence de Presse du vendredi: 30 mai 1958, sur les violations des droits de l'homme en Algérie". *Témoignages et documents*, Paris, n. 21, fev.-mar. 1960.

SARTRE, Jean-Paul. "Un appel à la lutte". *Témoignages et documents*, Paris, n.32, nov. 1961.

VÉRITÉ-LIBERTÉ: CAHIERS D'INFORMATION SUR LA GUERRE D'ALGÉRIE

Natureza: jornal bimensal

Diretor(es) de Publicação: Robert barrat, Claude Bourdet, Jean-Marie Domenach, Jean Pouillon, Paul Ricoeur, Sartre, Vercors, Pierre Vidal-Naquet

Início da publicação: 1960

Fim da publicação: 1962

Tendência política e/ou ideológica: progressista

Como afirma Michel Winock, *Vérité-Liberté*, “originado de uma divergência entre Maurice Pagat e Pierre Vidal-Naquet, dá contituidade ao trabalho empreendido por *Témoignages et Documents*. Paul Thibaud, redator-chefe de *Esprit*, é o gerente, Pierre Vidal é o diretor principal. Até o fim da guerra, eles não deixarão de denunciar a ‘gangrena’ argelina, de driblar a censura, de republicar os livros proibidos, de defender os prisioneiros, expondo-os a todos os riscos”. (Winock: 2000, p. 696)

Textos discriminados:

SARTRE, Jean-Paul. “Jeunesse et Guerre d’Algérie: une entretien avec Jean-Paul Sartre”. Par K. S. Karol. ***Vérité-Liberté: Cahiers d’information sur la Guerre d’Algérie***, Paris, n. 3, jui.-août. 1960.

SARTRE, Jean-Paul. “Declaration sur le Droit à l’Insusoumission dans la Guerre d’Algérie”, publicado em ***Vérité-Liberté: Cahiers d’information sur la Guerre d’Algérie***, Paris, n. 9-10, 1960, p. 12.

VÉRITÉ-POUR: CENTRALE DE INFORMATION SUR LE FASCISME ET L’ALGÉRIE

Natureza: jornal clandestino mensal

Diretor de Publicação: Francis Jeanson

Início da publicação: n.1, 10/1958

Fim da publicação: n. 17, 07/1960

Tendência política e/ou ideológica: progressista

Típico jornal inteiramente datilografado que era o órgão clandestino das ligações. Era dirigido por Francis Jeanson, amigo pessoal de Sartre, que foi perseguido pelo governo francês e chegou a ser indiciado criminalmente, justamente, pelas suas ações clandestinas. “(...) Jeanson lança uma publicação, *Vérités pour*, com o propósito de ‘pesquisar, reunir, controlar e difundir a informação ampla e precisa, necessária a uma luta difícil contra adversários decididos, bem organizados e dotados de poderosos recursos financeiros.’ ” (M.-P. Ulloa, “Francis Jeanson, un itinéraire d’engagement 1940-1960, memória de DEA, IEP de Paris, 1997, p.133, *apud* Michel Winock: 2000, p. 696)

Texto discriminado:

SARTRE, Jean-Paul. “L’interview de Sartre”. *Vérité-Pour*, Paris, n.9, 2 jui. 1959.

VOIE COMMUNISTE, LA: ORGANE MENSUEL DE L’OPPOSITION COMMUNISTE

Natureza: jornal mensal

Diretor(es) de Publicação: Gerard Spitzer e Simon Blumenthal

Início da publicação: número 01, 11/1958

Fim da publicação: número 49, 02/1965

Tendência política e/ou ideológica: comunista trotskista

De acordo com Michel Contat e Michel Rybalka, “É um jornal de tendência trotskista, que parece ter sido o primeiro a publicar integralmente o texto do *Manifesto dos 121* em seu número 16 de setembro de 1960”. (*Les écrits de Sartre*, 1969). Tem a mesma frase de conclamação de *La Cause du Peuple*: “Prolétaires de tous les pays unissez-vous”. *La Voie Communiste* e *La Cause du peuple* discutem bastante a questão – fundamental para Sartre – da unidade das esquerdas a ser realizada e que deveria englobar os jovens (estudantes), os operários e os intelectuais. Tema, aliás, recorrente como podemos notar em diversos artigos de vários jornais. Na

realidade, era comum e freqüente a solidariedade política entre os diversos jornais caracterizados como da imprensa revolucionária, ainda que de tendências ideológicas distintas.

Textos discriminados:

SARTRE, Jean-Paul. “Entretien avec Jean-Paul Sartre”. *La Voie Communiste*, Paris, n. 20, fev. 1961.

SARTRE, Jean-Paul. “Bilan et perspectives de la lutte antifasciste: entretien avec Jean-Paul Sartre”. *La Voie Communiste*, Paris, n. 29, juin. 1962.

4. “OS ESCRITOS DE SARTRE” (1923 – 1969)

Para uma visão de conjunto dos textos de Sartre (os filosóficos, os literários e os políticos) e para dirimir quaisquer erros na análise e na interpretação, especificamente, dos textos políticos de Sartre fiz o fichamento traduzido de *Les écrits de Sartre*, isto é, “Os escritos de Sartre”. O livro *Les écrits de Sartre* é uma compilação comentada de autoria de Michel Contat e Michel Rybalka, publicado pela Gallimard, em 1970, de todos os textos de Sartre a partir de 1923 – data de seu primeiro texto (“L’ange du morbide”) a 1969, data do último texto de Sartre (“*Classe e partito. Il Rischio della spontaneità, la lógica dell’istituzione*”). “Entretien”, publicado originalmente na revista italiana *Il Manifesto*, Bari, n.4, 09/69) pesquisado pelos dois autores. Após essa data, Michel Contat e Michel Rybalka publicam, na revista *Le Magazine Littéraire*, nos seus números 55-56 (*Spécial Sartre*), de setembro de 1971 e na revista *Obliques*, nos seus números 18-19 (*Spécial Sartre*) de 1979, mais dois suplementos aos “*Les écrits de Sartre*”, que por mim também foram pesquisados.

Os textos constantes em *Les écrits de Sartre* (tanto os comentários de Contat e Rybalka sobre os textos de Sartre, como as próprias citações de Sartre selecionadas pelos autores) foram traduzidos, sobretudo, tendo-se em vista os objetivos deste trabalho. No entanto, em

última instância, pode subsidiar futuras pesquisas sobre a obra de Sartre. Portanto, para o acompanhamento mais completo possível de toda a produção bibliográfica de Sartre comentada, o interessado deve se reportar, obrigatoriamente, à leitura integral de *Les écrits de Sartre* e aos números das revistas *Le Magazine Littéraire* e *Obliques*, como já disse.

Les écrits de Sartre apresentam: uma “Lettre-préface” (“Carta-Prefácio”) de Sartre em que o filósofo *engagé* afirma, categoricamente, que o trabalho de Contat e Rybalka é notável. Em relação à sua trajetória, Sartre admite mudanças, mas sem renegar suas obras; uma “Introduction” (“Introdução”), de Contat e Rybalka em que afirmam ter escapado à investigação, por exemplo, as entrevistas de Sartre dadas em pequenos periódicos, ou no exterior, e que isso demandaria um outro trabalho. Contat ficou responsável pela parte política e filosófica e Rybalka pelas partes literária e teatral da compilação. Os autores destacam ainda uma crítica ao “sistema malthusiano atualmente em vigor na *Bibliothèque nationale de France*, em particular, na sala dos Periódicos”; uma “Chronologie” (“Cronologia”), onde podemos encontrar, de forma bastante concisa, informações sobre todos os títulos das conferências, entrevistas, artigos, emissões rádio-televisivas, publicações de peças teatrais, ensaios literários, filosóficos e políticos de Sartre; uma “Bibliographie commentée” (“Bibliografia comentada”) – com excelentes resumos dos textos de Sartre que foram aqui traduzidos; uma seção de anexos, isto é, os “Appendice I” – “Cinéma” e “Appendice II” – “Textes retrouvés de Jean-Paul Sartre” (“Textos (re)encontrados de Sartre”) – onde textos inéditos são reproduzidos *in extenso* – e finalmente, um índice remissivo de títulos dos periódicos e de nomes e assuntos, o “Index” (de “Titres des périodiques e des noms et sujets”). Essas duas últimas seções não foram traduzidas neste trabalho.

Nenhum texto de jornal e/ou revista que já tenha sido publicado (com ou sem tradução para o espanhol ou português) foi pesquisado novamente. No entanto, vários textos políticos de Sartre insuficientemente resumidos ou comentados por Michel Contat e Michel Rybalka em *Les écrits de Sartre* foram investigados. Por exemplo, Contat e

Rybalka praticamente não trazem nenhuma informação sobre o conteúdo da entrevista de Sartre dada a Francis Jeanson para o jornal *Vérité-Pour* (n.9, 02/06/1959). Os dois autores apenas relatam uma discordância política e a ruptura temporária entre Jeanson e Sartre no que diz respeito à condenação severa, pelo último, da invasão soviética da Hungria. Eis o motivo pelo qual localizei o jornal e o pesquisei, reproduzindo integralmente a entrevista.

Tendo em vista o limite – 1969 – da pesquisa empreendida por Michel Contat e Michel Rybalka, a minha pesquisa arquivística seguiu a seguinte lógica: num primeiro momento procurou levantar todos os textos políticos de Sartre a partir de 1970 até a década 1980. Em seguida, os textos políticos de Sartre citados em *Les écrits* que se referissem especificamente ao Terceiro Mundo, pois, a “Bibliographie commentée” não inclui textos integrais, apenas resumos deles. No livro dos autores franceses, apenas encontramos referências ao contexto histórico quando isso fosse estritamente necessário, pois, o objetivo dos autores não era oferecer um estudo analítico-interpretativo nem das obras de Sartre e nem da sua trajetória.

Os trechos por mim suprimidos no fichamento traduzido são indicados pelo símbolo “(...)”. Todos os comentários são de Michel Contat e Michel Rybalka. Apenas os títulos dos textos (entrevistas, ensaios, conferências etc.) e os nomes dos periódicos foram mantidos nos originais (em francês, italiano, inglês, espanhol etc.).